



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA

NYCOLE SCHMITT ANDRADE

**“Ordenai, então, e sereis obedecido – do companheiro grato e soldado”: A  
política na fronteira sul e os coronéis correspondentes de Borges de  
Medeiros (Jaguarão, 1898-1928)**

Pelotas  
2022

NYCOLE SCHMITT ANDRADE

**“ORDENAI, ENTÃO, E SEREIS OBEDECIDO – DO COMPANHEIRO GRATO E  
SOLDADO”: A POLÍTICA NA FRONTEIRA SUL E OS CORONÉIS  
CORRESPONDENTES DE BORGES DE MEDEIROS (JAGUARÃO, 1898-1928)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Jonas Moreira Vargas

PELOTAS  
2022

Nycole Schmitt Andrade

“Ordenai, então, e sereis obedecido – do companheiro grato e soldado”: a política na fronteira sul e os coronéis correspondentes de Borges de Medeiros (Jaguarão, 1898-1928)

Dissertação submetida, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 27 de junho de 2022

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (Orientador)

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

.....  
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....  
Prof. Dra. Carina Martiny

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....  
Dr. Rodrigo Lavalhos Dal Forno

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

A553o Andrade, Nycole Schmitt

"Ordenai, então, e sereis obedecido - do companheiro grato e soldado" : a política na fronteira Sul e os coronéis correspondentes de Borges de Medeiros (Jaguarão, 1898-1928) / Nycole Schmitt Andrade ; Jonas Moreira Vargas, orientador. — Pelotas, 2022.

212 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Primeira república. 2. História política. 3. Elites. 4. Correspondência pessoal. 5. Jaguarão. I. Vargas, Jonas Moreira, orient. II. Título.

CDD : 320.98165

Ao meu avô, que deixou de lembrança, sobretudo,  
sua dedicação à família. Dolorosas saudades.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao professor Jonas Moreira Vargas pela orientação e incentivo. Grata pelas contribuições e por tornar este processo o mais tranquilo possível.

A Cássia Daiane Macedo da Silveira, por ter me apresentado aos estudos de história social e política durante minha graduação. Sem sombra de dúvidas, esta pesquisa possui uma grande influência sua.

A Carina Martiny e Luís Augusto Farinatti, pela participação em minha qualificação e pelas ótimas considerações para o melhor direcionamento de minha pesquisa.

Ao meu companheiro, agora marido, Tonny, que esteve ao meu lado em todos os momentos.

As minhas amigas Maria Gabriela e Liana, que me acompanharam e incentivaram desde a graduação.

Aos meus amigos Giovane e Vitor, pelas ótimas conversas, trocas de ideias, indicações de bibliografia e fontes. Nosso trio segue inseparável.

Aos colegas Darlise, Douglas dos Santos, Douglas Nunes e Tatiana Torres pelo apoio durante as disciplinas do mestrado e a escrita da dissertação.

Aos meus companheiros do Laboratório de História Social e Política, espaço onde tive o primeiro contato com as fontes que embasam esta pesquisa e aprendi muito. Foi neste espaço, aliás, que começou lentamente o processo de transcrição da correspondência, ainda no ano de 2017.

Ao pessoal do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, dona Nilza, Vagner e Alexandre, que me fizeram sentir em casa naquele espaço.

Ao professor Manoel Glaci Corrêa, pela indicação de fontes e bibliografia sobre a história local.

Aos professores do PPGH, que em meio ao período caótico destes dois últimos anos, enfrentaram o desafio de difundir conhecimento e suscitar debates acadêmicos dentro das possibilidades do ensino remoto. Grata pela disponibilidade e compreensão em todos os momentos.

## RESUMO

Esta dissertação dedica-se ao estudo da política na cidade fronteira de Jaguarão, durante o período conhecido como borgismo, compreendido entre os anos de 1898 e 1928. Encaixando-se numa perspectiva de estudo de história social da política, temos como principal objetivo compreender o papel dos coronéis e da fronteira na política do município e como estes aspectos relacionaram-se com o poder estadual. Para isto, utilizamos o conjunto de correspondência pessoal de Borges de Medeiros localizado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, como forma de acessar vislumbres das relações pessoais entre os remetentes e o destinatário e como estas afetaram a prática política. Por meio da análise quantitativa e qualitativa desse conjunto documental, diversas observações puderam ser feitas e contrastadas com a historiografia. Assim, esta pesquisa abordou em diferentes aspectos a constituição do município de Jaguarão (RS) e sua elite política, o papel da fronteira, as disputas intrapartidárias e as dissidências, as relações pessoais e a relação estabelecida entre as esferas do governo nos anos iniciais da República.

Palavras-chave: Primeira República; História política; Elites; Correspondência Pessoal; Jaguarão.

## ABSTRACT

This dissertation is dedicated to the study of politics in the border city of Jaguarão, during the period known as borgismo, between 1898 and 1928. Fitting in a perspective of the study of social history of politics, our main objective is to understand the role of colonels and the frontier in municipal politics and how these aspects were related to state power. For this, we used the set of personal correspondence by Borges de Medeiros located at the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, as a way of accessing glimpses of the personal relationships between senders and recipients and how these affected political practice. Through the quantitative and qualitative analysis of this set of documents, several observations could be made and contrasted with the historiography. Thus, this research addressed in different aspects the constitution of the municipality of Jaguarão (RS) and its political elite, the role of the border, intra-party disputes and dissidences, personal relationships and the relationship established between the spheres of government in the early years of the Republic.

Keywords: First Republic; Political history; elites; Personal Correspondence; Jaguarão.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa escolar do Estado do Rio Grande do Sul .....	29
Figura 2 - Quadro Comemorativo ao Governo Carlos Barbosa.....	90
Figura 3 - Retrato de Manoel de Deus Dias .....	112
Figura 4 - Retrato de Paulo Rache.....	160
Figura 5 - Retrato de Gabriel Gonçalves da Silva .....	162
Figura 6 - Retrato de Zeferino Lopes de Moura. ....	165
Figura 7 - Pintura de Pedro Frederico Rache.....	170
Figura 8 - Retrato de Genes Gentil Bento. ....	174
Figura 9 - Retrato de Manoel Amaro Júnior .....	176
Figura 10 - Retrato de Carlos Barbosa Gonçalves.....	181
Figura 11 - Homenagem póstuma de Gabriel Gonçalves da Silva ao seu amigo Adalberto de Azevedo e Souza .....	188
Quadro 1 - N <sup>o</sup> de cartas enviadas por cada município (Porto Alegre, ABM, 1889- 1954, incluindo as sem datação).....	99
Quadro 2 - Indivíduos que desempenharam o cargo de Conselheiro Municipal entre os anos de 1897 e 1919. (Jaguarão, IHGJ, Atas do Conselho Municipal, 1897-1919). .....	127

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - relação de habitantes e eleitores do município de Jaguarão (1902-1931) .....	48
Tabela 2- Relação de habitantes por década no município de Jaguarão (1870-1940) .....	49
Tabela 3 - Pessoas físicas que enviaram cartas do município de Jaguarão para Borges de Medeiros (Porto Alegre, ABM, 1889-1945).....	121
Tabela 4 - Elite política posicional de Jaguarão (1897-1919) (Jaguarão, IHGJ, Atas do Conselho Municipal, 1897-1919 e Porto Alegre, ABM, correspondências passivas do ABM). .....	129
Tabela 5 - Missivistas que integraram a elite política posicional de Jaguarão (1897- 1919) .....	130
Gráfico 1 - Cartas recebidas e armazenadas no ABM durante o período do governo Júlio de Castilhos (Porto Alegre, 1891-1898).....	96
Gráfico 2 - Cartas recebidas e armazenadas no ABM durante o período da Primeira República (Porto Alegre, 1889-1930) .....	97
Gráfico 3 - Cartas recebidas por Borges de Medeiros no período do governo Carlos Barbosa (Porto Alegre, ABM, 1908-1913).....	100
Gráfico 4 - Cartas recebidas por Borges de Medeiros durante seu governo (Porto Alegre, ABM, 1898-1907 e 1913-1928).....	101
Gráfico 5 - cartas recebidas após os mandatos de Borges de Medeiros, no período entre 1930 e 1954 (Porto Alegre, ABM, 1930-1954). .....	105
Gráfico 6 - Cartas remetidas do município de Jaguarão (Porto Alegre, ABM, 1899- 1945) .....	110
Gráfico 7 - cartas recebidas por Borges de Medeiros, remetidas do município de Jaguarão, retirando envios indiretos e envios feitos por instituições/grupos (1899- 1945) (Porto Alegre, ABM, 1899-1945) .....	114

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ABM – Arquivo Borges de Medeiros

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BNDigital – Biblioteca Nacional Digital

IHGJ – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. REPÚBLICA: MUNICÍPIO, ESTADO E FRONTEIRA</b> .....	22
2.1 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUARÃO E A QUESTÃO DA FRONTEIRA.....	28
2.2 A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA POLÍTICA REPUBLICANA .....	51
2.3 O ESTADO MAIS MERIDIONAL DO PAÍS .....	64
2.4 DISSIDÊNCIA, OPOSIÇÃO OU ALIADO? A TÁTICA DO DIVIDIR PARA CONQUISTAR .....	76
<b>3. O CORONELISMO E OS CORRESPONDENTES DO CHEFE: BORGES “OUVE” AS BASES</b> .....	89
3.1 O ARQUIVO BORGES DE MEDEIROS.....	91
3.2 OS CORRESPONDENTES DE BORGES .....	120
3.3 OS PEDIDOS:.....	133
<b>4. REDES DE COMPROMISSO E LEALDADE: UM OLHAR EM ESCALA REDUZIDA</b> .....	143
4.1 RELAÇÕES PESSOAIS, ALIANÇAS E CLIENTELISMO.....	146
4.2 O RITO DA LEGALIDADE: AS ELEIÇÕES REPUBLICANAS .....	152
4.3 A ELEIÇÃO DE 1917 .....	161
4.4 DOUTOR CARLOS BARBOSA GONÇALVES: MEDIADOR E CHEFE POLÍTICO	179
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	194
REFERÊNCIAS.....	198

## 1. INTRODUÇÃO

Era apenas mais um dia quente de verão, em 26 de fevereiro do ano de 1917, na cidade interiorana e fronteiriça de Jaguarão, no estado do Rio Grande do Sul. Certamente, as temperaturas andavam elevadas no município, não definidas apenas pela estação do ano, mas também, pela disputa eleitoral que fora decidida naquele fatídico dia. Gabriel Gonçalves da Silva, intendente provisório em exercício, escrevia no dia seguinte ao presidente do estado, Borges de Medeiros, provavelmente logo após a apuração do resultado, narrando como se realizara o prosseguimento da eleição. Segundo este, decorreu de forma calma o pleito, realizado de acordo com as proposições do líder opositor, Zeferino Lopes de Moura. O processo contou com um total de 900 votos, contabilizados os três distritos daquele município, divididos entre Pedro Frederico Rache (543), apoiado por Gabriel, e Zeferino Lopes de Moura (357) representando a dissidência, e angariando consigo o voto de 80 federalistas<sup>1</sup>.

Apesar da relativa tranquilidade que teria regido o dia da eleição, a mesma não havia feito parte do processo que os levara até a vitória de Rache. Por meio da correspondência pessoal, localizada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, enviada para Borges de Medeiros, foi possível localizar diversas missivas que apontam resquícios da trama na qual estava inserida a eleição: o uso da violência, dos cargos públicos em benefício próprio, a fraude instaurada no processo de qualificação de eleitores estrangeiros e falecidos na lista de votantes e a fiscalização de um representante do presidente do estado. Estes são apenas alguns dos diversos acontecimentos dos quais podemos ter vislumbre por meio do riquíssimo conjunto de cartas. Assim, esta pesquisa teve como início a proposta de investigar as práticas políticas do período conhecido por Primeira República, bem como as medidas adotadas por Borges de Medeiros enquanto chefe partidário do PRR, na negociação com os líderes de Jaguarão, fronteira com o município de Rio Branco, Uruguai.

O Arquivo Borges de Medeiros, preservado no IHGRGS, é composto de diversos tipos de documentos, guardados pelo próprio político e doados ainda em vida, no ano de 1960, à Instituição. Consta, em sua apresentação técnica, a existência de mais de 30 mil itens, sendo sua maioria composta por correspondência

---

<sup>1</sup> Carta de Gabriel Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 27 de fevereiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

pessoal, todavia, tendo também documentos cartoriais, pessoais, e relativos a fundação do Partido Republicano, abrangendo assim um período que inicia em 1835 e adentra a primeira metade do século XX. O ABM distribui-se da seguinte maneira: a) correspondência, que se divide em 3 subséries: correspondência passiva, correspondência ativa e telegramas; b) Documentos Pessoais; c) Governo, que ficou dividida entre 2 subséries: Executivo Estadual e Intendências Municipais; d) Partidos Políticos, também subdividida em 2 subséries: Partido Republicano Rio-grandense e União Democrática Nacional; e) Recortes. Estes documentos foram relacionados em uma primeira etapa de organização do acervo, visto sua vastidão, que prosseguiria posteriormente com a correspondência ativa e os telegramas<sup>2</sup>.

Um primeiro aspecto, que se faz necessário evidenciar, é que fatores como o fechamento dos arquivos e a pandemia de covid-19 acabaram prejudicando esta pesquisa. Assim, os documentos aos quais tivemos acesso foram os inventariados no ano de 2005, que correspondem apenas à correspondência passiva do acervo.

Uma segunda motivação, que nos levou a escolha da correspondência pessoal para este estudo, é a capacidade deste tipo de fonte para demonstrar os vestígios deixados pelas interações sociais, sem a intermediação de instituições. Por meio destas, uma gama de possibilidades de observação surge. Laura Arroyo Ruiz e José María Imízcoz Beunza postulam que, por meio das cartas, é possível descobrir o que estava em jogo nas relações sociais (favores, ideias, influências, recursos e outros). Assim, os autores propõem uma análise relacional das fontes, que deve ter os atores sociais e suas interações como ponto de partida para compreender as configurações do campo e explicar suas ações por meio dos processos de “troca de favores”. Nesta perspectiva, a rede é conceituada como um conjunto de conexão entre atores, que se relacionam de forma efetiva em um determinado momento. A observação dessas interações teria como finalidade proporcionar ao pesquisador uma visão das estratégias de articulação dos indivíduos com o grupo, buscando compreender as estratégias e tomadas de decisão (BEUNZA; RUIZ, 2011, p. 98-100).

Além disso, pesquisas conduzidas por Carina Martiny (2014; 2018) e José Murilo de Carvalho (2000) obtiveram êxito na pesquisa com correspondência

---

<sup>2</sup> MARTINS, Liana Bach. Inventário do Arquivo Borges de Medeiros, Apresentação técnica. IHG Digital, Acervo Online, 2006. Disponível em <[https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario\\_bm/005\\_Indice.htm](https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario_bm/005_Indice.htm)>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

pessoal<sup>3</sup>. Martiny busca, por meio das missivas do Arquivo Particular Júlio de Castilhos, compreender as relações estabelecidas entre Castilhos e seus correspondentes. Considerando a heterogeneidade do grupo republicano, a pesquisadora analisou as diferentes maneiras empregadas pelos indivíduos ao corresponder-se diretamente com o chefe partidário, empenhados em angariar privilégios e um melhor posicionamento social e político. Martiny realizou análises tanto quantitativas quanto qualitativas no acervo, observando aspectos como local do remetimento, número de envios, tanto por indivíduos quanto por ano, bem como propriamente o conteúdo das missivas.

Carvalho (2000), por sua vez, utilizou-se de cartas, cartões e telegramas recebidos por Rui Barbosa durante a atuação deste como Ministro da Fazenda. O autor analisou o conjunto documental, de maneira quantitativa e qualitativa, em busca do que ele denomina de “razão clientelista”, indicando as razões de pedidos, a linguagem utilizada pelos correspondentes, dando ênfase à prática de distribuição de favores governamentais no período estudado, conhecida também como patronato e filhotismo. Segundo Carvalho, essa prática era comum, mas ainda assim condenada, e abrangia todos os tipos de empenho, como pedidos, recomendações, intermediações, proteção, entre outros. Nesta pesquisa, construiu diversas tabelas, abrangendo informações relativas aos correspondentes e aos pedidos para pessoas físicas. No que se refere ao primeiro caso, o autor indicou quem são os maiores correspondentes pontuando os grupos familiares com os quais os remetentes de Rui Barbosa possuíam ligações, identificando também aspectos como suas profissões e origem estadual. Em relação aos pedidos, Carvalho classificou de acordo com seu conteúdo, (categorizando como promoção, transferência/remoção, vencimentos, aposentadoria e outros) e o cargo pretendido, em caso de pedido de cargo público/promoção dos diferentes ministérios), aos pronomes de tratamento utilizados

---

<sup>3</sup> Outra pesquisa que necessita ser citada foi conduzida por Débora Clasen de Paula, intitulada “Da mãe e amiga Amélia”: cartas de uma baronesa para sua filha (Rio de Janeiro – Pelotas, na virada do século XX). Nesta, a autora analisa as 151 cartas enviadas por Amélia Hartley de Antunes Maciel, Baronesa de Três Cerros, durante os anos de 1885 e 1918, período de sua moradia na capital do país, tendo a maioria destas como destinatário a sua filha, Amélia Anibal, que residia no solar da família em Pelotas (RS). Desta forma, a pesquisa recai sob os aspectos da vida privada e da “escrita de si”, salientando a formação e manutenção dos vínculos familiares, administração do patrimônio, vivências sociais, posicionamentos políticos e sentimentos da remetente. Apesar de os recortes geográfico e temporal da pesquisa supracitada serem muito próximos da pesquisa aqui desenvolvida, acreditamos que estas seguem uma abordagem muito distinta. Todavia, por meio da leitura da pesquisa conduzida por Débora Clasen, muitos insights foram estabelecidos. PAULA, Débora Clasen de. “Da mãe e amiga Amélia”: cartas de uma baronesa para sua filha (Rio de Janeiro – Pelotas, na virada do século XX). Dissertação (mestrado). Unisinos, São Leopoldo, 2008.

na correspondência e como os sujeitos justificavam que seus pedidos fossem atendidos (por amizade, competência, necessidade e outras). Reunindo todos estes aspectos, e mais alguns aqui não citados, Carvalho conclui que havia a convicção entre patronos e clientes de que existia uma obrigação moral de auxiliar parentes e amigos, utilizando dinheiro e poderes públicos para tal. Tendo em vista a metodologia utilizada pelas pesquisas supracitadas, acreditamos ser possível mapear e analisar as relações sociais protagonizadas pelos políticos jaguarenses, durante o período da Primeira República.

Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa, selecionamos a correspondência remetida do município de Jaguarão a Borges de Medeiros, que compreende os anos de 1899 a 1945, totalizando 212 cartas. O processo de transcrição das missivas iniciou ainda no ano de 2017, durante a participação da autora desta pesquisa no Laboratório de História Social e Política, coordenado pela doutora Cássia Daiane Macedo da Silveira, na Unipampa, campus Jaguarão. No ano seguinte, intensificou-se o processo de transcrição devido a aquisição de uma bolsa de pesquisa. O aumento do contato com este tipo de fonte, sem dúvidas, permitiu que novas questões fossem debatidas nas reuniões e permearam as produções daqueles que participavam do grupo de pesquisa. Além disso, é necessário salientar que o acesso às fontes é dificultoso para os alunos do curso de história da Unipampa, visto que Jaguarão possui apenas um arquivo, o IHGJ, funcionando em horário comercial, de terça a sexta-feira. Pesquisar nos arquivos de Porto Alegre acaba acarretando diversos custos, como locomoção, estadia e alimentação, bem como a questão do tempo envolvido no processo, o que torna a ação inviável a diversos estudantes do curso que desejam pesquisar o período do Brasil Império ou Primeira República. A ideia inicial, então, era disponibilizar essas fontes transcritas e em formato de imagem digital.

Todavia, diversos fatores, como a colação de grau de colegas participantes, a produção dos trabalhos de conclusão de curso e as dificuldades para que todo o conjunto dessas fontes primárias fosse reunido, fizeram com que o trabalho não fosse completado. Dessa forma, ao propor esta pesquisa na seleção de mestrado, possuíamos pouco mais da metade das cartas transcritas e um modesto banco de dados, construído por mim, em conjunto com as sugestões e ideias do grupo, durante o período de regência da bolsa.

O primeiro passo, então, foi reunir tudo que já havia sido transcrito pelo grupo

de pesquisa e, por meio do inventário do ABM, fazer um levantamento dos documentos que tínhamos à disposição e não haviam sido transcritos e também daqueles que não tínhamos acesso imediato. Felizmente, durante o período de 2020 e 2022, o IHGRGS estava oferecendo o serviço de digitalização da documentação, fator crucial para o desenvolvimento desta pesquisa. Reunidos todos os documentos, iniciamos a transcrição e fichamento das cartas e construímos um novo banco de dados com a finalidade de facilitar o trabalho com as missivas, visto que estas abrangem uma temporalidade considerável, diversos indivíduos, órgãos e cargos públicos, bem como assuntos de diversas naturezas.

Também é preciso ter em mente que este é um período marcado pelas mudanças sociais, culturais e econômicas, causadas tanto pela Abolição da escravidão, em 1888, quanto pela Proclamação da República, em 1889. Uma nova forma de governo surgia, enquanto ex-escravizados buscavam seu lugar na sociedade, bem como a cidadania e direitos políticos. O novo regime, pautado na tríade “igualdade, liberdade e fraternidade”, teria feito com que a população criasse perspectivas em torno das novas reformas (MATTOS, 2011, p. 84-89).

Os primeiros anos da República no Brasil contaram com grande instabilidade, advinda dos mandatos dos presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, trazendo a possibilidade do desencadeamento de guerras civis. Desse desenrolar de acontecimentos e incertezas, derivou-se a *Revolução Federalista*<sup>4</sup>, tendo Júlio de Castilhos recebido o apoio de Floriano Peixoto (MATTOS, 2011, p. 98). Castilhos foi eleito para seu primeiro mandato em 1891, sendo destituído em novembro do mesmo ano, ficando o estado sob o comando de uma *Junta Provisória*, retornando ao cargo de presidente do estado apenas em 1893, ano em que o referido conflito ocorreu, alastrando-se até 1895. Refletindo, assim, a instabilidade do governo Federal, entre a Proclamação e o segundo mandato de Castilhos, 18 diferentes indivíduos estiveram a frente do comando do governo do Rio Grande do Sul (BIAVASCHI, 2011, p. 119).

Em decorrência da Proclamação, novos arranjos políticos precisaram ser

---

<sup>4</sup> Existe uma vasta bibliografia sobre a Revolução Federalista. Para uma ideia geral, ver PESAVENTO, Sandra. *A Revolução Federalista*. São Paulo: brasiliense, 1983 e LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975. Para uma revisão historiográfica recente, ver ANDRADE, Gustavo Figueira. *Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina*. Tese (doutorado em história). Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

estabelecidos e fizeram com que novas estratégias de manutenção do poder fossem colocadas em prática. Assim, em um primeiro momento, na esfera federal, podemos observar as sucessões presidenciais entre São Paulo e Minas Gerais nos primeiros anos da República, também conhecidas como “política do café com leite”. A aliança, que tem sua existência contestada por alguns pesquisadores, teve seu início demarcado por algumas correntes historiográficas durante o governo Campos Sales, no ano de 1900. Muitos debates foram estabelecidos em torno das considerações supracitadas, aprofundados por Claudia Viscardi (2019). Todavia, é importante compreender que esta “dança” dos estados, era parte de acordos maiores. É consenso dos pesquisadores que o coronelismo foi um sistema político que abarcou do presidente até os eleitores. A “rede de compromissos”, baseada em apoio mútuo, tinha início na concessão de cargos públicos pelo governo estadual para o coronel. Este “hipotecava” seu apoio, “pagando” com os votos que angariava. Em contrapartida, os governadores ofereciam o seu apoio ao presidente, em troca do reconhecimento de seu poder no estado. Esta prática seria um resultado decorrente da perda de poder dos antigos mandões locais, ocasionada pela implementação do novo regime (AXT, 2007, p. 89) (CARVALHO, 1997) (LEAL, 1975) (FÉLIX, 1987).

Com a finalidade de compreender a política no referido período no estado do Rio Grande do Sul para contextualizá-la em um quadro maior, recorreremos às produções de Loiva Otero Félix e Gunter Axt. Félix, em *Coronelismo, borgismo e cooptação política* (1996), buscou compreender as políticas coronelistas, o funcionamento do aparelho estatal e a ascensão do Partido Republicano no Rio Grande do Sul. Por meio do Fundo Borges de Medeiros, a autora pontua e problematiza aspectos da política estabelecida por Borges de Medeiros durante o período em que este permaneceu frente ao poder executivo do estado, tendo como recorte as cidades de Palmeira das Missões e Cruz Alta. Para ela, a estrutura coronelista existente no estado foi imprescindível para a ascensão e estabilização do poder do Partido Republicano Riograndense (PRR), este que teria utilizado da cooptação política dos coronéis locais como artimanha para auxiliar em sua legitimação. Félix elenca diversos aspectos que teriam contribuído para a instauração e estabilização do Partido e das práticas coronelistas no estado, dando ênfase a importância do que a autora denomina como ciclo pastoril-militar, que teria tido origem devido à decorrência de batalhas pela definição de fronteiras, à conquista de terras, e ao surgimento das estâncias, centro de relações sociais

autoritárias e patriarcais, onde o líder era considerado como força política local. A figura do líder estancieiro, transformado naquele momento em coronel, ampliou seu local de atuação, passando a atuar não apenas na estância e em nível local, mas também no jogo político federal, identificando seus interesses de classe e envolvendo-se com a oligarquia. Segundo a autora, o estado vivenciou o coronelismo como em outras partes do Brasil, apresentando algumas peculiaridades devido às condições históricas de surgimento e formação do Rio Grande do Sul (FÉLIX, 1996, p. 83; 28; 42-43; 55; 22).

Gunter Axt, (2001; 2007) também explorou as possibilidades de pesquisa do fundo arquivístico Borges de Medeiros e realizou uma densa revisão bibliográfica em torno do conceito de coronelismo e do funcionamento do aparelho estatal. O autor concorda com os argumentos de Félix, também pontuando o caráter negacionista existente na historiografia clássica do Rio Grande do Sul, dando ênfase à pureza ideológica e à coerência programática que eram atribuídas ao PRR nessa produção clássica. Nesse sentido, Axt crítica a homogeneidade que é atribuída à classe dominante gaúcha, enfatizando que os interesses de estancieiros e charqueadores nem sempre iam de encontro, causando divergências internas e postula que não é possível referenciar um projeto castilhistas homogêneo e estável durante o período da Primeira República. Para ele, as práticas autoritárias de sistematização de discurso e legitimação do regime foram as principais especificidades do sistema político coronelista no estado. Em sua pesquisa, Axt busca compreender as estruturas do estado e as relações de poder entre este e os municípios, para isso, o autor perpassa pela nomeação de cargos públicos e suas funcionalidades (tanto os que compunham o poder judiciário, como procuradores, juizes e promotores, quanto os que compunham o aparato do poder executivo, como a estrutura policial), pelo funcionamento e legalidade do processo eleitoral e as práticas políticas exercidas pelo PRR (AXT, 2007). O coronelismo é um conceito central deste trabalho, sendo melhor discorrido ao longo da pesquisa.

Apesar da política estadual do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, ser tema de numerosos debates na historiografia, assim como o coronelismo e o governo de Borges de Medeiros<sup>5</sup>, pouco foi produzido

---

<sup>5</sup> Ieda Gutfreind faz uma extensa revisão bibliográfica em relação a historiografia clássica do Rio Grande do Sul, ver: GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. Estudos sobre o coronelismo e o governo de Borges de Medeiros

especificamente sobre as regiões de fronteira e sul do estado. Nessa lógica, o problema de pesquisa desta dissertação tem como base a relação do município de Jaguarão com o governo, convertidos nas relações sociais estabelecidas entre a elite política local e Borges de Medeiros. Assim, buscamos interpretar o “peso” que a situação de fronteira poderia ter nessas relações sociais, como ela era “utilizada” pelos indivíduos e que estratégias e tomadas de decisão estavam envolvidos no processo. Será possível afirmar que a fronteira estabelecia alguma vantagem no jogo de barganha entre os coronéis?. Havia alguma distinção entre o “ser coronel” na fronteira ou em outras regiões do estado?.

Dessa maneira, optamos por uma abordagem de redução de escala de observação, analisando não apenas em nível local, mas descendo também ao desenrolar das relações sociais, perceptíveis em meio a correspondência pessoal de Borges de Medeiros. Para isso, utilizamos conceitos relacionados a análise de redes sociais (VARGAS, 2017) (LANDÉ, 1977), alianças diádicas e estudos voltados a estes, que utilizaram a correspondência pessoal como principal fonte (BEUNZA; ARROYO, 2011) (BEUNZA, 2009).

A fronteira, para mais que uma simples demarcação geográfica, modifica e modela as comunidades que convivem com esta divisão em seu cotidiano. Além da histórica disputa de terras entre Portugal e Espanha naquela região, que motivou a fundação da freguesia (e depois cidade) como forma de demarcação, é possível pensar a fronteira de outras maneiras. Assim, a fronteira, de um ponto de vista econômico, pode ser vista como local de escoagem de mercadorias e contrabando, além de um local com forte regulação de autoridades, como fiscais e militares. De um ponto de vista social, é perceptível que a fronteira de Jaguarão sempre foi um espaço de grande circulação de indivíduos, devido sua fácil transposição pelo rio homônimo. Em relação à política, é possível pensar na existência de cortesias e trocas de favores entre os indivíduos que exerciam posições formais de mando. Luís Farinatti e Mariana Thompson Flores (2009) defendem a ideia de uma fronteira manejada, com seus limites conhecidos, porém utilizadas de diferentes modos pelos indivíduos que habitavam sua proximidade. Assim, diferentes estratégias eram utilizadas, tendo em vista os objetivos dos sujeitos. Podemos acreditar que a

---

incluem: LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975; FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1996; AXT, Gunter. Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929). Tese (doutorado em história). São Paulo: USP, 2001.

fronteira de Jaguarão foi um importante espaço de convívio com os uruguaios, tanto pacífico quanto belicoso. Também foi possível notar que muitos dos indivíduos que acabaram tendo alguma posição dentro do PRR municipal, possuíram terras no país vizinho em algum momento.

Outro ponto que esta pesquisa proporcionou, foi a observação das alianças com políticos e autoridades uruguaias. Assim, pudemos localizar algumas tentativas de contato com o partido colorado, bem como a publicação de materiais republicanos nos periódicos que circulavam pela capital do Uruguai. Entre outros desdobramentos, solicitações a autoridades e a implantação de informantes no país vizinho também mostraram-se razoavelmente comuns. A República Oriental do Uruguai era vista com desconfiança e como espaço de organização e refúgio dos membros do Partido Federalista (LOVE, 1975).

Dessa maneira, a seguinte pesquisa se divide em três capítulos. O primeiro capítulo foi destinado a debater questões relativas à formação do município de Jaguarão, o movimento republicano na localidade e a questão da fronteira, bem como condições derivadas dela, como a circulação de indivíduos, o contrabando e cargos ligados à fiscalização aduaneira. Ainda, buscamos dar espaço para tecer uma revisão bibliográfica em torno da nova política republicana, o coronelismo, a política no Rio Grande do Sul e as práticas do governo de Borges de Medeiros. Explanamos também sobre as divisões intrapartidárias no PRR, o tratamento com as facções e com as dissidências.

O foco do segundo capítulo recaiu sobre as análises quantitativas e qualitativas da correspondência passiva do ABM. Em um primeiro momento, dando início a análise quantitativa, buscamos compreender mais sobre a trajetória de Borges de Medeiros e as fases de seu governo, analisando o recebimento da documentação por ano e por município, não deixando de tecer paralelos com os resultados obtidos por Carina Martiny (2018) e observar o interregno do governo de Carlos Barbosa. Tendo em vista ampliar nossa percepção acerca dos remetentes, estabelecemos alguns limites para pensar a elite política posicional local (CODATO, 2015), escolhendo, para isso, algumas instituições de poder político no âmbito municipal e cúpula do partido, como o *Conselho Municipal*, a *Intendência* e a *Comissão Executiva do Partido*. Por meio das Atas do Conselho Municipal, localizadas no IHGJ, e das cópias das Atas, remetidas em anexo as cartas, pela *Comissão Executiva* após cada reunião, foi possível criar uma intersecção entre

estes grupos e os remetentes, realizando algumas observações. Além disso, neste capítulo, também realizamos uma breve análise qualitativa das missivas recebidas por Borges de Medeiros, demonstrando algumas formas de tratamento utilizadas e pedidos corriqueiros, recorrendo sempre às obras de Martiny (2014; 2018) e Carvalho (2000).

O terceiro e último capítulo possui uma abordagem incisiva em relação a um pontual caso que ocorreu em Jaguarão, uma disputa eleitoral pelo cargo de Intendente Municipal. Nesse sentido, abordamos temas como fraude, violência, coerção, o uso de cargos públicos em benefício, bem como o próprio processo eleitoral em si. Também demos destaque a algumas práticas do governo Borges de Medeiros, como a barganha com as facções municipais, o envio de um intermediário/supervisor do processo eleitoral e a instauração de uma *Comissão Executiva* em Jaguarão. Além disso, finalizamos o capítulo com algumas considerações sobre o papel desempenhado por Carlos Barbosa Gonçalves na localidade.

## **2. REPÚBLICA: MUNICÍPIO, ESTADO E FRONTEIRA**

No dia 6 de dezembro de 1889, três semanas após a queda do regime monárquico, ainda repercutiam notícias sobre as comemorações relacionadas à proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil. Como é perceptível, ao ler a primeira página do jornal *A Federação*, então órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense, os festejos ainda se estendiam por diversos municípios e eram postas em debate diversas ideias em torno das medidas que deveriam ser tomadas para o sucesso do novo regime, além, é claro, da aceitação popular da nova forma de governo que era refletida nessas manifestações<sup>6</sup>. No que se refere ao desenrolar das comemorações no município de Jaguarão, podemos ver a seguinte reprodução da notícia enviada pelo periódico *A Ordem* e veiculada pela *A Federação*.

Em 23 de novembro de 1889, durante uma noite onde presumivelmente era soberano um clima primaveril, quente e agradável, daquelas que nos fazem refletir sobre a iminente troca das estações, das noites corriqueiras naquele ponto tão meridional do estado do Rio Grande do Sul, ocorreu a reunião de alguns cidadãos

---

<sup>6</sup> BN DIGITAL: A FEDERAÇÃO, 6 de dezembro de 1889 (RS), p. 1.

daquela localidade em frente à sede do governo municipal, com o objetivo de dar início aos festejos alusivos à Proclamação da República na cidade de Jaguarão. Às 20 horas, a escuridão da noite foi afastada pelo clarão dos foguetes e tochas levadas pelos participantes, que marchavam acompanhados da banda de música do 3º Batalhão de Infantaria. Registra-se que, conjuntamente com a música, os gritos dos manifestantes espantavam qualquer coisa que se assemelhasse ao silêncio. A marcha teria seguido por algumas das ruas mais importantes do município, como a antiga Rua do Comércio e a Conde D'Eu. Nesta última, houve a primeira parada do festejo, e como uma manifestação de apoio e companheirismo aos vizinhos fronteiriços, a banda militar executou o hino uruguaio, que foi seguido de “diversos vivas à sua república”.

O cortejo teria seguido pelas principais ruas da cidade, entre diversos vivas à República, ao povo brasileiro e aos Marechais Deodoro e Câmara, cumprimentando também diversos cidadãos jaguarenses apoiadores da causa. Assim, a movimentação findou-se em frente a residência de Carlos Barbosa Gonçalves, eminente político e fundador do Clube Republicano local, sobrinho-neto de Bento Gonçalves e renomado médico. Segundo noticiam os jornais, foram erguidos “delirantes vivas”, respondidos em um discurso improvisado, mas “dotado de uma extrema alegria”, proferido por Carlos Barbosa. Após dar os devidos “vivas”, (ao Exército, à Armada, ao Ministério e ao governador provisório), os manifestantes foram convidados para a residência do ilustre republicano jaguarense, onde além de compartilhar a palavra, partilharam também finos doces e bebidas.

Podemos afirmar que diferentes tipos de olhares atravessaram as janelas naquela noite: Olhares curiosos, certamente, pois o que seria do país com o novo regime de governo?. Alguns olhares de reprovação, oriundos de apoiadores do Império, mas podemos acreditar que grande parte dos presentes dedicou apoio à causa, e considerar a expressividade da movimentação dos republicanos em Jaguarão por três pontos levantados por Sérgio da Costa Franco (1998). Primeiramente, foi possível notar a circulação do jornal *A Ordem*, que se auto intitulava órgão do partido republicano, cuja propriedade da tipografia remetia ao senhor Ramão Alvores, tendo sido dirigido por diversos redatores, alguns possuindo ligações com o Partido Liberal, sempre mantendo uma postura favorável à abolição

da escravatura e ao republicanismo, desde o ano de 1873<sup>7</sup>. Sérgio da Costa Franco afirma que as disputas entre liberais, conservadores e posteriormente republicanos, era acalorada e isto refletia-se nos jornais: cada grupo publicava seu próprio periódico, onde “as polêmicas eram constantes, não raro descambando para a ofensa grosseira” (FRANCO, 1998, p. 53-56).

Para além da circulação de jornais republicanos no município, houve também a fundação de um clube republicano naquele local. Em 30 de julho de 1882, próximo ao meio-dia, um grupo de indivíduos reuniu-se na residência do coronel Manoel de Deus Dias. Segue registrado em ata que Carlos Barbosa teria deixado expresso, de maneira clara a todos, o que significava aquela reunião que tinha por fim “tratar da organização de um partido republicano na localidade, a exemplo do que se estava praticando em todos os lugares da província e do império, visto como a necessidade de dar vigor e vulgarização a ideia da liberdade”<sup>8</sup> (CUNHA, 2018, p. 127). Após a reunião, uma diretoria provisória foi proposta por Barbosa, ficando este como presidente e Manoel de Deus Dias como vice. Na segunda reunião, o clube organizou uma eleição para sua diretoria, que veio a legitimar a direção provisoriamente escolhida (FRANCO, 1998, p. 57).

Talvez possamos considerar que este foi o primeiro passo para o nascimento da facção “*carlista*” no município. Segundo Gunter Axt, “dentre os primeiros passos de uma facção para se consolidar estavam a fundação de um clube republicano”, além da criação de um jornal, que contava com a contribuição dos correligionários, com a função de propaganda e combate aos oponentes (AXT, 2001, p. 133)<sup>9</sup>. Havia articulação para organizar clubes republicanos em diversos municípios<sup>10</sup>, buscando efetivar uma estrutura partidária, constituída pela representação local com

---

<sup>7</sup> BN DIGITAL: ALMANAK LAEMMERT, 1905, edição A00062, p. 1944.

<sup>8</sup> AHRS - Ata da primeira reunião do Clube Republicano de Jaguarão (30 de julho de 1882). Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 01.

<sup>9</sup> Em relação aos clubes republicanos e dissidências, ver: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. 1990. SACCOL, Tassiana Maria Pacianello. Um propagandista da República: Política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880). Dissertação (mestrado em história). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

<sup>10</sup> Para mais informações sobre o movimento intelectual republicano e uma análise social do período final do Império do Brasil, recomendamos ALONSO, Ângela Maria. Ideias em movimento: a geração de 70 na crise do Brasil. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002. Para um estudo da propaganda republicana na região sul do Rio Grande do Sul, ver PERES, Jéssica Rodrigues Bandeira. Abaixo a Monarquia: liderança política e propaganda republicana em Pelotas-RS (1880-1889). 141 f. Dissertação (mestrado em história). Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2021.

assembleias e regulamentos internos, refletido com mais força no estado de São Paulo. Nestas associações, os representantes eram eleitos por seus pares e destas, também surgiam as candidaturas para os cargos estaduais e nacionais (ALONSO, 2002, p. 153). No primeiro momento, o movimento republicano se caracterizou no Rio Grande do Sul de forma esporádica e individualizada, as ideias estavam esparramadas e as investidas na imprensa não tocavam o público alvo. Carlos Otoniel Pacheco da Cunha aponta que a criação do Clube Republicano de Porto Alegre, em 1878, foi um dos precursores para as mudanças deste quadro. O Clube de Porto Alegre concorreu às eleições municipais logo após sua fundação, no ano de 1880, apresentando seis candidatos para o cargo de vereança e doze para o cargo juiz de paz (CUNHA, 2018, p. 124).

Cunha ressalta que em Jaguarão pairavam as disputas entre liberais e conservadores pelo poder local – no período imperial, convertidos na Câmara e sua presidência, sendo que em um destes atritos, o próprio Imperador Dom Pedro II teria se envolvido. Em 1878, quando Carlos Barbosa retornou à Jaguarão, o cenário político do município estava comandado pelo Partido Liberal e dirigido pelas figuras de Henrique d'Ávila e José Francisco Diana, que eram respectivamente, “compadre dos Gonçalves da Silva e o primeiro professor de Carlos”. Pacheco pontua, ainda, que apesar dos estreitos laços de sua família com aqueles que chefiavam a política no período, “que ajudaria sobremaneira no início de sua carreira política -, tudo indica que Carlos não se envolveu em atividades político-partidárias no âmbito do Partido Liberal, como fizeram Ramiro Barcellos e Matta Machado” (CUNHA, 2018, p. 124; 125).

O último ponto, e não menos importante, é a busca pela disputa eleitoral. Com a finalidade de “comprovar a autonomia e pujança do partido recém organizado”, o nome de Carlos Barbosa foi posto pelo Clube Republicano Jaguareense para a disputa da deputação provincial no ano de 1882. Jaguarão estava incluído dentro do 5º círculo eleitoral, que abrangia os municípios de Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande, Herval, São José do Norte, Rio Grande, Camaquã, Encruzilhada, Caçapava e Lavras. Diversas mudanças ocorreram nas leis eleitorais durante o período imperial, e seguindo o *Decreto Legislativo nº842*, de 19 de setembro de 1855, a *Lei dos Círculos*, apenas um candidato ao cargo de deputado geral poderia ser eleito por cada divisão provincial (círculo) estabelecida pela Lei. Em sua primeira disputa, Barbosa recebeu 98 votos no primeiro escrutínio, no

entanto, precisou dividir votos com Appolinario Porto Alegre<sup>11</sup>, que disputou pelo mesmo círculo, recebendo um total de 73 votos. A candidatura de Porto Alegre teria causado desconforto aos republicanos, pois iria de contrariedade ao acordo e apresentação oficial do Diretório Central do Partido. Aparentemente, Porto Alegre acabou não participando do segundo escrutínio, visto que nos *Annaes* do ano de 1883 apenas o nome de Barbosa é citado como concorrente pelo 5º círculo (CUNHA, 2018, p. 129-130).

No ano de 1884, com novos regulamentos relativos à apresentação de candidatos, os republicanos lançaram novamente as candidaturas de Appolinario Porto Alegre e Carlos Barbosa pelo 5º círculo, porém desta vez disputaram, respectivamente, os cargos de deputado provincial e deputado geral. Nesse sentido, para que o candidato fosse efetivado era necessário que este recebesse o maior número de votos pelos clubes e núcleos pelos quais tencionava concorrer. Pacheco da Cunha salienta que é possível inferir que Barbosa possuía certo prestígio entre os republicanos daquela localidade, no entanto, também é necessário relevar que apenas outros dois municípios do 5º círculo possuíam organizações republicanas, sendo eles Caçapava e Camaquã. Nessa lógica, Carlos Barbosa não precisaria de uma vasta aprovação para sua candidatura, porém dependeria de alianças políticas com os republicanos dos outros municípios. Pacheco ainda levanta a hipótese de que a efetivação do concorrente Barbosa Gonçalves poderia ter advindo de um arranjo, feito entre os dirigentes do partido e os republicanos daquele círculo, como uma forma conciliatória dos desconfortos causados pela candidatura de Appolinario Porto Alegre no último pleito (CUNHA, 2018, p. 132).

No entanto, a sorte ainda não havia sorrido para Carlos Barbosa. Na apuração da eleição ocorrida em 1884, Barbosa recebeu apenas 158 votos, ficando atrás de João de Miranda Ribeiro Sobrinho e José Francisco Diana, respectivamente

---

<sup>11</sup> Apolinário José Gomes Porto Alegre foi um importante político e literato gaúcho, deixando marcas na cultura, política e sociedade no século XIX. Foi um dos precursores da fundação do primeiro clube republicano, ainda no ano de 1868. Uniu-se aos opositores de Castilhos, diante das discrepâncias de opinião apresentadas entre os dois. Em relação a sua contribuição cultural, destaca-se a fundação do Partenon Literário, promovendo a circulação da cultura e educação por meio da publicação de uma revista literária e organização de eventos e instituições culturais, como peças de teatro e saraus, escolas, museus e bibliotecas públicas. Ver: ARAUJO, Naira Hofmeister de. Estudo sobre a vida e a obra de Apolinário Porto Alegre. Dissertação (mestrado em Estudos da Literatura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018; Sobre o Partenon Literário e as trocas políticas: SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e a política na Porto Alegre do século XIX. Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

com 645 votos e 839 votos (CUNHA, 2018, p. 132). No ano de 1885, buscando concorrer em âmbito municipal, Barbosa foi o primeiro republicano a ser eleito para o cargo de vereança em Jaguarão (FRANCO, 1998, p. 66-67)<sup>12</sup>.

Segundo Amanda Both, apesar de ser atribuído pouco poder decisório às Câmaras Municipais no período do segundo reinado, principalmente devido à dependência que havia em relação à Assembléia Provincial, não significa que elas se configuravam em importantes mecanismos de governabilidade da esfera local. Embora com os poderes restringidos por medidas legais, principalmente se comparado aos séculos anteriores, em especial após a *Lei de Interpretação do Ato Adicional*, mantinha-se algumas brechas que eram utilizadas pelos vereadores como forma de barganha de poder. Um destes espaços de manobra recaia sobre a elaboração do Código de Posturas Municipais, que fornecia poderes à vereança sobre os impostos pagos pelos setores da economia local e a contratação de serviços e empregados, além de serem responsáveis pela fiscalização de seu cumprimento e a aplicação de penas às infrações cometidas contra este. Desta maneira, é possível estabelecer que, mesmo desprovida de ampla autonomia, “a Câmara era o órgão político principal ao nível local e desfrutava de grande margem de ação” (BOTH, 2016, p. 34-35), sendo de grande relevância que os republicanos tivessem alçado sua influência e angariado cargos ainda no período imperial. Nesse sentido, ocupar uma vaga na Câmara Municipal de Vereadores significava ter acesso ao poder político local<sup>13</sup>.

Para além dos pontos acima elencados, é necessário apontar que os membros do Clube Republicano de Jaguarão detinham significativa atividade, contando com o registro de 24 encontros, desde sua reunião de fundação em 1882,

---

<sup>12</sup> Nos anos iniciais da fundação do Partido Republicano Rio-Grandense, ainda no período imperial, a vereança configurava-se no único espaço de manobra disponível. Apenas Assis Brasil, no ano de, conseguiu eleger-se a deputado provincial, pelo 3º círculo. Sobre a trajetória de Assis Brasil, ver: SACCOL, Tassiana Maria Pacianello. Um propagandista da República: Política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880). Dissertação (mestrado em história). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

<sup>13</sup> Em relação às elites políticas locais e sua relação com a vereança, ver MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”: Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). 366 folhas. Dissertação (mestrado em história). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.; NICOLOSO, Fabrício Rigo. Fazer-se elite em Santa Maria – RS: os imigrantes alemães entre as estratégias políticas e sociais – 1830/1891. 202 folhas. Dissertação (mestrado em história). Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

contando com 20 pessoas, até o dia de 16 de setembro de 1890, último concílio registrado no livro consultado, com mais de 90 participantes<sup>14</sup>.

Dessa maneira, o presente capítulo possui como objetivo analisar a formação política, cultural e econômica do município de Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil, situado na fronteira com a cidade de Rio Branco, departamento de Cerro Largo, Uruguai, explorando as questões que emergem da condição fronteiriça da região. Posteriormente, a atenção do capítulo será voltada a política nacional e estadual, no período conhecido como Primeira República, discutindo aspectos relativos ao sistema coronelista no país e no Rio Grande do Sul. Ao final deste capítulo, adentraremos nas dissidências intrapartidárias do Partido Republicano Riograndense e a figura de Carlos Barbosa, que estaria relacionado a uma delas.

## 2.1 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUARÃO E A QUESTÃO DA FRONTEIRA

A demarcação de territórios entre Espanha e Portugal configurou-se em uma questão complexa na América, não havendo consenso entre as duas Coroas nem por meio de tratados diplomáticos redigidos no período. No entanto, em 1777, o *Tratado Preliminar de Limites*, firmado entre os monarcas daquelas metrópoles, trouxe novas questões. Este deixava claro o domínio espanhol sob as conhecidas *Missões* e Colônia de Sacramento, todavia, não havia muitas considerações explícitas acerca da área fronteiriça meridional. O referido tratado incluiu a criação de “territórios neutros”, que tinham por objetivo “separar as frentes de expansão colonial de Portugal e Espanha”, tendo sua ocupação proibida. Nessa lógica, devido à falta de clareza, a região entre o rio Piratini e o rio Jaguarão era interpretada como neutra pelos espanhóis, ao mesmo tempo em que os portugueses declaravam esta como à sua pertença, não sendo assim estabelecido um marco divisório ao sul do rio Piratini (GULARTE, 2015, p. 31-32)

O movimento causado pela expulsão dos espanhóis da Vila de Rio Grande, no ano de 1776, teria sido um dos fatores que impulsionaram a ocupação das terras que, na teoria, não pertenciam a nenhum dos dois países Ibéricos. Ainda, segundo Gustavo Gularte, a concessão de sesmarias ao sul do Piratini teve um aumento a

---

<sup>14</sup> AHRS - Ata de reunião nº 24 do Clube Republicano de Jaguarão (16 de setembro de 1890). Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 48.

partir de 1790, ação pela qual “a Coroa portuguesa acabou, dessa forma, incentivando e legitimando a ocupação desses terrenos em litígio, a qual vinha sendo realizada por iniciativas particulares, conjugando interesses metropolitanos e individuais” (GULARTE, 2015, p. 33).



Figura 1- Mapa escolar do Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Portal de Mapas do IBGE. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/porta1.php#mapa190>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2022.

Adaptações: Nycole Andrade

Repercutindo a guerra que ocorria no continente europeu, declarada pela Espanha a Portugal por pressão francesa, o conflito de 1801, ocorrido nas frentes das *Missões Orientais*, na área de *Santa Tecla* e *Batovi*, na fronteira do rio Jaguarão e no litoral ao sul da Lagoa Mirim e às margens do rio Paraguai, teria representado uma chance de aumento dos domínios portugueses, assim como “reconhecer os castelhanos como inimigos e fazer-lhes hostilidades pela fronteira”. Apesar do destaque dado pela historiografia à conquista da região das missões, a Fronteira do Jaguarão foi apontada como a zona de maior resistência espanhola, sendo necessário o envio frequente de tropas (GULARTE, 2015, p. 35).

Em fevereiro de 1802, entre a margem do Rio Jaguarão e a atual Rua General Marques, nas proximidades onde hoje se situa a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, foi estabelecido um acampamento militar, tal como os outros de seu período, construído com palha e madeira. O local, conhecido como *Rincão do Serrito*, foi estrategicamente construído por Marques de Souza, ao retornar de conflitos que aconteceram em 1801, que decidiu ali estacionar uma guarnição, com cerca de 200 homens. O terreno composto por dois cerros, o *Cerro das Irmandades* e o *Cerro da Pólvora*, propiciava maiores chances de defesa e era um bom ponto de observação. A *Guarda do Serrito e da Lagoa* teve em seus primeiros anos um efetivo considerável, fruto do medo de um provável contra-ataque espanhol àquela fronteira, composto de aproximadamente 200 homens, que diminuiu com o passar dos anos, chegando a 52 militares no ano de 1810 (CUNHA, 2012, p. 48).

O povoado crescia em torno da *Guarda do Serrito*, principalmente devido a sesmarias e terrenos que foram concedidos ao longo do começo do século XIX, das quais muitos militares e milicianos que haviam lutado em 1801 usufruíram. Em 1803, foi construída uma pequena capela onde se realizava alguns ritos católicos, e com o tempo, surgiram algumas estâncias fortificadas na região. Em 1812, o território foi elevado à *Freguesia do Divino Espírito Santo do Serrito*, passando a ter autonomia eclesiástica e, durante o período regencial, foi elevado à Vila pelo decreto do dia 6 de julho de 1832, que “delimitou os limites da nova vila abrangendo os atuais municípios de Herval (freguesia desde 1825) e Arroio Grande”, expandindo seus limites. Segundo o recenseamento de 1833, a *Vila do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão* possuía a totalidade de 5.457 habitantes. Jaguarão finalmente adquire o status de município em 23 de novembro de 1855, por meio da Lei Provincial nº 322 (CUNHA, 2012, p. 48; 57; 96; 97; 149). Durante o período da Primeira República, a cidade foi dividida em três distritos administrativos: Divino Espírito Santo de Jaguarão, Juncal e Serrito<sup>15</sup>. Atentemo-nos aqui às divisões judiciárias estabelecidas pelo Rio Grande do Sul: as comarcas, definidas pelo presidente do estado, eram compostas por um ou mais municípios; os municípios eram circunscritos para efeitos administrativos e judiciários; e por sua vez, os distritos eram frações do município, sendo de criação exclusiva do poder municipal<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> BN DIGITAL: ALMANAK LAEMMERT, 1909, edição B00066, p. Q-56.

<sup>16</sup> BN DIGITAL: ALMANAK LAEMMERT, 1925, edição D00081, p. 635.

Segundo as memórias do comerciante uruguaio Carlos Anaya, em trechos reproduzidos por Sérgio da Costa Franco e Eduardo Soares, próximo ao período de 1819 e 1821, a população do município era composta por "emigrantes em enxame, espanhóis com baixo grau de civilização e pouca cordura, emigrados do nosso país por defensores do sistema de colonização da América" (ANAYA apud SOARES; FRANCO, 2010, p. 17; 39). Desde essa época, a principal matriz econômica da localidade foi a pecuária bovina voltada para o abastecimento das charqueadas de Pelotas. No entanto, em Jaguarão também existia um importante comércio urbano e as suas próprias charqueadas, sem contar nas suas lavouras de gêneros agrícolas, recentemente destacadas pela historiografia. A escravidão estava presente em todas essas atividades e com o tempo a pecuária foi crescendo em importância, tendo suas terras avançando sobre as dos pequenos produtores<sup>17</sup>. Segundo o censo do ano de 1872, consta que dos 13.642 habitantes do município, apenas 7.359 foram classificados como brancos (53,9%), enquanto os outros 6.283 habitantes foram classificados entre pardos (2.619), pretos (3.135) e caboclos (529) no município<sup>18</sup>.

Em relação à economia, Sérgio da Costa Franco pontua que, naquela fronteira, na primeira década de 1800, as atividades eram voltadas ao comércio e pastoreio. Por meio do testamento e inventário deixados por Vasco Pinto Bandeira, primeiro comandante da *Guarda do Serrito*, falecido em 1806, Franco averiguou a existência de fazendas voltadas à criação de animais para abate, bois para rodeio e trabalho na terra, além de cavalos e burros. Também consta no inventário a existência de 14 escravizados, divididos entre as duas fazendas do inventariado, 6 deles na fazenda do *Telho* e os outros 8 na fazenda que ficava próxima ao *Herval*, na costa do *Arroio*. Além disso, a lista de créditos e débitos presente nesses documentos permite inferir que havia uma atividade comercial de significativa intensidade na região, abrangendo alguns indivíduos referidos como espanhóis, como "o espanhol Dom João Alonso", "tenente espanhol D. Agostinho Belgrano", militares da própria Guarda, como o capitão Domingos de Freitas e o Alferes Hipólito

---

<sup>17</sup> GULARTE, Gustavo da Silva. Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835. 132 folhas. Dissertação (mestrado em história). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015; PINTO, Franklin Fernandes. Economia, agregação e reprodução social entre pequenos produtores (Jaguarão/RS, c. 1802-1835). 137 folhas. Dissertação (mestrado em história). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

<sup>18</sup> Censo geral de 1872, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

do Couto Brandão, além de conhecidos comerciantes da região, como Antônio José de Leivas e Francisco José Rodrigues Fontes. É perceptível, também, que o povoado estava crescendo, visto que Pinto Bandeira deixou uma casa na *Guarda da Lagoa*, além de afirmar em correspondência ao governador da capitania que muitas pessoas estavam “povoando o campo reivindicado na ocasião da guerra, em toda a extensão do Rio Jaguarão” (FRANCO, 1980, p. 30). Ainda, segundo o estrangeiro viajante Michael George Mulhall, próximo aos anos de 1842 a 1851, as atuais cidades de Jaguarão e Rio Branco “tiveram grande progresso e muito comércio se fez através da fronteira, principalmente de couro e gado, porque os “brancos” e os “colorados” (alternadamente) tinham como costume confiscar as vacas e cavalos de seus adversários”<sup>19</sup> (MULHALL, 1873 apud SOARES; FRANCO, 2010, p. 39)

O militar suíço Carl Seidler, vindo para servir o exército imperial na campanha da Cisplatina, no ano de 1827, deixou duas importantes impressões sobre o então *povoado do Serrito*: em um primeiro momento, destaca o difícil acesso via fluvial àquela localidade, visto que a lagoa, especialmente a região da boca do Jaguarão, “era quase obstruída por bancos de areia e de pedras”, além de ventos repentinos que colocavam os barcos em risco, sendo frequentes os desastres apesar das cautelas. Todavia, descreve que o rio que delimita a fronteira “é facilmente atravessado pelas rápidas canoas e como a cidade não tem fortificações, as tropas da república sul-americana costumam ocupá-la assim que os portugueses lhes voltam as costas”, dessa forma, especulando que os moradores da região mantivessem, secretamente, um entendimento político com os uruguaios (SEIDLER, 1835 apud SOARES; FRANCO, 2010, p. 21).

Ao longo de suas memórias, Seidler relata participar de atividades de caça e passeios ao redor da comunidade, que acabaram ficando cada vez mais raras devido ao iminente perigo representado pelas forças inimigas, que frequentemente atravessavam o rio, “conforme davam claro testemunho os constantes assassinios das sentinelas que tínhamos à margem. Especialmente no Passo das Pedras era frequente encontrar morta a sentinela quando se ia rendê-la” (SEIDLER, 1835 apud SOARES; FRANCO, 2010, p. 25).

---

<sup>19</sup> Memórias registradas por Michael George Mulhall que visitou o Rio Grande do Sul entre os anos de 1871 e 1872, tendo posteriormente publicado um livro sobre a viagem, intitulado “Rio Grande its german colonies” (LONDRES, 1873) (FRANCO; SOARES, p. 39).

Como a sociedade jaguarenses era uma sociedade de fronteira, política e economia acabavam sendo afetadas por essa situação geográfica, sendo necessário estabelecer algumas considerações sobre como pensamos essa Fronteira. Em relação à questão fronteira, Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Luís Augusto Farinatti (2009) pontuam a existência de duas tipologias de fronteira enraizadas no debate historiográfico: a ideia de uma “fronteira-barreira” e de uma fronteira integrada. Voltando-se ao clássico estudo de Ieda Gutfriend, *A historiografia rio-grandense* (1992), onde a autora propõe a análise da presença de duas matrizes historiográficas que buscam a origem social do Rio Grande do Sul, que denomina de “matriz lusitana” e “matriz platina”. A primeira defendia uma participação portuguesa na formação do estado e enquadrava autores como Aurélio Porto, Souza Docca, Othello Rosa e Moysés Vellinho, enquanto a segunda, leva em consideração uma formação platina e era integrada por Rubens de Barcellos, Manoelito de Ornellas (FARINATTI; FLORES, 2009, p. 148-149), e os jaguarenses João Pinto da Silva (1889-1950) e Alfredo Varela (1864-1943).

Apesar de já haver sido repensada em alguns aspectos, Thompson Flores e Farinatti julgam que a análise proposta por Gutfriend não perdeu sua relevância. Ainda, relacionam a ideia de fronteira-barreira com a matriz lusitana e seu representante Moysés Vellinho, que ao subestimar as trocas culturais entre o Brasil e os países platinos, atrelavam a esta um caráter militar, onde “a fronteira-limite” estabeleceria “um sentimento de pertencimento nacional” ao habitante daquele espaço e causando o “estabelecimento de uma relação de alteridade frente ao estrangeiro”. Os autores atrelados à matriz platina, por sua vez, pontuaram a existência de aspectos e vínculos importantes existentes entre a sociedade brasileira e os países platinos com os quais faz fronteira (FARINATTI; FLORES, 2009, p. 149), mas Farinatti e Flores ressaltam a seguinte consideração:

[...] como observou Ieda Gutfriend, apesar de reconhecerem a influência platina no Rio Grande do Sul, esses historiadores também estavam guiados pela ideia pré-concebida de nação e de Estado, identificados com a unidade territorial político-administrativa que o país possuía no tempo em que eles escreviam suas obras. Aqui interessa salientar que, mesmo assim, esses trabalhos abriram espaço para a superação da ideia da fronteira meridional como uma área onde a divisa nacional pudesse isolar as populações que viviam de ambos os lados (FARINATTI; FLORES, p. 149-150).

As duas correntes apresentadas por Ieda Gutfriend podem ser descritas mais como possuidoras de aspectos divergentes do que como ideias antagônicas, tendo em vista que ambas as matrizes “partiam da ideia de nação e de estado, identificando-os com os limites políticos-administrativos. Em relação ao estado sulino, subestimaram o mobilismo, a ação, o movimento de áreas geográficas bastante extensas (...)” (GUTFRIEND, 1999, p. 196 apud FARINATTI; FLORES, 2009, p. 150).

Luís Farinatti e Mariana Flores também ponderam sobre a existência de novos trabalhos que vêm incluindo o Rio Grande do Sul dentro do “espaço platino”, que apesar de muito variados, “compartilham a percepção de que havia profundas ligações sociais, econômicas, militares, culturais e políticas entre as sociedades que habitaram esse espaço [...]” e têm tornado evidente a importância das interações sociais entre os diversos sujeitos que atuaram na construção social da fronteira (FARINATTI; FLORES, 2009, p. 151). A existência de uma renovação acerca do conceito “fronteira-barreira”, consagrada por uma historiografia nacionalista, considera que “o limite nacional, por certo, não era uma barreira intransponível e não impedia trocas e circulação de pessoas, mercadores e ideias”, sem esquecer que estes movimentos se diferenciavam daqueles realizados internamente no país. Neste sentido, os autores empregam o exemplo de transporte de gado, partindo do município de Alegrete para São Gabriel, e depois do Alegrete para o Uruguai: apesar de a distância ser a mesma, existiam certos cuidados que deveriam ser tomados para que este chegasse na banda Oriental. “Assim, os sujeitos que habitavam aquele espaço precisavam incluir em seus cálculos formas de manejar a fronteira” (FARINATTI; FLORES, 2009, p. 156).

Mesmo que a oficialização dos limites tenha demorado, a situação de fronteira não era nada indefinida ou nebulosa para os sujeitos que habitavam aquele espaço, ao contrário, era algo conhecido e manejado por aqueles atores. É exatamente por terem a clareza da existência desses limites que eles eram capazes de manejar a situação de fronteira a seu favor, como acontecia quando [...] lançavam mão das diferentes identidades/alteridades que dispunham (FARINATTI; FLORES, 2009, p. 156).

Tendo esta lógica em perspectiva, buscamos compreender a fronteira como uma construção feita através das diversas relações sociais que eram estabelecidas pelos habitantes daquele espaço, percebendo essas vivências como repletas de

problemas e possibilidades, que variavam e se estendiam conforme as posições sociais desempenhadas pelos sujeitos, apresentando assim, “uma ‘fronteira dinâmica’, capaz de, num mesmo espaço e tempo, relevar a constituição de variados significados para diferentes agentes”, tendo em vista a compreensão da convivência de diferentes grupos no mesmo espaço, com interesses diversificados e diferentes estratégias relativas ao “uso” dessa fronteira (FARINATTI; FLORES, 2009, p. 158).

É importante considerar que, em se tratando de um município encravado na fronteira com o Uruguai, a vivência com o contexto fronteiriço fazia parte do cotidiano de muitas famílias. Ou seja, a população de Jaguarão estava acostumada com esse manejo da fronteira, incorporando práticas costumeiras das mais diversas. Desde o início do século XIX, por ali passavam tropas de gado, batalhões do Exército, comandantes militares, políticos com terras no Uruguai, peões uruguaios para trabalhar no Brasil, escravizados fugidos, contrabandistas, sem contar as relações de parentesco e de negócios com pessoas do outro lado da fronteira. No período republicano, essas práticas permaneciam vivas, sendo readaptadas a novas conjunturas e contextos.

Nesse sentido, podemos pontuar três usos dessa fronteira que se sobressaíram durante a pesquisa: o contrabando, a busca por alianças políticas e a posse de terras no país vizinho. Segundo Rosemary Fritsch Brum e Jeferson Francisco Selbach, é possível atestar que o contrabando nas zonas de fronteira era uma maneira utilizada para a potencialização do lucro e uma forma de contrabalanceio de preço x oferta x giro de mercadorias, sendo o comércio ilegal tratado muitas vezes com “vista grossa” pelas autoridades e particulares e usado como artifício de sobrevivência por parte da população (SELBACH; BRUM, 2017, p. 11).

O contrabando era executado de diversas formas e com os mais variados produtos<sup>20</sup>. Segundo notícia no jornal *Echo do Sul*, em 24 de abril de 1906, uma mala com joias e quinquilharias, além de perfumarias, foram apreendidas a bordo do vapor Mirim. O mesmo jornal também divulga a apreensão feita pelo 1º auxiliar do Corpo Aduaneiro da cidade, contando com 17 volumes de mercadorias, entre elas, “constantes de algodão, tricores, fazendas de inverno, etc., calculado n’uns quatro

---

<sup>20</sup> Para uma análise do contrabando na fronteira no meado do XIX, ver THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul – (1851-1864). Dissertação (mestrado em história). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

contos de réis”. Outra apreensão foi feita na região do *Passo das Pedras*, tendo os audaciosos contrabandistas pedido permissão de passagem para o sargento que comandava a guarda ali destacada; Desconfiado do “volume que os arreios faziam em cima dos animaes em que elles vinham montados, foi-lhes passar revista”, encontrando ali cobertores, carpins e camisetas. Próximo ao *Passo da Areia*, foram retidas “quatro carretas e vinte e nove animaes cavallares”. Entre outros curiosos objetos apreendidos como contrabando, podemos citar sabonetes de creolina, bolas de borracha, plumas para pó de arroz e escovas de dentes (SELBACH; BRUM, 2017, p. 67; 107; 108; 118; 125). A diversidade de mercadorias apreendidas como contrabando justifica-se segundo a *Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas da República*, artigo nº 234, 7º parágrafo, do ano de 1894, que considera que “os volumes ou mercadorias de qualquer natureza, encontrados sem ordem ou guia, presumir-se-ão introduzidos por contrabando, e será imposta ao Administrador, pela Autoridade administrativa, a multa de metade do valor de mercadorias”<sup>21</sup>.

Em relação a esta temática, uma das epístolas localizadas no Arquivo Borges de Medeiros nos atrai muito a atenção e demonstra algumas evidências do funcionamento prático do comércio aduaneiro em Jaguarão. Em 8 de novembro de 1919, João Mâncio Ribeiro, administrador da Mesa de Rendas em Jaguarão, escreveu a Borges de Medeiros, por ordem do então Ministro da Fazenda, a fim de esclarecer irregularidades apontadas pelo escriturário da Alfândega de Recife, Romeu Gibson, o auxiliar da comissão de Inspeção da Alfândega e Mesas de Renda do Rio Grande do Sul, Castello Branco Nunes, e o Cônsul Uruguaio, contra comerciantes de fumo de Pelotas, sob a alegação de que a mercadoria estava passando para o Uruguai de forma irregular, havendo infligido os crimes de sonegação de impostos, e conseqüentemente, contrabando. A questão estava vinculada ao fracionamento e subdivisão do fumo no momento de seu transporte<sup>22</sup>.  
 Todavia, segundo o autor da carta

Esse fraccionamento, consentido para maior facilidade de passagem como contrabando, já vem de longos annos e tanto isso é verdade que as

---

<sup>21</sup> BRASIL, Nova consolidação das leis das alfândegas e mesas de rendas da República, 1894. Imprensa nacional: Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518629>>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

<sup>22</sup> Carta de João Mâncio Ribeiro a Borges de Medeiros. Jaguarão, 8 de novembro de 1919. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2783.

diversas Repartições nunca impugnaram certidões passadas por esta Mesa, certidões essas em que, como se vê, constam número das guias de taes fraccionamentos, havendo até ocasiões em que d'uma partida de fumo fazia-se uma dúzia de lotes legalmente despachados e que mais tardes eram enumeradas nas certidões. Si isso não era legal então a culpa não era desta Mesa e sim das Repartições como a Alfândega de Pelotas que recebiam taes certidões sem impugnarem-nas. E parece-me que em todo Estado assim se procede<sup>23</sup>.

O remetente salienta ainda que a Mesa de Rendas da cidade fazia um bom serviço, e neste caso, só notava a “falta de número [relativo à] quantidade de volumes e espécie de volumes, mas isso mesmo em alguns deles”, ressaltando que isso em nada era prejudicial ao processo de comercialização, visto que “uma vez delles consta o essencial que em verdade é exclusivamente o seguinte. - o nome do remetente, do consignatario e menção da guia remetente, peso e qualidade da mercadoria”, informações essas trazidas por todos os lotes. Em relação ao acompanhamento do transporte pelas autoridades naquela fronteira, não havia nada expresso, tendo, no entanto, o administrador Érico Campos enviado diversas vezes “empregados de sua confiança disfarçadamente verificar a passagem do fumo, a fim de certificar-se o fumo passava ou não”. João Mâncio constata que se a mercadoria tivesse retornado após a ordem baixada pelo Inspetor Castello Branco, seria comprovação de que o fumo “passava de contrabando para não pagar os pesados impostos naquele país” e que não iriam “os intermediários do fumo levar as autoridades fiscais do vizinho país a mercadoria, entregando-a, assim, aos pesados tributos”<sup>24</sup>.

Deste fatídico episódio, podemos inferir sobre as atividades da Mesa de Rendas da localidade e o comércio com as localidades vizinhas. Apesar da investigação feita por João Mâncio Ribeiro ter “constatado” a legalidade daquela transação comercial, e atestado e eficácia do serviço prestado por aquela Mesa, o remetente destaca que “em realidade é sabido por todos que o fumo é contrabandeado em grande escala para o Uruguai, e que a menor exportação é feita via Jaguarão”<sup>25</sup>.

O volume de cartas relativo ao pedido ou transferência de cargos públicos na Mesa de Rendas nos chamou atenção. Dos 212 documentos remetidos do município de Jaguarão, diretos e indiretos, 24 (11,3%) deles relacionam-se de alguma maneira

---

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem.

com o supracitado órgão público, e outros 12 (5,6%) possuem ligação com a Guarda Fiscal Aduaneira. A hipótese que levantamos aqui, é que estes cargos poderiam ser usados como uma “facilitação” para a passagem de mercadorias, sendo bom para os negócios ter aliados em tal posição, gerando certa demanda por estes cargos.

Em relação ao deslocamento e proximidade entre Jaguarão e os municípios vizinhos, atentemo-nos ao seguinte relato. O viajante Michael George Mulhall, que viajou via fluvial de Pelotas a Jaguarão, entre os anos de 1871 e 1872, descreveu a “viagem em vapor de Pelotas a Jaguarão, 148 milhas” como “desprovida de interesse até se entrar na Lagoa Mirim”, onde os vapores seguidamente encalhavam nos bancos de areia da região, fato que relacionava à pouca profundidade da água no local. Ao apresentar a cidade, enfatiza a beleza da região, destacando a visão das terras uruguaias, situadas na margem oposta do rio, proporcionada pelo Cerro das Irmandades. Além disso, destaca que havia uma barca “fazendo a travessia” entre a Vila de Artigas e Jaguarão “de meia em meia hora” (MULHALL, 1873 apud SOARES; FRANCO, 2010, p. 39). O viajante nos oferece o seguinte panorama para pensarmos nos meios de transporte do período:

De Jaguarão, o viajante pode ir a cavalo até Bagé, Alegrete, etc., passando por uma região bastante diversificada e sendo bem recebido em todas as instâncias. É essencial ter um bom guia. Se quiser ver alguma coisa da Banda Oriental, pode tomar a diligência de Artigas para Melo, um trecho de sessenta milhas com as paisagens mais selvagens [...] se encontram umas doze habitações no caminho e há mais madeira do que gado, embora ambos sejam escassos [...] Os nativos que vivem ao longo da estrada têm tão má reputação que ninguém gosta de viajar sozinho a cavalo” (SOARES; FRANCO, 2010, p. 40).

As viagens para o território vizinho não pareciam ser raras entre os fins do século XIX e início do século XX. Pelo relato supracitado, podemos perceber quatro formas comuns de transporte no período: os vapores e barcas, via fluvial, além das carruagens e montarias, via terrestre. Para mais, no ano de 1906, em seu setor mercantil, o *Almanak Laemmert* trazia o anúncio das linhas regulares de navegação fluvial, que partiam de Jaguarão e eram feitas pela empresa *Augusto Leivas & Cia*. Os vapores compreendiam o trânsito entre os municípios de Jaguarão, Rio Grande, Pelotas, Santa Isabel e Santa Vitória, havendo passagens de primeira e segunda classe, variando o número de saídas conforme as épocas do ano. Ainda, consta a informação de que “estes vapores estão em combinação com as diligências entre

Artigas e Nico Perez e dahi pela Estrada de ferro até Montevideo”<sup>26</sup>, sendo facilmente possível uma combinação entre os meios de transporte para chegar à capital uruguaia.

Não nos é possível inferir sobre quanto tempo seria empregado em uma empreitada destas. No entanto, é oportuno afirmar que havia uma mobilização para que a circulação entre os dois países fosse facilitada. Em carta a Borges de Medeiros, no ano de 1903, Zeferino Lopes de Moura leva ao conhecimento do chefe partidário de que a *Colectividade da Junta Econômica Administrativa de Cerro Largo*, “opina para que o traçado da estrada de ferro em projeto, de Nico Perez à Fronteira à Vila de Artigas, fronteira a esta cidade, aproveitando-se a continuação do transporte por via fluvial”. Todavia, essa correspondência tratava-se de um pedido de empenho à Borges, visto que “se baseado na dificuldade de transporte por via fluvial, a Empresa no Estado Oriental [poderia] optar pela linha férrea de Melo à Bagé”, processo que, segundo o remetente, acabaria “enriquecendo ainda mais uma zona já favorecida”, culminando na “morte material desta comarca”, sendo este resultado péssimo para o estado, pois tratava-se “de uma zona que com pequeno esforço pode viver e progredir”<sup>27</sup>.

Segundo Eduardo Soares, a expectativa dos jaguarenses, no início da década de 1920, estavam voltadas à construção da ponte que ligaria o Brasil e o Uruguai, e não menos importante, a construção do ramal ferroviário, que seria responsável por ligar Jaguarão à estação de Erval do Sul, alcançando a rede estabelecida, ainda em 1884, entre Rio Grande e Bagé. Além dos problemas de navegação apresentado pela Lagoa Mirim, que representava ameaça de encalhe até para embarcações menores, “as ligações terrestres (para curso de veículos de tração animal, basicamente) encontravam nos arroios e sangas um obstáculo permanente, mais ainda nos meses chuvosos”, dificultando, quando não impossibilitando, a travessia (SOARES, 2005, p. 15).

Havia mobilização para a construção da ponte internacional, pelo menos, desde o ano de 1875, quando tramitava na *Câmara Municipal de Jaguarão* um requerimento pedindo “ao Governo imperial privilégio por sessenta anos para construção de uma ponte que una esta cidade à Vila de Artigas, no Estado Oriental”,

---

<sup>26</sup> BN DIGITAL: ALMANAK LAEMMERT, 1906, edição A00063, p. 786.

<sup>27</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 28 de agosto de 1903. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2594.

ficando acordado a nomeação de uma comissão para prestar as informações e deliberar sobre o assunto, composta pelos vereadores José Francisco Diana e José Manuel Gularte. No entanto, a construção foi desenrolar-se décadas depois deste episódio, sendo assinado o *Tratado da Dívida* apenas em 1918. O tratado consolidava que

[...] a dívida do Uruguai para com o Brasil em cinco milhões de pesos uruguaios (ou 1.063;829 libras esterlinas) e estabelecendo que o seu pagamento seria realizado pela República Oriental custeando as obras de construção de um Instituto do Trabalho, de finalidade educacional para brasileiros e uruguaios, e da ponta que levaria o nome de Mauá (SOARES, 2005, p. 21).

Entre mais compromissos firmados no Tratado, estavam fixados normas relativas às obras, fins e utilização da construção, especificando que “a ponte a ser construída é destinada a todos os [...] de trânsito e tráfego, passagem de pedestres, cavaleiros e veículos de qualquer classe, inclusive trens ferroviários”, sendo “completamente livre e gratuita para toda classe de trânsito e tráfego”, firmando os governos dos dois países “obrigam-se a estabelecer em suas respectivas jurisdições, nas extremidades da ponte, postos fiscais e aduaneiros habilitados para todos os gêneros de operações”. No entanto, a obra começou apenas no ano de 1927, executada pela empresa E. Kemnitz & Cia. A ponte foi inaugurada em 30 de dezembro de 1930, e o ramal férreo estreado apenas em 12 de dezembro de 1931, estabelecendo uma ligação ferroviária maior, estendida até a cidade uruguaia de Treinta y Tres (SOARES, 2005, p. 16; 21; 22; 133; 134).

Além de estabelecer fronteira com a República Oriental do Uruguai, outro fator que não deve ser deixado de lado é a proximidade entre os municípios de Jaguarão e Pelotas. Em relação à população, Pelotas configurava-se na segunda maior cidade do estado, com aproximadamente 82 mil habitantes no ano de 1920, ficando atrás apenas da capital Porto Alegre. A partir de 1915, o porto de Pelotas passou a receber navios oceânicos, o que agilizava o transporte de charque para os outros portos brasileiros, estreitando os vínculos econômicos entre o estado e o país. Para se ter uma ideia da produção oriunda de Pelotas, na década de 1880, eram abatidas cerca de 300.000 cabeças de gado por ano (LOVE, 1975, p. 17; 141; 146).

Ainda, no século XIX, por conta das charqueadas, a cidade detinha o segundo maior número de escravizados da Província, perdendo apenas para Porto

Alegre. A negociação pela fixação de companhias frigoríficas no estado vinha sendo fomentada por Borges de Medeiros desde 1915, que ofereceu diversos benefícios para a instalação de empresas estrangeiras. Em 1916, o governo gaúcho promoveu a construção de um frigorífico de propriedade do estado, amparado pela Associação dos Criadores de Gado do Estado. Medeiros angariou apoio orçamentário por meio dos chefes locais do PRR, que buscaram solicitar fundos provenientes dos estancieiros de seus respectivos municípios. Dessa maneira, a “Companhia Frigorífica de Pelotas obteve licença para funcionar em 1917 e começou sua produção dali a dois anos” (LOVE, 1975, p. 190).

Também não podemos deixar de ressaltar a influência política exercida pelos Barbosa-Gonçalves no município vizinho. Carlos Barbosa era irmão de José Barbosa Gonçalves, que além de participar da fundação do *Clube Republicano 20 de Setembro*, foi nomeado intendente de Pelotas em 1892 e foi eleito para o cargo novamente em 1908, abandonando-o para tornar-se *Ministro da Viação* no governo de Hermes da Fonseca. Além disso, visto sua formação superior em engenharia, realizada no Rio de Janeiro, ocupou diversos cargos e realizou diversos trabalhos na *Secretaria de Obras Públicas do estado*, além de exercer o cargo de *Secretário da Fazenda e das Obras Públicas* durante o governo de Borges de Medeiros. Em esfera federal, foi deputado em 1916, ficando no posto por meio da reeleição até o ano 1930<sup>28</sup> (LONER; GILL; MAGALHÃES (org.), 2017, p. 102; 168; 169).

Com relação à busca de alianças políticas com os uruguaios, localizamos duas cartas que demonstram as tentativas estabelecidas pelo Partido Republicano Riograndense de aliar-se, ou angariar apoio, do partido político colorado. Em carta enviada à Borges de Medeiros, em 28 de junho de 1907, Carlos Barbosa Gonçalves afirma ter remetido a Montevideu a Primeira Carta Rio-Grandense, da autoria de Albatuba, buscando sua publicação no jornal *El Siglo*, que segundo o remetente, considerava-se “um dos mais importantes da capital uruguaia, e que defende atualmente a política ali dominante, isto é, é colorado”. Ciente de que seu pedido seria atendido, Carlos Barbosa solicitou seis cópias da edição de publicação,

---

<sup>28</sup> Dicionário Bibliográfico do CPDOC-FGV, Verbetes “José Barbosa Gonçalves”. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GON%C3%87ALVES,%20Jos%C3%A9%20Barbosa.pdf>>. Acesso em: 07 de abril de 2021

prometendo enviar cinco destas para que Borges distribuísse conforme sua vontade<sup>29</sup>.

Posteriormente, Barbosa informa a Medeiros que haviam sido “franqueadas as cartas rio-grandenses [...] Ao receber aviso em tal sentido, enviei logo a primeira epístola, e quando esperava receber *El Siglo* com a publicação desejada, veio a carta que esta acompanha, do diretor daquela folha”. A publicação foi negada, devido ao seu conteúdo “com um partidarismo exagerado narrava os sucessos políticos do Rio Grande do Sul, visto por aquele jornal, por índole e hábitos, inteiramente estranho às lutas políticas”. O remetente deixou claro que felizmente ainda não havia enviado a segunda epístola e expressou que ele mesmo a considerou “demasiada agressiva e pessoal”. A carta a qual Barbosa enviou em anexo, havia sido assinada por Enrique Lemos, descrito como “irmão do chefe do positivismo brasileiro e amigo particular do doutor Vilmann, presidente da república”, que teria intercedido a favor dos brasileiros, sem sucesso. Ao longo da missiva, o remetente aconselha o chefe partidário que talvez a melhor opção seja desistir de “qualquer publicação em Montevideú, porque nada mais tem ali aparecido sobre *abbottismo*<sup>30</sup>, depois dos conhecidos artigos d’*A Tribuna*”, porém afirma que se houver insistência para a realização da publicação, ela poderia ser conseguida “*por buena plata*, na seção livre de algum outro jornal”.<sup>31</sup>

Também é possível perceber outras formas de estreitos laços com o país vizinho. Na mesma carta em que alerta Borges sobre a possível publicação nas colunas do jornal *El Siglo*, como assunto secundário, Carlos Barbosa relata à Borges de Medeiros que o “amigo” “Joaquim Pedreiras Júnior é nosso homem na República Oriental, e ainda agora está em Montevideú, a pedido meu, observando os passos dos Ramos e mais cafajestes, que ali pretendem reunir elementos para perturbar a ordem em nossa terra”. Pedreira Júnior, estaria, ainda, esperando uma nomeação ao vice-consulado de Melo, prometida por Pinheiro Machado. Sem rodeios, Barbosa pede a Medeiros que “quebrai, portanto, louças por ele, envidai tudo para que ele

---

<sup>29</sup> Carta de Carlos Barbosa Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 28 de junho de 1907. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2638.

<sup>30</sup> *Abbottismo* se refere à Fernando Abbott, que em 1907, abriu dissidência do PRR e fundou o Partido Democrata junto com Assis Brasil, tendo concorrido contra Carlos Barbosa nas eleições daquele ano.

<sup>31</sup> *Idem*.

volte ao seu lugar, como foi prometido pelo Senador, e ele nos retribuirá em bons e assinalados serviços de toda ordem”.<sup>32</sup>

A instalação de informantes no outro lado da fronteira pode ser vista como uma desejável técnica de espionagem. A região de fronteira com o Uruguai e a própria República Oriental, eram vistos como local de refúgio e reorganização dos opositores federalistas. Quando, em 1893, Júlio de Castilhos voltou ao posto de Presidente do estado, desta vez por meio de processo eleitoral, diversos federalistas que vinham sofrendo represálias dirigiram-se para fora do Rio Grande do Sul, em sua maioria, refugiando-se do outro lado das fronteiras do Uruguai ou da Argentina. Love afirma que esta era uma tentativa de fugirem do assassinato ou da pena de prisão, porém, não impedia outras ações, como os saques e a morte dos animais de criação (LOVE, 1975, p. 65). Segundo Love,

Sob essas circunstâncias, presume-se que cerca de 10.000 pessoas fugiram para o Uruguai, só entre junho de 1892 e fevereiro de 1893. Este êxodo generalizado ao Uruguai, onde muitos dos grandes estancieiros do Rio Grande possuíam propriedades, fez com que um grupo, que em outras condições podiam ter sido prejudicado, mas desorganizado, se reunisse em massa para uma invasão acobertada por um governo amigo. De acréscimo, os rebeldes podiam contar com os peões das suas estâncias no Rio Grande, para participarem da invasão (LOVE, 1975, p. 65).

A invasão referida por Love ocorreu em fevereiro de 1893, quando uma tropa federalista, saída do Uruguai, rumou em direção à Bagé. Em consequência a esse movimento e também dos “gaúchos uruguaios” que “acompanhavam seus senhores brasileiros nos assaltos iniciais ao Rio Grande”, os republicanos atribuíram aos federalistas o termo pejorativo “maragato”, “querendo dizer que eram um grupo de invasores estrangeiros”. Além disso, aos federalistas, também deram os rótulos de monarquistas e separatistas (LOVE, 1975, p. 66).

Além disso, é importante compreender que a região da campanha proporcionava aos maragatos posição estratégica, pois “as três grandes invasões ao Estado originaram-se todas no Uruguai”, e uma considerável parcela de seus homens, visto que estes “dependiam principalmente das tropas gaúchas dos estancieiros da Campanha e da Serra” (LOVE, 1975, p. 66), tornando a região propícia para que esses acontecimentos se repetissem. Ao somar as práticas de cooptação política das dissidências, utilizadas por Borges de Medeiros, e a

---

<sup>32</sup> Idem.

implantação de informantes no país estrangeiro, podemos inferir, também, sobre a existência de um receio quanto à rearticulação efetiva do Partido Federalista e a possibilidade de novas invasões no Rio Grande do Sul.

Além das relações sociais e políticas estabelecidas com a república vizinha, alguns membros do Partido Republicano Jaguareense detinham posses no Uruguai. Segundo Sérgio da Costa Franco, Manoel de Deus Dias possuía terras na Banda Oriental e vinha frequentemente a Jaguarão. Ainda, para o autor, “o ter negócios fora do Brasil não era motivo para excluir ninguém da vida política na fronteira”, e ressalta ainda que “eram raras as famílias de fazendeiros que não tivessem interesses no Uruguai”, chegando a levantar a possibilidade de que “essa condição talvez até aumentasse o grau de independência em relação aos poderes públicos, criando melhores condições para o exercício da oposição política” (FRANCO, 1998, p. 57-58). Segundo Eduardo Soares, essas terras teriam sido herdadas de seus pais e ficavam na região de Tarariras, Uruguai, além de outras propriedades na cidade de Santa Vitória do Palmar (SOARES, 2007, p. 292).

Outro membro do Partido Republicano Jaguareense do qual foi possível averiguar o vestígio da existência de estreitos laços do outro lado da fronteira, foi Gabriel Gonçalves da Silva. Durante uma agitação política no município, no ano de 1916, foi acusado por José Julião Rodrigues de escapar-se “para Montevidéu, a pretexto de doença dos filhos, embora lhe houvessem concedido licença 45 dias antes”<sup>33</sup>. Além disso, durante a disputa eleitoral municipal de 1917, Gabriel acionou seus contatos na cidade uruguaia de Melo, mais precisamente, o chefe de polícia local, José Urrutia, pedindo “que o amigo me prestasse um obséquio”, além do aumento da fiscalização do Passo da Fronteira, a liberação, ou impedimento, da vinda um votante residente naquela localidade, o senhor Luiz Corrêa. O empenho de Gabriel buscava para o votante uma “licença para vir até o 3º distrito deste município, onde vota e no caso que ele queira vir votar com os adversários era obséquio que o amigo obstasse a sua vinda”<sup>34</sup>.

Ao pesquisar a elite econômica de Jaguarão e trabalhar com inventários *post-mortem*, relativos ao período da segunda metade do século XIX, Amanda Both constatou que a elite local possuía propriedades em outros municípios, situação que

---

<sup>33</sup> Carta de José Julião Rodrigues a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de janeiro de 1916. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2722.

<sup>34</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a José Urrutia. Jaguarão, 21 de fevereiro de 1917. Localização IHGJ, arquivo Léo Santos Brum.

se repetiu em 58% dos doze inventários analisados. Em relação à posse de terras em território estrangeiro, apenas dois indivíduos do grupo dos mais abastados possuíam propriedades no Uruguai, “*no tempo em que faleceram*”, contrastando com o padrão encontrado nas elites políticas de outros municípios, “como Alegrete e Pelotas, nos quais os integrantes da elite possuíam índices significativos de investimentos em terras no Uruguai”. Todavia, ao pesquisar mais a fundo a trajetória dessas elites, a autora averiguou que sete dos inventariados possuíam terras no país vizinho, em algum momento de suas vidas e alega que se a pesquisa for expandida “para aqueles que possuíam algum vínculo, através de laços familiares ou de parentes que possuíam terras no Uruguai, chegamos a nove membros” (BOTH, 2016, p. 46-47). Segundo Both, a explicação para tal ocorrência implica que

Nas décadas finais do Império, em especial na década de 1880, parte desses proprietários já haviam se desfeito de seus campos no Uruguai. As estâncias de criação de gado dos rio-grandenses no Uruguai prejudicaram a indústria charqueadora daquele país, de maneira que esta presença constituiu-se em fator de preocupação de parte da elite uruguaia, que na década de 1860 apresentou projetos visando a “desbrasileirização” da fronteira, especialmente na porção mais ao norte (BOTH, 2016, p. 47).

A autora chegou à conclusão de que a elite constituída em Jaguarão, no período da segunda metade do século XIX, era conservadora, no sentido de que possuía critérios pouco flexíveis em relação ao recrutamento de seus membros, destacando-se aqueles que dedicavam-se a atividades ligadas à terra, como “estancieiros, proprietários, criadores”, havendo pouca variação relativa à ocupação destes integrantes. Ainda, define que a localização fronteiriça do município foi um elemento favorável “a formação de vínculos pessoais e econômicos com o Estado Oriental do Uruguai”, elemento apresentando com mais destaque nos membros da elite econômica, no entanto, demarcando uma particularidade de relevância para a elite daquela localidade como um todo (BOTH, 2016, p. 49-50).

Ao analisar os investimentos feitos por charqueadores da cidade de Pelotas, buscando compreender a importância das propriedades (tanto brasileiras, quanto uruguaias) na composição do patrimônio material destes, Jonas Moreira Vargas verificou que “todo o gado criado no território rio-grandense não era suficiente para saciar a demanda das charqueadas da província”. Desta forma, o comércio de gado com o Uruguai se apresentava como alternativa frutífera. Todavia, os países vizinhos também possuíam procura por gado. Segundo Vargas, “a disputa por terras

e rebanhos, numa fronteira ainda não muito bem definida, marcou toda a primeira metade do século XIX”, podendo-se afirmar “que o complexo charqueador pelotense manteve-se vivo durante muito tempo graças ao gado uruguaio, roubado, comprado ou criado pelos rio-grandenses que possuíam estâncias neste país”. Assim, o pesquisador define, de forma simplificada, três principais preocupações provenientes dos charqueadores: a) continuidade do fluxo de gado, de origem uruguaia para suas charqueadas; b) resguardar aquilo que era assimilado como direitos de propriedade em terras exteriores (relativos à rebanhos, escravizados e terras); e por último, c) sustentar a frente da concorrência, estabelecida com Entre Rios e Buenos Aires, no comércio de charque (VARGAS, 2013, p. 1-2).

Ao analisar as transações de compra e venda, registradas por escrituras públicas nos tabelionatos de Pelotas, durante o período de 1832 e 1890, de maneira conjunta com as propriedades localizadas por meio dos inventários *post-mortem* dos charqueadores, abertos entre os anos de 1820 a 1900, Vargas percebeu que os investimentos estavam centrados em 4 regiões fronteiriças. As 106 referências encontradas dividiram-se da seguinte forma: em região brasileira, Bagé (14) e Jaguarão (14); em território uruguaio, os departamentos de Tacuarembó (27) e Cerro Largo (15). Além destes, na República Oriental, Vargas localizou referências nas cidades de Salto (4), Paysandu (2), Montevidéu (2), Durazno (1) e outras duas nas quais não foi possível precisar a localização. Dessa forma, o pesquisador chega à conclusão de que “exatamente 50% das referências em inventários *post-mortem* e escrituras públicas somadas tratavam-se de investimentos em propriedades rurais no Uruguai”, sendo essa região, alvo dos interesses dos charqueadores pelotenses (VARGAS, 2013, p. 8-9).

Todavia, próximo a segunda metade da década de 1850, os estancieiros rio-grandenses, que possuíam terras no país vizinho, passaram a sofrer com perseguições e violências provenientes dos próprios uriguaiois. Comerciantes de gado eram atacados, tendo suas mercadorias e posses apreendidas. No ano de 1857, os impostos referentes aos produtos oriundos de países platinos, que entrassem no Brasil por meio marítimo, foram desobrigados. Como resultado desta medida, a exportação do charque rio-grandense sofreu baixas no ano seguinte. Além disso, houve o aminguamento do número de tropas vindas do Uruguai, da exportação do charque e de seu preço no mercado. Os produtores do sul do país passaram a destinar sua mercadoria para o nordeste do Brasil, na procura de um

preço mais lucrativo, enquanto os produtores uruguaios e argentinos dominavam o mercado consumidor carioca. Este movimento provocou o crescimento da quantidade de produção do charque, ocasionando “uma crise de superprodução no setor. Discussões, projetos e propostas de ampliação dos mercados consumidores estiveram na agenda política e econômica de charqueadores e estancieiros, tanto orientais quanto pelotenses, entre os anos de 1861 a 1863”, conseguindo expandir o mercado de carne salgada para a Europa apenas no período da “Era dos Frigoríficos” (VARGAS, 2013, p. 15-16).

Vargas conclui que o investimento nas propriedades rurais na fronteira possibilitou “um acesso direto e mais qualificado ao mercado de gado”, considerando “o aumento das exportações de charque e couros, o acúmulo de capital decorrente destas transações e a expansão agrária ao norte do Uruguai [...] faces de um mesmo fenômeno socioeconômico”, que marcou a região naquele período (VARGAS, 2013, p. 19). Portanto, Jaguarão deve ser analisada a partir de um contexto maior, que a conectava economicamente tanto com as charqueadas de Pelotas, quanto com os campos do Uruguai, constituindo-a como um corredor de tropas de gado, mercadorias, forças milicianas, migrantes e informações.

Em suma, o uso estratégico da fronteira, em termos políticos, militares e econômicos, já era algo presente na região desde o início do século XIX. As elites locais possuíam íntima relação com o contexto fronteiriço, apresentando relações sociais diversas com proprietários, comerciantes e autoridades militares e políticas uruguaias, como diversos autores demonstraram<sup>35</sup>. Esse manejo das relações sociais e dos potenciais conflitos na fronteira, algo que sempre preocupava as autoridades administrativas rio-grandenses, era um trunfo no cotidiano político dos coronéis republicanos de Jaguarão para barganhar melhores favores junto ao

---

<sup>35</sup>Autores que desenvolveram pesquisas sobre o comércio e as relações sociais na fronteira Brasil/Uruguai: MENEGAT, Carla. “Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (ca. 1845-1865). Tese (doutorado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: Comércio e sociedade na Fronteira Platina (1716-1753). Dissertação (mestrado em história). Universidade do Rio Grande do Sul, 2002. VOLKMER, Márcia Solange. Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX). Tese (doutorado em história), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. ZABIELA, Eliane. A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites. Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. VARGAS, Jonas Moreira. Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (doutorado em história). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

Executivo estadual. Contudo, ele precisava ser bem utilizado e combinado com outros fatores, num contexto de competição por influência em que havia espaço para poucos políticos se destacarem.

O município de Jaguarão é tratado no *Almanak Laemmert*<sup>36</sup>, com maiores detalhes, apenas na edição de 1902, a qual além de indicar informações relativas à indústria e comércio do município, traz dados sobre o 3º Batalhão de Infantaria que ali estava instalado, sobre a administração municipal e sobre a população, que naquele período, era estimada em 10.891. Em 1921, o número de habitantes é estimado em 15.212, e até 1931, este é mantido. Após isso, não existem exemplares que tragam informações relativas à população e eleitorado de Jaguarão. Pode ser que os exemplares com essas informações não tenham sido publicados, tenham se perdido, não tenham sido digitalizados, ou ainda, uma resposta mais simples, que ocorreu uma mudança estrutural do *Almanak Laemmert*. Com estes dados, podemos montar o seguinte quadro:

Ano	Habitantes	Eleitores
1902	10.891	Não consta
1906	15.000	629
1909	18.000	629
1919	18.000	Não consta
1921	15.212	Não consta

Tabela 1 - relação de habitantes e eleitores do município de Jaguarão (1902-1921). Fonte: compilado de informações do Almanak Laemmert

Com a finalidade de contrapor as informações trazidas pelo *Almanak Laemmert*, recorreremos aos dados apresentados pelo *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950*<sup>37</sup>, publicado em Porto Alegre em 1981 em uma parceria entre a Fundação de Economia e Estatística e o

<sup>36</sup> O *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro* foi um anuário estatístico criado por Eduardo Von Laemmert em 1844, e que possui exemplares comprovando sua publicação até o ano de 1940, onde chegava ao seu 96º ano com a denominação de *Almanak Laemmert (Guia Geral do Brasil)* e incluía as mais diversas informações relativas aos municípios e estados, como as administrações municipais, cargos públicos e os indivíduos que os exerciam, cônsules e vice-cônsules, estrutura militar e policial, estatísticas econômicas, profissionais e comércios, tarifas de serviços como telégrafos e linhas fluviais, chegando até o número de 4 edições por anuário, cada qual possuindo cerca de 1000 páginas. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional disponibiliza as publicações referentes aos anos de 1891 até 1940.

<sup>37</sup> Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e apresenta diversas informações estatísticas oficiais produzidas pelo estado.

Década	População
1870	8.076
1890	10.984
1900	12.172
1920	13.079
1940	15.704

Tabela 2- Relação de habitantes por década no município de Jaguarão (1870-1940). Fonte: Fundação de Economia e Estatística.<sup>38</sup>

Desta maneira, o município de Jaguarão compreendia cerca de 0,70% da população total do estado do Rio Grande do Sul durante os anos de 1900 a 1920, que estimada em 1.700.000 habitantes e 112.000<sup>39</sup> eleitores pelo *Almanak Laemmert*. Ainda, segundo a mesma fonte, a economia daquela localidade era pautada pela criação de gado, assim como o restante da região sul, também conhecida como campanha, devido à sua paisagem geográfica favorável para a atividade.

Todavia, os dados trazidos pelas duas fontes apresentam uma grande discrepância. Enquanto o *Almanak* demonstra um crescimento populacional entre os anos de 1902 e 1919 e logo após, um decréscimo a partir do ano de 1921, o censo da *Fundação de Economia e Estatística* apresenta uma constante do crescimento da população local. Assim, gostaríamos de refletir, neste ponto, sobre a repetição e a desatualização dos dados apresentados por parte do anuário. Podemos acreditar que isso tenha ocorrido devido a uma difícil comunicação com o município, visto que este seria o responsável pelo envio das informações ao anuário. Existe um aviso, em diversas páginas do anuário, alertando que ao não se receber as informações do intendente municipal, informações anteriores iriam ser repetidas e esta pode ser uma explicação para a discrepância dos números apresentados pelas fontes.

Apesar de podermos compactuar com a impressão de Jaguarão ser vista como uma cidade relativamente insignificante, quando observada sua representação

<sup>38</sup> Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 82; 94; 109; 131 e 147.

<sup>39</sup> BN DIGITAL: ALMANAK LAEMMERT, 1915, edição B 00071, p. 3825.

populacional e econômica, importantes políticos despontaram dali. Em sua dissertação de mestrado, Amanda Both procurou explorar as formas de articulação entre a elite de uma localidade e o Estado, utilizando-se da trajetória de alguns indivíduos que mediaram essas interações. O recorte ateou-se à cidade de Jaguarão e aos indivíduos Henrique D'Ávila e José Francisco Diana, ambos políticos de sucesso que não perderam o vínculo com a cidade natal, atuando como mediadores entre esta e o mundo externo, representando os interesses da elite de Jaguarão junto ao governo. Dividido em duas partes, o trabalho da autora, em um primeiro momento, busca compreender a elite da cidade de Jaguarão, pontuando seus membros e reconhecendo suas características e em um segundo momento, desdobra-se em um estudo sobre fragmentos das trajetórias de Diana e D'Ávila, observando a interação destes com o governo e a elite local. Em relação a definição do conceito de elite e da composição da mesma, a autora defende que cada sociedade tende a produzir elites com características e critérios de seleção distintos (BOTH, 2016, p. 14; 19). Neste caso, são analisados os indivíduos que atingiram o topo da hierarquia social no município, através da influência em segmentos chaves: a Guarda Nacional, a Câmara de vereadores e os cidadãos mais ricos do local.

Henrique D'Ávila e José Francisco Diana ocuparam diversos cargos políticos ao longo de suas carreiras, sendo eleitos vereadores, deputados provinciais e gerais e ministros, respectivamente, na pasta de Agricultura, Comércio e Obras Públicas e na pasta de Estrangeiros. Henrique D'Ávila ainda atuou como Senador, Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1880) e também do Ceará (1889). Portanto, apenas da pequena representativa populacional de Jaguarão, se comparada a outros municípios, a capacidade de alguns de seus líderes políticos projetarem-se regionalmente e até nacionalmente não deve ser desprezada, tendo continuidade tal fenômeno no início do século XX. No período da Primeira República, Carlos Barbosa, atuou como fundador do Clube Republicano em Jaguarão. Foi eleito para os cargos de Deputado Provincial e Senador, sendo o primeiro Vice-Governador, assim como Secretário do Estado. Foi Governador do Estado, adentrando no conhecido sistema castilhistaborgista, exercendo mandato entre os anos de 1908 e 1913.

## 2.2 A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA POLÍTICA REPUBLICANA

O dia 15 de novembro de 1889 marcou o rompimento do Brasil com o regime monárquico e sinalizou a instauração de uma nova forma de governo, a República, angariando grandes mudanças políticas e sociais. Em *Os bestializados*, José Murilo de Carvalho aponta que não houve um engajamento popular no movimento republicano, e que os populares brasileiros teriam visto atônitos e bestializados àquilo que pensaram ser apenas uma parada militar resultar na deposição do governo, na prisão dos Ministros e o fim do regime monarquista. Tomou forma, então, um governo provisório, encabeçado pelos militares Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamin Constant. Apesar de o regime não ter contado com a iniciativa popular, contava com uma opinião pública que lhe era simpática e teria trazido entusiasmo em relação à participação política das classes mais baixas, como trabalhadores e operários, que contavam com os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, vinculadas pela imprensa aos “novos tempos” (CARVALHO, 2011, p. 12).

Maria Tereza Chaves de Mello afirma que a citação acerca da “bestialização popular”, remanescente de uma publicação de Aristides Lobo no *Diário Popular de São Paulo*, foi interpretada e difundida, de maneira equivocada, por intelectuais “desiludidos com a República”. Dessa forma, a autora acredita que no momento em que Lobo afirma que “o povo assistiu àquilo bestializado”, estava muito mais ligado à um momento de surpresa do que a interpretação convencional de não-participação da população no momento, que estaria ligada ao “desapreço do povo brasileiro pela República e, por derivação, sua vinculação à Monarquia”. O fato então, teria ficado subentendido como um ato de insubordinação que instaurou um governo militarista, pois não haveria razões para se desejar a queda do Imperador. Ao longo do estudo, Mello ressalta que seu objetivo não é defender a existência de um apoio popular à Proclamação da República, mas sim responder a seguinte pergunta: “Por que a desafeição ao regime prevaleceu sobre a afeição ao monarca no momento da proclamação?”. Nessa lógica, a autora acredita que a aceitação da República foi decorrente de “uma disposição mental para o novo regime”, além de outras várias questões que contribuíram para a queda do regime monárquico. No primeiro capítulo de sua obra, a autora pontua a rua como elemento central, buscando compreender como esta alimentou e propiciou o debate de determinadas temáticas, retirando-as

de um círculo fechado e as colocando em pauta na praça pública. Assim, os elementos que compõe esse capítulo não são apenas jornais, panfletos, revistas, livros e opúsculos, materiais que chegaram aos alfabetizados, mas também as ilustrações, as leituras em voz alta, as conferências, os locais de sociabilidade, tais como cafés e clubes, que teriam proporcionado ao homem comum e aos iletrados o conhecimento das pautas políticas. Dessa forma, a pesquisadora explora a movimentação e a circulação de ideias entre a população por meio de registros de conflitos, relatos de imprensa e manifestações (MELLO, 2007, p. 9-11; 13; 19-82).

Ainda nesta conjuntura, no período pós-abolição, teve início um processo de migração e movimentação dos libertos para os centros urbanos. Apesar de muitos ex-cativos terem “optado” por ficar nas fazendas onde cresceram, eram conhecidos e possuíam laços familiares e sociais, o exercício da liberdade tornou-se um espaço de manobra. Era necessário levar em consideração as possibilidades de sobrevivência, a possibilidade de uma vida familiar fora das fazendas, a obtenção de moradia, as condições de trabalho e outros fatores. É importante salientar também que mudanças econômicas estavam ocorrendo concomitantemente: o café passou a ser desvalorizado, portanto, algumas fazendas aderiram a criação de gado para exportação, atividade que demandava um número menor de trabalhadores. Desta forma, Mattos e Rios percebem que boa parte dos casos de migração de libertos e seus descendentes para a cidade seguem a lógica de um convite anterior, feito por um parente ou no caso de mulheres que iam trabalhar como domésticas, de famílias conhecidas na região de origem. Segundo as autoras,

As condições favoráveis a esta capacidade de negociação dos libertos tinham, entretanto, como principal limite, exatamente a continuidade das identidades sociais, construídas ainda durante o cativeiro: as distinções entre ex-senhores, libertos e homens nascidos livres, que os próprios libertos buscavam arduamente tornarem obsoletas.

Nem só sua pressão agiu neste sentido. A República, ao queimar as matrículas de escravos e ao promulgar uma Constituição de cunho liberal, de certo modo contribuiu para que este processo de assimilação entre libertos e nascidos livres se efetivasse [...] (RIOS; MATTOS, 2004, p. 180).

Mattos e Rios também fazem considerações em torno do número crescente de registros de óbitos, casamentos e nascimentos, no registro civil em Paraíba do Sul (RJ). Por meio destes, as pesquisadoras concluíram que o maior número de registros de crianças negras e de casamentos estava relacionado a clara

preocupação, principalmente dos recém libertos, de “regularizar e documentar suas situações familiares” (RIOS; MATTOS; 2004, p. 187).

A busca por reconhecimento de cidadania e direitos políticos não advinham apenas desse grupo. Em 3 de dezembro de 1870, no jornal carioca *A República*, foi publicado o texto que seria considerado como manifesto fundador do movimento republicano no Brasil. Expressões como “soberania do povo”, “liberdade individual” e “voto do povo” eram evocadas e exaltavam ideias como democracia e federalismo. A escravidão foi uma temática deixada de fora do documento, visto que o grupo não entrava em acordo sobre a questão. Grupo homogêneo, concentrava tanto abolicionistas quanto fazendeiros escravistas. A assinatura da Lei Áurea, em 1888, fez com que crescesse a expectativa de novas reformas, apesar de não bem desenhadas, assuntos como separação entre Estado e Igreja, criação do registro civil, maior participação política eleitoral, abolição da vitaliciedade dos cargos do Senado e Conselho de Estado (MATTOS, 2011, p. 85; 86; 89). Com o ato de Proclamação, um governo provisório foi instalado, contando em sua formação, entre presidente e ministros, com militares, de carreira e formação científica, republicanos históricos e intelectuais reformistas, muitos dos quais adeptos ao positivismo e a doutrina de Comtiana. Segundo Mattos,

A tensão inicial entre a tentação de uma ditadura militar positivista e uma república constitucional foi vencida pelos constitucionalistas. Em 19 de novembro de 1889, o decreto de qualificação de eleitores concedeu o título de eleitor a “todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever”. No mês seguinte, marcaram-se as eleições para o dia 15 de setembro de 1890. O ministério do Interior rapidamente nomeou uma comissão para redigir o anteprojeto da Constituição, ainda que muitas das reformas em pauta no final do Império não tenham esperado por ela (MATTOS, 2011, p. 91).

Assim, a Constituição, que foi sancionada em 1891, “consagrava o presidencialismo, com mandato de quatro anos, e o federalismo, com grande autonomia para os estados, que teriam constituição própria, forças públicas armadas” entre outras disposições legais, “ainda que subordinadas a uma legislação unificada e à Justiça Federal”. Em uma rápida mudança, em um período menor que 2 anos, o país havia se transformado de uma monarquia hierarquizada e escravista, em uma república condicionada ao sufrágio popular. Além disso, a República, naquele momento, passava a ser fruto do conflito de dois modelos políticos: “o modelo liberal federalista, que esteve na base da constituição aprovada, e o da

ditadura positivista”, este último, defendida por intelectuais, militares e políticos, teve uma maior influência ligada ao sul do país (MATTOS, 2011, p. 92; 93)<sup>40</sup>.

Após sua confirmação na presidência, Deodoro da Fonseca teria intervindo nos comandos estaduais, estabelecendo no comando apenas políticos que estavam alinhados com seu governo. Segundo Mattos, Deodoro ainda teria tentado a dissolução do legislativo, a fim de instalar uma ditadura, todavia, não teve êxito em sua tentativa e acabou sendo deposto e substituído por Floriano Peixoto, vice-presidente. Ao exercer o cargo da presidência, Floriano teria repetido a mesma manobra de intervenção que Deodoro, destituindo da função pública os funcionários considerados “deodoristas”. Assim, dois problemas batem à porta do comando federal: os novos executivos estaduais haviam dissolvido suas assembleias e tribunais judiciários e o exercício da presidência de Floriano Peixoto pairava a inconstitucionalidade, pois “a nova constituição exigia que se realizassem novas eleições se a vacância da presidência se desse antes de dois anos do mandato” (MATTOS, 2011, p. 94; 95).<sup>41</sup>

Nesse contexto, a ameaça do estouro de uma guerra civil se tornava iminente. Na capital e nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo, suboficiais e marinheiros revoltosos manifestaram seu apoio a Deodoro. Algumas medidas foram tomadas e o conflito no Rio de Janeiro foi evitado, todavia, tornou-se uma realidade no Rio Grande do Sul (MATTOS, 2011, p. 96). A Revolução Federalista, conflito travado entre os anos de 1893 e 1895, opôs os republicanos, liderados por Júlio de Castilhos, aos federalistas, liderados por Gaspar Silveira Martins<sup>42</sup>. Segundo Mattos, não houve hesitação em mobilizar exércitos particulares e ainda pontua esta como “uma das características mais marcantes da experiência política da Primeira República”. Segundo a autora,

O confronto armado entre as tropas coronelísticas não era necessariamente destituído de sentidos políticos e mesmo filosóficos. Os positivistas Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado eram eles próprios “coronéis” e se associaram a outros em defesa da manutenção de seus aliados no poder, mas também de uma proposta de governo que viam como científica. O parlamentarista Silveira Martins, antigo representante do Partido Liberal no

---

<sup>40</sup> Para uma análise de parte dessas disputas, ver: CARVALHO, José Murilo de. A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

<sup>41</sup> Para uma análise mais aprofundada desse processo, assim como da constituição do florianismo, ver PENNA, Lincoln de Abreu. O Progresso da Ordem: O florianismo e a construção da República. 2ª edição. Rio de Janeiro, E-papers, 2008.

período monárquico, ou o liberal Assis Brasil, não hesitaram em pegar em armas apoiados em exércitos privados para defender seus pontos de vista e grupos políticos. As fronteiras entre as práticas coronelistas e conflito ideológico não estavam de maneira alguma claramente demarcadas (MATTOS, 2011, p. 97).

Neste conflito, Floriano Peixoto denota apoio à Castilhos, sob o aval do Partido Republicano Paulista. Júlio Prates de Castilhos exerceu o cargo de *Secretário de Estado* logo após a Proclamação e participou, como representante do Rio Grande do Sul, da *Comissão dos 21*, responsável por deliberar o parecer referente à Constituição Federal. Além de participar da construção da Constituição Estadual, Castilhos foi eleito *presidente do Rio Grande do Sul* pela Assembleia Constituinte Estadual, em 15 de julho de 1891 (MARTINY, 2018, p. 30). Tendo prestado apoio à Deodoro da Fonseca, Castilhos deixou o comando do estado em novembro do mesmo ano, que ficou sob poder da *Junta Governativa Provisória*, mais tarde chama pejorativamente de “governicho”, retornando ao cargo apenas em janeiro de 1893 (MATTOS, 2011, p. 98). Durante este período, entre a queda de Castilhos e retomada do cargo, a direção do governo do Rio Grande do Sul teve nove transferências. Ainda, entre a Proclamação da República e o segundo governo Castilhos, o governo passou por 18 diferentes indivíduos (BIAVASCHI, 2011, p. 119).

O Rio de Janeiro também enfrentou problemas com a aceitação popular do apoio ao sul, tendo sido publicado, em 1892, por oficiais da Marinha um manifesto expressando a contrariedade do grupo em relação à intervenção federal na região. Em 1893, a Armada teria se rebelado e prestado apoio aos federalistas. Posteriormente, a Guerra de Canudos (1896-1897), liderada contra o exército brasileiro por Antônio Conselheiro e seus seguidores, na região da Bahia, também provocou agitação política na capital federal. Todavia, estes não foram os únicos embates enfrentados pelos governos no período conhecido como Primeira República. A agitação nas ruas do Rio de Janeiro resultava em diversas revoltas urbanas, como a Revolta da Vacina (1904) (MATTOS, 2011, p. 99-107). Segundo Hebe Maria Mattos,

Os governos de Afonso Pena (1906-1909) e Nilo Peçanha (1909-1910) foram marcados por crises nos estados, com conflitos armados e duplicidade de assembleias na Bahia, em Goiás, no Amazonas e no Rio de Janeiro. As guerras civis coronelísticas e a existência de poderes

legislativos concorrentes nos estados se repetiram em todos os demais mandatos (MATTOS, 2011, p. 107).

José Murilo de Carvalho também buscou discutir alguns aspectos da “nova política”, pontuando a necessidade da criação de novos pactos de poder organizados pelo Novo Regime, que buscaram conferir o mesmo papel exercido pelo arranjo político monarquista, angariando estabilidade suficiente e buscando diminuir os problemas consequentes da instabilidade política, como a crise econômica do setor cafeeiro e a dívida externa, que vinham se agravando ao final do regime monarquista. Além disso, ainda era necessário lidar com fatores como a oposição de parcelas da população ao republicanismo e o risco de uma iminente fragmentação do país. Desta maneira, recorreram como solução à política de descentralização do poder retido na capital. A estratégia era fácil: dividir o poder entre os estados era uma forma de garantir o predomínio do poder federal nos estados. Assim, ao revestir de autoridade os chefes locais, a cooptação das oligarquias estaduais era efetivada. Essa política ficou conhecida como *Política de estados*, implementada pelo então presidente Campos Sales (CARVALHO, 2011, p. 31-33).

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi buscou efetivar uma revisão em torno da suposta “aliança” entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, que ficou tradicionalmente conhecida como *política do café com leite* devido às produções oriundas daquelas regiões no período da Primeira República. Com a queda da monarquia brasileira e o iminente fim dos arranjos políticos que garantiam a sustentação do antigo governo, novas alianças precisaram ser estabelecidas para que as elites políticas pudessem manter-se no poder. Neste ponto da pesquisa, trazemos em pauta a disputa pelo cargo presidencial.

Viscardi elenca algumas correntes historiográficas que surgiram logo após os anos 30, no período imediato ao fim da Primeira República. A primeira destas agrupa os trabalhos que consideram a existência de uma hierarquia entre os estados brasileiros, originária da esquemática produzida por Barbosa Lima Sobrinho que disseminou a classificação de grandezas. Nesse sentido, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul foram considerados como estados de primeira grandeza; Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, de segunda; os demais estados foram classificados como estados de terceira grandeza. O domínio das oligarquias era

considerado como fruto de uma economia dinâmica, uma coesão interna das elites, um grande número de eleitores e uma conseqüente maior representação no Parlamento. Os trabalhos pertencentes a esta corrente compartilham a ideia de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul estabelecerem uma aliança política que conduziu o novo regime (VISCARDI, 2019, p. 32).

Joseph Love trouxe algumas informações econômico-sociais que podem nos fornecer uma visão mais crítica da relação entre os três estados e a perspectiva do país no período de 1889-1930. Entre 1910 e 1930, os três estados reuniram cerca de 40% da população brasileira, e corresponderam por mais de 50%, em valor, da produção nacional relativa à indústria e à agricultura. Em termos econômicos, o país era liderado por São Paulo, que em 1920, era líder na produção agrícola e industrial, detentor de uma produção per capita de 587 mil-réis, seguido pelo Rio Grande do Sul, com de 376 mil-réis, enquanto Minas figurava na nona posição, com uma produção per capita de 178 mil-réis. Além de reter a maior produção per capita, São Paulo possuía o investimento em sua indústria, de cerca de um terço de todo o capital brasileiro, e dispunha do maior valor em propriedades rurais do país, seguido pelo Rio Grande do Sul e Minas. Próximo de 1930, os três estados eram responsáveis pela maior parte da malha ferroviária nacional, mais de 55% e eram liderados em extensão por Minas Gerais. Em relação às arrecadações estaduais, os estados satélites, juntos, contavam com um valor maior que 50% da arrecadação dos outros 20 estados (LOVE, 1975, p. 117-118). Esses dados, por si só, já refletem os motivos pelos quais São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul disputavam o comando do país, não apenas no cargo de Presidente, mas também na representatividade nas demais esferas do governo federal (como senado e ministérios).

Uma segunda corrente historiográfica, elencada por Viscardi, apresenta um papel secundário ao Rio Grande do Sul, que era apresentado como uma opção às crises vivenciadas pela aliança São Paulo – Minas. O posicionamento quase autônomo do estado no quadro federal foi atribuído pelos pesquisadores aos interesses econômicos daquela região, que se voltavam ao mercado interno, sendo assim, diferentes dos estados agroexportadores (VISCARDI, 2019, p. 33). Nesta linha de produção, também entra em pauta o estabelecimento de um vínculo entre o estado do sul e o Exército Brasileiro, que se uniam em oposição à hegemonia de paulistas e mineiros. Nessa linha de interpretação, podemos citar Joseph Love, que

ao comparar as máquinas políticas estaduais e buscar compreender a ascensão do estado do Rio Grande do Sul na segunda metade do período conhecido como Primeira República, atribuiu a existência de três “estados satélites”, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, pontuando a existência de uma união entre os dois primeiros que buscava excluir o estado do sul. Este último, ao buscar uma fonte alternativa de poder político, aliava-se ao Exército (LOVE, 1975, p. 115-116).

Para Love, o Rio Grande do Sul e o Exército Nacional sempre possuíram uma estreita ligação. A prática Imperial de manter o maior efetivo naquele estado foi seguida pelos republicanos, que contava com cerca de um quarto ou um terço do efetivo total da instituição, configurando-se o comando da região como uma importante missão. Além de possuir a única academia militar brasileira, salvo a do Rio de Janeiro, 8 comandantes oriundos da região atuaram como Ministros da Guerra durante o período de 1889-1930. Em sua compreensão, as crises causadas pelas sucessões e a incapacidade de travar um acordo entre mineiros e paulistas eram responsáveis por colocar o Partido Republicano Rio-grandense e o Exército Nacional no jogo, considerando estes como forças autônomas de poder (LOVE, 1975, p. 128; 131). Ainda, o autor pontua a existência de outras razões que poderiam justificar as relações entre os republicanos do sul e o Exército:

Havia muitas razões satisfatórias justificando as ligações estreitas entre o PRR e o Exército Federal. Convicções ideológicas (positivismo), vínculos estabelecidos durante a luta de 1893-95 e lealdade regional já foram mencionados. Outro fator residia na constante defesa das verbas militares, pelo PRR, no Congresso, onde os rio-grandenses se colocaram em comissões-chave. Por fim, o PRR significava o único aliado potencial do Exército, em caso de disputa pelo poder: o corpo de oficiais isoladamente não podia derrotar a aliança mineiro-paulista, nem muito menos contar com as máquinas dos demais Estados num levante contra as organizações mais poderosas. Nas ocasiões em que os gaúchos não disputavam o poder nacional, o Exército permanecia leal ao Presidente (LOVE, 1975, p. 124).

Além disso, Love caracteriza a agricultura como base da economia no período da Primeira República e que esta estava fortemente amparada na produção do café para exportação, representando, entre 1911 e 1920, 53% do valor total de todas as exportações feitas pelo país, ficando próximo dos 70% na década seguinte. São Paulo e Minas detinham a capacidade de mais de 2/3 deste tipo de produção em nível nacional, e voltavam-se firmemente ao mercado exportador, enquanto o Rio Grande do Sul tinha seus interesses investidos na proteção do mercado interno e sua produção pastoril, buscando evitar a entrada de carne estrangeira no mercado

brasileiro. Como os lucros do café eram pagos com dinheiro estrangeiro e convertidos posteriormente em mil-réis, Minas e São Paulo eram favorecidos pela desvalorização da moeda brasileira, advindo deste motivo à busca pelo controle político financeiro do país, enquanto o interesse do estado sulino, ao defender a estabilidade dos preços internos, nem sempre ia de encontro com a política de desvalorização empregada pelos seus aliados (LOVE, 1975, p. 119). Ao longo de sua pesquisa, Cláudia Viscardi conclui que a intervenção do Rio Grande do Sul nos processos sucessórios poucas vezes deteve um caráter desagregador ou alternativo às instabilidades da aliança São Paulo – Minas e que o Exército atuou com relativa autonomia, nem sempre entrando em consonância com o Rio Grande do Sul (VISCARDI, 2019, p. 33).

Segundo Viscardi, a política de estados envolveria uma nova forma de relação entre os estados-atores e o poder Executivo Federal. Por acreditar que a instabilidade política da República nos primeiros anos adveio das lutas partidárias, que eram responsáveis por dividir os parlamentares e da dificuldade de entendimento entre os poderes Executivo e Legislativo, Campos Sales estabeleceu uma solução que ampliava a autonomia do poder Executivo frente o parlamento, enquanto buscava o fim dos desentendimentos entre os legisladores, “através de uma ação conjunta com os estados, denominada por ele de ‘política dos estados’, a qual consistia em mantê-los em harmonia com o Executivo Federal sem que abrissem mão de sua autonomia constitucional” (VISCARDI, 2019, p. 35). A autora também ressalta que, no mínimo, é necessário relativizar o grau de estabilidade que política de Sales teria conferido à República.

Pelo que se encontra implícito em seu trabalho, a hegemonia do governo federal não seria repassada aos estados-atores. Caberia a eles apoiarem o Catete, fortalecido em seu poder de arbítrio. Dessa forma, o modelo de Estado Nacional proposto por Campos Sales pairava nas alturas, distantes dos conflitos regionais, relegados aos estados-membros. Daí as referências que fazia à necessidade de erigir-se um Executivo Federal de caráter meramente administrativo, infenso às disputas e interesses regionalistas. A despolitização do Estado Nacional seria contraposta à politização dos estados-atores, resguardando-se o poder soberano e autônomo do Catete (VISCARDI, 2019, p. 35).

Ao levar em consideração a existência de uma autonomia relativa do Estado, sem deixar de levar em conta o papel desempenhado pelos setores cafeeiros, foi possível identificar um jogo de interesses, onde, apesar da hegemonia dos estados-

atores, outros setores, às vezes com interesses diferentes dos predominantes, abriram margens de manobra. Por meio de sua pesquisa, Cláudia Viscardi pontua três “princípios norteadores”, formulados de maneira progressiva e cumulativa de experiências, que teriam conduzido os atores políticos nos jogos sucessórios, tendo início e definição na sucessão de Rodrigues Alves, entrando em decadência na década de vinte e tendo seu final da década seguinte. São eles: a) desigualdade e a hierarquia entre os políticos republicanos; b) renovação parcial de atores e rejeição do monopólio de poder; e c) falha do processo de manutenção da hierarquia e sua parcial renovação (VISCARDI, 2019, p. 49-51).

A exclusão da participação política dos setores populares por meio do “voto alfabetizado” e a fraude eleitoral diminuíram não apenas a competição entre os indivíduos, mas provocavam a redução do próprio grupo de pessoas aptas a “fazerem” política. Os critérios implícitos de recrutamento político, compreendidos pelo coletivo do grupo, fazia com que apenas indivíduos mais ou menos iguais participassem da vida política. Características como sexo, cor, escolaridade, parentesco e regionalidade eram levados em consideração, configurando-se um perfil desejável, para não dizer necessário, ser homem, branco, ter curso superior e laços de parentesco com políticos influentes, além de originar-se de alguma região importante. Esse perfil foi observado pela autora em Minas Gerais e propiciou que um reduzido grupo controlasse o estado, e afirma que, com diminutas mudanças, pode ser generalizado aos outros estados (VISCARDI, 2019, p. 51-52).

A contestação dos resultados eleitorais também era recorrente e teria assumido três formas: a denúncia de fraude por meio da imprensa e a crença de manipulação dos resultados pela prática do “bico-de-pena”, a denúncia formalizada na justiça e que envolvia todos os trâmites jurídicos e, por último, a revolta armada, que se deflagrou na Revolução de 1930. A autora ainda enfatiza que, apesar da ausência das contestações acima pontuadas em algumas trocas de governo, não significa que as mesmas não tenham sofrido disputas e que fossem consequências de pactos congruentes, e nestes casos, a disputa era direcionada à nomeação prévia do candidato, como possível observar nas sucessões de Rodrigues Alves (1906 e 1919) e de Hermes da Fonseca (1914). Com isso, a autora conclui que as contestações das sucessões geraram instabilidade política durante o período que compreende as primeiras décadas da República no Brasil (VISCARDI, 2019, p.66-67)

Love considera que a política da Primeira República foi erroneamente interpretada “como uma aliança entre Minas e São Paulo, baseada em interesses econômicos e permitindo aos dois Estados não somente alternarem-se na presidência, mas também apoderarem-se da melhor porção dos postos menores de poder” (LOVE, 1975, p. 128). O autor ressalta que pode ser vista uma alternância destes estados no poder, porém não sendo possível determinar como regra a sucessão entre mineiros e paulistas, tendo essa situação específica ocorrido em apenas três eleições diretas, de um total de onze, que compuseram a disputa para presidente durante o período de 1889-1930. Contudo, hegemonia de São Paulo e Minas Gerais no poder é incontestável, tendo os primeiros anos da República conhecido cinco presidentes paulistas (três conseguiram a conclusão do mandato, um deposto pouco antes da conclusão do mandato, e um falecido logo após a posse), além de Júlio Prestes, que não tomou posse devido à Revolução de 30. Ainda, nestes primeiros anos, três mineiros e um paraibano ocuparam a presidência. Na segunda metade do período, políticos paulistas desempenharam função por quatro anos, enquanto os mineiros fizeram-no durante oito anos. A contribuição do Rio Grande do Sul, nesta interpretação, recai sobre o Marechal Hermes da Fonseca, dependendo de como se interpreta sua figura, como rio-grandense ou militar, além de Getúlio Vargas, que derrotado, subiu ao poder por meio da Revolução (LOVE, 1975, p. 128).

Nessa lógica, tendo em vista uma análise mais profunda da alcunha e das forças políticas estaduais, Love também considera os ministérios como “medidor de poder”, sendo os postos do ministério da Fazenda, Viação e Justiça considerados os mais importantes na disputa dos partidos estaduais. O Ministério da Fazenda, que era detentor da maior renda de todos os ministérios, cerca de 34% do total, era responsável pela política financeira, sendo alvo daqueles que buscavam influenciar principalmente taxas de câmbio, fomentando a política agroexportadora do café; O Ministério da Viação, que possuía uma média de 29% do orçamento total, respondia pela construção de ferrovias, estradas e telégrafos, podendo representar auxílio ou empecilho no crescimento de um estado; O Ministério da Justiça proporcionava influência no processo eleitoral, dando poderes legais ao ministro da justiça para presidir as eleições federais e intervir nas disputas para o Congresso e presidência. Entre os anos de 1889 a 1910, Minas Gerais (12,64 anos), seguido pela Bahia (9,73 anos) e São Paulo (9,02 anos) foram os estados com maior tempo de representação

somado em todos nos ministérios, tendo Bahia ocupado os ministérios da Fazenda, Viação e Justiça por maior tempo que os demais (9,35 anos). Já durante o período de 1910 e 1930, Rio Grande do Sul foi superior aos estados do café com leite, ocupando todos os ministérios por cerca de 18,13 anos, seguido por Minas Gerais (16,09 anos) e São Paulo (12, 37 anos), enquanto Minas Gerais foi responsável por ocupar por maior tempo os ministérios da Fazenda, Viação e Justiça (15,45 anos), muito próximo do tempo do qual o estado sulino usufruiu dos mesmos (15,14 anos) (LOVE, 1975, p. 128-130).

Love pontua, ainda, mais dois elementos responsáveis por causar perturbação nas relações entre os estados da aliança: primeiro, a sucessão presidencial, que por si só era acompanhada por uma possível crise, configurando-se em uma transição tranquila somente quando havia o consenso a cerca de um nome entre Minas e São Paulo, sendo acatado pelos demais estados. Havia, ainda, a crise interna de um estado, visto que “o controle só podia ser arrebatado do partido oficial através da violência e de intervenção federal”. O segundo problema relacionava-se à difícil cooptação da classe trabalhadora e da burguesia urbana, que passaram a demandar participação política e voltar-se a opções revolucionárias, por parte do sistema coronelista. (LOVE, 1975, p. 129-130).

O autor caracteriza o sistema político da Primeira República como possuidor de um baixo nível de mobilização e institucionalização, não sendo capaz de estender o voto às camadas populacionais durante todo seu período. Love atribui a baixa mobilização do eleitorado ao controle dos coronéis locais, o qual designa à chefatura das áreas rurais, condição de 92% da população brasileira em meados dos anos 1920. Assim, cria forma o seguinte desenho para o sistema político: no primeiro nível, coronel era responsável por angariar coesão política em nível local, aliciando “os eleitores de seu distrito mediante favores pessoais, conseguindo lhes emprego, arranjando-lhes empréstimos ou simplificando processos burocráticos”, e quando a troca de favores não trazia resultados, recorria-se ao uso da violência, praticada por seus homens leais/capangas e da fraude eleitoral para alcançar os objetivos (LOVE, 1975, p. 126-127).

Em troca dos votos, o governo estadual cedeu o controle de determinados cargos públicos para o coronel, que os utilizavam como moeda de troca para angariar o apoio local necessário. Caso existisse alguma insatisfação por parte do governo estadual, o mesmo poderia subtrair as regalias oferecidas ao coronel,

fazendo uso de ferramentas como a polícia estadual e o poder judiciário. No segundo nível, o governador cedia seu apoio ao Chefe de Governo “em troca de participação na distribuição do patronato federal no Estado, de ajuda federal contra partidos ou facções rivais e de legislação econômica e obras públicas para o Estado” (LOVE, 1975, p. 126-127). Desta forma, o sistema pode ser definido em quatro níveis que exercem amparo mútuo, possuindo como base os eleitores.

Qualquer reflexão teórica a respeito do sistema coronelista na Primeira República deve ser tributária da obra de Vitor Nunes Leal (2012), que compreende o conceito como um fenômeno que decorreu devido à perda de poder dos chefes locais frente ao poder público. Sendo visto como o proprietário de terras e chefe político de um determinado lugar, o coronel era responsável, principalmente, pela distribuição de cargos públicos e favores entre os moradores locais. O coronel era amparado pelo governo estadual, que de praxe, acatava suas indicações, com a finalidade de garantir o prestígio do chefe daquela localidade. Ainda, o progresso do município era preocupação e termômetro de poder do coronel, visto que era necessário acionar as redes e pedir contribuições para que certas obras públicas fossem realizadas, como a construção de escolas, estradas e hospitais. O remanejamento das verbas estaduais propiciava que os municípios sob o comando de “amigos” fossem os maiores beneficiados. Estes feitos, ao mesmo tempo demonstravam o prestígio e garantiam a consolidação do chefe local (LEAL, 2012, p. 31-35). José Murilo de Carvalho, fazendo uso da concepção de Leal, compreende o coronelismo como

um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao Presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no Estado (CARVALHO, 1997, p. 2).

Nesse sentido, o coronelismo compreenderia uma rede de relações sociais, que englobavam desde o coronel, em nível municipal, chegando até ao presidente da República e teria seu início marcado com a implementação do federalismo e do Governador do Estado, que teve a atribuição de seu poder com a implementação da política de Estados, em 1898 (CARVALHO, 1997, p.1-2).

Assim sendo, esse quadro político nacional, que foi lentamente sendo construído desde a fundação da República, incorporava os estados e municípios em um complexo arranjo institucional. Nas relações políticas dos líderes de Jaguarão com Borges de Medeiros convergiam todos esses aspectos mencionados anteriormente. Borges dependia do apoio dessas lideranças locais, ao mesmo tempo que elas também buscavam o apoio do chefe palaciano. Locomovendo-se no interior dessas redes, os mediadores buscavam facilitar essas transações e obter ganhos individuais e para a suas facções e clientelas. Portanto, a política municipal de Jaguarão nas primeiras décadas do século XX não pode ser analisada sem levarmos em conta esse complexo quadro maior da política nacional, assim como o funcionamento do sistema coronelista da época.

Confrontando as concepções dos autores supracitados, é possível elencar alguns aspectos em comum, que usaremos como norteadores para o uso dos termos coronel/coronelismo para esta pesquisa: a) a existência de um poder baseado em reconhecimento social e pessoal, o qual é exercido sobre um determinado grupo de indivíduos; b) o uso da troca de favores como moeda para angariar apoio político; c) um poder local, mas que transcende a localidade (seja pelo reconhecimento dado pela articulação estado/município ou pela influência do mandão local em regiões próximas); d) a garantia do poder do coronel, fomentada pelo estado na concessão de cargos públicos; e) a troca entre estado e coronel, que ao ter seu poder garantido pelo poder estadual, retribui responsabilizando-se pela estabilidade política na esfera municipal; f) tem como base um conjunto de relações sociais; g) configura-se em um sistema permeado pela cooptação política; e h) que, quando necessário, faz da violência uma prática válida para angariar os recursos desejados.

### 2.3 O ESTADO MAIS MERIDIONAL DO PAÍS

Loiva Otero Félix atribuiu a produção de seu clássico estudo *Coronelismo, borgismo e cooptação política* (1996) à lacuna historiográfica que pairava no período em torno da atuação dos coronéis no Rio Grande do Sul. Apesar de “a historiografia gaúcha tradicional – aquela vinculada à visão positivista, produto da forte penetração dessa filosofia no Rio Grande do sul, [...] está[r] impregnada da descrição da atuação dos coronéis” (FÉLIX, 1996, p. 23), este tema foi negligenciado frente a

outros temas mais “relevantes” que destacavam o espírito guerreiro e regionalista dos homens do sul, ignorando, na falta de uma palavra melhor, a existência do coronelismo no estado. Nesta lógica, reconhecer que o estado vivenciou o coronelismo como o restante do país era colocá-lo em pé de igualdade ao demais e ao mesmo tempo, negar a “estabilidade política” atribuída ao Rio Grande do Sul, que teria advindo das políticas empregadas pelo Partido Republicano Rio-grandense. Ou seja, para a autora, este vazio foi provocado pelo autoritarismo da ideologia partidária, que levou a uma produção historiográfica de glorificação da figura do gaúcho (FÉLIX, 1996, p. 22-24).

Nesse sentido, Gunter Axt (2007) afirma que o coronelismo foi negado no estado até, pelo menos os anos 80, por autores como Joseph Love (1975), Raymundo Faoro (1987), Céli Pinto (1979,1986), Sandra Pesavento (1980, 88, 93), Sérgio da Costa Franco (1988), entre outros, tendo como argumento principal que o coronelismo não assentou-se no estado devido ao domínio deste por parte de “uma elite política de corte moderno, fortemente influenciada pela ideologia positivista, cuja prática administrativa, sustentada por uma Constituição autoritária, afirmar-se ia na contramão do liberalismo oligárquico”, e também na relação de intervencionismo do estado na sociedade, o qual buscou diversificar aspectos econômicos, burocráticos e de agregação da classe proletária à sociedade. Ainda, juntou-se o argumento de que o coronelismo não teria espaço de desenvolvimento em zonas onde a economia era baseada na pequena propriedade rural, como era o caso de parte do estado devido ao processo migratório. Dessa forma, as publicações que remetem ao período entre os anos 1960 e 1980, percebem a prática do governo castilhistaborgista como pactos estratégicos que envolveram classes mais abastadas, a classe média e a zona de imigrantes italianos e alemães, em contraposição aos opositores federalistas, que tinham seu esquema político associado “à elite estancieiro-mercantil e as regiões da Campanha e da Fronteira” (AXT, 2007, p. 90; 91).

Félix considera o coronelismo como “o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem”. Tal situação visa objetivos eleitorais que permitam aos coronéis a imposição de nomes para cargos que eles indicaram”, tendo sua autoridade advinda do reconhecimento social em nível local (no distrito ou no município), chegando, em alguns casos, no nível regional (via de

regra, grandes proprietários ou estancieiros devido ao seu poder econômico) (FÉLIX, 1996, p. 28).

Contudo, Loiva Félix também pontua a relevância de enfatizar os aspectos comuns e peculiares do sul do país, considerando este o primeiro motivo para o desenvolvimento de sua pesquisa, devendo agir com precaução frente às generalizações e considera a prática no estado como “produto da soma de semelhanças e diferenças, isto é, de situações que os aproximam dos demais casos de poder local do Estado brasileiro com os elementos oriundos das condições históricas peculiares do surgimento e formação do estado sulino” (FÉLIX, 1996, p.23-24).

Dessa forma, a autora compactua com a ideia de que a situação de fronteira, sua ocupação e manutenção e todos os tipos de relações consequentes dela, em todos os âmbitos, seja econômico, social, políticas ou militares, tornaram imprescindível que “tipos especiais de homens preparados para situações de enfrentamento, que pudessem assegurar a manutenção do domínio” ascendessem ao poder e fizessem vieses de poder central, visto a ausência deste. Considera que, apesar de semelhanças, possuem sutis divergências. O ciclo pastoril-militar, vivenciado por aqueles homens, teria moldado a forma de relações sociais desempenhadas por eles, sendo a estância o centro destas e o líder passava a ser o representante da força local. O componente sócio psicológico é elencado pela autora como um dos principais fatores que contribuíram para o sucesso da implantação da doutrina positivista e do partido (FÉLIX, 1996, p. 35; 42; 43).

Entretanto, é necessário que façamos algumas ressalvas na relação entre o PRR e a doutrina do positivismo. Rodrigo Dal Forno, ao buscar compreender a unificação dos partidos PRR e PL, historicamente adversários na formação do Frente Única, buscou exprimir suas preocupações em dois principais eixos: a recorrência e predominância de determinadas linhas interpretativas, que acabaram por ser reproduzidas sobre o tema, sem a devida criticidade e a assinalar a existência de poucos estudos relativos às oposições político-partidárias no estado naquele período, desvalorizando o seu papel, tendo grande parte das pesquisas voltadas ao PRR e temas afins (DAL FORNO, 2020, p. 11).

Dal Forno também analisou a importância das ideias e conceitos expressados pelos pesquisadores em relação ao componente ideológico positivista. Assim, o autor diagnosticou “um quadro de valorização e predominância da dimensão

ideológica”, considerando o positivismo como componente motor, apesar de apresentarem pontuais discordâncias quanto ao resultado de sua influência, assim como a polarização das divergências entre os projetos políticos. A ênfase no componente ideológico e a ideia de “superioridade” do estado aos outros quadros políticos regionais também foram perceptíveis. Assim,

[...] através desta discussão é possível identificar uma lógica de percepção do mundo político, oriunda dos contemporâneos àqueles episódios: a divisão entre a política do plano das ideias, aquela vista como positiva e correta; e a política dos interesses, influências e favores entre amigos e correligionários, de cunho essencialmente pejorativo. Esta característica parece ter sido assumida e veiculada pelos estudos históricos, na reprodução de uma concepção de antagonismo entre dois “tipos de política” e a consideração de que ambas seriam incompatíveis e completamente distantes uma da outra, quando na realidade, ao analisarmos o contexto histórico em foco, é possível perceber que coexistiram e auxiliaram a moldar o jogo político no Brasil republicano (DAL FORNO, 2020, p. 40).

Ainda, em relação ao grupo de historiadores acadêmicos, Rodrigo Dal Forno credita uma maior atenção a questões relativas às relações familiares e pessoais com o mundo partidário, à ajuda mútua e troca de favores, assim como a ideia de prestígio e de obtenção do poder por meios alternativos, tendo o coronelismo sido um conceito utilizado para refletir sobre o tema. Assim, considera que autores como Loiva Otero Félix (1987), Luiz Alberto Grijó (1998), Gunter Axt (2011) assinalaram a importância de pensar as “tomadas de posição de aderência ou afastamento de um partido ou de uma causa” como “além das preferências e simpatias político-ideológicas, um cálculo de risco sobre ganhos e perdas dos agentes, em um jogo que envolvia lealdades pessoais, benefícios e prestígios e que resultavam em ascensão ou queda nos espaços partidários e na carreira política”. Dal Forno pontua que esses autores também propiciaram ferramentas para caracterizar o jogo político do período, atentando para a rede de relações que se estendia desde o município até o âmbito federal, envolvendo diversos tipos de operações, como “trocas de apoios”, “mobilizações de seguidores”, “concessão de favores pessoais”, entre outros, contribuindo, com a percepção desses elementos, para a desconstrução de “mitos” “preconizados em narrativas anteriores e enraizados na historiografia”, principalmente, apontando a existência do coronelismo no Rio Grande do Sul, que apesar de suas particularidades, compartilhava aspectos comuns com ao restante

do quadro nacional, além das práticas clientelares e da patronagem (DAL FORNO, 2020, p. 72; 73).

Segundo Axt, o elemento doutrinário, creditado como diferencial da política estadual, tanto pelos “historiadores não acadêmicos”, quanto por alguns “historiadores acadêmicos do século XX”, não teria outra funcionalidade além de servirem como “predicas lançadas ao vento para justificar instrumentos constitucionais de controle e escamotear a face violenta”. Na prática, o governo “bailava” conforme as alianças políticas, interesses pessoais, como forma de manutenção do poder, deixando quase esquecidos os “compromissos ideológicos ou programáticos”, empregados quando conveniente. O problema da interpretação destes pesquisadores, segundo Axt, foi a relevância endossa aos discursos e falas proferidas pelos agentes políticos do período, em detrimento da observação das práticas políticas (AXT, 2011, p. 22-29 apud DAL FORNO, 2020, p. 72). Assim, para a análise desta pesquisa, percebemos o positivismo apenas como um dos elementos que compôs a totalidade de uma conjuntura política. Desta forma, acreditamos que ele também apresentou especificidades no estado, moldando-se à realidade regional da época.

Contrariando as ideias de domínio férreo, poder absoluto e estabilidade que cercam a administração castilhista-borgista, Axt pontua a existência de sete conjunturas atravessadas pelo governo do Rio Grande do Sul, entre a Proclamação da República e a Era Vargas, que podemos compreender da seguinte forma: 1) *Institucionalização republicana* (1889-1895): período marcado pela Revolução Federalista e o governo Cassalista denominado de “governicho”, além da construção do edifício jurídico; 2) *Hegemonia Castilhista* (1895-1903): conjuntura demarcada pela derrota e quase extermínio dos opositores, afirmação de Castilhos como chefia unipessoal no estado, tendo domínio sobre a política estadual e as esferas municipais até seu falecimento, em 1903; 3) *Crise de Hegemonia* (1903-1907): início demarcado com a morte de Castilhos, Axt ressalta durante esta fase o questionamento dos republicanos às pretensões de Borges de Medeiros, ocasionando a primeira cisão republicana, em 1907, na figura de Fernando Abbott, além do recuo tácito com a candidatura e apoio a Carlos Barbosa Gonçalves, período do qual Borges afastou-se da administração direta do governo, contudo, mantendo o controle do partido.

A fase de número 4, denominada *de Construção da hegemonia Borgiana* (1908-1913), é atrelada ao período de administração do governo de Carlos Barbosa, durante a qual Borges de Medeiros teria organizado uma rede de compromissos e lealdades, substituindo diversos comandos políticos situados no interior do estado. Enquanto Castilhos buscava garantir ampla margem de ação aos seus colaboradores municipais, cooptando as chefias municipais, a fim de garantir o alinhamento destes ao governo, Borges de Medeiros optou por intervir no âmbito municipal e reforçar o poder administrativo estadual. Segundo Axt, “a organização da rede de sustentação borgiana foi impulsionada pela estreita sintonia com o governo Hermes da Fonseca, politicamente controlado por Pinheiro Machado”. Durante este período, o Rio Grande do Sul ganhou maior representação na política nacional e Medeiros dispunha de determinada autonomia sobre os cargos federais no estado; 5) *Hegemonia Borgiana* (1913-1920): compreende o período da volta de Borges de Medeiros a presidência do estado até o ano de 1920, teria sido marcada pela força da rede de compromissos que estabelecera nos anos anteriores, enfrentando as cisões de 1915 e 1916 sem perder o controle partidário. Neste período, devido ao afastamento de Medeiros, acometido por uma doença, alguns municípios do estado ficaram à cargo de Protásio Alves, enquanto Salvador Pinheiro Machado, vice-presidente, encarregou-se da administração governamental. A disputa pela vaga no senado, que abriu a cisão no partido, a fidelidade da Brigada Militar frente à trama da derrubada de Borges pelos irmãos Pinheiro Machado e o assassinato de José Gomes Pinheiro Machado foram fatores que marcaram o período. Todavia, apesar de manter o controle partidário, “a cisão provocou desfalques nas fileiras dos aliados da falange palaciana em municípios importantes” e teria repercutido “por todo o estado nas eleições municipais de 1916, o que traduziu, mais uma vez, a forte queda de braço entre poder estadual e local”, ocorrendo, por meio de fraudes eleitorais e intervenção estadual, remodelação do comando das esferas municipais (AXT, 2007, p. 97-100). Além destas, o autor pontua mais duas fases:

6) *Contestações e crise de hegemonia* (1921-1923): a fórmula adotada para viabilizar as encampações de 1919/1920 suscitou uma grave crise financeira entre 1921 e 1923, que levou água ao moinho da oposição e desaguou nas contestações da campanha assistida de 1922. (...) o governo de Borges promoveu um enxugamento do meio circulante estadual, justamente num momento em que se liberava a demanda reprimida de

importações no pós-primeira guerra mundial. Isso trouxe uma forte especulação em moeda estrangeira, inflação regional, alta de juros e arrocho de créditos, precipitando inúmeras hipotecas sobre o segmento estancieiro, de forma a desnudar a opção da elite dirigente pela aliança estratégica com fração de classe dos charqueadores e dos mercadores e financistas urbano-litorâneos. Por outro lado, a inflação e o aumento das taxas dos serviços públicos indispuseram a classe média urbana e o proletariado contra a elite dirigente.

7) Recomposição da aliança hegemônica (1923-1930): com o Pacto de Pedras Altas de dezembro de 1923, que pacificou a Revolução Assisista, garantiu-se a permanência de Borges de Medeiros por mais cinco anos no governo do Estado. Em compensação, a oposição logrou impor uma reforma constitucional que alterou a espinha dorsal do constitucionalismo castilhistas, pois, entre outras coisas, vedou a possibilidade de reeleição do presidente, determinou a eleição do vice-presidente do estado, até então indicado, e limitou as intervenções do poder estadual nos e, conseqüentemente, fragilizou as facções que lhe apoiavam com mais dedicação nos municípios. Para negociar a sua permanência no governo, Borges de Medeiros precisara recorrer às lideranças partidárias e às famílias oligarcas, o que enfraqueceu o seu comando pessoal (AXT, 2007, p. 101-102).

Nessa lógica, como ferramenta para se manter no poder, Borges de Medeiros fazia uso de estratégias legais e extralegais para dominar a situação da política do município. O funcionalismo público, além de servir como uma espécie de “monitor” do poder, à disposição e uso do governador, principalmente no que diz respeito aos cargos relativos ao aparato policial e jurídico, sobre os quais exercia maior influência, as nomeações também foram empregadas na barganha com os coronéis, representando poder, no sentido que conferia na troca de benefícios com os subordinados e leais, uma forma de acessar e distribuir poder, configurando-se no “termômetro de prestígio de uma facção”. Os cargos públicos sofriam intermédio pelo chefe, que apelava nos pedidos e nomeações e sua vez, eram distribuídos conforme “critérios que levavam em conduta o grau de inserção do candidato na rede de compromissos e serviços prestados à facção e ao partido”. O benefício, que em nível local era cedido pelo coronel ao seu subordinado, era retribuído em forma de lealdade. Em nível estadual, “Borges de Medeiros converteu-se no principal distribuidor de prebendas, condição que soube administrar de forma a forjar lealdades, dobrar dissidentes e, até mesmo, seduzir oposicionistas”, fortalecendo, assim, a rede de reciprocidades e compromissos (AXT, 2007, p. 110). Dessa maneira, era comum a prática na qual

Os coronéis angariavam aliados entre autoridades públicas, endinheirados locais ou até lideranças comunitárias e religiosas. No interior da facção, corria o tráfico de influências e o comércio de vantagens. Favoreciam-se contratos para os negócios dos aliados, os advogados eram tratados com privilégios por serventuários e magistrados, a imprensa elogiava os amigos,

para cujos eventuais crimes havia mais indulgência. Em contrapartida, os membros da facção oposta eram perseguidos pelas autoridades públicas, espezninhados pela imprensa alinhada e prejudicados profissionalmente (AXT, 2007, p. 109).

Como observado por Vitor Nunes Leal, “estar sob” a condição de oposição municipal não era algo desejável, e só era desempenhada por quem não conseguia alcançar a governança. As correntes municipais disputam entre si com a finalidade de conseguir o favoritismo por parte do governo, a fim de “apoiar o governo e nele se amparar”, não sendo objetivo o fortalecimento de um partido, nacional ou estadual, que não estava no governo (LEAL, 2012, p. 36). A força local era, então, cooptada pelo governo central, caracterizando assim uma relação dialética que permitiu a sobrevivência tanto dos coronéis, quanto do partido/governo, compartilhando do poder de uma forma não-linear. Félix defende que a legitimação e consolidação do poder do PRR adveio da manutenção feita por este em relação à base coronelista. Dessa maneira, integrar os coronéis ao aparelho do estado, ao invés de simplesmente eliminá-los do jogo político, forjou um desenvolvimento diferente do coronelismo no sul do país, fazendo com que naquela região existissem concessões mútuas (FÉLIX, 1996, p. 81-83). A chamada *adaptação gaúcha* é baseada na premissa de que a política do estado detivesse o seguinte tom: “Borges ouve (“consulta as bases”) os coronéis e este cedem parte de seu poder em troca da manutenção de privilégios locais. Este “ceder” varia de grau imensamente e dá o tom da luta coronelista” (FÉLIX, 1996, p. 83).

Os coronéis de Jaguarão estavam situados na fronteira sul, fazendo limite com o Uruguai e certamente apresentavam perfis socioeconômicos distintos de outras regiões do estado. Nesse sentido, é necessário ver como esses autores pensaram essa relação entre política, economia e região. Ao buscar compreender o processo de formação do Rio Grande do Sul, Joseph Love pontua que, de maneira geral, o estado é dividido geograficamente em cerca de seis regiões, porém, considerando aspectos como cultura e econômica, o autor adota uma divisão convencionada em três principais regiões: O Litoral, a Campanha e a Serra. Destas, a primeira constitui-se extensionalmente na menor zona, porém a mais povoada, e tem sua economia fortemente pautada na exportação, no comércio interestadual e no processo industrial, justamente por ser servida por rios navegáveis, além de ser uma região que se estende pela faixa litorânea e pela Lagoa dos Patos e Lagoa

Mirim. A Serra, constituída da região do Planalto, apresenta um solo rico, sendo o mais rico da região, e florestas de Araucária. Essa região, ainda, pode ser dividida em três sub-regiões, Zona Colonial, Planalto Central e Distrito das Missões, cada uma com diferentes povoações e produções. Por último, a região da campanha, formada majoritariamente por um relevo plano, com exceção de algumas coxilhas, colinas onduladas, o que torna a região propícia a criação de gado, mesmo existindo alguma minoritária produção agrícola. A região é constituída por grandes propriedades voltadas à pecuária, fruto da ocupação e formação das estâncias ainda no século XVIII e por cidades distantes, separadas pelas amplas zonas de pastagem, apresentando uma população relativamente equilibrada (LOVE, 1975, p. 5-8).

Loiva Félix aproxima-se da divisão estabelecida por Love, mas apresenta um fracionamento do estado em quatro áreas de diferente desenvolvimento social e político: a zona sul (fronteira e campanha), o planalto médio (serra), a zona colonial e o litoral. A região na qual a autora se aprofunda ao longo de seu estudo, devido ao recorte geográfico, é a serrana, porém, Félix estabeleceu algumas considerações em torno da região sul que são imprescindíveis para este trabalho: a) foi a povoação mais antiga do estado, ligada à definição e luta pela fronteira; b) uma zona economicamente marcada pelo latifúndio e a criação de gado (caracterizando aqui o tão famigerado ciclo pastoril-militar). Em relação ao recorte geográfico apresentado pela autora, ela alega que a escolha pela região serrana do Planalto Médio deu-se em função das similaridades apresentadas por ela quando comparada ao “coronelismo brasileiro” (aquele que ocorreu no restante do país), além do fator de redistribuição de poder no período de transição entre Império e República, que incentivou a transformação da região em um polo pastoril, apresentando semelhanças com a campanha na zona sul do estado (FÉLIX, 1996, p. 29-30).

Ao buscar analisar as relações de poder e as práticas coronelistas do governo de Borges de Medeiros, durante o período de 1903 a 1928, em municípios da região colonial italiana<sup>43</sup>, Márcio Alex Cordeiro Biavaschi percebeu importantes aspectos diferenciais da região frente ao desenvolvimento político e econômico quando comparada com o restante do estado. Segundo o autor, “necessita-se diferenciar as

---

<sup>43</sup> O recorte de Márcio Biavaschi restringiu-se aos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi, Guaporé e Veranópolis, todos emancipados entre as décadas de 1890 e 1910.

especificidades espaço-temporais de ocorrência do coronelismo, considerando as particularidades políticas de cada região em relação ao poder borgista e às suas práticas partidárias”. O governo de Borges de Medeiros, desta forma, não teria ignorado as especificidades e características das diferentes regiões, desenvolvendo, assim, distintas estratégias de manutenção do poder para cada região do estado. Biavaschi ainda pontua que a “importância conferida pelo PRR à RCI<sup>44</sup> baseava-se em razões de ordem política (a cooptação do eleitorado regional) e econômica (a produção e o comércio coloniais eram considerados indispensáveis ao progresso do Rio Grande do Sul”. Em primeiro lugar, devemos entender que a economia da região era baseada na pequena e média propriedade, o que fazia com que essas áreas fossem de uma maior densidade populacional. Biavaschi considera que um maior número de população conseqüentemente acarreta um número significativo de eleitores, tornando a região de imigração italiana um importante colégio eleitoral, sendo fundamental que o Partido Republicano mantivesse controle político da localidade. Assim, o autor pontua que, seguindo os ideais de positivistas de preservação das instituições sociais por meio da valorização da ordem e do progresso e apercebendo-se que crescimento do trabalho poderia ser utilizada como ferramenta para um “equilíbrio social”, Borges de Medeiros aderiu ao discurso de “exaltação do imigrante italiano, que passa a servir como modelo de cidadão produtivo e ordeiro, apropriado e desejado à assimilação”, de forma que a dignificação do trabalho braçal e a busca por ascensão social pelo uso da terra e contenção de despesas tornou-se um forte retrato deste grupo social (BIAVASCHI, 2011, p. 14; 100; 108; 116).

Mário Biavaschi afirma que a fé religiosa, a maçonaria e a luta que os representantes destes travavam pelo poder, também foram parte importante do contexto histórico destes locais. Os maçons, durante a Primeira República, ocuparam locais estratégicos na estrutura de poder da região colonial italiana, funcionando “como elemento de ligação entre os grupos de pressão e os organismos de poder estatal”, sendo uma fraternidade cujos dogmas bem se adaptaram a elite política do estado, que passava ser integrada por comerciantes em ascensão econômica, além de funcionários públicos e profissionais liberais. Segundo Biavaschi, em relação à esta questão, o clero regional, por meio do

---

<sup>44</sup> Abreviatura utilizada por Biavaschi para Região de Colonial Italiana.

ordenamento da Arquidiocese de Porto Alegre, buscou estabelecer comitês católicos tendo em vista “combater a maçonaria”. Apesar de possuir maior força no meio rural, não se pode dizer o mesmo da Igreja entre a população urbana, onde “a presença de outras ideologias impediu a hegemonia do pensamento católico” (BIAVASCHI, 2011, p. 118; 119; 120; 121).

Todavia, as características que se destacam foram a formação de grupos de pressão e os “coronéis burocratas”. Segundo Biavaschi, esses grupos, formados por comerciantes e industriais, se distinguiram conforme o período analisado. A região de colonização italiana foi alvo constante das “estratégias de regulamentação do mercado realizadas por parte dos poderes públicos, com o intuito de auxiliar projetos essenciais ao incentivo da produção dos setores dominantes”. Um exemplo destes grupos é a Associação de Comerciantes de Caxias, que defendeu a classe e os interesses do setor comercial do município, perturbando diversas vezes a política estadual. O autor aponta o caso da construção da Ponte do Koff como um episódio pelo qual podemos verificar a ação desses grupos de pressão. Segundo Biavaschi, a disputa deu-se no sentido de que “Antônio Prado desejava a ponte no *Passo do Zeferino*, ao passo que Caxias defendia que ela fosse construída no Rio das Antas”. Dessa maneira, ao não obter o aval do governo, a Associação entregou a demanda ao coronel Avelino Paim, importante liderança regional do PRR, atuante no município de Vacaria para que este intercedesse de forma favorável junto a administração estadual, alegando que os desejos dos caxienses também eram de seu interesse. Posteriormente, em retribuição, Paim recebeu do grupo o título de Sócio Honorário, além de uma triunfal recepção. Assim, segundo Márcio Biavaschi

[...] a Associação demonstrou seu prestígio e poder político ao interferir nas decisões do governo borgista, a propósito da construção da tal ponte, que serviria para ligar Caixas aos municípios do planalto e ao centro do país, beneficiando o setor comercial local. Havia uma disputa com os interesses do município de Antônio Prado, que foi vencida graças à aliança da Associação com as forças políticas de Vacaria, já que a localização da ponte uniria o município de Caxias com os Campos de Cima da Serra e o interesse de ambos, de modo que o PRR alterou a decisão tomada ao favorecer os interesses caxienses (BIAVASCHI, 2011, p. 127).

Em relação ao conceito de coronel burocrata, o autor entende que os indivíduos que exerciam essa função eram “elementos não pertencentes àquele contexto social, “importados” de outras regiões do Estado” e eram tidos por Borges como “uma possível solução aos conflitos políticos localizados”. Entretanto, era

inevitável que esse tipo adquirisse funções de chefia e causasse desconforto nas lideranças locais e apesar de estarem sob a tutela do presidente do estado, poderiam ser removidos conforme a situação. Nessa lógica, os coronéis burocratas, transformados em intendentes daquelas localidades, eram imbuídos de grande prestígio, devido as questões relacionadas à imprevisibilidade política apresentada pelos habitantes daquela região (BIAVASCHI, 2011, p. 136, 137). Dessa maneira, é preciso compreender que

Apesar de a RCI ser considerada “a fortaleza eleitoral do oficialismo borgista”, o controle nem sempre foi estável, devido aos conflitos entre o PRR e as lideranças locais. A participação política da RCI no modelo borgista não se resumiu a uma simples função de massa eleitoral de manobra, mas como uma constante ameaça a constranger politicamente o PRR perante as oposições e facções internas. O estabelecimento de coronéis burocratas nos postos de intendentes naquela região, como “elementos afinados com o chefe do executivo estadual e que não eram representativos da sociedade colonial”, não confirma uma pretensa passividade política, já que a imposição desses coronéis borgistas prestava-se como uma forma de apaziguar o despertar político da RCI” (BIAVASCHI, 2011, p. 137).

Tendo em vista a discussão feita, é possível afirmar que as práticas coronelistas tomaram a forma das regiões nas quais se desenvolveram. Assim, faz-se de extrema importância voltar as atenções aos aspectos econômicos, sociais e culturais da região abrangida pelo recorte do estudo. A observação em menor escala, dessa forma, propicia que os detalhes sejam vistos de forma mais focalizada, com maior desenvolvimento.

A cidade de Jaguarão, neste sentido, toma o perfil atrelado à região da fronteira, geograficamente distante da capital e de grandes municípios, sendo o mais próximo destes, Pelotas. Devemos compreender o município como resultante de um processo de diversas disputas entre Portugal e Espanha, que cercaram a região durante sua formação e consolidação. A economia também deve ser vista com distinção, pois o contrabando pode ser considerado uma forte marca da região. Além disso, diversos políticos de importância estadual e nacional despontaram do município, tanto no período Imperial quanto no Republicano, tendo, de diversas formas, beneficiado a localidade nesse processo. A proximidade com a cidade uruguaia de Rio Branco também influenciou a sociedade de Jaguarão, tanto cultural quanto economicamente. Esses fatores, aliados a outros anteriormente discutidos, deram à Jaguarão um acabamento que lhe é próprio e único e que repercute até os

dias atuais. Dessa forma, características que demarcaram a comunidade local e, conseqüentemente, sua elite política, não podem ser pensadas para outras regiões, mesmo que compartilhem alguns elementos em comum. Acreditamos que as pesquisas históricas não devem evidenciar apenas as características comuns ou os sucessos, mas ter seu ápice na análise das diferenças, nas divergências e nas falhas.

#### 2.4 DISSIDÊNCIA, OPOSIÇÃO OU ALIADO? A TÁTICA DO DIVIDIR PARA CONQUISTAR

Segundo Loiva Félix, a necessidade da obediência à hierarquia e de um líder foram percebidas e utilizadas por Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos para o crescimento e instauração do Partido. Todavia, o elemento da “obediência” pode e deve ser questionado (FÉLIX, 1996, p. 35; 42; 43). Gunter Axt observa que uma significativa parcela da historiografia produzida sobre a Primeira República no Rio Grande do Sul aponta o “domínio férreo de Borges de Medeiros sobre os municípios, desconsiderando não apenas a força de alguns coronéis e a necessidade do regime de compor com eles”, como também aspectos importantes, tais como a margem de insubordinação dos municípios e espaço de manobra daqueles que eram “agraciados” pelo chefe (AXT, 2001, p. 118-119). Como uma demonstração bem clara dessa historiografia, podemos apresentar a seguinte passagem expressa por Joseph Love (1979), que corrobora a construção de uma imagem de tirania, vinculada à Borges de Medeiros:

[...] no Rio Grande, existia uma qualificação indispensável para alguém exercer o poder local: a disposição de acatar decisões partidas de cima [...]; Os intendentos (prefeitos), fossem coronéis ou subordinados, não podiam tomar decisões importantes. Um intendente que tentou obter empréstimo para um projeto de obras públicas, sem a consulta de Borges, então dono do partido, sabe-se que recebeu um telegrama dizendo: “Renuncie pt Segue intendente provisório”. Não poderia haver exemplo mais claro de relações partido-governo, com o PRR impondo a disciplina, de um lado, a um membro mal comportado, enquanto, de outro, o Governador (o mesmo Borges) usava sua autoridade constitucional, preenchendo a vaga até realizar-se nova eleição. Tão frequentemente eram substituídas as autoridades locais que, em dado momento, considerável número de municípios possuía apenas intendentos provisórios. A ausência de autonomia local significava uma fonte de atritos no seio do PRR e, provavelmente, a principal reclamação daqueles que vieram para a oposição, depois da guerra civil (LOVE, 1975, p. 84-85).

Apesar de uma parte do título desta dissertação ser ornada com a despedida “ordenai, então, e sereis obedecido – do companheiro grato e soldado”, retirada de uma carta encaminhada por Carlos Barbosa a Borges de Medeiros, acreditamos que a ideia de um poder absoluto deve ser relativizada. Na referida carta, enviada no ano de 1907, o assunto tratado é a doença, não identificada, que assola Barbosa. Esta, segundo o médico jaguarense, seria impedimento para que aceitasse a “gloriosa investidura que vós e [...] o grande Pinheiro, me distinguem”, afirmando ao Chefe não estar “na altura do sacrifício que exigis de mim”, todavia, afirma que se estimado indispensável ao Rio Grande e ao Partido, cumpriria as ordens de Medeiros, “tudo sacrificando em prol de nossa causa”<sup>45</sup>. Mas o que seria esta gloriosa investidura e o sacrifício exigido?

O trabalho com a correspondência pessoal é, sem dúvida, lento e necessita que o historiador utilize toda sua atenção e conhecimento, tanto prático quanto teórico, para ler nas entrelinhas daquilo que está sendo escrito<sup>46</sup>. Além disso, podemos imaginar a tarefa como a montagem de um complexo quebra-cabeças, o qual, na maioria das vezes não possui todas as peças, mas pode-se, no entanto, estabelecer hipóteses sobre a figura montada. Na melhor das situações, é possível que essas missivas possam ser cruzadas com outros tipos de fontes, tais como notícias de jornais, atas de reuniões, leis, emendas, documentos públicos orçamentários ou até registros cartoriais e notariais, a fim de completar a informação. A criatividade, assim como a abordagem pretendida pelo historiador, pode dar a este tipo de fonte diversos tipos de atribuições.

Especificamente, nesta correspondência trocada entre Barbosa e Medeiros, é acusado o recebimento de um telegrama cifrado e que por falta de chave, não pôde ser decifrado, tendo atrasado a resposta que Borges de Medeiros esperava. Todavia, aparentemente, o assunto já vinha sendo tratado entre os dois, pois Barbosa afirma ter dado “uma resposta antecipada à vossa, que ora contudo,

---

<sup>45</sup> Carta de Carlos Barbosa a Borges de Medeiros. Jaguarão, 14 de abril de 1907. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2637.

<sup>46</sup> Outras pesquisas históricas que trabalham com correspondência pessoal e embasam este estudo são MARTINY, Carina. Entre chefes e correligionários: negociação, hierarquia e mobilidade social na Primeira República (Rio Grande do Sul, 1899-1900). Revista Latino Americana de História. Unisinos. Vol 3, nº11. Setembro de 2014; MARTINY, Carina. “O chefe político dos mais avançados republicanos”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da república (1882-1903). Tese (doutorado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a Razão Clientelista*. Revista dados, Rio de Janeiro. Vol 43, nº1, 2000.

resposta que retifico em todos os seus pontos”<sup>47</sup>. Podemos supor que, nestas cifradas comunicações, estava em pauta a candidatura de Carlos Barbosa para a Presidência do Estado.

Segundo Joseph Love, Borges de Medeiros teria encarado o primeiro desafio real ao seu poder no ano de 1907, quando, ao optar pela não-auto sucessão, escolheu Carlos Barbosa Gonçalves, considerado pelo autor como um membro de segunda linha do partido como candidato. A eleição foi marcada pela oposição feita por Fernando Abbott, chefe político de São Gabriel, dissidente que angariou apoio de Assis Brasil e alguns federalistas e também pela chamada *Geração de 1907*, autodenominados *Bloco Acadêmico Castilhista*, um grupo de jovens universitários que faziam curso superior em Porto Alegre, dentre os quais podemos nomear Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra e possuía o “propósito expresso de lutar pelo candidato do PRR”<sup>48</sup>. Carlos Barbosa ganhou com uma margem próxima de quatro por um sobre seu adversário, tornando evidente o poder e controle exercidos por Borges de Medeiros. Da mesma forma que seu antecessor fizera, Borges de Medeiros buscou reter o controle político sobre o partido, procurou reter para si as decisões político-administrativas mais importantes durante o governo de Carlos Barbosa, cedendo a este exclusivamente questões administrativas “menores” (LOVE, 1975, p. 90; 91; 157; 163).

Logo após o falecimento de Castilhos, Borges de Medeiros teria sido alvo de desconfiança das lideranças republicanas que temiam que esse buscasse se afirmar “como herdeiro político do carisma de Júlio de Castilhos, substituindo-o no comando unipessoal do governo e do partido”. Essas desconfianças, de maneira subsequente, teriam fomentado a cisão republicana que ocorreu entre os anos de 1906 e 1907, demarcada pela candidatura de Fernando Abbott ao cargo de Presidente do Estado. Nesse sentido, Axt aponta que a candidatura de Carlos Barbosa foi “um recuo tácito” de Medeiros (AXT, 2007, p. 98).

Nesta lógica, podemos pressupor que Carlos Barbosa era um indivíduo de extrema confiança de Borges de Medeiros, tendo exercido seu governo durante os anos de 1908 a 1913 acatando as ordens do “chefe”. Contudo, as cartas pessoais

---

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Para uma análise mais aprofundada a respeito das dissidências do PRR até o ano de 1907, ver SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. De líderes históricos à opositores: As dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907). Tese (doutorado em história). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

do ABM nos levam a pensar outras possibilidades. Aparentemente, o médico jaguareense, um dos fundadores do Clube Republicano daquele município, tendo, inclusive, feito parte de sua diretoria, teria entrado em discordância com a direção central do PRR.

Segundo as acusações feitas nas cartas enviadas a Borges de Medeiros, no ano de 1916, nas eleições gerais para os cargos de presidente e senador, Carlos Barbosa teria apoiado a dissidência de Ramiro Barcellos, atirando-se “em consulta revolucionária, aos chefes das outras localidades”. Em carta enviada à Borges de Medeiros, José Julião Rodrigues afirma pensar que “o doutor Carlos Barbosa Gonçalves acha-se em plena dissidência política”, apurando a seguinte constatação acerca da situação: “o doutor Carlos e o doutor Ramiro quiseram aproveitar o momento de consternação em que se achava o Estado, com a gravidade da moléstia que atacou o mais alto representante da defesa da *Carta de 14 de Julho*, para tomarem a direção do Estado”. Ironicamente, Zeferino Lopes de Moura, líder da oposição local, que pela lógica, “formaria o lado dos revoltados”, teria aproveitado a chance do “desgarro do doutor Carlos para voltar às fileiras”, enfatizando seu posicionamento contrário à candidatura de Ramiro Barcellos ao Senado, tendo inclusive, enviado telegramas ao jornal *A Federação* “explicando sua atitude junto ao Ramiro aqui, em Jaguarão”<sup>49</sup>.

Em outra correspondência enviada a Borges de Medeiros, Arnoldo Passos Franco informa sobre a situação política do município, “há vinte e cinco anos explorado pela *oligarquia Barbosa-Gonçalves*”. Segundo o remetente, o senhor João Rodrigues Barbosa Netto teria, por meio da “*A Situação*, órgão do doutor Carlos”, como missão “insultar e caluniar pelas colunas desse órgão o coronel Zeferino e seus amigos”, além de acusar a referida folha, “que vem editada uma verrina contra minha pessoa, por motivo de não ter aderido ao movimento de revolta do doutor Carlos contra a direção Central do Partido”, afirmando que Barbosa Netto, “quando foi candidatura Hermes, o que mais propaganda fez aqui contra ele”, tendo, para além das publicações jornalísticas, feito discursos e redigido telegramas de protesto nas sociedades locais. Além disso, Arnoldo Franco levanta alguns questionamentos a Borges, em respeito a aliança feita por Carlos Barbosa e Ramiro Barcellos.

---

<sup>49</sup> Carta de José Julião Rodrigues a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de janeiro de 1916. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2722.

Consta, segundo Arnaldo Franco, que Carlos Barbosa teria emitido “telegramas circulares aos municípios, convidando a tomar conta da direção central”, embasado no estado de saúde de Medeiros que durante o ano de 1915 esteve em afastamento, deixando como seu encarregado, o doutor Protásio Alves. O remetente questiona, a respeito disso, as seguintes atitudes de Barbosa: “Porque ele, emparceirado com Ramiro Barcellos, atirava ao Rio Grande do Sul calúnia, de que o honrado doutor Protásio e o doutor Paim haviam usurpado o poder [utilizando] do vosso estado e iludindo o partido?” e também, “porque quando os telegramas de Porto Alegre anunciavam a gravidade do estado de Vossa Excelência, dizendo que havia já sido sacramentado pelo Bispo (que soube [não]fora visita-lo), *A Situação* publicava tudo isso e depois não desmentia?”. Barbosa teria afirmado “o seu poderio com as mortes de Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, e agora contava que Vossa Excelência [Borges de Medeiros] não se reestabelecesse”<sup>50</sup>.

Ângela de Castro Gomes nos alerta sobre o uso de certos tipos de fontes que, partindo de um espaço privado, “que de forma alguma elimina o público”, evidenciam o exercício de uma “escrita de si”. Este tipo de escrita pode estar ligado à uma forma mais propriamente ligada às palavras, como os diários e autobiografias, como também empenhada na construção de uma memória de si, tal como o recolhimento de materiais, fotografias, cartões-postais, objetos cotidianos que passam a integrar um “teatro da memória”, dando materialização “a história do indivíduo e dos grupos a que pertence”. Gomes ressalta que

Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de serem lembradas (GOMES, 2004, p. 11).

Em relação ao trabalho com a correspondência pessoal, a autora entende que estas como uma forma de “afirmação do valor do indivíduo”, além de ser um espaço de construção de relações pessoais e vínculos. O diferencial deste tipo de fontes para outras, que privilegiam o sujeito e seu texto, é que esta possui um destinatário específico, um quem, o qual receberá a comunicação. Desta maneira, “escrever cartas é assim “dar-se a ver”, é mostrar-se ao destinatário”. Durante a escrita, o

---

<sup>50</sup> Carta de Arnaldo Passos Franco a Borges de Medeiros. Jaguarão, 29 de maio de 1916. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2732.

remetente “confia ao outro uma série de informações e sentimentos íntimos”. Ainda, é implícito a existência uma ou mais razões para fazê-lo: “informar, pedir, agradecer, desabafar, rememorar”, entre outros. O envio de uma carta significa fazer-se “presente” para o “outro”, evidenciando a existência de relações, normas e protocolos. É necessário prestar atenção durante a sua análise, tendo cautela com questões relacionadas com o que é escrito, quem escreveu, como escreveu, quais os tipos de relações envolvidas entre os correspondentes, quais objetivos possui, quais materiais utilizou entre outros aspectos a serem criticamente observados pelo historiador (GOMES, 2004, p. 19-21).

Tendo em vista as perspectivas de Ângela de Castro Gomes, podemos inferir o seguinte sobre as missivas supracitadas e seus remetentes. Sobre José Julião Rodrigues, não conseguimos localizar outra carta enviada ou menção a seu nome nos documentos do ABM analisados nesta pesquisa, mas podemos levantar a hipótese de que este era, no mínimo, simpatizante do grupo político local representado por Zeferino Lopes de Moura. Apesar de iniciar a missiva informando a Borges de que sempre havia acatado “como chefe meu velho amigo doutor Carlos Barbosa Gonçalves, de quem sempre recebi as melhores provas de confiança, incumbindo-me por vezes, de seus negócios particulares”, este discorda da atitude de Barbosa para com o Partido e sua direção central, vendo como sua obrigação, por ser “membro do partido republicano de Jaguarão desde a monarquia”, informar a Medeiros sobre a situação em que encontrava-se o partido na localidade.

Além da “traição” a Barbosa, José Rodrigues faz algumas afirmações interessantes em torno do chefe dissidente local, apontando “Zeferino Lopes de Moura, republicano velho, da propaganda, de muitos sacrifícios”. Entretanto, o remetente ressalta que não há, por sua parte, “mal querências alguma para qualquer das pessoas referidas nessa exposição” e que este buscava manter “com todos as melhores relações”, mas seu dever para com o partido falava mais alto<sup>51</sup>. Partindo de um ponto de vista crítico, temos a denúncia da dissidência de Carlos Barbosa vinda de um amigo e aliado seu, em um primeiro momento. Podemos acreditar que, ao ver a possibilidade de uma desavença com Barbosa, José Julião Rodrigues buscou criar um espaço de manobra, ficando em “débitos” com Zeferino, ao falar bem sobre suas ações e também com Borges de Medeiros, por prestar-lhes

---

<sup>51</sup> Carta de José Julião Rodrigues a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de janeiro de 1916. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2658.

informações sobre o rumo do partido em Jaguarão. Levando em consideração o isolamento geográfico e o tempo de transmissão das notícias no período, podemos apontar que a informação, assim como a lealdade pessoal, era uma moeda de troca valiosa dentro do sistema político coronelista.

Todavia, sobre Arnaldo Passos Franco, possuímos maiores informações. Arnaldo Franco enviou 4 cartas e foi citado em 5, sendo que 4 destas citações foram feitas por Zeferino Lopes de Moura. Franco atuou na mesa Administrativa da Santa Casa de Caridade de Jaguarão, durante o ano de 1913<sup>52</sup>, e desempenhou o cargo de 1º notário do Registro Eleitoral em meados de 1914<sup>53</sup>. A denúncia de Arnaldo Franco abrange muito mais do que apenas a dissidência de Carlos Barbosa, enfatizando o discurso feito no jornal político local contra sua pessoa, por Barbosa Netto, o “abandono” do partido, às vésperas da eleição, por Carlos Barbosa e Gabriel Gonçalves, uma aliança do médico jaguareense com Dermeval Pinto, descrito pelo remetente como “chefe maragato daqui”, além das falsas notícias, relativas ao estado de saúde de Borges de Medeiros, difundidas em Jaguarão e da fraudulenta qualificação eleitoral, que contaria com grande número de uruguaios e moradores de cidades vizinhas, como Arroio Grande, mandados qualificar por Carlos “para engrossar as suas fileiras”<sup>54</sup>. A denúncia desta lista de transgressões, sem dúvidas, parece advir, de um primeiro momento, de uma desavença pessoal entre Franco e os Barbosa-Gonçalves.

Ao analisar as principais dissidências do Partido Republicano Rio-grandense, buscando compreender as motivações por trás das rupturas, Tassiana Saccol partiu da compreensão de uma divisão faccional do PRR e da hipótese de que os interesses pessoais e a disputa pelos espaços de poder foram condicionantes de peso nos processos de dissidência. Contudo, Saccol ressalta que a disputa política não pode ser definida de forma única e exclusiva pelas relações pessoais, precisando compreender a existência de uma dualidade política, traduzida no *duo* relações institucionais e relações pessoais. Desse modo, a autora considera “as instituições partidárias (o PRR incluso) como abrigando, em certa medida, o jogo

---

<sup>52</sup> Carta de Arnaldo Passos Franco a Borges de Medeiros. Jaguarão, 12 de novembro de 1913. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2722.

<sup>53</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 31 de janeiro de 1914. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2665.

<sup>54</sup> Carta de Arnaldo Passos Franco a Borges de Medeiros. Jaguarão, 29 de maio de 1916. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2732.

das disputas faccionais travadas entre os indivíduos a que elas pertencem” (SACCOL, 2018, p. 23-24).

Saccol afirma que a historiografia, relacionada ao desdobramento da política rio-grandense na Primeira República, aponta três principais cisões ocorridas nos anos de 1890/1891, 1907 e 1915/16. Entre as produções analisadas pela autora, figuram biografias, livros de memórias e textos de história. Em conclusão, a autora interpreta que a primeira cisão teria relação com os seguintes fatores: a) o apoio prestado por Júlio de Castilhos à candidatura de Deodoro da Fonseca, realizado sem prévia consulta às suas bases partidárias; b) às disputas faccionais intrapartidárias e suas chefias; e c) as diferenças ideológicas entre positivistas, positivistas ortodoxos e liberais. A segunda cisão, ocorrida em 1907, liga-se ao período próximo da morte de Castilhos, no qual Borges de Medeiros ainda não havia consolidado sua liderança, sendo ocasionada pelas disputas envolvendo a chefia do governo estadual. No entanto, novos estudos têm levado em consideração o “jogo de interesses privados por trás das cisões intrapartidárias, que deve ser observado em detrimento de divergências ideológicas”. Saccol defende que as cisões abrangiam de maneira igual outras lógicas, como a da amizade, do parentesco, mas principalmente, a do anseio do domínio de posições mais poderosas na cadeia de relações sociais e de líderes-seguidores na qual o partido estava inserido (SACCOL, 2018, p. 46; 47; 55).

Segundo Saccol, a terceira dissidência, ocorrida entre os anos de 1915 e 1916, possui como explicação predominante o apoio de Borges à candidatura de Hermes da Fonseca ao Senado, que teria deixado Ramiro Barcellos descontente, ocasionando na ruptura deste com o partido. Todavia, alguns autores concordam que além deste episódio, outros fatores contribuíram no processo de cisão partidária, destacando a divisão faccional e segmentação interna do PRR, a competição destas facções em relação à dominação do partido, e um contexto maior de contestação e enfraquecimento do poder de Borges de Medeiros, que deixara temporariamente o cargo por motivos de saúde. Neste momento, teriam aderido à dissidência importantes famílias, como os Barbosa-Gonçalves, os Menna Barreto e os Neves da Fontoura (SACCOL, 2018, p. 62).

Como facção, podemos compreender a definição dada pelo *Dicionário de Política*, editado pela Universidade de Brasília. Segundo os autores, pesquisadores de língua inglesa utilizam o termo “*faction*” para definir agremiações que

influenciaram nas formações políticas em países em processo de modernização, tendências ideológicas intra e inter partidárias, dissidências de voto parlamentar. Não é utilizado o termo “facção”, mas sim “frações” para compreender esse fenômeno:

Frações são grupos que se organizam autonomamente no interior de um partido a fim de impor a própria linha política e/ou de conquistar uma parte maior de postos-chaves de “despojos” para os próprios membros. [...] poderemos identificar sua presença focalizando não somente os grupos que competem abertamente nas eleições internas, mas também naqueles grupos que – embora se apresentem unidos uns aos outros nas consultas partidárias – conservam uma organização distinta (sedes, órgãos de imprensa, convenções, etc.) e contratam autonomamente o seu ingresso nas coalizões que governam o partido ou a sua adesão a cada decisão da maioria, em troca de uma aceitação menos parcial da própria linha política e/ou de recompensas para os próprios membros (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 522).

Gunter Axt compreende o PRR como “um somatório de facções dirigidas por comando pessoais, em torno dos quais se articulavam redes de compromissos”, ajuizada pela facção dominante, que se utilizava de instrumentos de controle legais, garantidos pela *Carta de 1891*. Do ponto de vista do autor, Borges de Medeiros configurava-se como “comandante de uma dessas facções” estabelecendo aliança com os poderes locais, buscando preservar e fortalecer o seu poder, além de intervir nos municípios com a finalidade de moldar estes às políticas do estado. Dessas relações, é necessário frisar que nem sempre Medeiros saía em vantagem nas negociações (AXT, 2001, p. 105).

Ao assumir o controle do estado, Borges de Medeiros teria adentrado em uma situação política de fortes laços de compromisso construídos entre as municipalidades e Júlio de Castilhos. Segundo Axt, em 1903, “Castilhos levava para a sepultura o vínculo de solidariedade que articulava as lideranças gaúchas, nos municípios, no estado e na Nação”. Do descontentamento e desconfiança com a pretensão de Medeiros, emergiram confrontos, tanto com as correntes municipais dominantes quanto com alguns eminentes republicanos, como Fernando Abbott, Cassiano do Nascimento e Pinheiro Machado, que passaram a disputar com este a chefia partidária (AXT, 2001, p. 105).

Ao analisar a historiografia referente às primeiras décadas da política republicana no Rio Grande do Sul, Rodrigo Dal Forno pontuou que a maioria dos estudos tiveram sua atenção voltada ao PRR, podendo causar a impressão de que o PRR pode ser interpretado como “o centro político, ou até mesmo confundido com o

sistema político em si e a partir do qual seria possível compreender toda a política partidária regional, inclusive a atuação de diversos grupos oposicionistas”, sendo estes, em grande parte dos casos, “lidos exclusivamente em referência à hegemonia de seus rivais e não através de suas características e dinâmicas históricas”. O autor elenca duas explicações para o que chama de “nítida preferência historiográfica pelo PRR”: a disponibilidade das fontes deixada pelo partido político, existente em um número elevado quando comparada a preservação de documentos relativos aos seus opositores, além de uma suposta “nobreza” do tema, atrelada às características atribuídas pelas correntes historiográficas ao PRR e a política do Rio Grande do Sul no período da Primeira República, como a “disciplina, coesão e hierarquia partidária”, o “brilhantismo” dos líderes Castilhos e Medeiros, e a “consistência e embasamento doutrinário-ideológico”, que diferenciaria o grupo tanto de seus opositores quanto do restante dos líderes políticos brasileiros, contemporâneos ao período (DAL FORNO, 2020, p. 27; 29).

Como o trabalho do historiador consiste em seguir as fontes, e esta pesquisa tem como principal base a correspondência enviada de Jaguarão à Borges de Medeiros, durante o período conhecido como *borgismo*, que adentra os anos de 1898 a 1928, é inevitável que o pano de fundo da discussão feita aqui envolve o Partido Republicano Rio-Grandense. Todavia, temos consciência de que este estudo, de forma alguma, abrange os verdadeiros opositores do PRR. O que encontramos em Jaguarão, e privilegiamos nesta pesquisa, configura-se em uma dissidência *intrapartidária*. Gunter Axt (2001) utiliza o termo “facção palaciana” para designar a fração do partido que estava sob a proteção maior dos chefes partidários estaduais, disciplinada e ligada fielmente às doutrinas partidárias, enquanto as outras frações foram tratadas pelo autor como falanges do partido. Dessa maneira, a facção opositora disputava com a facção palaciana recursos, traduzidos como aprovação de leis municipais, obras e cargos públicos. A função estabelecida por estas falanges era justamente recrutar a “oposição”, como finalidade de enfraquecer/ impedir a reorganização dos outros partidos no estado. Dessa maneira, a dissidência não se configurava em uma *oposição partidária*.

Essa política, conseqüentemente, angariou uma base de sustentação para o regime, a qual se atribui a “estabilidade” do governo de Borges de Medeiros, e legitimada pela prática, ficou conhecida como *modelo borgista*. Apesar da coesa estrutura partidária, Félix salienta que o poder dos coronéis não foi abafado por ela

ou ainda que tenha os tornado subservientes, considerando que os mandões locais eram integrados à base do partido e mesmo que “a grande maioria estivesse distante dos postulados teóricos que alimentavam a chefia do partido/Estado”, tinham suas demandas e interesses atendidos, sendo esta a “fórmula” de poder de Medeiros e da “coesão” de seu governo (FÉLIX, 1996, p. 80).

Esses coronéis, na maior parte transformados em intendentess, participavam do jogo do poder com a sua força política local, com seu prestígio que se traduzia em votos dado vazio de significado para a filosofia positivista ou castilhistas, mas indispensável para a “aparência legal”, necessária à continuidade do sistema. Em troca, recebiam do governo estadual respaldo para suas ações no município, onde continuavam como “donos”, consolidando essa força nas lutas com os coronéis da oposição [...] ou, então, o que era mais comum, nas “trincas” com as dissidências locais. Mas o importante é que os coronéis aceitavam o poder de Borges, porque recebiam “pão e circo”. Recebiam o “pão” do continuísmo de seus privilégios de mando e o “circo” do aparato cerimonial que regulava as regras do partido. Isto é, havia um processo constante de supervalorização dos chefes, dos intendentess (FÉLIX, 1996, p. 81).

De fato, a dissidência de Carlos Barbosa pode ter sido abafada, mas não foi esquecida. Segundo Carlos Pacheco da Cunha, a notícia da morte de Barbosa chegou ao final do expediente do jornal *A Federação*, sendo publicado, no dia seguinte, uma breve notícia, ilustrando o falecido como “um dos chefes de maior ascendência partidária no interior do Estado; personalidade de projeção estadual, em seguida, de tão alto relevo que subiu, pelo próprio merecimento à mais alta magistratura do Rio Grande; e por fim, do nacional”. Mais detalhes sobre a vida do político jaguarenses são lembrados, sobrando adjetivos para exaltar sua pessoa e sua carreira política. Todavia, “em nenhum momento se fala em dissidência ou cisão, mas sim que após seu mandato na presidência do estado, Barbosa teria retornado a Jaguarão”, havendo um “hiato na sua carreira política que longe de o diminuir mais o elevou”. Já em sua nota biográfica, presente no álbum do Partido Republicano, conta que Barbosa “acompanhou o dr. Ramiro Barcellos na cisão que este abriu no Partido Republicano” (CUNHA 2018, p. 36; 37 ;43).

Após esta reflexão, envolvendo as figuras de José Julião Rodrigues e Carlos Barbosa, que a obediência ao seu “patrão”, “aliado” ou “superior” não era algo estático e perpétuo, tanto para um chefe em nível regional, como Borges Medeiros, quanto para um chefe em nível local, como Carlos Barbosa. Essas relações estavam sujeitas a mudanças, conforme os recursos mudavam para cada integrante da

aliança. Ainda, Félix constata que Borges de Medeiros mantinha um fracionamento do partido em nível local, dividindo o poder entre os chefes locais, aumentando assim seu poder de barganha (FÉLIX, 1996, p. 83).

Também utilizando o Fundo Borges de Medeiros, Sérgio da Costa Franco pontua a existência de uma dissidência intrapartidária em Jaguarão, que dividiu o município em duas facções políticas: os *carlistas* e os *zeferinistas*, nomeadas conforme seus chefes, respectivamente, Carlos Barbosa Gonçalves e Zeferino Lopes de Moura. Além de disputar as eleições entre si, as oposições publicaram suas próprias notícias e jornais e ainda usavam as titulações de maioria e minoria nas *Comissões Executivas do Partido*. Franco acredita que as dissidências eram advindas da praxe de Medeiros em manter uma chefia unipessoal nos municípios, tendo em vista que essa ocorrência era comum em diversas localidades, tanto em pequenos municípios, como Pinheiro Machado ou Herval, como nos grandes, como Uruguaiana, Pelotas, Santa Maria e Rio Grande e que a política conciliatória de convivência entre as dissidências *intrapartidárias*, que previa a alteridade de benefícios e concessões, tinha como objetivo evitar rupturas e alianças desses poderosos locais com o adversário federalista. Nessa lógica, o autor discorda de Loiva Félix, pois atribui a Borges de Medeiros um poder hegemônico e efetivo, angariando todas as atribuições legais do cargo de presidente do estado, como “detentor” de cargos públicos e tutor do aparato policial, o que lhe concedia a dispensa de realizar qualquer barganha com os chefes locais (FRANCO, 2001, p. 131-133).

Gunter Axt (2007) concorda com as afirmações de Félix e utiliza a metáfora “gangorra das facções” para compreender a prática de Medeiros, que pregava a alternância entre as forças locais na liderança política e administrativa dos municípios, implicando também no revezamento das benesses entre os grupos, a fim de evitar uma chefia unipessoal em nível local, o que poderia implicar na autonomia do poder dos coronéis e tornar-se inconveniente ao governo do estado e à estruturação hierárquica-monolítica do PRR (AXT, 2007, p. 111).

As facções nasciam do clima de disputa entre dois ou mais coronéis por vantagens do sistema político. Vínculos de compromissos, oriundos de laços de parentesco, relações empregatícias ou trocas de favores dividiam os eleitores, autoridades públicas e os mandões intermediários. O crescimento de uma facção dependia de algum apoio do governo. Os primeiros passos de uma facção eram a fundação de um clube republicano, batizado sempre com o nome de algum republicano de escol, e a cotização

dos correligionários para fundação de um jornal, utilizado como veículo de propaganda e de combate aos adversários. O coronel entrava com a maior cota, o que podia representar pesado ônus financeiro. As facções aspiravam convencer os pleitos locais e dominar os canais de distribuição de cargos e contratos (AXT, 2007, p. 109-110).

Dessa maneira, com a disputa ocorrendo entre membros do Partido Republicano, distanciava-se a oposição feita pelo Partido Federalista, tornando-a quase insignificante (AXT, 2007, p. 105). Podemos falar que a tática do “divide et impera” foi largamente por Borges de Medeiros, tendo a finalidade de que diferentes objetivos fossem alcançados. Franco afirma que a política de fracionamento utilizada por Medeiros, ironicamente, garantia a unidade do partido, pois acalmava o descontentamento da oposição em nível municipal, que tinha seus pedidos sistematicamente atendidos, em detrimento da maioria, diminuindo as chances de uma associação aos federalistas e rompimento com o PRR (FRANCO, 2001, p. 132) e acrescento aqui, à vista disto, que consideramos esta também como uma tática de cooptação política e de arrebatamento de lealdade, ao partido e ao chefe partidário, considerando a troca implícita de favores.

Neste aspecto, entramos em acordo com Félix (1996), considerando a ideia de ruptura com o Partido Republicano Rio-grandense uma forma de barganha que os coronéis possuíam frente ao Governo. Havia a necessidade da garantia de estabilidade e participação política dos eleitores nos municípios e, para isso, tornar legal o rito republicano do processo eleitoral era uma das funções primordiais exercidas pela figura do coronel. A tática de fracionamento do poder utilizada por Borges de Medeiros era a garantia de que ele sempre teria influência no Município, através de um coronel ou outro, atendendo pedidos ora de um, ora de outro, trocando benefícios pelos sentimentos de “gratidão” e “estar em dívidas”, visando contentamento de ambos os lados, evitando a extinção de seu poder direto e influência nestas localidades.

### **3. O CORONELISMO E OS CORRESPONDENTES DO CHEFE: BORGES “OUVE” AS BASES**

O capítulo a seguir destina-se ao estudo do período reconhecido por Loiva Félix como *borgismo*, abrangendo a atuação de Borges de Medeiros na presidência do Estado do Rio Grande do Sul e como chefe político do Partido Republicano Rio-grandense, entre janeiro de 1898 até o mesmo mês de 1928. O *borgismo* inclui também o período de 1908 a 1913, governo de Carlos Barbosa, devido à continuidade das diretrizes governamentais estabelecidas por Medeiros (FÉLIX, 1996, p. 28). Segundo Carlos Otoniel Pacheco da Cunha, a historiografia caracteriza Carlos Barbosa como um “membro de segunda linha”, o qual foi escolhido para comandar o governo enquanto Borges de Medeiros ocupava-se de questões relativas à chefia do partido, retendo também o controle das questões políticas mais relevantes. Sendo assim, o período do governo Barbosa desenvolveu-se com uma “ausência” de “orientação política própria”, possivelmente oriunda de uma ideia de transitoriedade de seu cargo e a iminência do retorno de Borges de Medeiros (CUNHA, 2018, p. 21). Nessa lógica, consideramos que o Governo Carlos Barbosa pode ser incluído no período conhecido como *borgismo*, salvo algumas especificidades de sua administração.

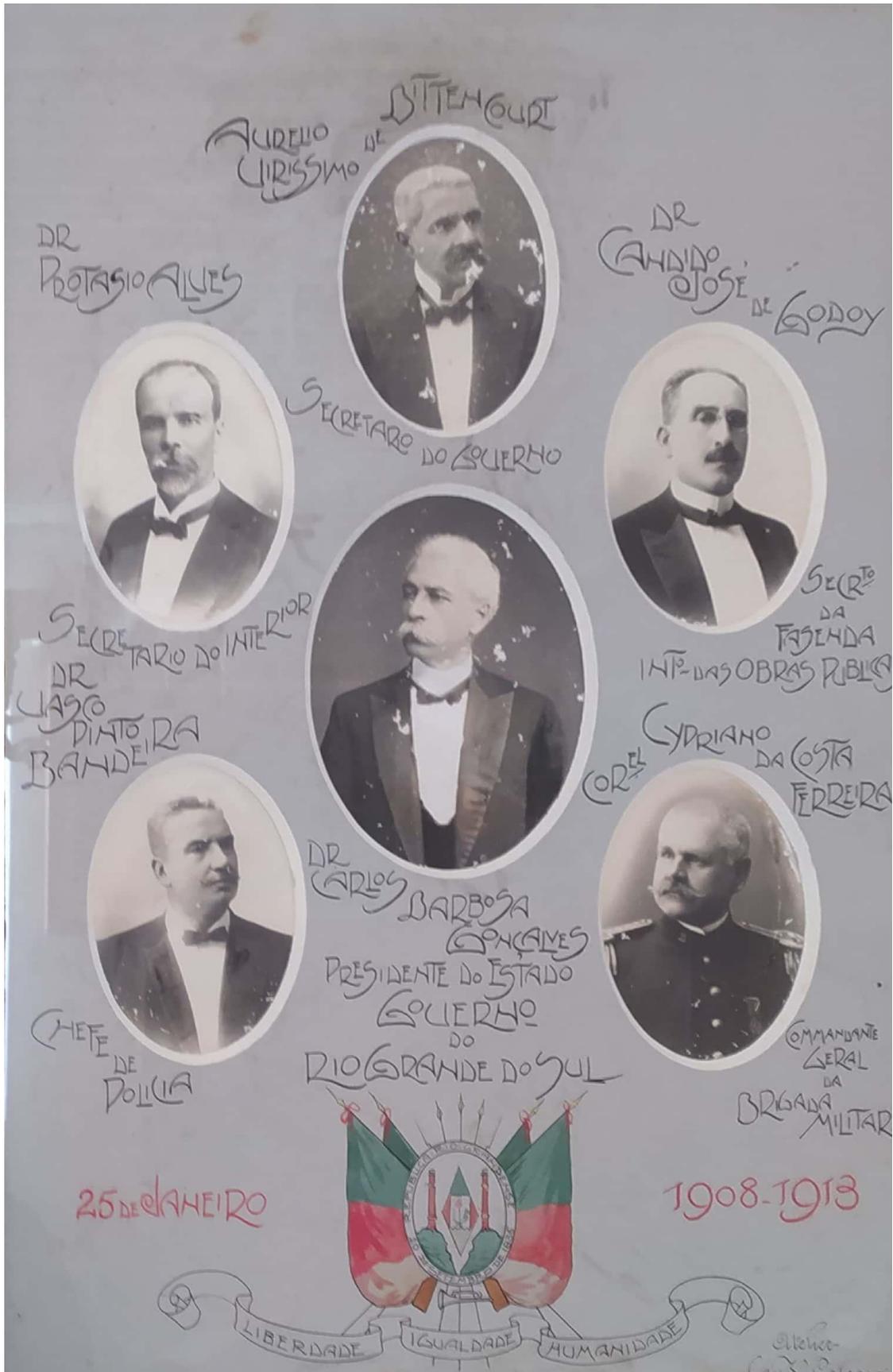


Figura 2- Quadro Comemorativo ao Governo Carlos Barbosa. Disponível no IHGJ. Reprodução: Nycole Andrade

O capítulo tem como objetivo as análises quantitativa e qualitativa da correspondência selecionada do ABM, disponível no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Assim, neste ponto da pesquisa, prezamos a construção de gráficos e a análise de dados, com a finalidade de compreender mais sobre os padrões de recebimentos das missivas. Categorizamos, então, os documentos remetidos por município do estado, por mandatos dos presidentes do estado, da cidade de Jaguarão, além de agrupar os maiores correspondentes daquele município. Dessa maneira, será possível pontuar alguns aspectos, com a finalidade de comparar com algumas pesquisas que utilizaram a correspondência epistolar, como Carina Matiny (2018), José Murilo de Carvalho (2000) e José María Imizcoz Beunza e Laura Arroyo (2011).

O segundo subcapítulo foi destinado para inferir algumas considerações sobre os correspondentes de Borges de Medeiros, que enviaram sua correspondência do município de Jaguarão. Assim, também foi possível estabelecer um paralelo com as pesquisas desenvolvidas por Martiny (2018) Carvalho (2000). Todavia, a principal proposta neste ponto da pesquisa é buscar compreender quem são esses indivíduos que enviaram um maior número de missivas, e se de alguma maneira, permeiam a elite política municipal. Para isso, utilizamos o conceito de elite política posicional, buscando circunscrever esta por meio das *Atas do Conselho Municipal*, disponíveis no IHGJ, produzidas entre os anos de 1897 e 1919, nomeando os Conselheiros e os Intendentes e por meio das *Atas de reunião da Comissão Executiva do Partido*, enviadas em cópia anexada a correspondência do ABM, pressupondo que os membros desta possuíam influência e liderança na cúpula municipal do PRR. Assim, entra em consideração para a definição dessa elite as posições formais de mando proporcionadas pelas instituições supracitadas e a Intendência Municipal. Por último, damos espaço a análise qualitativa das epístolas, buscando compreender o que estava em jogo nessas relações, bem como a natureza dessas.

### 3.1 O ARQUIVO BORGES DE MEDEIROS

Nascido no ano de 1863, na cidade de Caçapava do Sul, região da Campanha gaúcha, Antônio Augusto Borges de Medeiros iniciou muito cedo sua vida política, quando próximo aos seus 18 anos, em 1881, saiu da província rumo à

São Paulo, com o objetivo de ingressar na Faculdade de Direito, onde teve participação ativa no Clube Republicano Acadêmico e entrou em contato com os ideais positivistas pregados por Augusto Comte<sup>55</sup>. Além de Medeiros, outros republicanos históricos, como Joaquim Francisco de Assis Brasil, Júlio Prates de Castilhos e José Gomes Pinheiro Machado, também haviam frequentado o curso de Direito da Faculdade de São Paulo entre os anos de 1878 e 1885. Borges de Medeiros completou sua formação na cidade de Recife, em 1885, para onde havia pedido transferência. Além de compartilharem uma vivência similar no meio acadêmico, também havia em comum neste grupo a origem familiar estancieira (LOVE, 1975, p. 31).

Retornando ao estado logo após, ocupou-se da profissão de advogado em Cachoeira do Sul e tomou o papel de chefia do Partido Republicano Rio-grandense de sua cidade natal, ainda no período monárquico. Após 1889, de imediato à Proclamação, atuou como delegado de polícia naquele município e veio a participar da bancada na Assembleia Nacional Constituinte, em 1890. Entre os deputados eleitos pelo PRR, participantes da Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro, era característica comum a pouca idade quando comparados aos vindos de outras regiões, entre eles, encontravam-se Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos, possuindo, respectivamente, 27 e 30 anos. Durante a Revolução de 1893, Borges lutou ao lado das forças legalistas como tenente-coronel, patente que lhe foi concedida por Floriano Peixoto<sup>56</sup> (LOVE, 1975, p. 46).

Ainda, desempenhando o cargo de chefe da polícia estadual e encarregado da elaboração dos códigos legislativos estaduais, Borges de Medeiros teria impressionado Castilhos, que o colocou na posição de seu sucessor, “embora retendo o poder real da condição de chefe do partido”, sem que ninguém levantasse “a questão de que era Castilhos quem ao mesmo tempo propunha ou dispunha”, ou escondesse a subordinação à Júlio de Castilhos (LOVE, 1975, p. 82).

Borges de Medeiros manteve-se no poder no período de 1898 até sua reeleição em 1902 e após a morte de Júlio de Castilhos em 1903 chefiou o PRR, buscando prosseguir com o projeto de seu antecessor. Seu governo foi substituído

---

<sup>55</sup> Biografia. Inventário do Arquivo Borges de Medeiros. IHG Digital, Acervo Online, 2006. Disponível em <[https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario\\_bm/005\\_Indice.htm](https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario_bm/005_Indice.htm)>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

<sup>56</sup> Biografia. Inventário do Arquivo Borges de Medeiros. IHG Digital, Acervo Online, 2006. Disponível em <[https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario\\_bm/005\\_Indice.htm](https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario_bm/005_Indice.htm)>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

por Carlos Barbosa, indicado por Medeiros para exercer a função, atuando de 1908 até janeiro de 1913. Depois deste período, Borges de Medeiros retornou e exerceu a função até o ano de 1928. Entretanto, seu governo nem sempre apresentou a hegemonia e disciplina que lhe foi atribuída pela historiografia clássica gaúcha, passando por diversas conjunturas<sup>57</sup>.

Ao realizar um exercício de análise quantitativa com as epístolas recebidas por Júlio de Castilhos, durante e após o seu governo nos anos de 1890 e 1903, disponíveis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no acervo Arquivo Particular Júlio de Castilhos, Carina Martiny (2018) teceu importantes pontos sobre a disparidade por ela encontrada no recebimento das 1510 missivas que abrangiam todo o estado do Rio Grande do Sul. A autora percebeu que durante os anos em que esteve à frente do governo, Castilhos recebeu um número relativamente baixo de missivas (257), enquanto houve um aumento exponencial no período em que Borges de Medeiros o sucedeu no cargo, concentrando mais da metade da correspondência analisada nos anos de 1899, 1900, 1901 e 1902. A autora afirma que, todavia, deveria ter existido um fluxo maior de cartas durante o período que desempenhou o cargo de Presidente do estado, como foi possível averiguar em bilhetes trocados com seu secretário, Aurélio de Bitencourt, nos quais é perceptível o volume, pelo menos diário, de correspondência, ofícios e telegramas que chegavam e saíam do gabinete de Castilhos (MARTINY, 2018, p. 169-172).

Ao analisar as missivas trocadas entre Castilhos e Aurélio Viríssimo de Bitencourt, que atuou como seu chefe de Gabinete e posteriormente, de Borges de Medeiros, Martiny concluiu que o fluxo de correspondência recebida por Júlio de Castilhos apresentou um aumento substancial no período em que este esteve fora da presidência, no qual as missivas recebidas entre os anos de 1900 e 1902 representam cerca de 56% do total das 1510 cartas analisadas. A autora constata que o secretário Aurélio desempenhou um papel de “quase” espião, informando por meios diversos (seja por bilhetes, telefonemas, reuniões) à Castilhos as ocorrências do palácio do governo, “quem havia tido audiência com Borges de Medeiros; quais os telegramas que Borges havia recebido e quais havia enviado; para onde o presidente havia ido; enfim, toda a movimentação do palácio do governo que

---

<sup>57</sup> Gunter Axt apresenta uma interessante periodização ocorrida durante os mandatos de Borges de Medeiros. Ver AXT, Gunter. *Coronelismo indomável: sistema de relações de poder*. In: BOEIRA, N; GOLIN, T. (Org.). *República Velha (1889-1930)*. Tomo I, volume 3. Passo Fundo, RS: Editora Méritos, 2007. Capítulo III, p. 89-128.

passava pelo olhar de Aurélio”, podendo configurar-se em uma participação de seu antecessor nos assuntos do executivo que estavam aquém de sua concordância/entendimento. Todavia, em uma das cartas analisadas, Castilhos indica a Aurélio que “é supérfluo dizer-te que debes mostrar a Medeiros todas as cartas que te escrevo diariamente” (MARTINY, p. 166-168; 178).

Dessa forma, entre 1898 e 1903, período em que Borges de Medeiros exercia a função de presidente do estado, Júlio de Castilhos havia recebido 922 missivas, totalizando quase 72% das 1283 missivas analisadas por Martiny no *Gráfico 1 – Correspondência passiva de Castilhos com origem no Rio Grande do Sul entre 1890-1903*, podendo inferir que, mesmo fora da ocupação executiva, continuou exercendo a chefia partidária. O recebimento de cartas e telegramas que “tratavam de questões concernentes à administração pública, ou seja, deveriam ter sido enviadas a Borges de Medeiros”, demonstra que, mesmo não estando à frente do governo, Castilhos não deixou de participar e exercer influência e comando sobre as decisões do governo. Carina Martiny constata que “questões relacionadas ao próprio governo estadual continuavam sendo tratadas por ele, que muitas vezes indicava a Borges de Medeiros, via recados enviados para Aurélio, como este deveria proceder em relação à questão da política estadual”. Borges, por sua vez, parecia dirigir a tomada de decisões à Castilhos em diversas ocasiões (MARTINY, 2018, p. 171; 173; 174-175).

No entanto, seria errado considerar Borges como um “simples subordinado”. Por meio dos recados escritos ao secretário Aurélio, Martiny pôde acessar alguns aspectos da relação entre aqueles dois singulares sujeitos, chegando à conclusão de que “ainda que Borges estivesse hierarquicamente submetido a Castilhos dentro da estrutura do PRR, o chefe do partido mantinha com o sucessor uma relação de amizade e respeito” e julgava que Borges de Medeiros ocupava o cargo com o mais alto grau de competência. E mesmo que a maioria das decisões ficasse a cargo de Júlio de Castilhos, estas ficavam à mercê da aprovação de Medeiros, como observado por Carina Martiny. Em diversas cartas, Júlio indicava para que Aurélio submetesse seus envios à Borges de Medeiros, dando para o secretário instruções como “Deves logo submetê-la ao Medeiros, que ditará a palavra final”, ou ainda, “Dize isto ao Medeiros, a quem peço que assine meu nome nos telegramas inclusos, cujos termos ele alterará como entender” (MARTINY, 2018, p. 178-179). A autora compreende que

Castilhos via em Borges um de seus mais leais companheiros. A dedicação de Medeiros ao partido e, especialmente, ao chefe era, para Castilhos, um “conforto saudável” depois das dissidências que o PRR havia sofrido ao longo da década de 1890. Lembremos que, entre os dissidentes estava Assis Brasil, não somente cunhado, mas especial amigo de Castilhos (MARTINY, 2018, p. 179).

Martiny trabalhou com duas hipóteses explicativas para os números apresentados no gráfico: em um primeiro momento, verificou-se a existência de correspondência que pudesse estar alocada em outro fundo documental, porém, esta não teve confirmação. Em um segundo momento, cogitou-se a não-preservação da correspondência e talvez a existência da intencionalidade de que estas não fossem protegidas, visto que, durante esses mesmos anos, ocorreram o *governicho* (termo pejorativo utilizado pelos castilhistas ao manifestar-se sobre a Junta Governativa, composta pelos opositores Assis Brasil, Barros Cassal e o general Rocha Osório, que chefiou o estado entre novembro de 1891 e julho de 1892) e a Revolução Federalista, que talvez “por questões de segurança ou mesmo para apagar marcas da violência que caracterizam o período, Castilhos pode não as ter guardado”. Ainda, é visível uma quebra de regularidade nos períodos próximos às eleições e “como isso ocorre de modo regular é possível pensar que a não-guarda da documentação foi intencional”. O grande número de cartas dirigidas à Castilhos também pode ser atribuído ao reconhecimento angariado pelo chefe republicano, que mesmo fora da presidência estadual, poderia ser visto pelos seus correligionários como uma “via de acesso para alcançarem objetivos, especialmente quando autoridades governamentais não atendiam a suas reivindicações e pedidos” (MARTINY, 2018, p. 170-173; 176).

Segundo Joseph Love, o “leal, eficiente e inteligente protegido” de Castilhos foi eleito seu sucessor no ano de 1897, por meio de uma disputa sem concorrência, e buscou seguir os mesmos princípios da antiga gestão, chegando a ser caracterizado pelo jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano, como submisso à “suprema direção” de Júlio de Castilhos. Tendo concluído seu primeiro mandato com êxito aos olhos de Castilhos, Borges de Medeiros foi reeleito para gerir o governo gaúcho por mais cinco anos, “sem adversários, desde que os federalistas se recusavam, uma vez mais, a participar de uma eleição fraudulenta e os dissidentes do PRR estavam desorganizados”. Logo após o início de seu novo mandato, em 1903, Castilhos, que vinha tendo a saúde debilitada por alguns anos,

descobriu-se portador de câncer já em estado avançado na garganta e ao submeter-se a uma cirurgia, sugerida e realizada pelo médico republicano Protásio Alves, veio a falecer durante o procedimento (LOVE, 1975, p. 82; 87-88).

Dois dias depois da morte de Castilhos, Borges telegrafou a Pinheiro Machado, líder da delegação do Rio Grande perante o Congresso, para que fosse até Porto Alegre tratar de consultas sobre a liderança do partido. Pinheiro logo fez com que toda a delegação sustentasse Borges na chefia do partido. Passado pouco mais de um ano, completava-se a transferência de poder – e de forma total. A 17 de fevereiro de 1905, *A Federação* anunciava que os candidatos ao Legislativo estadual não mais seriam escolhidos pela comissão do PRR, e sim pelo chefe do partido (LOVE, 1975, p. 88).

Durante o período do governo Castilhos, que se estendeu entre os anos de 1891, interrompido pela Junta Governativa Provisória e pelo movimento de 1893, até 24 de janeiro de 1898, localizamos apenas três missivas no ABM que foram sucedidas por um aumento no primeiro ano do governo de Borges de Medeiros, contando com 63 recebimentos. Este dado é interessante, pois enfatiza que no período próximo de assumir o governo, Borges de Medeiros recebeu algumas cartas e quis preservá-las, salvaguardando-as em seu acervo.

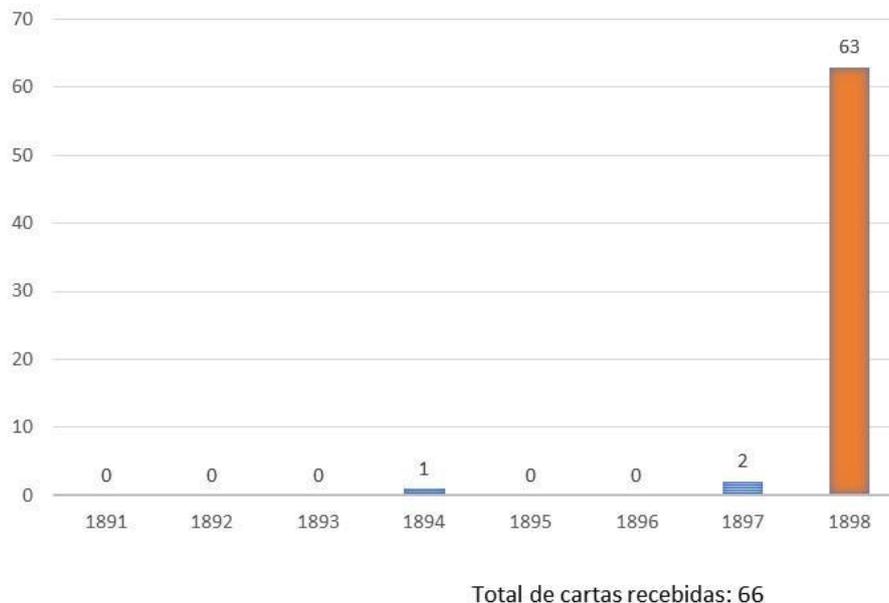


Gráfico 1- Cartas recebidas e armazenadas no ABM durante o período do governo Júlio de Castilhos (Porto Alegre, 1891-1898). Gráfico elaborado pela autora.

Repetindo o exercício quantitativo realizado por Carina Martiny (2018),

voltando-nos à correspondência pessoal do ABM, podemos nos deparar com o seguinte quadro de recebimentos por ano, durante o período da Primeira República. Este quadro contempla todos os envios originários do estado do Rio Grande do Sul, excluindo a capital estadual. Optamos por este recurso, pois sendo local de resolução de questões políticas do estado e palco das reuniões com o chefe partidário, muitos que escreviam de Porto Alegre estavam apenas de passagem por lá, talvez não estando a par ou participando da política municipal local. Além disso, as cartas remetidas de Porto Alegre extrapolam o parâmetro quando comparadas aos demais municípios, possuindo 14 subdivisões, enquanto os demais municípios do estado são apresentados em apenas 1.

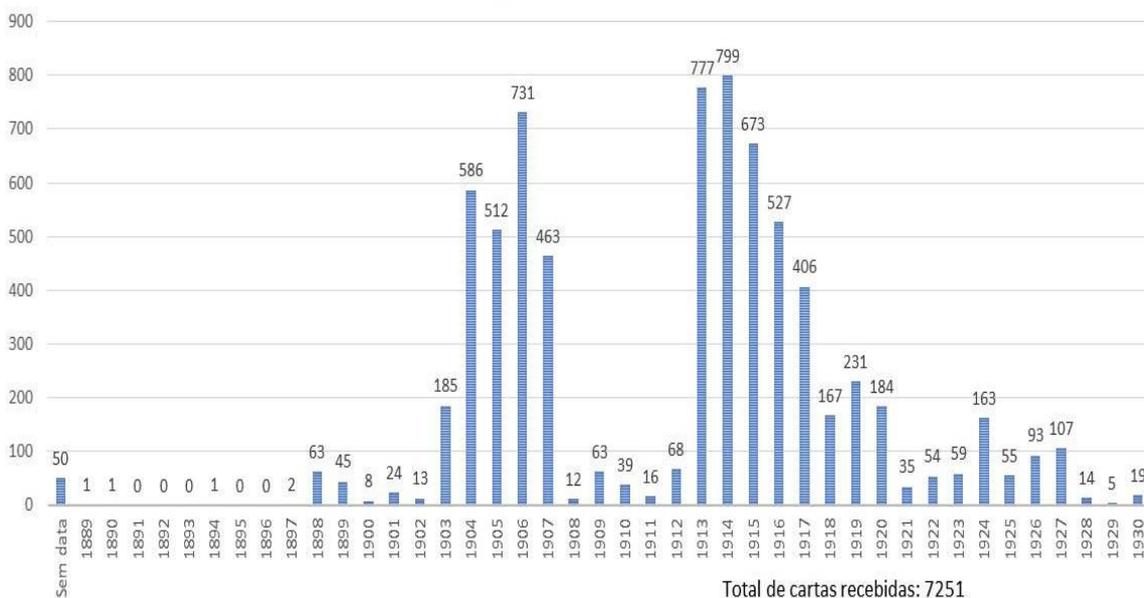


Gráfico 2 - Cartas recebidas e armazenadas no ABM durante o período da Primeira República (Porto Alegre, 1889-1930). Gráfico elaborado pela autora.

Segundo consta na historiografia revisada, Borges de Medeiros teria buscado preservar o controle político sobre o partido, da mesma forma que seu antecessor fizera, retendo para si as decisões político-administrativas mais importantes durante o governo de Carlos Barbosa, cedendo a este exclusivamente questões administrativas “menores”. Segundo J. Love, tal prática impressionou Hermes da Fonseca, pois “Borges de Medeiros dirigia o Estado e com a divisão de autoridade que permitia ao Governador Carlos Barbosa Gonçalves dedicar-se exclusivamente às questões administrativas de menor relevância, por assim dizer, ficando as decisões mais importantes sob sua alçada. Segundo o autor, Hermes da Fonseca tentou implementar a mesma prática, em nível federal, durante o seu governo,

incumbindo à Pinheiro Machado, na condição de senador, a liderança política. Posteriormente, Fonseca ainda teria confirmado à Borges “que havia governado o Brasil com a ajuda de Pinheiro” (LOVE, 1975, p. 90; 91; 163; 157).

Gunter Axt (2007) afirma que, durante o período de 1903 e 1907, Borges de Medeiros teria sido alvo de desconfiança das lideranças republicanas, que temiam que ele buscasse se afirmar “como herdeiro político do carisma de Castilhos, substituindo-o no comando unipessoal do governo e do partido”. Essas desconfianças, de maneira subsequente, teriam fomentado a cisão republicana que ocorreu entre os anos de 1906 e 1907, demarcada pela candidatura de Fernando Abbott ao cargo de Presidente do Estado. Nesse sentido, Axt aponta que a candidatura de Carlos Barbosa foi “um recuo tácito” de Medeiros (AXT, 2007, p. 98).

Seguindo essa lógica, durante o período do governo Carlos Barbosa, deveríamos nos deparar com parâmetros semelhantes aos encontrados por Carina Martiny nos primeiros anos do governo de Borges de Medeiros. Em função do detrimento do poder político do partido e questões administrativas, deveria existir um considerável número de missivas recebidas por Borges no período que compreende de janeiro de 1908 ao mesmo mês do ano de 1913. No entanto, isso não foi perceptível no conjunto de documentos analisados nesta pesquisa.

Dos 100 municípios listados no inventário do ABM, série correspondência subsérie passivas, exclusiva a capital estadual, contamos com um total de 7363 cartas remetidas do interior do estado do Rio Grande do Sul, que integram o arquivo. Assim, quanto ao envio de correspondência por municípios, podemos ver o seguinte:

Município	Nº de Cartas remetidas	Cruz Alta	88	Guaporé	33	Panamambi	2
Rio Grande	501	Santo Antônio	88	Venâncio Aires	33	Sananduva	2
Cachoeira do Sul	460	Palmeira das Missões	87	Aroio Grande	30	Avorezinha	1
Santa Maria	393	Estrela	86	Santo Angelo	24	Canoas	1
Pelotas	331	Encantado	85	Antônio Prado	22	Frederico Westfalen	1
Jaguarão	212	Osório	84	Jaguari	22	Ivoti	1
Santana do Livramento	189	Itaqui	82	São José do Norte	19	Mostardas	1
São Leopoldo	185	Rio Pardo	82	Flores da Cunha	17	Muçum	1
Dom Pedrito	179	Lagoa Vermelha	80	Bom Jesus	14	Sapiranga	1
Uruguaiana	170	Pinheiro Machado	80	Viamão	12	Vera Cruz	1
Bagé	168	São Jerônimo	78	Cacequi	10		
Encruzilhada do Sul	158	São Vicente do Sul	77	Novo Hamburgo	10		
Caxias do Sul	150	Montenegro	73	Restinga Seca	10		
Alegrete	140	Bento Gonçalves	72	Guarani das Missões	9		
General Câmara	140	Santa Vitória	64	Júri	9		
São Francisco de Assis	140	Garibaldi	62	São Marcos	9		
Capapava	132	São Lourenço	61	São Pedro do Sul	8		
Passo Fundo	130	Erval	60	Nonoai	7		
Vacaria	117	Veranópolis	60	Carazinho	6		
Soledade	116	Rosário do Sul	56	Candelária	5		
São Gabriel	115	Triunfo	56	Tupanciretã	5		
São Sebastião	114	Canguçu	53	Canela	3		
Júlio de Castilhos	108	Gravatá	47	Guaíba	3		
São Borja	107	São Francisco de Paula	47	Santa Rosa	3		
Camaquã	101	Torres	47	Sobradinho	3		
Lajeado	96	Erechim	45	Tapes	3		
Quaraí	96	Lavras do Sul	43	Carlos Barbosa	2		
São Sepé	93	Taquari	43	Farroupilha	2		
São Luis Gonzaga	92	Taquara	35	Marcelino Ramos	2		
		Piratini	34	Nova Prata	2		

Quadro 1 - Nº de cartas enviadas por cada município (Porto Alegre, ABM, 1889-1954, incluindo as sem datação). Quadro elaborado pela autora.

Destes 99 municípios, verificamos que 55 não possuíam envios entre os anos de 1908 e 1912, sendo que no restante houve um decréscimo do número de documentos remetidos em relação aos anos anteriores ao período, seguido por um aumento de fluxo no ano de 1913, no qual Borges de Medeiros retorna ao poder em 25 de janeiro. Entre 1908 e 1912, foram recebidas um total de 198 cartas por Medeiros, dos 99 municípios analisados, frente a 777 missivas no ano seguinte.

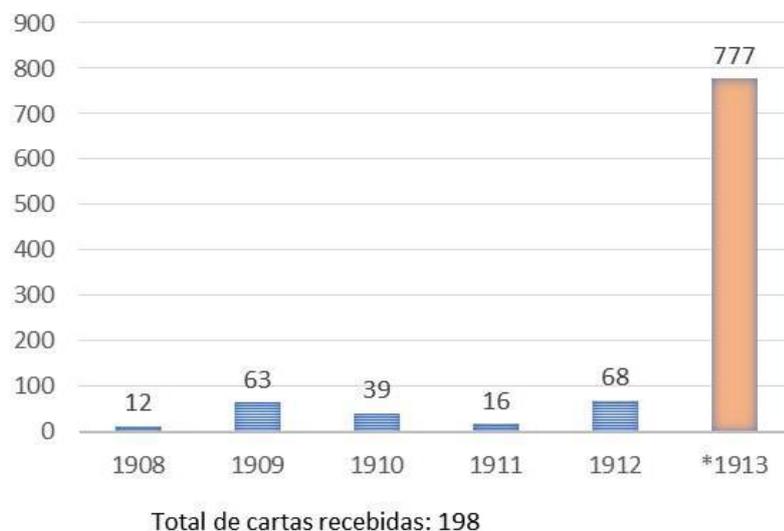


Gráfico 3 - Cartas recebidas por Borges de Medeiros no período do governo Carlos Barbosa (Porto Alegre, ABM, 1908-1913). Gráfico elaborado pela autora.

Estes dados contrastam com outras considerações da historiografia revisada nesta pesquisa. Gunter Axt pontua que no interregno governamental de Barbosa, Borges de Medeiros haveria realizado significativas mudanças nos comandos políticos estaduais, articulando uma “rede de compromissos e lealdade no interior”, atuando de forma sistemática na esfera municipal com o objetivo de fortalecer o poder administrativo estadual (AXT, 2007, p. 98). A organização e articulação desta rede de relações certamente teria deixado alguns resquícios passíveis de análise, no entanto, estes não foram localizados.

Todavia, quando comparado com os anos anteriores do mandato de Borges de Medeiros, o número de missivas remetidas aproxima-se apenas ao ano de 1906, com 731 recebimentos. O alto fluxo de correspondência deste determinado ano pode estar associado ao movimento de dissidência de Fernando Abbott, ocorrido em 1907, que também conta com significativo número de missivas, 463. Os anos de 1904 e 1905 possuem, da mesma maneira, números elevados de recebimento, figurando respectivamente, 586 e 512 missivas. Podemos considerar que estes

números estão atrelados às mudanças realizadas por Borges de Medeiros logo após o falecimento de Castilhos, em 1903. Porém, se compararmos esses anos com o quadro geral de recebimentos, é possível verificar uma grande discrepância de números, principalmente referente aos anos de 1898 a 1903, 1908 a 1912 e após 1918<sup>58</sup>.

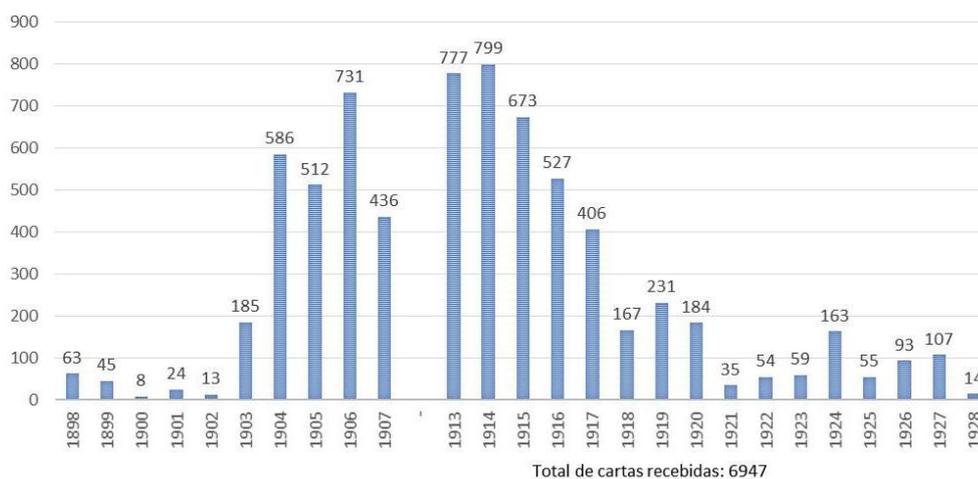


Gráfico 4 - Cartas recebidas por Borges de Medeiros durante seu governo (Porto Alegre, ABM, 1898-1907 e 1913-1928). Gráfico elaborado pela autora.

Reassumindo o governo no ano de 1913, Borges de Medeiros teria encontrado apoio na sólida rede de compromissos construída nos anos anteriores, de tal maneira que as cisões republicanas que romperam nos anos de 1915 e 1916 pouco afetaram seu comando sobre o Partido. Ainda, entre os anos de 1916 e 1920, uma série de obras públicas foram programadas, como construção de ferrovias, porto marítimo e canais de navegação interior, “que tinham por objetivo prático central fortalecer o poder infraestrutural do estado e a capacidade de controle sobre a sociedade civil” (AXT, 2007, p. 99-100). Assim, segundo Axt,

Na prática, enquanto ao governo do PRR interessava fortalecer os meios de controle sobre a sociedade civil, além de nocautear o poder paralelo de grandes empresas privadas, cujos interesses não coincidiam com os da elite dirigente, aos setores da classe dominante mais próximos do governo – a fração financeiro-mercantil urbano-litorânea – apoiaram as encampações, apesar do seu professado liberalismo, por identificar nelas mais uma oportunidade de aprofundar a hegemonia mercantil da capital sobre o interior do estado, em especial satelitizando a florescente área da colonização ítalo-germânica e golpeando a concorrência estabelecida pelo contrabando de fronteira (AXT, 2007, p. 101).

<sup>58</sup> Para a construção desse gráfico, levamos em consideração apenas os períodos referentes aos mandatos de Borges de Medeiros na Presidência do estado.

Nos anos finais de seu governo, Borges enfrentou forte oposição feita por Assis Brasil, apoiado em âmbito federal pelo presidente Artur Bernardes, que se deflagrou na conhecida *Revolução de 23*, fator que pode estar associado ao baixo número de recebimentos nos anos de 1921, 1922 e 1923. Como citado anteriormente, a não-intencionalidade de preservação das cartas, relativas a períodos conturbados, pode estar relacionada com o acobertamento de ações violentas e decisões questionáveis. Segundo Gunter Axt, o período que se estende entres esses anos é marcado por uma grave crise financeira, advinda dos empréstimos internos feitos aos bancos regionais e a utilização da poupança pública para realizar as obras públicas supracitadas, “houve um enxugamento do meio circulante estadual, justamente num momento em que se liberava a demanda reprimida de importações no pós-Primeira Guerra”, acarretando em “uma forte especulação em moeda estrangeira, inflação regional, alta de juros e arrocho de créditos, precipitando inúmeras hipotecas sobre o segmento estancieiro”. A repressão ao movimento operário em 1919 e o descontentamento da classe média urbana e do proletariado com relação ao aumento de taxas e a inflação, foram alguns fatores que contribuíram no fortalecimento da oposição de Assis Brasil e seus seguidores (AXT, 2007, p. 101). Além disso, é possível pontuar que a influência de Borges de Medeiros com as facções políticas locais encontrava-se enfraquecida, fator que também influenciaria no recebimento de correspondência.

Após apresentarmos esses dados quantitativos, cabe aqui algumas questões que não devem ser deixadas de ser problematizadas. A primeira envolve a constituição do acervo do ABM, que foi doado em vida pelo próprio político republicano, no ano de 1960, composto por documentos que foram guardados por ele durante sua vida pública e política, incluindo alguns documentos alusivos à formação do Partido Republicano Rio-grandense, documentos pessoais e também cartoriais. Existem aproximadamente 30.000 documentos no referido arquivo, que na sua maioria constituem-se em missivas pessoais de seus correligionários<sup>59</sup>. Assim, podemos entrar em concordância com Carina Martiny acerca do processo de descarte sistemático de correspondência. Ou ainda, podemos sugerir que alguns documentos podem ter sido perdidos, extraviados ou sofrido as mazelas do tempo,

---

<sup>59</sup> MARTINS, Liana Bach. Inventário do Arquivo Borges de Medeiros, Apresentação técnica. IHG Digital, Acervo Online, 2006. Disponível em <[https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario\\_bm/005\\_Indice.htm](https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario_bm/005_Indice.htm)>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

sendo este um processo natural.

Apesar de as duas hipóteses terem validade, a primeira ganha mais força, visto que os documentos que compõem o acervo foram doados pelo próprio destinatário das cartas e telegramas, o que implica que este possuiu *domínio total sobre quais documentos seriam doados*, não espantando-nos a ideia de que estes sofreram um imenso processo de filtragem e tenham sido selecionados “à dedo”, excluindo aquelas recebidas em momentos conflituosos, como no período próximo às dissidências e a Revolução de 1923, cartas de correspondentes descontentes ou que apontassem falhas e críticas ao seu governo. Além disso, foi possível localizar no IHGJ um livro de cópias da correspondência remetida pela intendência municipal de Jaguarão, durante o período no qual Gabriel Gonçalves da Silva exerceu a função. Assim, percebemos que a grande maioria das epístolas remetidas por ele não se encontram no ABM.

Para Rodrigo Dal Forno, os estudos acadêmicos relacionados aos acontecimentos de 1923 dividem-se em duas principais linhas de interpretação: a primeira, estaria ligada ao “enfoque e a proeminência da ocasião da crise econômica do setor pecuarista no início dos anos 1920 e sua determinação sobre o ambiente político-partidário”, enquanto a segunda, se relaciona “a aceitação de que as premissas político-ideológicas, com acréscimo dos fatores econômicos, estavam em primeiro plano naquele momento”. Todavia, o autor ressalta que apesar da convergência dos estudos nessas duas diferentes leituras interpretativas, outros fatores foram agregados, tais como o surgimento de novas lideranças políticas regionais, “o esgotamento de um modelo autoritário de governo de Borges de Medeiros”, incluindo aqui fatores como o uso da violência e a fraude eleitoral, além de uma oposição crescente, que incluía federalistas, democratas e dissidentes, grupos que por diversas vezes anteriormente, haviam tentado unificar-se. Assim, uma crítica geral do autor estende-se ao destaque dado à figura de Assis Brasil, havendo pouco espaço para reflexão sobre outros aspectos e lideranças, além de uma busca recorrente pelas motivações da guerra, deixando de lado a continuidade deste processo e como resultou formação do Partido Libertador e da Frente Única em 1929 (DAL FORNO, 2018, p. 85-87).

Findada a guerra civil em dezembro de 1923, por meio do pacto de Pedras Altas, Borges de Medeiros garantiu seu mandato na chefia estadual por mais cinco anos. Entretanto, os opositoristas conseguiram uma reforma constitucional que

afetou fortemente a *Constituição castilhista de 14 de julho*. Entre algumas mudanças mais importantes, “vedou a possibilidade de reeleição do presidente, determinou a eleição do vice-presidente do estado, até então indicado, e limitou as intervenções do poder estadual nos municípios” (AXT, 2007, p. 102). Dessa maneira, o poder quase hegemônico e absoluto de Borges de Medeiros vinha se esfacelando. Com a finalidade de permanecer no governo, foi necessário “recorrer às lideranças partidárias e às famílias oligárquicas, o que enfraqueceu seu comando pessoal”. Essa tomada de decisão acarretou no fortalecimento do partido, já que o poderio de Borges passou a ser diminuído e nessa lógica, as facções locais que apoiavam o projeto borgista e nele respaldavam seu amparo, ficaram debilitadas (AXT, 2007, p. 102).

Como exemplo disso, podemos citar a situação do chefe opositor em Jaguarão, Zeferino Lopes de Moura. Em carta enviada a Borges de Medeiros, no ano de 1923, o remetente declarou seu rompimento com o partido, anunciando que “exonero-me da responsabilidade que autorizado por Vossa Excelência, assumi neste município e Herval, pois não devo continuar nesta situação humilhante”. Ao longo da correspondência, Zeferino relembra ao chefe partidário diversos acontecimentos que teriam prejudicado sua trajetória política, envolvendo promessas de apoio e nomeações que não foram cumpridas, a instalação da *Comissão Executiva*, bem como a constituição de uma Comissão Diretiva com a chegada do intendente provisório Claudino Pereira. Todavia, o que se sobressai durante a leitura da fonte, é o préstimo de benefícios aos integrantes da oligarquia Barbosa-Gonçalves. Podemos interpretar que a dissidência de Carlos Barbosa, ao apoiar a candidatura de Ramiro Barcellos ao Senado em 1915, criou certo receio a Borges que passou a conceder favores à sua facção política em troca do apoio do ex-presidente do estado, na tentativa de abafar uma possível divisão do Partido na fronteira sul. Ou, ainda, compreender as ações de benefício concedidas à facção palaciana de Jaguarão como uma barganha por parte de Borges de Medeiros que buscava respaldo no prestígio político e pessoal de Carlos Barbosa como uma alternativa para o enfraquecimento de seu comando. Dessa maneira, o clã Barbosa-Gonçalves e a facção *carlista* saíam favorecidas em relação à facção rival<sup>60</sup>.

O que podemos concluir, é que uma série de medidas, que vinham sendo

---

<sup>60</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 14 de maio de 1923. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2793.

tomadas desde 1915 até o ano de 1923, causaram o rompimento de Zeferino com o PRR. A última destas, teria sido justamente o retorno de Carlos Barbosa à Jaguarão, que estava anteriormente no Rio de Janeiro, desempenhando o cargo de senador. A rixa recaiu sobre a investidura da chefia municipal novamente nas mãos dos Barbosa-Gonçalves, além da determinação para a realização da eleição referente ao ano de 1920, quando quase terminado o quadriênio sob o comando do Intendente Provisório. Percebendo-se sem recursos para cumprir o que era afirmado aos seus companheiros e sentindo-se em uma posição vexatória, firmou-se a desistência do jogo político municipal pela corrente *zeferinista*<sup>61</sup>.

Borges de Medeiros deixou o governo no ano de 1928, porém não antes de escolher e conduzir seu sucessor, Getúlio Vargas, ao poder. Durante seu governo, Vargas buscou apoio no grupo estancieiro, “atendendo demandas antigas, como a criação de um banco hipotecário – o BERGS, mais tarde Bannisul – e a revisão de aspectos da política tributária”. As medidas econômicas implementadas por Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul “limitou os incentivos que mantinham artificialmente a hegemonia das frações de charqueadores e de mercadores e financistas urbano-litorâneos”. Outro aspecto que vale a pena ser ressaltado, é que mais espaço político foi cedido aos colonos-industriais, “movimento que esteve na base da fundação da FIERGS em 1930” (AXT, 2007, p. 104). Em relação ao envio de cartas após o ano de 1930, nos deparamos com o seguinte quadro:

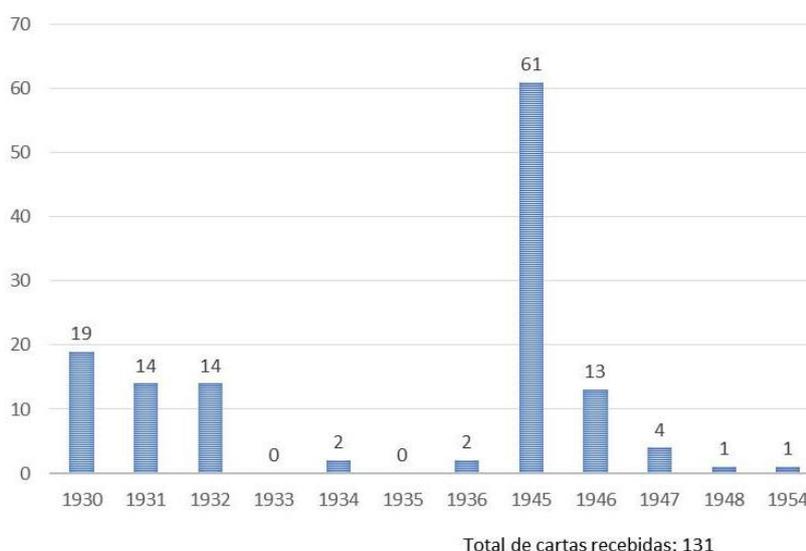


Gráfico 5 - cartas recebidas após os mandatos de Borges de Medeiros, no período entre 1930 e 1954 (Porto Alegre, ABM, 1930-1954). Gráfico elaborado pela autora.

<sup>61</sup> Idem.

Borges de Medeiros concorreu, em 1934, ao cargo de Presidente da República em um processo eleitoral indireto, realizado na Assembleia Nacional Constituinte e foi derrotado por Vargas com uma diferença de 59 para 175 votos. Posteriormente, Borges de Medeiros atuou como deputado federal pelo Rio Grande do Sul fazendo oposição a Vargas na Câmara dos deputados, tendo seu mandato cassado em 1937 em decorrência do golpe do Estado Novo, terminando neste ponto sua vida política, apesar de ter sido escolhido como presidente de honra da seção do estado do Rio Grande do Sul pelo partido União Democrática Nacional, não retornou às atividades políticas. Antônio Augusto Borges de Medeiros faleceu em 1961, na cidade de Porto Alegre<sup>62</sup>.

No entanto, feitas as ressalvas, o supracitado arquivo não perde seu valor historiográfico e sua riqueza de informações, sendo válido todos os tipos de observações e usos, desde que exista a consciência de que este de forma alguma, reflete algo próximo à totalidade das relações sociais que estavam implicadas naquelas comunicações, permitindo apenas vislumbrar aspectos daquela realidade.

Nesse sentido, é importante ressaltar as considerações feitas por Sérgio da Costa Franco quanto à relevância histórica do acervo:

Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), constituinte da Primeira República, governador do Rio Grande do Sul por cinco mandatos, num total de 25 anos, chefe unipessoal de partido, com influência marcante na política nacional, é figura indispensável na agenda de qualquer pesquisador de história republicana. E tendo falecido aos 98 anos, transitou da monarquia de Pedro II ao governo de Jânio Quadros, sempre atento aos problemas brasileiros. Quando estudante de Direito e advogado, participou da propaganda da Abolição e da República; foi líder partidário durante três décadas; depois da abertura política de 1945, já octogenário, ainda foi presidente de honra da União Democrática Nacional no Rio Grande do Sul.

Por tudo isso, pode-se avaliar a importância do arquivo pessoal desse homem público, que cuidadosamente conservou seus papéis, sobretudo durante o longo período em que exerceu liderança no Estado, desde 1898 até 1937. O grande acervo documental que em 1960 confiou pessoalmente ao Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, compreendendo dezenas de milhares de cartas, ofícios, relatórios, cartões e telegramas recebidos, bem como milhares de minutas de correspondência expedida, é um exemplo extraordinário repositório de informações, provavelmente sem paralelo entre os arquivos particulares de todo o Brasil<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> Biografia. Inventário do Arquivo Borges de Medeiros. IHG Digital, Acervo Online, 2006. Disponível em <[https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario\\_bm/005\\_Indice.htm](https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario_bm/005_Indice.htm)>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

<sup>63</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Inventário do Arquivo Borges de Medeiros, Importância Histórica do Acervo. IHG Digital, Acervo Online, 2006. Disponível em <[https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario\\_bm/005\\_Indice.htm](https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/inventario_bm/005_Indice.htm)>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

Assim, seria errôneo afirmar que apenas as missivas passivas são um parâmetro seguro para que sejam tecidas determinadas afirmações. Assumir essa presunção seria menosprezar ou ignorar as fontes. Acreditamos que o conjunto de fontes primárias apresenta grande relevância e que oferece vislumbres da conjuntura histórica e política do período da Primeira República, contudo, necessita ser analisado com cautela e com algumas ressalvas que sempre estiveram presentes nessa pesquisa.

Ainda, mais uma observação que deve ser feita em relação ao referido conjunto de correspondência, é que estas não se tratam apenas de cartas enviadas de maneira direta à Borges de Medeiros ou ainda apenas comunicações remetidas por pessoas físicas. À exemplo da primeira, podemos ver a correspondência enviada por Lourenço Ennes Bandeira para Aurélio Viríssimo de Bitencourt, que busca em seu padrinho uma forma de intermédio para conseguir o cargo de *Inspetor da Alfândega*, no município de Uruguaiana, antes da saída de sua aposentadoria com a finalidade que de que recebesse um soldo maior quando esta ocorresse, para poder angariar com “a árdua missão da educação dos meus dois filhinhos, que é a ambição única de minha alma”, segundo o remetente.<sup>64</sup> Muito provavelmente, esta correspondência teve seu destino final em Borges de Medeiros ao ser remetida por Aurélio, durante seu intermédio no pedido de empenho.

De maneira concomitante, Borges de Medeiros também recebia comunicações de organizações, como associações e escolas. Em São Luiz Gonzaga, há um documento remetido pela *Representação do Comércio*<sup>65</sup> daquela localidade, além de um envio remetido pela *Escola Prática Agrícola São Luiz das Missões*<sup>66</sup>. Em Jaguarão, um convite padrão e a programação da *4ª Exposição-Feira da Sociedade Pastoril-Industrial* foram enviados por Zeferino Lopes de Moura e Paulo Broquá a Borges de Medeiros<sup>67</sup>. Além disso, ainda figuram as clássicas cartas enviadas pelas comissões executivas do partido, espalhadas por diversos

---

<sup>64</sup> Carta de Lourenço Ennes Bandeira a Aurélio Viríssimo de Bitencourt. Jaguarão, 17 de novembro de 1903. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2597.

<sup>65</sup> Carta de Representação do Comércio de São Luiz Gonzaga a Luiz Sabino de Mello. São Luiz Gonzaga, 27 de julho de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 9449.

<sup>66</sup> Carta de Escola Prática Agrícola São Luiz das Missões. São Luiz Gonzaga, sem data. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 9375.

<sup>67</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura e Adolpho Broquá a Borges de Medeiros. Jaguarão, 31 de agosto de 1905. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2612.

municípios ao longo do governo Medeiros.

Classificamos, no entanto, esta correspondência como pessoal, pois além de não sofrer intermédio de nenhuma instituição em sua grande maioria são compostas de comunicações dirigidas de forma nominal a Borges de Medeiros e envolvem pedidos de intervenção para os próprios remetentes ou terceiros. Quem se julgava como possuidor dos requisitos necessários ou portador de um maior *status* pedia por si mesmo, enquanto quem julgava não estar apto a ser atendido ou não possuía acesso a comunicação direta com os chefes partidários, buscava um intermediador.

Esses intermediadores, em sua maioria, tratavam-se de líderes políticos municipais, procurando aumentar sua rede de clientes, ou seja, seguidores que estivessem em um posicionamento de troca de favores (MARTINY, 2014). Este era um dos meios utilizados como forma de garantia de interesses, acesso a cargos públicos e promoções, entre outros benefícios, proporcionando ao indivíduo remetente um diferente status social. A prática, conhecida como patronato era exercida por meio de “empenho, ou seja, o pistolão, o pedido, a recomendação, a intermediação, a proteção, o apadrinhamento, a proteção” (CARVALHO, 2000, p. 1). Consideramos, então, que há uma linha muito tênue entre o público e o privado nas cartas analisadas tanto nesta pesquisa, quanto nas realizadas por Carvalho (2000) e Martiny (2014 e 2018). Todavia, tendo em vista que as ações, consciente ou inconscientemente, visavam o requerimento de recursos para o benefício pessoal, tanto para si quanto para outrem, entendemos que estas são fontes significativas para o entendimento das relações sociais e das práticas políticas na Primeira República.

As missivas pessoais podem ser utilizadas com diversas finalidades. Em um primeiro momento, pode-se buscar ilustrar o cotidiano ou a vida familiar dos missivistas. As expressões empregadas nas comunicações, sejam elas de parentesco, amizade ou subserviência, podem ser utilizadas como uma forma de percepção dessas relações e propicia o enfoque para o estudo de suas redes sociais, considerando um indivíduo e seu conjunto de correspondentes. Neste último caso, Beunza e Arroyo consideram que o historiador deve avaliar a conservação de seu conjunto de fontes, pois “a veces se alega que las cartas se tiran o se expurgan”. Assim, uma continuidade de assuntos, referências a outras cartas, ou que vinculam outras fontes, como notícias de jornais são fatores que ajudam a medir esta “preservação”. Um conjunto bem conservado de missivas permite uma rica

apreciação da rede de relações do receptor das missivas (BEUNZA; ARROYO, 2011, p. 102-103). Entretanto, é necessário ter em mente que

La correspondência sólo refleja la parte de la red con la que un individuo se relaciona a través de cartas, ya sea directamente (los corresponsales) o indirectamente (las referencias de los corresponsales a personas con las que que estos se hallan a su vez relacionado). Por lo tanto, su principal carencia es que no recoge las relaciones de aquellos que, por su proximidad geográfica, no se escriben, aunque algunas de estas relaciones aparezcan reflejadas indirectamente, a través de referencias, en las cartas. Para conocer los lazos del entorno inmediato es necesario recurrir a las fuentes clásicas, notariales, judiciales, parroquiales, municipales, familiares y autobiográficas que habitualmente manejamos los historiadores (BEUNZA; ARROYO, 2011, p. 103).

Nessa lógica, a correspondência não pode ser tratada como uma fonte separada e deve ser combinada com diferentes tipos de documentos. A correspondência, geralmente, desenrola-se ao passo que ocorre alguma ação na qual se envolvem diferentes indivíduos, nos mostrando como estes trocavam informações, se organizavam, atuavam e mobilizavam outros atores. Esse movimento gera outros tipos de documentações, de diversas formas, envolvendo instituições e locais variados, que de algum modo, são indicadas de maneira sutil nas comunicações, como atas notariais, processos em tribunais, dando pistas sobre datas, locais, agentes e instituições, e neste sentido, as missivas são uma fonte que permitem “agrupar y cruzar las fuentes directamente pertinentes que los actores interconectados producen con su acción” (BEUNZA; ARROYO, 2011, p. 105).

Portanto, para que possamos observar melhor uma parte dessas relações mantidas entre Borges de Medeiros e seus remetentes, tomamos o recorte espacial do município de Jaguarão, no período compreendido entre 1899 e 1945, tendo em vista os anos em que as missivas foram enviadas, constituindo a totalidade de 212 cartas passivas. Em relação aos parâmetros de envio de Jaguarão, por ano, podemos observar uma semelhança com os dados apresentados no gráfico estadual:

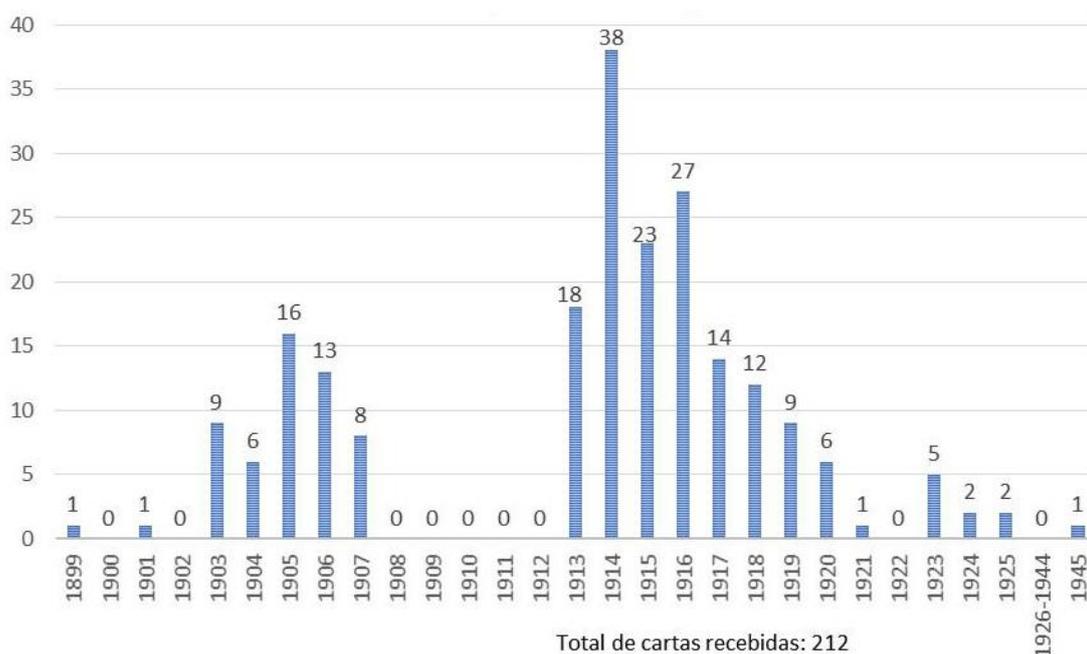


Gráfico 6 - Cartas remetidas do município de Jaguarão (Porto Alegre, ABM, 1899-1945). Gráfico elaborado pela autora.

É perceptível a existência da mesma irregularidade no recebimento de cartas. A primeira década do governo Borges de Medeiros concentra 54 cartas, cerca de 25,5% das missivas analisadas, tendo seu ápice no ano de 1905, que concentrou o total de 16 cartas. Após, seguiu-se o interregno do governo de Carlos Barbosa Gonçalves, entre 1908 e janeiro de 1913, período no qual não foi localizada nenhuma correspondência remetida do município. Quando Borges retoma o governo, entre 1913 e 1920, foram encontradas 147 epístolas, período que agrupou mais da metade dos documentos analisados, representando cerca de 69,6%. Houve uma concentração maior de correspondência nos anos de 1914, 1915 e 1916, apresentando a quantia de, respectivamente, 38, 23 e 27 cartas. A partir de 1921, o recebimento de cartas diminuiu e no período que se segue até 1925, localizamos apenas 9 documentos que equivalem a uma quantia um pouco maior que 4% do

total. Não consta no inventário nenhuma correspondência entre anos de 1926 e 1944, voltando a ter 1 correspondência apenas no ano de 1945, sendo que este consta como último documento remetido do município de Jaguarão. Podemos inferir, no entanto, que este número possa ser reflexo do decréscimo do poder de Borges de Medeiros sobre as facções locais, como demonstrado anteriormente por meio da missiva de Zeferino Lopes de Moura.

É possível notar um significativo aumento do fluxo de correspondência no ano de 1914, totalizando 38 cartas, quando em comparação com o ano anterior, que apresentou 18 missivas. Ainda, os números seguem altos durante os anos de 1915 (23), 1916 (27), caindo quase pela metade, quando confrontado com o ano de 1917 (14). Em um primeiro momento, cogitamos a hipótese de que este parâmetro poderia estar relacionado com uma possível aproximação entre o governo estadual e o município de Jaguarão, após o mandato de Carlos Barbosa. No entanto, quando comparado com o quadro de envios remetidos por outros municípios do interior do estado, é possível ver uma repetição de padrões. Para esta constatação, o ajuste da escala de análise foi fundamental, pois o afastamento do espaço geográfico delimitado de forma primária propiciou a visão de um quadro mais amplo. Agora, recorreremos ao mesmo artifício, desta vez, para investigar o motivo do aumento da correspondência remetida de Jaguarão, no referido período.

Nos documentos analisados, é possível verificar um aumento de envios, que antecede aos períodos eleitorais, ao contrário do que foi diagnosticado por Martiny na correspondência de Castilhos (MARTINY, 2018, p. 172). Assim sendo, 8 cartas foram remetidas no ano de 1914 (21%) nos meses de janeiro e fevereiro que antecederam a eleição presidencial daquele ano. Esta não deixou de ser pauta nos envios remetidos de Jaguarão, como uma carta escrita por Manoel de Deus Dias – republicano que participou da fundação do Clube Republicano no município, homem de confiança de Júlio de Castilhos<sup>68</sup> e que se aproximou bastante também de Borges de Medeiros, mesmo residindo em Jaguarão fazia às vezes de intermediador de Borges no município de Santa Vitória, verificando e notificando o chefe sobre a política local. Em uma de suas cartas, avisou a Borges que “sobre a eleição para Presidente da República, o meu ilustre chefe pode perder o cuidado, porque o

---

<sup>68</sup> Correspondências pessoais disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão demonstram a comunicação direta entre Manoel de Deus Dias e Júlio de Castilhos. IHGJ, arquivo Léo Santos Brum.

partido de Santa Vitória saberá cumprir seu dever como sempre”<sup>69</sup>. A disputa referida reuniu os candidatos Venceslau Brás, pelo Partido Republicano Mineiro, e Rui Barbosa, pelo Partido Republicano Liberal, dos quais o primeiro foi eleito e exerceu mandato entre os anos de 1914 e 1918.



Figura 3 - Retrato de Manoel de Deus Dias, disponível no IHGJ. Reprodução: Nycole Andrade.

Próximo à realização da eleição, João Simplício Carduz acusou o recebimento de uma circular enviada por Borges “acompanhada dos exemplares da mensagem dirigida por Vossa Excelência à Assembleia dos Representantes, em 20 de setembro de 1913, e da lei eleitoral do Estado, promulgada em 14 de julho do

---

<sup>69</sup> Carta de Manoel de Deus Dias a Borges de Medeiros. Jaguarão, 7 de janeiro de 1914. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2661.

mesmo ano”<sup>70</sup>. Também se pode contemplar no ano anterior, uma articulação em torno da candidatura de Pinheiro Machado ao Senado, onde Gabriel Gonçalves da Silva, intendente municipal provisório naquele ano, conforme a atualização do *Almanak Laemmert* trazida em 1914<sup>71</sup>, acusa a Borges o envio de um telegrama “a respeito, dirigido a Federação, que o publicou em sua edição do corrente. Além disso, tenho feito aqui o órgão político local, a *Situação*, inserir artigos de propaganda daquele egrégio patricio”<sup>72</sup>.

Nesse mesmo período de grande fluxo de correspondência, é possível perceber a existência de algumas cartas do ABM remetidas a Protásio Alves, que atuava como Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça. No período que compreendeu os anos entre 1915 e 1916, Borges de Medeiros estava em um afastamento temporário do governo devido a problemas de saúde. Dessa maneira, o comando político do partido e algumas cidades foram postas ao controle de Protásio, enquanto outras permaneciam sob a égide de Borges. Em Jaguarão, contabilizamos 12 cartas remetidas a Protásio, entre os anos de 1915 e 1916. No entanto, no mesmo período, alguns acontecimentos importantes inflamaram as dissidências: a suposta traição que estava sendo arquitetada pelos irmãos Pinheiro Machado, que teria como destituir Borges de Medeiros do poder e “a absorção da máquina partidária”, não se concretizando devido à “fidelidade da Brigada Militar ao presidente e no assassinato de [José Gomes] Pinheiro Machado, no Rio de Janeiro, em 8 de setembro”. Anteriormente, a indicação dada por Hermes da Fonseca para que Pinheiro Machado ocupasse a vaga que estava em disputa no Senado em agosto de 1915 atuou como divisora do partido, repercutindo posteriormente nas eleições municipais de 1916 em algumas cidades com uma relativa relevância, como Cachoeira do Sul e Santa Maria, “o que traduziu, mais uma vez, a forte queda de braços entre poder estadual central e poder local” (AXT, 2007, p. 98-99). Não esquecer também da dissidência ramirista, à qual Carlos Barbosa teria se unido, causando alguns rebuliços na situação política municipal.

Porém, não apenas as eleições em nível federal e estadual geraram assunto na correspondência. Os anos de 1915, 1916 e 1917 também apresentaram um alto

---

<sup>70</sup> Carta de João Simplício Carduz a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de março de 1914. Localização: Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2674.

<sup>71</sup> BN DIGITAL: ALMANAK LAEMMERT, 1914, edição B00070, p. 4136.

<sup>72</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 20 de maio 1913. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2650.

número de missivas (respectivamente 23, 27 e 14), tendo um leve declínio já no ano seguinte. Tudo nos leva a crer que este substancial aumento de missivas relaciona-se com a eleição municipal para o cargo de intendente, que inicialmente, ocorreria no ano de 1916. Assim que se esboçava no horizonte o surgimento de uma nova eleição, as alianças formavam-se e as denúncias e pedidos já começavam a chegar ao gabinete de Borges de Medeiros.

Se retirarmos a correspondência que não foi enviada diretamente à Borges de Medeiros e os envios realizados por associações e a *Comissão Executiva do Partido*, mantendo assim apenas os envios realizados por pessoas físicas, vemos o seguinte parâmetro:

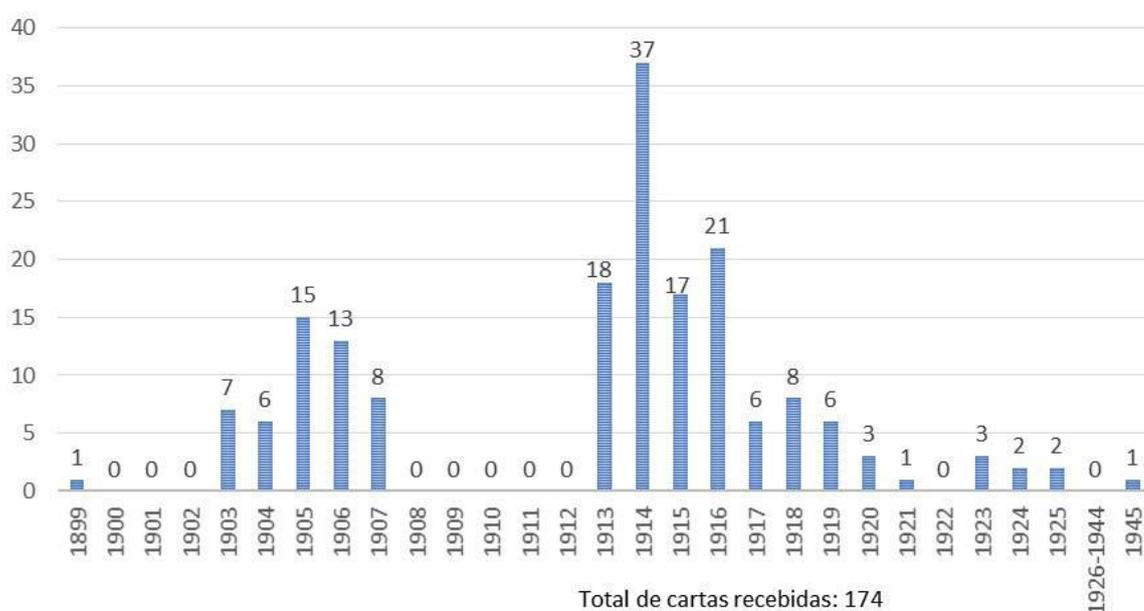


Gráfico 7 - cartas recebidas por Borges de Medeiros, remetidas do município de Jaguarão, retirando envios indiretos e envios feitos por instituições/grupos (1899-1945) (Porto Alegre, ABM, 1899-1945). Gráfico elaborado pela autora.

Existe uma diferença de 38 envios, sendo destes 19 feitos pela *Comissão Executiva do Partido*. Instaurada após um forte episódio de dissidência e indícios de fragmentação no partido, a Comissão foi instaurada em março de 1917 e nela eram tratados diversos assuntos referentes à situação municipal. Instaurada em clima de disputa entre as duas facções locais, sob a tutela de Genes Gentil Bento, subchefe de polícia e representante de Borges de Medeiros, foram definidos os seguintes cidadãos como integrantes: Petronilho Silveira D'Ávila, como presidente da Comissão, Gabriel Gonçalves da Silva e Zeferino Lopes de Moura, respectivamente,

líderes da maioria e minoria, Adalberto de Azevedo e Souza (maioria) e Faustino José Corrêa (minoria), nomeados por Antônio Augusto Borges de Medeiros. Como suplentes, foram definidos os seguintes cidadãos: Alcides Marques, Vasco Pinto Bandeira, João Nepomuceno Ferreira, Manoel Amaro Júnior e Alfredo Augusto Ferreira<sup>73</sup>.

Segundo Gunter Axt, havia um certo ponto ao qual Borges não poderia “investir no esfacelamento e na submissão do partido”, e quando o “nível de conflito entre as facções de força mais ou menos equivalente atingia proporções insuportáveis”, não sendo mais possível a tolerância dos prejuízos causados pelas violências, perseguições, o medo do crescimento da dissidência ou ainda a ameaça federalista, os próprios clamavam a intervenção do chefe político e seu “poder moderador”, que segundo o autor, retratavam as seguintes opções: a instalação de uma *comissão executiva* e/ou a nomeação de um intendente provisório. Assim, a Comissão dividia três assentos para a maioria e dois para a minoria. Dessa maneira, a facção soberana também possuía o controle sobre o órgão (AXT, 2001, p. 138).

As cartas que tratam da *Comissão Executiva* local não constam no inventário, em sua totalidade, como remetidas pelo órgão. Algumas destas foram remetidas pelos membros integrantes da Comissão e para tal definição utilizamos como critério o envio da cópia da *Ata de Reunião* em anexo. Como exemplo, o envio feito por Faustino José Corrêa, atuando na situação de secretário, remete a *Ata da 2ª reunião*, realizada em 6 de maio de 1917. Nesta assembleia, estava em pauta o não-comparecimento de Faustino na última sessão, que justificou sua falta alegando a ausência de Zeferino Lopes de Moura e por não haver sido realizada a convocação de seu suplente. Após isto, teria sido convidado para uma reunião que iria realizar-se às onze horas, alegou poder comparecer apenas 15 minutos mais tarde e acompanhado por Alfredo Augusto Ferreira, teria chegado ao prédio da Intendência, local determinado para tal encontro, encontrando este fechado. Zeferino, chefe dos opositores locais, teria ainda protestado, “mais uma vez, contra as nomeações feitas pelo cidadão Intendente Municipal”, dos professores públicos municipais Archimimo de Barros e Leopoldina Muzzi, além da disposição do cargo de advogado da Intendência Municipal para Adalberto de Azevedo e Souza, “sem prévia consulta à *Comissão Executiva*”. Dessa maneira, entrando em acordo os membros do grupo, o

---

<sup>73</sup> Carta da Comissão Executiva do Partido Republicano a Borges de Medeiros. Jaguarão, 19 de março de 1917. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2750.

Intendente Municipal foi oficiado pelo órgão, “estranhando essas nomeações, sem assistência sua, esperando a não repetição deste facto”<sup>74</sup>. Assim, a *Comissão Executiva* era proposta a fim de conciliar as divergências entre as duas facções, bem como a disputa por cargos públicos e verbas.

Em correspondência emitida por Petronilho Silveira D’Ávila, na qual segue anexo a *Ata da 6ª reunião* daquele órgão, desta vez, atuando como presidente da sessão, realizada em 7 de julho de 1917, há uma série de medidas postas em demanda, propostas por Zeferino Lopes de Moura, líder da minoria, com o objetivo de “harmonizar os interesses do Partido, justamente no momento em que precisa estar unido e forte para mais facilmente enfrentar ao adversário”. Entre essas medidas, estão as seguintes:

1º Fusão dos jornais *A Tribuna* e *Situação* em um com título diferente que se constituirá órgão do partido.

2º Anexação dos cargos de Subdelegados de Polícia à as Subintendências, devendo para tal fim assumir o respectivo cargo o subintendente do 1º Distrito José Luiz Terra, atualmente licenciado, devendo ser exonerado do 2º distrito o atual Raymundo Lopes, cuja vaga será preenchida por indicação da minoria.

3º Exoneração do Inspetor de Polícia Maximiano Soares Lima.

4º Nomeação de uma Comissão Diretiva, designada em sessão desta Executiva para dirigir os trabalhos de qualificação federal, com poderes para, por sua vez, nomear comissões nos Distritos.

Dada a palavra aos membros da comissão, o senhor Adalberto Azevedo, membro da maioria, discordou da fusão dos jornais republicanos, visto que “o jornal *A Situação* é órgão e propriedade do Partido Republicano local, a quem foi doado por escritura pública”, enquanto alega que “o outro jornal é propriedade particular e pode ou não ser suprimido sem afetar as suas tradições na imprensa do Rio Grande”. O mesmo cidadão concordou com a fusão dos cargos de subdelegado e subintendência, entendendo, no entanto, ser necessário “abstrairmos de prejudicar a este ou aquele correligionário pelo fato de na luta política que tivemos em antagonismo terem servido à uma ou à outra das facções”, nessa lógica, alegou que “os atuais funcionários da maioria ou da minoria só devem ser substituídos quando justos motivos mostrem que não servem convenientemente ao interesse público”. Ademais, os membros discordaram quanto às exonerações propostas e concordaram com a criação de uma comissão que ficaria responsável pelo

---

<sup>74</sup> Carta de Faustino José Corrêa a Borges de Medeiros. Jaguarão, 6 de Maio de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2753.

alistamento eleitoral federal, ficando esta à nomeação da maioria na próxima reunião a ser realizada<sup>75</sup>.

Os envios nos quais eram anexadas as atas das reuniões, em sua maioria, seguiam com um pequeno texto, indicando o artigo 35º do *Regimento das Comissões Executivas Municipais*, acusando o envio da mesma, terminadas pela despedida “saúde e fraternidade”, ou “de Vossa Excelência, correligionários e amigos”.

No entanto, dia 9 do mesmo mês, Petronilho escreveu à Borges, desta vez como “atento correligionário”, “amigo”, “soldado”, no singular, e também como Presidente da Executiva, delatando ao chefe partidário sobre o “propósito do senhor Zeferino Moura de prejudicar a ação da Executiva e, conseqüentemente, o seu fim principal, que é cuidar dos interesses políticos do município e o conagraçamento do partido aqui”, acusando o cidadão de ser “organicamente atribulário e despótico e em todos os seus atos, imprime sua feição moral”, tendo na última reunião, acima referida, propondo medidas que “só visam sobrepor a sua vontade individual”. Além disso, enfatiza que o citado não perde a oportunidade de hostilizar aqueles que considera como inimigos, tanto pessoalmente ou por meio da imprensa, com os jornais *A Tribuna* e *A Noite*. O remetente pede a Borges de Medeiros intervenção, para que este chamasse a atenção de Zeferino a “inconveniência da sua atitude e trazê-lo ao bom caminho” e encaminhar, em conjunto, as propostas feitas pelo chefe da minoria, bem como os votos feitos por Adalberto de Azevedo<sup>76</sup>.

Outro documento que foge aos padrões é o remetido por Faustino José Corrêa, que além do envio padronizado do anexo da cópia da *Ata da 8ª reunião*, encerrado com a expressão “saúde e fraternidade”, conta com uma carta pessoal do mesmo para Borges de Medeiros. O remetente justifica suas faltas às reuniões devido a sua viagem recente ao Uruguai e a administração de seu pequeno estabelecimento, do ramo de indústria pastoril, no município de Bagé. Membro da minoria, Faustino Corrêa constata que, aparentemente, existe “da parte da maioria, um certo maquiavelismo, porque eles reúnem-se e nada fazem constar por escrito”, além de reunirem-se em locais diferentes daqueles comunicados nas convocações. O remetente acusa estes de não convidarem para as sessões Manoel Amaro Júnior,

---

<sup>75</sup> Carta de Petronilho Silveira D’Ávila a Borges de Medeiros. Jaguarão, 7 de julho de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2758.

<sup>76</sup> Carta de Petronilho Silveira D’Ávila a Borges de Medeiros. Jaguarão, 9 de julho de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2759.

suplente da minoria, tendo este sido convocado apenas uma vez, sendo ignorado ou esquecido em “outras ocasiões de ausência de efetivos”. Ainda, sobre o alistamento eleitoral, afirma que Adalberto Souza teria, por indicação própria, se encarregado da organização da comissão responsável pelo alistamento eleitoral, estando este processo se desenvolvendo lentamente e aparentemente, ficando “por conta do Juiz de Comarca, que tem dificultado a inscrição de elementos que acompanharam ao coronel Zeferino”<sup>77</sup>.

Os acordos feitos entre as facções também incluíam o loteamento de cargos públicos. Segundo Axt, os estaduais e os federais ficavam com um grupo, os intencionais com outro. Ou então, mantinham-se as posições de momento e as futuras seriam ocupadas pelos novos donos do poder” (AXT, 2001, p. 140). Essa preocupação é visível no documento pessoal enviado por Claudino Nunes Pereira a Borges de Medeiros, no qual o intendente provisório afirma que:

Durante minha permanência aqui, tem sido nomeados partidários do coronel Gabriel Gonçalves para os cargos de Escrivão da Mesa de Rendas Federais, de Agente da Caixa de depósitos Particulares e transferido de outro para este Município um Guarda Fiscal, também seu partidário. Para cargos não remunerados, foram nomeados ainda amigos seus para terceiro suplente do Juiz Federal e reconduzidos o Ajudante do Procurador da República e dois membros do Conselho Escolar. Dos partidários do Coronel Zeferino, foi nomeado o presidente do Conselho Escolar e reconduzido um membro do mesmo e nomeado o primeiro Suplente do Juiz Federal. Para cargo remunerado, o único candidato seu indicado para Guarda Fiscal não foi nomeado, creio que por falta de vaga. Nos cartórios e escriturarias, o coronel Zeferino tem a maioria, pois apenas um dos efetivos pertence à facção *carlista*<sup>78</sup>

Nessa lógica, é perceptível que a *Comissão Executiva* não foi capaz de cumprir com seu principal objetivo, apenas internalizando, ao invés de mediar, a disputa entre as facções. É interessante notar neste trecho que, inclusive, os próprios políticos locais utilizavam o termo “facção” como designação para o grupo de aliados de Carlos Barbosa e Zeferino Lopes de Moura. Como resultado disso, o processo eleitoral que deveria ocorrer durante o ano de 1920 foi afetado. Para Axt, nestas situações, procurava-se um nome em consenso entre as facções para a candidatura, que via de regra, após um período como provisório, assumia o cargo

<sup>77</sup> Carta de Faustino José Corrêa a Borges de Medeiros. Jaguarão, 9 de agosto de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2761.

<sup>78</sup> Carta de Claudino Nunes Pereira a Borges de Medeiros. Jaguarão, 03 de março de 1921. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2792.

via eleitoral. Todavia, “não raro, era alguém trazido de fora da cidade pela máquina do poder e desenraizado dos vínculos de compromisso locais” (AXT, 2001, p. 140-141). Dessa maneira, foi nomeado por Borges de Medeiros como Intendente Provisório o coronel Claudino Pereira<sup>79</sup>.

Zeferino Lopes de Moura apresentou à *Comissão Executiva* a proposta de submeter a escolha do candidato ao cargo de Intendente Municipal, da próxima eleição, à Borges de Medeiros, não sendo esta aceita pelos membros da maioria<sup>80</sup>. O chefe partidário, ao saber da situação municipal, enviou uma carta através de João Pinto da Silva. Debatida na reunião do dia 8 de abril de 1920, propunha-se que as duas facções encontrassem um candidato conciliário, e percebendo-se que esta era inviável, ficou a cargo de Borges de Medeiros “solucionar aquele caso da melhor maneira e de acordo com o seu elevado espírito de justiça”.<sup>81</sup> Ainda, segundo o líder opositor local, teria Adalberto de Azevedo e Souza realizado uma viagem à capital, com a finalidade de “impor a Vossa Excelência condição coronel Claudino Nunes”, decretando o fim do prazo legal do quadriênio da administração de Pedro Frederico Rache. O remetente ressalta que “caso afirmativo, empossado referido provisório e amparado por Vossa Excelência [...] não recuaremos do pleito quando então se comprovará qual das facções políticas possui maioria”<sup>82</sup>.

Em casos como este, era necessário um equilíbrio: uma somatória de imposição governamental, ao mesmo tempo em que esta era aceita pelas facções locais. Assim, “a intervenção importava sempre num recuo da autonomia local, mas jamais acarretava em controle absoluto do poder central”. Apesar da nomeação de provisórios, estes administradores passavam, às vezes, longos períodos na administração local. Ao exonerar-se do Partido, no ano de 1923, Zeferino reiterou como um dos motivos a entrega da chefatura política municipal a Carlos Barbosa, quando este retornou do Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo de senador. Barbosa teria ficado encarregado da realização de uma “eleição municipal para completo do

---

<sup>79</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 14 de maio de 1923. Localização: IHGRGS. ABM. Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2793.

<sup>80</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 6 de março de 1920. Localização: IHGRGS. ABM. Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2788.

<sup>81</sup> Carta da Comissão Executiva do Partido Republicano a Borges de Medeiros. Jaguarão, 8 de abril de 1920. Localização: IHGRGS. ABM. Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2789.

<sup>82</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 22 de setembro de 1920. Localização: IHGRGS. ABM. Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2791.

quatriênio quase extinto”<sup>83</sup>, presumindo-se então, que até esta data, Claudino continuou em posse da administração municipal.

Antes deste período, Claudino Nunes Pereira, comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar<sup>84</sup>, havia assumido o cargo de intendente provisório no município de Santa Maria, no ano de 1918<sup>85</sup>, tendo sido exonerado no ano de 1920<sup>86</sup>. Segundo correspondência enviada por Zeferino Lopes de Moura, a *Comissão Executiva* teria tido seu final com a nomeação do supracitado intendente provisório, sendo o remetente convidado para integrar junto com este e Gabriel Gonçalves uma Comissão Diretiva, “desfeita” em 1923, com a retirada de Claudino Pereira e o apoio dado por Gabriel Gonçalves a candidatura de Assis Brasil para a presidência do estado<sup>87</sup>.

Assim, chegamos à mesma conclusão apresentada por Gunter Axt em relação à “gangorra das facções” (AXT, 2001, p. 141). Constatamos a existência de duas intervenções, em dois momentos diferentes, que se demonstraram temporárias e ineficazes, garantindo por pouco tempo a harmonia interna do Partido. Dessa forma, para garantir seu poder, Borges de Medeiros deveria fazer-se quase onipresente na esfera municipal, intermediando conflitos de maneira constante.

### 3.2 OS CORRESPONDENTES DE BORGES

Assim como os documentos pertencentes ao Arquivo Particular Júlio de Castilhos, foi perceptível que a maioria dos remetentes de Borges de Medeiros buscava tratar de problemas políticos, como as eleições, alistamento de eleitores, pedidos de cargos públicos, transferências, aposentadorias, entre outros favores diversos, além de informes da situação da política municipal dados ao chefe do executivo. Apesar de as questões tratadas serem de cargo da competência do Executivo Estadual, a correspondência dirige-se de forma pessoal, diretamente à Castilhos, ou no nosso caso, à Borges de Medeiros, sem que possamos diagnosticar o intermédio de alguma instituição (MARTINY, 2018, p.21).

---

<sup>83</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 14 de maio de 1923. Localização: IHGRGS. ABM. Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2793.

<sup>84</sup> BNDigital: A Federação, 4 de janeiro de 1919, p. 5.

<sup>85</sup> BNDigital: A Federação, 31 de julho de 1918, p. 4.

<sup>86</sup> BNDigital: A Federação, 7 de agosto de 1920, p. 4.

<sup>87</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 14 de maio de 1923. Localização: IHGRGS. ABM. Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2793.

Do total das 212 missivas analisadas, 19 foram remetidas pela *Comissão Executiva do Partido* e outras 19 foram remetidas por associações ou de maneira indireta a Medeiros. Além destes, há um número de 47 pessoas físicas que remeteram as 174 cartas restantes. Desses 47 indivíduos, 34 (72,34% dos missivistas) foram responsáveis pelo envio de apenas 1 correspondência, sendo este grupo encarregado pela produção de 19,54% da totalidade do conjunto de cartas. Ou seja, 13 pessoas concentram mais de 80% das missivas enviadas apenas por pessoas físicas.

No caso de Jaguarão, o conjunto dos maiores missivistas é composto por Zeferino Lopes de Moura, com 41 envios (23,54% da totalidade do conjunto de cartas), seguido por Gabriel Gonçalves da Silva, com 34 envios (19,54%) e Carlos Barbosa Gonçalves, com 23 envios (13,21%). Como é visível no quadro a seguir, há uma grande discrepância entre os 3 primeiros indivíduos em relação ao restante do grupo. Por este motivo, não buscamos criar categorias, mas sim demonstrar ao leitor que os indícios da existência de relações pessoais entre Borges de Medeiros e os missivistas é relativamente maior quando observamos os líderes das facções *carlista* e *zeferinista*.

Remetentes	Nº de cartas enviadas
Zeferino Lopes de Moura	41
Gabriel Gonçalves da Silva	34
Carlos Barbosa Gonçalves	23
Manoel de Deus Dias	07
Paulo Rache	06
Petronilho Silveira D'Ávila	04

Tabela 3 - Pessoas físicas que enviaram cartas do município de Jaguarão para Borges de Medeiros (Porto Alegre, ABM, 1889-1945). Tabela elaborada pela autora.

Carina Martiny localizou o mesmo padrão na correspondência endereçada à

Castilhos. Ao analisar os pontos de origem das cartas enviadas para Castilhos, percebeu que elas reuniam 87 diferentes locais. Este dado “poderia nos levar a supor que existia uma rede de apoio construída pelo PRR que estava disseminada pelo Rio Grande do Sul”. No entanto, o ato de escrever uma carta ao governante não necessariamente indica a existência de apoio político. Ao olhar de uma forma mais inquisitiva, Martiny percebeu que este alto número de locais de origem é consequência direta de que o remetente, em sua maioria, escreveu somente uma ou duas vezes ao chefe. Desta forma, para as 1554 cartas analisadas, foram 1235 diferentes remetentes (MARTINY, 2018, p. 183-184).

A autora constatou que 911 correspondentes enviaram apenas uma carta, representando 79,9% do total em análise. Esse número cai drasticamente quando lançamos o olhar sobre os indivíduos que enviaram duas missivas, 138 indivíduos, que correspondem a 11,1% dos remetentes (MARTINY, 2018, p. 187). Um maior número de cartas foi atribuído a Evaristo Teixeira do Amaral (199 missivas) e Cherubim da Costa (133 missivas), que segundo Martiny “tratava-se, nos dois casos, de lideranças do PRR que atuavam muito próximo de Castilhos, convivendo com o chefe e participando das decisões políticas” (MARTINY, 2018, p. 187).

Na mesma perspectiva, Carina Martiny pontua que sete maiores missivistas localizados por ela, que não chegam a representar 1% do total, foram responsáveis por cerca de 30% da correspondência de Castilhos, remetida do Rio Grande do Sul. Martiny afirma que o restante dos correspondentes forma um grupo muito heterogêneo, havendo nomes conhecidos, como Borges de Medeiros e os irmãos Abbott, alguns indivíduos que atuavam no âmbito político municipal, e alguns missivistas aos quais não foi possível realizar a identificação. Estes últimos, “escreveram apenas uma ou duas vezes a Castilhos e, em seus escritos, é possível perceber que não possuíam uma relação pessoal direta com o destinatário”. Esses indivíduos, que provavelmente não recebiam uma resposta às suas cartas, escreviam pontualmente, tendo em vista um objetivo específico (MARTINY, 2018, p. 190).

Em Jaguarão, este é o caso de Heráclito de Mello, que escreveu à Borges apresentando-se como “guarda aduaneiro há muitos anos e com um procedimento que sempre mereceu elogio dos chefes os mais exigentes que tenho tido”, dando destaque a seus serviços prestados como secretário e chefe da Pasta Fiscal. Na missiva, Heráclito pede uma intervenção de Borges de Medeiros, junto ao *Delegado*

*Especial da Repressão do Contrabando*, para que fosse elevado ao cargo de *auxiliar*, onde deixa expressa a confiança de que “Vossa Excelência aquilatará da justiça do meu desejo, visa ele somente melhorar meu meio de vida, pois maior remuneração receberei. Convicto que Vossa Excelência atenderá [...], ponho-me sobre a vossa valiosa proteção”<sup>88</sup>.

Ao analisar a correspondência de Rui Barbosa, enquanto este ocupava o cargo de Ministro da Fazenda (entre 15 de novembro de 1889 a 21 de janeiro de 1891), José Murilo de Carvalho (2000) também encontrou um grupo muito diversificado de missivistas, composto por políticos, militares, escritores, grupos familiares, como os Fonseca e os Dantas, professores, parentes, republicanos históricos e mulheres, uma presença que não foi possível detectar dentro do recorte desta pesquisa. Quanto ao envio de cartas, Carvalho considera que “a grande maioria dos pedintes, 67%, escreveu apenas uma carta” (CARVALHO, 2000, p. 3-4).

Ao analisar a profissão dos pedintes, Carvalho percebe que estes atuavam como funcionários públicos civis, em sua maioria, representando o total de 44,7% dos correspondentes para os quais foi possível localizar a informação, seguidos pelos políticos, que representavam 20,4% do grupo, pelos funcionários liberais, 18,6%, e militares, com a representação de 9,5%. Todavia, consideramos esta uma classificação perigosa, visto que era comum o desempenho de mais de um tipo de atividade profissional no período, sendo necessário escolher cuidadosamente os critérios envolvidos na nomeação de apenas uma atividade como a principal. Entretanto, por meio dos dados profissionais localizados, Carvalho chega à conclusão de que, de qualquer maneira, “os pedidos sempre vinham de quem podia escrever, ou de quem tinha amigos e protetores importantes, o que sem dúvida, deixada de fora grande parte dos brasileiros da época” (CARVALHO, 2000, p. 4-5).

Portanto, tanto na análise de Martiny quanto na de Carvalho e nessa que aqui realizamos, existe uma maioria de pessoas que enviaram uma ou duas cartas e uma minoria que concentrava as maiores remessas de missivas, sendo possível deduzir que se constituíam em importantes aliados dos seus respectivos destinatários e, no caso de Jaguarão, importantes líderes políticos locais. Ao prezar pela realização de uma análise quantitativa da correspondência selecionada, buscamos perceber quem eram os maiores remetentes, a frequência com a qual se correspondiam e se a

---

<sup>88</sup> Carta de Heráclito de Melo a Borges de Medeiros. Jaguarão, 7 de fevereiro de 1914. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2638.

análise torna perceptível a existência de uma hierarquia dentro do Partido Republicano Jaguarense, despontada pelos líderes das facções, os Barbosa-Gonçalves e Zeferino Lopes de Moura. No entanto, como citado anteriormente, uma análise aprofundada das epístolas e relações pessoais não pode ser feita, sem que estas sejam cruzadas com outros tipos de fontes. Dessa forma, buscamos analisar os correspondentes de Borges de Medeiros como um grupo.

Nesse sentido, procuramos reunir mais informações sobre os indivíduos que se correspondiam, da cidade de Jaguarão, com Borges de Medeiros. Para tanto, tentamos investigar se os principais remetentes pertenciam a uma elite política municipal, pontuando alguns aspectos relativos aos indivíduos que estão interseccionados entre os dois grupos. Sobre a elite política municipal, gostaríamos de fazer algumas considerações. Como metodologia para “circunscrever “quem manda” ou quem faz parte do círculo íntimo do poder e consegue influenciar decisões chave”, levamos em consideração três pontos importantes, trazidos da teoria política: poder, influência e decisão. Assim, optamos pelo método posicional, com a finalidade de identificar traços da elite política do município de Jaguarão, no período da Primeira República (CODATO, 2015, p. 16).

Segundo Adriano Codato, “o método posicional enfatiza que os que decidem são aqueles indivíduos ou grupos que preenchem as *posições formais* de mando em uma comunidade”, podendo ser estas oriundas de cargos estatais, ligados às forças armadas, ou ainda, a grandes empresas capitalistas. Assim, a ocupação dessas posições é estratégica, pois estão ligadas ao controle de recursos (CODATO, 2015, p. 16; 20).

Nessa lógica, Codato elenca sete pontos aos quais precisamos levar em consideração na metodologia posicional, quanto ao estudo de elites dirigentes: a) determinar as instituições mais importantes da sociedade estudada, pois as características destas tendem a variar com o tempo, não existindo uma organização ou instituição que “concentre desde sempre todos os meios de poder”; b) perceber os traços fundamentais da instituição escolhida, ponderando sobre a extensão de seu poder (considerando aspectos como abrangência, influência no cotidiano social e regime de poder); c) evidenciar a conexão existente entre os indivíduos da instituição, assim como a intensidade dessas relações, afim de estabelecer se os integrantes estão ligados entre si, formando um grupo de “elite do poder”; d) analisar os recursos sociais que estão em jogo e são conferidos aos grupos mais

importantes; e) ponderar sobre o “tipo de pessoa de elite” que é “produzido” pela organização social escolhida, como reflexo das características valorizadas pela comunidade; f) atentar para a delimitação do “tamanho da elite que realmente manda”, existindo “camadas internas” no grupo; g) reconhecer o “tipo de unidade” do grupo delimitado, podendo um grupo de elite “estar fechado em si mesmo” por fatores como uma mesma concepção de ideais, incluindo crenças, valores e princípios (unidade psicológica), por interesses afins perseguidos pelo grupo (unidade com base em “interesses”), ou ainda, pela afinidade dos interesses que são perseguidos por mais de um/diferentes grupos, gerando uma ação coordenada, visando uma maior facilidade de alcançá-los (CODATO, 2015, p. 21-22).

Observados e seguidos os pontos acima descritos, conseguiremos definir o tipo de poder do grupo, como ele é exercido, os recursos mobilizados, as características dos indivíduos pertencentes ao grupo, assim como o nível de sua congruência e conexão, os fatores que mantém a união e a delimitação da dimensão do conjunto. Todavia, é preciso que o pesquisador tenha consciência de que

[...] o método posicional falha em três raciocínios básicos. Primeiro, assume que quem controla as posições formais de mando possui, por isso, a capacidade efetiva de tomar as decisões mais importantes para uma sociedade ou organização, o que nem sempre é correto. Segundo, não leva suficientemente em conta aqueles que têm o poder de impedir que certas iniciativas de determinados grupos sejam transformadas em demandas; ou impedir que essas demandas se tornem questões políticas e, a partir daí, objeto de deliberação pelos governos; ou que, uma vez deliberadas, certas decisões sejam implementadas. E, terceiro, que só é possível saber se um grupo de elite é elite e manda de fato, tem poder, estudando o ciclo do processo decisório (CODATO, 2015, p. 22)

Entretanto, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, bem como a disposição de fontes, o método decisional torna-se inviável, pois consiste que seja levado em consideração o exame de uma série de casos concretos, tendo como chave as decisões tomadas, como a implementação de programas, subsídios, taxações, entre outros (CODATO, 2015, p. 22). Neste caso, a opção pelo método posicional é o mais viável para que possamos verificar os indivíduos que compunham a elite dirigente do município de Jaguarão, bem como esta exercia influência sobre a política local e as intervenções feitas junto ao governo estadual, personificado na figura de Borges de Medeiros.

Assim, três grupos foram definidos como ponto de partida para a definição desta elite: o Conselho Municipal, a *Comissão Executiva* e a Intendência.

Consideramos essas instituições como as mais relevantes do âmbito político municipal, pois eram o local de trânsito das decisões políticas, bem como da distribuição de cargos públicos e questões orçamentárias, não deixando de definir as funções e a extensão da influência de cada um na comunidade.

Para Gunter Axt, o Conselho Municipal possuía uma importância menor do que a Comissão *Executiva*. Para este, o papel atribuído ao Conselho era orçamentário e voltado à apuração eleitoral e repercutia a divisão de cargos que costumeiramente era feita pela *Comissão Executiva*. Além disso, outra característica importante a ser observada, é que estes “eram aparelhados pelas facções dominantes do PRR nos municípios e excluía os dissidentes e federalistas” (AXT, 2001, p. 140).

Assim, o recorte ateou-se ao período referido, constando a documentação em dois livros intitulados *Atas do Conselho Municipal 1897-1905* e *Atas do Conselho Municipal 1906-1919*, disponíveis no IHGJ. Para construir o seguinte quadro, analisamos as *atas das primeiras sessões ordinárias e extraordinárias de cada ano*, e conseguimos chegar à seguinte composição do Conselho, nos quadriênios referentes à supracitada datação. Cabe constar que esses livros abrangem todas as Atas do Conselho Municipal que estão localizadas naquele acervo, iniciando a documentação referida em 1897 e encerrando em 1919.

1897 – 1900	1900 – 1904	1904 – 1908	1908 – 1912	1912 – 1916	1917 <sup>89</sup> – 1919
Achilles Brandão	Arnoldo Franco	Affonso Rodrigues Barbosa	Adalberto de Azevedo e Souza	Domingos José Ribeiro	Alcides de Oliveira Alves (suplente)
Affonso Rodrigues Barbosa	Augusto Weiner	Antônio Joaquim Rodrigues de Lima	Alfredo Augusto Ferreira	Florêncio Corrêa Mirapalheta	Alcides Marques
Manoel de Deus Dias	Belmiro José Ferreira	Augusto Wiener	Antônio Olegário de Mattos	Heleodoro Affonso	Climaco Muniz Tavares
João Baptista de Almeida	Gabriel Gonçalves da Silva	Domingos José Ribeiro	Manoel Gonçalves da Silva	João Nepomuceno Ferreira	Dos Santos Rosa (suplente)
João Baptista Machado	Heleodoro Affonso	Faustino José Corrêa	João	João Simplício Carduz	Francisco

<sup>89</sup> Não consta sessão ordinária no período regular do ano de 1916. Via de regra, a instalação dos novos conselheiros, assim como a posse do intendente, era realizada no dia 20 de setembro. No entanto, a eleição municipal que estava prevista para o ano de 1916 ocorreu fora de período legal, ocorrendo no final de fevereiro e assumindo o novo intendente e conselheiros em março do ano de 1917.

José Maria Braga	de Faria	Gabriel Gonçalves da Silva	Custódio de Carvalho	José Felix Passos	Ignácio Rodrigues
José Ramão Alvares	Paulino Caetano de Souza	Heleodoro Affonso	João de Oliveira Alves	Maurício Dutra da Silveira	Hermes Ferreira (suplente)
Luiz Gedeão de Faria	Paulo Rache	João Simplício Carduz	Luiz Gedeão de Faria	Pedro Frederico Rache	João Hipólito Rossi
Marçal Nunes Garcia	Valentim Piúma	José Félix Passos	Petronilho Silveira D'Ávila	Pretextato Dias de Oliveira	João Jacintho Ferreira
			Polynicio Espinoza		José Julião Rodrigues
					Leonídio Garcia
					Manoel Florêncio Silveira
					Martinho de Oliveira Braga Olympio Susini (suplente)
					Thomaz Aquino de Mattos

Quadro 2 - Indivíduos que desempenharam o cargo de Conselheiro Municipal entre os anos de 1897 e 1919. (Jaguarão, IHGJ, Atas do Conselho Municipal, 1897-1919). Quadro elaborado pela autora.

Dos membros efetivos da *Comissão Executiva do Partido Republicano* local, todos exerceram o cargo de conselheiro municipal, exceto Zeferino Lopes de Moura. Assim, atuaram no Conselho Gabriel Gonçalves da Silva (1900-1904 e 1904-1908), Faustino José Corrêa (1904-1908), Petronilho Silveira D'Ávila (1908-1912) e Adalberto de Azevedo e Souza (1908-1912). Dos membros suplentes do mesmo órgão, atuaram Alfredo Augusto Ferreira (1908-1912), João Nepomuceno Ferreira (1912-1916) e Alcides Marques (1917-1919). Além disso, por meio das Atas do Conselho, foi possível definir 4 indivíduos que exerceram o cargo de Intendente Municipal.

As primeiras reuniões ordinárias, realizadas no dia 20 de setembro de cada

ano, eram o local da eleição da mesa diretora. Nela, os conselheiros realizam o pleito com a finalidade de definir a presidência e secretaria do órgão. Nestas, também tomavam posse, a cada quadriênio, os novos conselheiros e o intendente eleito. Assim, desempenharam o cargo de intendência municipal: João Baptista Machado (1904-1908), Faustino José Corrêa (1908-1912), Gabriel Gonçalves da Silva (1912-1917<sup>90</sup>) e Pedro Frederico Rache (1917-1920), tendo todos estes desempenhado, anteriormente, o cargo de Conselheiro.

Assim, somando os indivíduos presentes nos três grupos, intendentes, membros da *Comissão Executiva* e do Conselho Municipal, temos as seguintes características dessa elite política posicional:

Nome	Data de nascimento	Ocupação política	Profissões desempenhadas
Adalberto de Azevedo e Souza		Conselheiro Municipal; Membro da Comissão Executiva	Advogado;
Alcides Marques	11/06/1885	Conselheiro Municipal; Membro da Comissão Executiva (suplente); Intendente Municipal (pós 1930)	Médico;
Alfredo Augusto Ferreira		Conselheiro Municipal; Membro da Comissão Executiva (suplente)	Militar (major)
Arnoldo Passos Franco		Conselheiro Municipal;	Militar (Capitão, Major); Notário; Agente da “A Federação”
Faustino José Corrêa	1862	Conselheiro Municipal; Intendente Municipal; Membro da Comissão Executiva	Sociedade Agrícola-Pastoril de Jaguarão; Militar (comandante do 108º regimento de Cavalaria GN; tenente-coronel)
Gabriel Gonçalves da Silva	25/06/1808	Conselheiro Municipal; Intendente Municipal; Intendente Provisório; Membro da Comissão Executiva	Fazendeiro; Militar (coronel, GN)
João Baptista Machado	23/26/1858	Conselheiro Municipal; Intendente Municipal	Militar (tenente-coronel)

<sup>90</sup>Gabriel Gonçalves assumiu como intendente provisório após o término de seu mandato, devido ao vencimento do período legal para a realização da eleição.

João Nepomuceno Ferreira		Conselheiro Municipal; Membro da Comissão Executiva (suplente)	
João Simplício Carduz	26/01/1868	Conselheiro Municipal	Comerciante; Chefe da Mesa de Rendas; Militar (major); suplente do Juiz distrital
José Julião Rodrigues		Conselheiro Municipal	Militar, Fazendeiro (Uruguai)
Manoel Amaro Júnior		Membro da Comissão Executiva (suplente)	
Manoel de Deus Dias	01/01/1847	Conselheiro Municipal	Fazendeiro, Militar
Paulo Rache		Conselheiro Municipal	
Pedro Frederico Rache	1852	Conselheiro Municipal; Intendente	Comerciante; Militar (Tenente coronel – GN)
Petronilho Silveira D'Ávila	31/05/1853	Conselheiro Municipal; Presidente da Comissão Executiva	
Vasco Pinto Bandeira		Membro da Comissão Executiva (suplente)	
Zeferino Lopes de Moura	26/08/1856	Membro da Comissão Executiva	

Tabela 4 - Elite política posicional de Jaguarão (1897-1919)<sup>91</sup> (Jaguarão, IHGJ, Atas do Conselho Municipal, 1897-1919 e Porto Alegre, ABM, correspondências passivas do ABM).

Ainda, dos Conselheiros Municipais, 9 enviaram missivas diretamente a Borges de Medeiros, sendo eles Gabriel Gonçalves (34), Manoel de Deus Dias (07), Paulo Rache (06), Petronilho Silveira D'Ávila (4), Arnaldo Passos Franco (03), João Baptista Machado (01), Faustino José Corrêa (01), José Julião Rodrigues (1) e João Simplício Carduz (01).

Assim, se colocarmos em intersecção o grupo de elite política com o grupo de maiores correspondentes, conseguimos concluir que os maiores missivistas faziam parte deste, havendo uma quase total repetição de nomes. Assim, quando

<sup>91</sup> Compilado de informações reunidos através de busca nominal do jornal *A Federação* e do *Álbum Ilustrado do Partido Castilhistas*, além de dados coletados dos jazigos localizados no *Cemitério das Irmãdades*.

combinados, podemos estabelecer o seguinte:

Remetentes	Nº de cartas enviadas
Zeferino Lopes de Moura	41
Gabriel Gonçalves da Silva	34
Carlos Barbosa Gonçalves	23
Manoel de Deus Dias	07
Paulo Rache	06
Petronilho Silveira D'Ávila	04
Arnoldo Passos Franco	03
Vasco Pinto Bandeira	02
João Baptista Machado	01
Faustino José Corrêa	01
João Simplício Carduz	01
José Julião Rodrigues	01

Tabela 5 - Missivistas que integraram a elite política posicional de Jaguarão (1897-1919). Tabela elaborada pela autora.

Dessa maneira, tendo como amostra o município de Jaguarão, podemos concluir que os maiores correspondentes de Borges de Medeiros eram, também, membros da elite política local. Portanto, acreditamos que para se ter acesso a comunicação direta com o chefe partidário, certa posição social e política era necessária. Nesse sentido, as atividades profissionais e econômicas também são relevadoras: proprietários, fazendeiros, comerciantes, advogados e médicos, sendo que muitos deles ou eram militares de carreira ou detinham patentes oriundas da Guarda Nacional.

Segundo André Fertig, a Guarda Nacional foi criada com o intuito de ser uma

milícia, composta por homens-cidadãos (lembrando quem era considerado cidadão na época), que deveria servir ao Império para manutenção da ordem interna, auxiliando ou substituindo o Exército na ordem Externa e considera que a milícia teve grande papel para a sustentação da centralização do Império. A partir dessa constatação, Fertig busca compreender qual era a atuação política dos integrantes dessa instituição, o uso feito por esses indivíduos da Guarda Nacional como instrumento político. Parte-se então das noções clientelísticas, que segundo o autor, orientavam a política do Brasil no século XIX. Essas relações eram baseadas em relações pessoais, nas trocas de favores, nas quais geralmente o mais poderoso auxilia e/ou oferece proteção a algum indivíduo, por meio de cargos políticos e outros favores, recebendo em troca de algum benefício, geralmente em forma de apoio político e lealdade do cliente. Nesse sentido, a Guarda era uma instituição propícia à criação de redes de clientela, pois ela possibilitava a concessão de proteção, cargos oficiais e outros favores; os patrões estavam no alto oficialato, como ministros de justiça, presidentes de Província, e os altos escalões da Instituição. Qualquer cidadão era visto como possível cliente (FERTIG, 2010, p. 17-21). Assim,

A Guarda Nacional servia para a formação de uma rede clientelista de poder, pois, realizadas as qualificações, compunham-se os contingentes das corporações e, sendo assim, definia-se a distribuição de forças de cada Comando Superior, dos oficiais e de suas tropas. Estava concluída a primeira etapa do jogo político no interior da milícia, já que a partir dela o comandante superior e demais oficiais tinham constituído seu contingente de subordinados, quer dizer, tinham noção da clientela que poderiam mobilizar em favor de seus interesses políticos” (FERTIG, 2010, p. 53).

Os comandantes tentavam mostrar sua força ao poder central organizando e aumentando seu contingente. Um maior número de qualificados significa um maior número de subordinados; como geralmente, a maior parte dos altos oficiais era parte da elite local, uma clientela maior significaria mais poder e influência na comunidade. O autor reitera que a característica marcante da política do Brasil no século XIX era o personalismo, que acabava regendo a política, não os partidos políticos, programas e ideias. Não existia diferença entre público e privado, interesses pessoais ou coletivos, tudo se misturava. O caráter pessoal norteava as relações clientelísticas. O uso da Guarda Nacional como instrumento político tornou-se generalizado.

O Rio Grande do sul deteria a particularidade de que, contrariamente aos demais estados, “a guarda Nacional atuava intensamente como força militar, substituindo ou auxiliando o Exército em guerras externas ou na guarnição de fronteira” Assim, a organização dos corpos da Instituição era ainda mais demarcada pelos interesses do que os outros estados, pois havia uma maior possibilidade de morte em batalha. Durante a qualificação e o recrutamento decidia-se quem, mesmo qualificado, ficaria na reserva e quem iria para as linhas de frente (FERTIG, 2010. p. 61). Nesse contexto, grande parte dos favores clientelísticos consistia na passagem do cliente para a reserva da Instituição, enquanto as camadas mais baixas faziam parte do serviço ativo (FERTIG, 2010, p. 26-53).

Sendo assim, consideramos que é a partir da análise do papel dos comandantes superiores que poderemos evidenciar, por exemplo, a importância da Guarda Nacional na vinculação estabelecida entre os poderes local e central, bem como perceber a milícia como um dos veículos para a prática e conformação de uma cultura política clientelista [...]

O tipo de relação existente entre os comandantes superiores e o governo central pode ser percebido por intermédio das críticas que os presidentes da Província do Rio Grande do Sul faziam, através de sua correspondência ao Ministério da Justiça, a respeito do caráter pessoal do poder exercido por alguns superiores da Guarda Nacional (FERTIG, 2010, p. 26).

Podemos levantar a hipótese de que, durante o período republicano, as mesmas diretrizes continuaram sendo seguidas por aqueles que seguiram no comando da instituição: a troca de cargos e lealdade, dessa vez não apenas aos chefes partidários e poderosos locais, mas também ao PRR. Essa constatação vai de acordo com as observações feitas por Loiva Félix, nas quais considera que o sistema de cooptação das bases locais, implementado por Castilhos, em busca de uma base sólida de apoio, principalmente nos municípios do interior, gerou a criação de “novos coronéis” como moeda de barganha. Essa prática teria sido propiciada pela reestruturação da instituição, feita por meio de decretos criados por Fernando Abbott, antecessor de Júlio de Castilhos (FÉLIX, 1996, p. 134).

Para Hebe Maria Mattos “a capacidade de mobilizar homens armados para fins políticos foi uma das características mais marcantes da experiência política da Primeira República”. Essa mobilização era feita por chefes locais, na maioria das vezes proprietários locais detentores de um grande número de clientes, que eram chamados de “coronéis” em função de tradicionalmente serem detentores do cargo mais alto da Guarda Nacional, sendo que estes homens, em momento algum,

hesitaram em recorrer ao conflito armado e buscar apoio em exércitos privados tendo em vista a defesa de seus ideais e grupo político (MATTOS, 2011, p. 3).

Para aqueles que não se julgavam possuidores de tal status, era necessário recorrer a quem tinha, tornando esta pessoa um intermediador dos pedidos. Esses intermediadores, reconhecidos como membros da elite política, eram possuidores de *posições formais de mando*, e utilizavam seu poder e influência como estratégia para angariar recursos e trocar favores, visando aumentar sua clientela. Assim, as práticas coronelistas e clientelistas adentravam todas as camadas da sociedade, abrangendo todo o sistema político do período conhecido como Primeira República.

### 3.3 OS PEDIDOS:

Segundo Beunza e Arroyo, o trabalho de análise intensiva da correspondência pessoal é lento e tem início com a identificação nominal dos indivíduos, daqueles que com ele se correspondem e também daqueles que são citados, buscando compreender “quienes son, qué son unos con respecto a otros, qué relaciones mantienen entre sí, en qué asuntos y negocios participan, qué recursos, favores e informaciones intercambiam, etc.”, podendo ainda ser dificultado pela cumplicidade entre os indivíduos, que ao se conhecerem, sabem de quem estão falando sem ter a necessidade de deixar explícito. Dessa maneira, é necessário voltar-se com atenção sobre as missivas anteriores para desvendar do que se trata e de quem participa do assunto. Além disso, o trabalho de identificação requer o cruzamento com fontes que tragam mais informações sobre o sujeito e seu círculo familiar (BEUNZA; ARROYO, 2011, p. 104-105).

Carina Martiny pontua que existiam duas maneiras de solicitar pedidos ao chefe republicano: uma delas, por vias formais, requeria o encaminhamento para alguma repartição estadual; a segunda, consistia em solicitar o pedido à alguma aliança capaz de consegui-lo. Assim, a correspondência localizada no Arquivo Particular Júlio de Castilhos consiste em “pedidos realizados diretamente ao chefe do partido, e não a uma repartição estatal ou agente administrativo, e que previam obter algo, normalmente cargo ou promoção, de maneira vantajosa” (MARTINY, 2018, p. 196), sendo uma prática recorrente do Império e criticada no período da República, no entanto, apesar das críticas, manter-se a todo vapor (CARVALHO, 2000).

Gabriel Gonçalves da Silva foi um importante político local e um grande intermediador de pedidos. Integrante da família Barbosa-Gonçalves e sobrinho-neto de Bento Gonçalves, foi um dos maiores correspondentes de Borges de Medeiros, enviando-lhe 37 missivas. A família de Gabriel Gonçalves possuía uma forte tradição familiar militar, tanto seu pai quanto seus irmãos possuíam alguma patente, fato perceptível devido às nomenclaturas que antecedem seus nomes nos processos de inventário que circundam sua família, não conseguindo determinar de maneira absoluta se estes atuaram na Guarda Nacional ou ao Exército. No entanto, Gabriel Gonçalves chegou à patente de Coronel da Guarda Nacional (ANDRADE, 2019, p. 31-36).

Nessa lógica, podemos considerar que, ao alcançar o cargo mais alto da Guarda Nacional, o Coronel Gabriel Gonçalves da Silva era detentor de prestígio pessoal, ou capital pessoal de notoriedade, uma forma de capital simbólico, constituído dos fatores crença/reconhecimento/poder. Dessa forma, o capital pessoal é “firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um nome, uma reputação, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma boa reputação”, sendo este, via de regra, uma reconversão do capital angariado em outras áreas. Este capital possui uma forma de acumulação lenta e contínua, sendo geralmente fruto de uma vida inteira (BOURDIEU, 2001, p. 187-188).

Na correspondência enviada à Borges de Medeiros, Gabriel frequentemente cumprimentava Borges de Medeiros iniciando pela formalidade dos pronomes pessoais de tratamento “Excelentíssimo”, “Senhor” e “Doutor”, como um inseparável trio. Nas saudações, “Chefe” e “Amigo” foram utilizados de maneira conjunta, sempre seguidos de um “afetuosas saudações”. Foi perceptível que o pronome *Excelentíssimo* deixou de ser usado conforme o envio das cartas, podendo significar que, conforme a relação pessoal foi se estreitando, as formalidades foram diminuindo. Entre os adjetivos utilizados nas saudações, podemos pontuar que “eminente” e “ilustre” eram utilizados por Gonçalves da Silva. Em relação às despedidas, aparecem qualificações como “admirador”, “respeitoso”, “amigo”, “grato”, “correligionário” e “soldado”.

José Murilo de Carvalho aponta que é possível investigar, em dois vieses, o tratamento dos correligionários, sendo o primeiro a saudação e o segundo, as despedidas. Para o autor, a saudação “se refere à intenção do missivista, à

mensagem que queria mandar”, envolvendo tratamentos que demonstrem aspectos voltados a respeito, formalidade, amizade e outros, buscando colocar o missivista em uma posição favorável a que o pedido fosse atendido, podendo compreender uma relação de “amizade, coleguismo, parentesco, de líder-liderado, chefe-subordinado, benfeitor-beneficiado, superior-inferior, etc.”. A despedida, por sua vez, fugiria da percepção do missivista, podendo ser compreendida “como indicadores de valores e percepções sociais e políticas, de padrões de relações sociais”, existindo a possibilidade de buscar compreender, por uma visão sociológica, o emprego de substantivos como “servo, criado, súdito, ou dos adjetivos obrigado, obediente, humilde, submisso” (CARVALHO, 2000, p. 12).

“Amigo” é de longe a autodefinição que mais aparece. Para ser preciso, ela está presente em 540 cartas, mais do que o dobro das 232 menções encontradas no tratamento. É a qualificação julgada mais adequada para efeito de se conseguir o favor. Os missivistas se sentiam muito mais à vontade em se definirem como amigos de Rui do que em tratar Rui como amigo. Como amizade é relação de mão dupla, os que não se sentiam à vontade em tratar Rui como amigo buscavam constrangê-lo a uma relação de amizade, auto definindo-se como seus amigos. A força das relações de afeto revela-se ainda no fato de que a qualificação de amigo sustenta-se sozinha em 31% dos casos em que aparece. Nos 69% restantes, amigo vem combinado com outras qualificações, salientando-se o parentesco (24%) (CARVALHO, 2000, p. 17).

Significativa parcela da correspondência de Gabriel Gonçalves da Silva, enviada a Borges de Medeiros, consistia na intermediação de pedidos, como é o caso da intervenção que fez em favor de Luiz Dorval Lopes, enfatizando que “o senhor Dorval é um moço inteligente, de ótima atividade para qualquer *mister* e merecedor digno de qualquer auxílio que por ele se possa fazer”, ressaltando os ótimos trabalhos, e quase não remunerados, prestados por Dorval ao jornal *A Situação*, órgão oficial do partido em nível municipal<sup>92</sup>.

O intermédio dos chefes locais nos pedidos era comum e frequentemente recorria-se a eles para aumentar as probabilidades de sucesso do atendimento daquilo que era solicitado. Em contrapartida, “para os chefes locais, conseguir algum favor a um terceiro significava favorecer os seus, mas também constituía uma demonstração de sua liderança a nível local, atestando o acesso que tinham às autoridades superiores” (MARTINY, 2018, p. 198). Em relação aos pedidos, Carvalho afirmam que estes configuravam-se na prática do patronato, exercido pelo

<sup>92</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 20 de maio de 1913. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2652.

“empenho, ou seja, o pistolão, o pedido, a recomendação, a intermediação, a proteção, o apadrinhamento, a apresentação”, enfatizando que “a prática era tão condenada quanto arraigada” (CARVALHO, 2000, p. 1). Assim, Carvalho averiguou que estes eram feitos com a finalidade de angariar benefícios para o próprio missivista ou algum leal, sendo que estes representam 72% dos casos analisados por Carvalho, classificando-os ainda quanto a sua tipologia. Segundo o autor,

Pedidos em benefício de outros constituíam os famosos empenhos, condenados por todos, praticados por todos. A decisão de se dirigir diretamente a Rui ou fazê-lo por intermédio de outro dependia do cálculo de cada um. Quem se julgava com trunfos suficientes, fazia o pedido diretamente. Do contrário, socorria-se de alguém que o tivesse. O alto número de empenhos indica que o patronato era elemento importante no exercício do poder, esperado pelos favorecidos, aceito pelos que o exerciam (CARVALHO, 2000, p. 7).

Para o autor, as justificativas para o atendimento dos pedidos “revelam a razão clientelista, isto é, os valores sociais e a visão de governo que sustentavam moralmente os pedidos”, tendo sua análise “dificultada porque muitas vezes mais de uma era alegada, sobretudo quando uma era usada para quem pede e outra para quem era protegido”. (CARVALHO, 2000, p. 9). Podemos pensar num raro caso, no qual Gabriel Gonçalves intermediou o consentimento para uma “manobra” incomum. A missiva, enviada para Borges de Medeiros, inicia-se falando das qualidades do senhor Genuíno Gentil Aguiar, agente fiscal do imposto do consumo, caracterizado como um “distintíssimo amigo, ardoroso e leal correligionário”, tendo exercido diversos cargos políticos “de responsabilidade com zelo, dignidade e dedicação partidária”. Por sua vez, este apresentava a situação de estar “velho, cansado, muito doente e, por isso, impossibilitado de ocupar-se de alguma coisa que traga utilidade para ele e a família de que ele é o único amparo”. Aparentemente, a perda de um filho de 18 anos e de uma filha de 20, em um curto espaço de tempo, teriam piorado seu estado de saúde, atenuando sua neurastenia. Como proceder, então, frente a esta questão? Genuíno, Gabriel e Helio Pintos Affonso encontraram uma solução: este último, amigo íntimo de Genuíno, teria aceitado seu cargo, por insistência do próprio. Dessa forma, os cavalheiros fariam o acordo de que Helio seria responsável por “ceder-lhe metade dos vencimentos, mediante contrato devidamente lavrado, pelo espaço de dez anos”. O destaque dado às qualidades e ao serviço público no começo da epístola, bem como a situação familiar e de saúde de Genuíno, possuem como objetivo justificar o atendimento do pedido. Ainda, Gabriel salienta que a única

intenção existente é “acudir tão distinto amigo que vai perder seu único arrimo, por estar impossibilitado”<sup>93</sup>. Com uma similaridade muito forte com o conteúdo encontrado nesta pesquisa, Carvalho enfatiza que

Amizade, família, necessidade pessoal ou familiar, combinadas, formam o principal núcleo de justificativas para os pedidos de favor. Muitos pedintes estão absolutamente convictos de que são justificativas suficientes. A convicção baseia-se em dois elementos. Um é a certeza da obrigação moral que cada um tem de proteger a família e os amigos; o outro, a noção de que é legítimo usar recursos públicos para fins particulares [...] A obrigação moral de Rui é aumentada pelo fato de ele se achar em situação privilegiada para ajudar, pois tem à disposição os cargos públicos (CARVALHO, 2000, p. 11).

É necessário salientar que a classificação das missivas, por meio de tipologias, tal qual é explorada por Carvalho (2000) na correspondência recebida por Rui Barbosa, pode ser problemática. Como pontua Martiny, algumas cartas analisadas por ela, provenientes da correspondência pessoal de Castilhos, detinham três, quatro, ou até mais diferentes assuntos, o que tornou inviável a criação de uma classificação desse gênero em sua pesquisa. Considerando a riqueza do conteúdo apresentado pelas fontes, a autora buscou realizar uma análise intensiva das mesmas, inspirando-se também nas abordagens do método indiciário proposto por Ginzburg (MARTINY, 2018, p. 22).

Seguindo a lógica de Martiny, acreditamos que buscar enquadrar as diferentes e ricas temáticas, apresentadas no conjunto documental de Borges de Medeiros, em “caixas fechadas”, como assuntos tratados, além de ser uma tarefa extremamente difícil, poderia trazer ao leitor uma ideia errada daquilo que era tratado, além de “simplificar” a ação daqueles indivíduos, desprezando outros aspectos importantes da comunicação analisada. Como exemplo, podemos citar a missiva enviada por Manoel de Deus Dias a Borges de Medeiros, na qual o correspondente abarca, pelo menos, seis assuntos diferentes. O primeiro, relaciona-se com o seu deslocamento, tendo em vista sua atuação em Santa Vitória do Palmar, e sua saúde, informando a Borges o seu regresso a Jaguarão. O segundo, relacionado de forma intrínseca a política, expressa o descontentamento dos companheiros partidários do município, seguido por uma explicação em torno do “espalhafatoso cerco da casa de Guilhermino dos Santos, feito pelo comandante do

---

<sup>93</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 27 de setembro de 1916. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2743.

destacamento aduaneiro – Bernardino Machado”, tendo entrado a localidade em relativa paz após o ocorrido. A terceira temática, então, poderia estar apontada para a repressão ao contrabando, uma vez que o supracitado cerco buscava localizar vestígios de tal atividade na residência. Uma quarta solicitação de Manoel volta-se a “retirada ou transferência do guarda Antonio Bernardino Machado de Santa Vitória, para qualquer outro lugar, assim exigem os interesses particulares na ordem do município”. Podemos enquadrar nessa mesma classificação, em relação aos cargos públicos, o pedido de envio de um auxiliar ou a nomeação interina de Argemiro Jonas Luis da Silva, outro guarda, atuante no período, que teria condições de ocupar a vaga. O quinto assunto, então, volta-se a política, a qual Manoel informa ir “perfeitamente bem e peço ao ilustre chefe que me dispensa da direção do partido por achar-me com a saúde bastante alterada”, afirmando os amigos Amaral e coronel Egidio terem capacidade de lidar com tal encargo. Um sexto assunto, então, poderia ser classificado como subordinação ou lealdade partidária, pois o remetente afirma, ao final da carta, que “toda a vez que o partido precisar da minha intervenção eu estou pronto a auxiliar”<sup>94</sup>. Tendo em vista a pluralidade desta correspondência, bem como impossível o desmantelamento de seus assuntos dentro de classificações, e a variação dessas classificações que diferentes olhares podem trazer, acreditamos que nossa opção torna-se válida, todavia, em um possível detrimento da demonstração de maiores impressões em relação ao ABM.

Outro aspecto interessante para ser pensado sobre este conjunto documental, é a maneira do envio das cartas. Em relação a isso, Gabriel Gonçalves nos dá a seguinte informação: “é portador dessas letras o nosso correligionário Luiz Dorval Lopes, que vai para essa capital e deseja a apresentação de Vossa Excelência”<sup>95</sup>. Por meio dela, é possível inferir sobre como se dava o processo de envio dessas cartas, que em alguns casos, eram delegadas a correligionários de confiança, utilizadas como uma forma de apresentação ou envio de informações ao presidente do estado. Ainda, informações mais sigilosas eram confiadas apenas às reuniões com Medeiros, como expresso em carta enviada por Carlos Barbosa a Borges de Medeiros, em relação à sua própria candidatura, na qual alega que “o Zeca, portador destas regras, é carta viva para nós, assim como foi para mim, e vos contará

---

<sup>94</sup> Carta de Manoel de Deus Dias a Borges de Medeiros. Jaguarão, 21 de fevereiro de 1914. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2667.

<sup>95</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 20 de maio de 1913. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2652.

detalhadamente o que viu e ouviu”, expressando com franqueza que “tenho como indispensável, absolutamente necessário do meu governo, o auxílio do Zeca, na Secretaria da Fazenda” e termina a correspondência enfatizando que “me cumpria já apresentar-vos as ligeiras ponderações que aqui ficam, o resto, vos narrará o Zeca”<sup>96</sup>.

Nessa situação, fica iminente, nas entrelinhas, de que as viagens à capital para comparecer em reuniões com Medeiros eram comuns. Durante a análise da correspondência de Júlio Castilhos a seu secretário Aurélio, Carina Martiny deparou-se com diversas reclamações de Castilhos sobre a importunação que os visitantes lhe causavam, sendo perceptível que este presidiava cotidianamente um grande número de reuniões, tanto com lideranças políticas quanto com quem lhe procurasse. Assim, trabalhar da Chácara de Figueira foi uma estratégia de Castilhos para evitar os incômodos correligionários. Martiny também possibilitou que pressupomos iguais reclamações partidas de Borges, visto que em um dos bilhetes enviados, o secretário Aurélio deseja-lhe “Que tenhas um dia agradável e, sobretudo, livre de cacetes [...]”, alcunhada usada por Castilhos e Medeiros para se referir aos indivíduos que buscavam uma audiência (MARTINY, 2018, p. 213-214).

Para Martiny, nesse sentido, as audiências possibilitavam um maior controle de Castilhos sobre a política estadual, visto que nelas tratava-se de uma diversidade de assuntos e ocorriam com bastante frequência. Por meio delas, além de manter uma relação mais próxima com lideranças locais, Castilhos “a) obtinha informações sobre os acontecimentos políticos municipais; b) negociava com autoridades locais; c) afirmava sua autoridade sobre todos os demais; d) se comunicava com seus clientes” (MARTINY, 2018, p. 216).

Ainda, algumas cartas eram enviadas via remessa dos correios. Segundo missiva remetida por José Ricardo de Abreu Salgado a Borges de Medeiros, o remetente afirma que “esta escrevo-lhe dos correios, na agência desta cidade”. Todavia, devemos pensar que as epístolas não eram o único meio de comunicação do período. Na mesma carta, José Ricardo enfatiza que “esta será a última que vos escrevo tratando de meu pedido. Doravante só lembrarei em telegrama”<sup>97</sup>. Nessa lógica, é preciso considerar que não constar entre os maiores remetentes não

---

<sup>96</sup> Carta de Carlos Barbosa Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 13 de outubro de 1907. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2641.

<sup>97</sup> Carta de José Ricardo de Abreu Salgado a Borges de Medeiros. Jaguarão, 02 de julho de 1914. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2686.

significa, necessariamente, que determinado indivíduo não possuía contato com o chefe correligionário.

Martiny considera que, além de algumas cartas terem se perdido com a ação do tempo, alguns indivíduos comunicavam-se com Castilhos por outros meios que não deixavam vestígios, como as próprias reuniões. Para ilustrar essa situação, a autora utiliza como exemplo os irmãos Fernando e João Abbott, que apesar de terem enviado apenas, respectivamente, 8 e 5 cartas, exerceram um papel fundamental na política estadual. No entanto, a autora frisa que estes eram assíduos frequentadores de audiências políticas e da Chácara da Figueira, informação que foi possível ter acesso devido à correspondência entre Aurélio e Castilhos (MARTINY, 2018, p. 189).

Tendo isto em vista, podemos utilizar o exemplo de Pedro Frederico Rache. Rache foi um importante político no município de Jaguarão, ficando dentro do recorte de elite política estabelecido anteriormente. No entanto, não há nenhum envio direto feito por ele a Borges de Medeiros. No inventário do ABM, consta apenas um remetimento feito por ele, enviado a Petronilho Silveira D'Ávila, na condição de presidente da *Comissão Executiva*. Provavelmente, a referida carta foi remetida para Borges de Medeiros como forma de intermédio por parte de Petronilho.

Além das atribuições políticas, Rache foi membro fundador do Clube Republicano de Jaguarão. Como ocupações profissionais, era um conhecido comerciante, sendo sócio da empresa Leivas & Cia, responsável pelas linhas a vapor, transportando mercadorias, como secos e molhados, madeiras. A empresa ainda prestava serviços cambiários, como compra e venda de ouro. Pedro Rache também era sócio da empresa Leite & Cia, que trabalhava com madeiras e tinha como proprietário Tavares Leite. Atuou como Tenente-Coronel na Guarda Nacional, comandando o 150º Batalhão de Infantaria em 1902 (ANDRADE, 2019, p. 36).

Para além dos correspondentes que solicitavam favores, havia aqueles que buscavam parabenizar o chefe, como é o caso de Alfredo Carlos de Souza e Britto, que escreveu a Borges de Medeiros unicamente com a intenção de apresentar-se ao chefe e “felicitar-lhe pelos brilhantíssimos discursos que pronunciou ultimamente em os quais estão perfeitamente condensados os ensinamentos políticos” e reitera sua posição de correligionário ao afirmar que “inspirado nesses mesmos ensinamentos, cumpro o dever de assegurar minha inteira [ilegível] e simpatia à sua

indefectível ação política, bem como a imagem cívica com que Vossa Excelência soube empolgar os espíritos esclarecidos”<sup>98</sup>.

Ao encontro dessa afirmação, Carina Martiny localiza um número significativo de cartas enviadas a Júlio de Castilhos em três momentos especiais: no aniversário de Castilhos, no qual averiguou, somente no ano de 1900, o recebimento de pelo menos 84 telegramas o parabenizando; na data que marcava o aniversário do fim do *governicho*, na qual se comemorava a “restauração do poder castilhista no estado”; e ao fim do governo de Castilhos, em 1898, identificando o recebimento de 54 missivas durante os dias 23 e 30 de janeiro daquele ano, que parabenizavam Júlio “pela gestão à frente do governo estadual, visto que estava deixando o cargo de presidente do Estado” (MARTINY, 2018, p. 192).

Em suma, podemos concluir que o uso de correspondência pessoal na historiografia pode ser aplicado com diferentes metodologias, atendendo as necessidades e objetivos de cada pesquisa. Aplicamos o uso deste tipo de fonte nesta pesquisa com o objetivo de não apenas demonstrar as práticas clientelísticas existentes na Primeira República, mas sim, elucidar aspectos de negociações, conflitos e práticas políticas existentes no município de Jaguarão e como estas se estendiam do município até o governo estadual e a figura de Borges de Medeiros. Cabe enfatizar também, que existem diversos estudos neste sentido<sup>99</sup>, todavia, não privilegiam a região sul do estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, este estudo, que parte do município de Jaguarão, pode contribuir com novas perspectivas em relação ao estudo da política na região de fronteira do Rio Grande do Sul.

Encontramos entre os maiores correspondentes de Jaguarão uma elite política municipal posicional, o que evidencia que nesta região poucos tinham acesso mais privilegiado a Borges de Medeiros. Esses indivíduos, que exerceram *posições formais de mando*, eram oriundos de camadas sociais ligadas à pecuária,

---

<sup>98</sup> Carta de Alfredo Carlos de Souza e Britto a Borges de Medeiros. Jaguarão, 12 de fevereiro de 1913. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2644.

<sup>99</sup> Entre esses trabalhos, podemos citar: MARTINY, Carina. *Entre chefes e correligionários: negociação, hierarquia e mobilidade social na primeira república* (Rio Grande do Sul, 1899-1900). Revista Latino Americana de História. Unisinos. Vol 3, nº 11. Setembro de 2014; LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012, 7ª edição; FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a Razão Clientelista*. Revista dados, Rio de Janeiro. Vol. 43, nº1, 2007; e AXT, Gunter. *Coronelismo indomável: sistema de relações de poder*. In: BOEIRA, N; GOLIN, T. (Org.). *República Velha (1889-1930)*. Tomo I, volume 3. Passo Fundo, RS: Editora Méritos, 2007. Capítulo III, p. 89-128.

comércio e militares e estavam inseridos na estrutura partidária do PRR. Todavia, apesar de compartilharem espaços de atuação e um perfil social comum, encontravam-se divididos entre duas facções políticas, assunto do qual trataremos no capítulo seguinte.

#### **4. REDES DE COMPROMISSO E LEALDADE: UM OLHAR EM ESCALA REDUZIDA**

Ao trabalhar de uma maneira quantitativa com um conjunto de fontes, precisamos rever algumas considerações sobre o trabalho com fontes seriais. Segundo Luís Augusto Farinatti, a construção de séries foi uma metodologia muito atrelada ao grupo de historiadores vinculados à publicação da revista *Annales* e consistia na utilização de fontes “massivas (ou seja, que abarcassem uma parcela alargada do meio social estudado), reiterativas (que se repetissem no tempo por, no mínimo, algumas décadas) e homogêneas (que se repetissem no tempo, por, no mínimo, algumas décadas)” (FARINATTI, 2008, p. 58).

Essa metodologia, que visava não ser apenas econômica, mas também uma forma de estudo da sociedade, buscava, por meio das informações extraídas dos documentos seriais, a construção de uma série de dados que tornaria possível perceber as suas variações no tempo e as razões por trás dessas mudanças. Persistia, nesse sentido, uma restrição frente às ações e possibilidades dos sujeitos históricos, categorizando-os ao recair a atenção “sobre os movimentos conjunturais e sobre os grupos sociais recortados pela riqueza, pela condição jurídica ou pela profissão”, existindo uma espécie de “inflexibilidade”, na qual os sujeitos eram vistos como um grupo homogêneo e que estes estariam sujeitos à atuação dentro das regras implícitas ditadas por este grupo e as ações contrárias eram tidas como anômalas, existindo até a criação de um “sujeito modal”, que possuiria as características mais comuns ou frequentes do grupo. Frente a isso, propunha-se acatar a existência de uma “liberdade limitada”, condicionada dentro dos limites impostos pela estrutura e por um horizonte de possibilidades circunscritos, mas que ainda permitia ao sujeito ter um espaço próprio para definir estratégias e ações (FARINATTI, 2008, p. 58-63).

A análise serial, ao prezar pelas características comuns, médias, frequências, modas e, como consequência, ao anonimato, torna possível a “criação de categorias bem demarcadas e, portanto, suscetíveis de comparação no espaço e no tempo”, mas se for utilizado sem a devida criticidade, essa metodologia tende a “implicar em um isolamento e uma justaposição dos agentes históricos, sem uma atenção analítica para as relações entre eles” (FARINATTI, 2008, p. 62). A sugestão da micro-história em relação a essa problemática é a redução da escala de observação

e “passar da abordagem calcada em dados construídos anonimamente para um estudo nominal. Ela deveria permitir encontrar os mesmos sujeitos em diversos documentos e, portanto, diferentes contextos”. Esse exercício visa à construção de fichas nominais e com traços biográficos, utilizando esses indícios como fonte para a construção da configuração da rede de relações pessoais (FARINATTI, 2008, p. 63).

Carlo Ginzburg e Carlo Poni, em *O nome e o como* (1989) afirmam que a análise serial pode distorcer e obscurecer os fatos. Seria difícil compreender os problemas cotidianos por uma análise quantitativa e de longo período, quando raciocínio recai sobre médias. Porém, esta análise não deixa de ser válida, principalmente tendo em vista arquivos vastos, como os arquivos italianos, mas existe a necessidade de que algumas premissas desse tipo de operação sejam revistas. Com o aumento de estudos micro-históricos, o estudo de objetos mais circunscritos e uma conseqüente aproximação com a antropologia e suas referências conceituais, torna possível pensar a pluralidade da vida da espécie humana em todas as suas facetas (GINZBURG; PONI, 1989, p. 171-173).

Em seu princípio, a micro-história buscava contrapor-se às generalizações totalizantes e simplificadas, frutos da abordagem histórica social vigente nos anos 50-60 e pressupunha possuir todo o aparato para buscar compreender as grandes questões históricas. A historiografia, desde então, modificou-se, pluralizou-se e a história social passou a ser confrontada “por histórias que chamavam a atenção sobre os grupos marginais, as histórias das identidades locais, étnicas, sexuais e de gênero [...]”. A abordagem micro histórica, ao mesmo tempo, participou e foi resultado desta mudança, num contexto historiográfico aberto à contínua transformação. E “no caminho, seu programa original foi igualmente alterado, incorporando novas questões, contrapondo às novas simplificações que passaram a também ocupar um lugar importante no debate histórico” (LIMA, 2012, p. 221). Tendo em vista a discussão acima, concordamos que a pesquisa aqui desenvolvida não se encaixa na abordagem da micro-história italiana, muito embora se inspire em alguns pressupostos relacionados às redes sociais e análises de trajetórias. Propomos, então, utilizar como guia alguns desses pontos que são levados em consideração na abordagem, não prendendo-nos quanto à rigidez teórica.

A redução de escala e análise intensiva das fontes serão abordagens metodológicas fundamentais para que o objetivo da proposta de pesquisa seja cumprido. Com isso, visamos a construção de um texto que deixe claro aos leitores

as dificuldades e limitações que as fontes irão apresentar ao longo da pesquisa, bem como descrever de maneira minuciosa o processo de análise qualitativa das missivas pessoais selecionadas e o que é capaz de ser visto nas suas entrelinhas.

Ainda por essa perspectiva, outra crítica pontuada por Luís Farinatti refere-se à produção das fontes. Segundo o autor, os historiadores que compunham o grupo dos *Annales* consideravam que o documento necessitava do intermédio do historiador para se tornar utilizável como fonte histórica, mas não levavam em consideração que estes documentos eram forjados em meio a embates e tensões sociais diversas, que certamente os haviam afetado. Podemos considerar que não apenas processos crimes, jornais, listas de votantes e de qualificação produzidas pela Guarda Nacional imperial, mas que todo tipo de fonte deve ser visto com desconfiança. Isso não quer dizer que estas fontes são invalidadas para o estudo histórico, mas que quando levamos em consideração as especificidades de sua produção social, é possível utilizar-se das informações dispostas como indícios a serem contrapostos a outras fontes ou estudos futuros (FARINATTI, 2008, p. 66-67).

Nessa lógica, esta pesquisa se inclui em uma análise social da política, visto que o foco da mesma está voltado para a observação das relações sociais e trocas estabelecidas entre membros da elite política de Jaguarão, durante o período do governo Borges de Medeiros. Assim, em um primeiro momento, este capítulo visa apresentar o leitor alguns conceitos atrelados ao estudo dos grupos dirigentes, como alianças diádicas, clientelismo e a metodologia de análise relacional, recorrendo a autores como Jonas Moreira Vargas (2017), José María Imízcoz Beunza e Laura Arroyo Ruiz (2011) e Carl Landé (1977). O segundo subcapítulo destina-se a uma reflexão sobre as eleições e o processo legal envolvido, durante a Primeira República. Aspectos legais, bem como a *Carta de 14 de julho*, as formas de fraude eleitoral e a realização do pleito eleitoral serão discutidas.

No terceiro subcapítulo, buscaremos demonstrar, por meio da correspondência pessoal alocada no ABM e no IHGJ, a disputa ocorrida na eleição de 1917 para o cargo de Intendente Municipal. Assim, temos como objetivo evidenciar aspectos da política coronelista e da prática clientelística, apontando momentos e formas de acionamento da rede de reciprocidades nas quais os remetentes de Borges de Medeiros estavam envolvidos.

O último subcapítulo possui como objetivo evidenciar aspectos de intermediação e atuação de Carlos Barbosa Gonçalves na política do município de

Jaguarão e do estado. Dessa maneira, se faz necessário compreender as facetas da atuação de Barbosa, bem como seu poder de intervenção, distanciamento geográfico da localidade e a relação desenvolvida com Borges de Medeiros.

#### 4.1 RELAÇÕES PESSOAIS, ALIANÇAS E CLIENTELISMO

Em relação a análise de redes sociais, Vargas reconhece a existência de correntes diversificadas e uma suposta frouxidão teórica ligada ao uso do conceito e levanta alguns preceitos básicos que devem ser levados em consideração por quem pretende empregar a metodologia e assinala que, primariamente, o pesquisador tenha o entendimento prévio da complexidade que as relações sociais abrangem. Ao realizar uma revisão bibliográfica em torno da temática, o autor assinala que existem diversas definições em torno do conceito, perpassando alguns autores que ligam a metodologia como uma forma de entendimento das relações que se desenvolvem fora ou ultrapassam o limite de um determinado grupo (VARGAS, 2017, p. 148).

Acreditamos que, para isso, algumas definições como as apresentadas por Carl Landé e José María Imízcoz Beunza sejam mais construtivas para o cumprimento da pesquisa proposta. Conforme Vargas, Imízcoz considera que a metodologia da análise de redes na historiografia contribui para o rompimento de comportamentos pré-estabelecidos a grupos, profissões, classes, etc. (VARGAS, 2017, p. 149.). Na concepção de Landé, a rede configura-se em um emaranhado de alianças de reciprocidade e ajuda mútua, desempenhada entre dois indivíduos, que podem possuir diferentes status e recursos, cada qual possuindo uma duração própria, que pode terminar (ou não) conforme o interesse das partes envolvidas, sendo possível, “nesse sentido, dizer que a rede possui uma série de normas e consensos internos e que a sua variação depende do tipo de bens materiais e simbólicos que são trocados em seu interior” (VARGAS, 2017, p. 149-150). Portanto,

Por apresentarem relações diádicas entre indivíduos com recursos iguais e desiguais, as redes não são cadeias com ligações homogêneas, mas sim um conjunto de relações pessoais que também envolvem indivíduos em condições desiguais. Isto quer dizer que as pessoas ocupam diferentes posições dentro de uma rede social. Para que a rede ganhe em significado, Boissevain (1979) defende que o conteúdo das suas ligações pessoais, também, deva ser analisado. Seguindo esse passo, é possível descobrir que tipo de recursos e atributos pessoais definem posições dentro de uma determinada rede. Conforme Moutoukias (2000), os atores sociais interconectados dispõem de diferentes margens de negociação. A

importância do indivíduo dentro de uma rede depende da “importância dos recursos manipulados” pelo mesmo (MOUTOUKIAS, 2000). O mesmo é referido por Landé (1977) que considera que a quantidade e o tipo de recursos possuídos por um agente condicionam o número de alianças diádicas que o mesmo é capaz de formar. Nesse sentido, os valores dos recursos são relativos à sociedade que se analisa e as características pessoais mais valorizadas na mesma (VARGAS, 2017, p. 150).

José María Imízcoz Beunza e Laura Arroyo Ruiz percebem o conceito de rede como um agrupamento de conexões entre indivíduos, que em um determinado momento, interagem efetivamente. O estudo de redes, nesse sentido, consistiria na atenta observação do conjunto das interações entre os atores, com a finalidade de identificar estratégias, fatores que influenciaram as tomadas de decisão e a articulação com o grupo (BEUNZA; ARROYO, 2011, p. 100).

Nessa lógica, Landé considera as alianças diádicas, aquelas formadas por relações diretas, desenvolvidas entre dois indivíduos, como a base de uma rede de relações. Assim, essas alianças podem ser classificadas de diferentes maneiras, como quanto a grandeza dos indivíduos que dela participam (verticais ou horizontais), quanto pela natureza da relação (voluntária ou obrigatória) e seguem a lógica da “ajuda mútua em caso de necessidade”. Dessa maneira, a troca de recursos é o objetivo principal desse tipo de relação, via de regra, voltando esses a objetivos particulares, sendo pouco provável que esses recursos sejam destinados para além de si e seus dependentes (LANDÉ, 1977, p. 1-4). Assim, em relação a construção dessas relações, apoiamos a concepção de que esta se configura em “uma estratégia óbvia de primeira escolha – e, às vezes, como último recurso – para o indivíduo sozinho enquanto persegue uma variedade de interesses ou objetivos privados” (LANDÉ, 1977, p. 5). Além disso, segundo Jonas Vargas,

Um dos princípios da rede social é que ela é acionada na busca de favores, informações e recursos materiais e imateriais que não seriam adquiridos (ou seriam adquiridos com maior dificuldade e lentidão) pelas vias formais (institucionais, de mercado, na família, na relação empregatícia, etc.). Portanto, documentos que ajudem a demonstrar essas ligações são muito úteis para o estudo das redes sociais (VARGAS, 2017, p. 152-153).

Em primeiro lugar, a) a análise de redes, por si só, não é capaz de responder questões mais amplas e complexas, sendo necessário a combinação desta com outros métodos analíticos e conceitos; b) a superestimação de ligações sociais simples, que podem levar o pesquisador a acometer erros triviais; c) a rede não

deve ser considerada como “um corpo” fora da estrutura, mas sim de forma simbiótica à ela, nutrindo-se e desenvolvendo-se ao redor de atributos e recursos delegados aos atores justamente devido à sua existência, como os recursos sociais e familiares oriundos da classe social, “as pessoas não se relacionam entre si livre nem aleatoriamente, mas sim em função da ‘estrutura de relações” em que estão imersas” (IMÍZCOZ, 2004, p. 14 apud VARGAS, 2017, p. 151); e, d) por ser considerada como uma cadeia de relações alianças entrelaçadas, a rede pode possuir uma configuração complexa e de difícil representação/demonstração, então é desejável que seu recorte atribua-lhe um tamanho manejável, podendo este, inclusive, remeter-se às alianças que são ativadas de forma mais frequente (VARGAS, 2017, p. 151-152).

Entre os conceitos que iremos aplicar em nossa análise de redes, toma destaque o clientelismo. Em relação a definição de clientelismo, José Murilo de Carvalho pontuou que este “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve benefícios públicos, sobretudo voto, mas também pode envolver benefícios fiscais, isenções, apoio político”. Conforme os chefes políticos locais perderam sua influência e a capacidade de garantir votos, estes deixaram de ser parceiros atraentes e o governo passou a tratar diretamente com os eleitores. O coronelismo não existiria sem o clientelismo, mas o clientelismo dispensa a figura do coronel (CARVALHO, 1997, p. 3).

Apesar de considerarmos útil para esta pesquisa a diferenciação entre coronelismo e clientelismo empregados por Carvalho, optamos por levar em consideração o conceito de clientela trazido por Landé (1977). Landé considera que a clientela é constituída pelas relações patrão-cliente, sendo esta uma “aliança diádica vertical”, isto é, uma aliança entre duas pessoas de status, poder ou recursos desiguais que acham útil ter como aliado alguém superior ou inferior a si mesmo. “O membro superior de tal aliança é chamado de patrão, e o membro inferior, de cliente”. A maioria dos patrões, sendo por definição homens de recursos e status superiores, é capaz de manter alianças com numerosos clientes a quem fazem benefícios em retribuição pelo que cada cliente pode lhe fornecer. Na verdade, a importância de seus status e a quantidade de seus recursos tendem a determinar o número de clientes que podem manter. Muitos patrões mantêm numerosos clientes com o propósito de assegurar as vantagens que devem derivar do apoio de um grande, embora, de uma forma individual, pobremente dotado,

conjunto de clientes ou seguidores. Como resultado, “encontra-se, frequentemente, um conjunto de díades verticais que se estendem ascendentemente de vários clientes para um único padrão compartilhado que é o indivíduo central” (LANDÉ, 1977, p. 10-11). Sendo assim, podemos considerar que os recursos detidos pelo padrão são o que definem sua relevância dentro da cadeia de relações sociais.

Segundo José María Imízcoz Beunza, este tipo de metodologia pode ser dividido, de forma geral, em dois tipos. O primeiro, denominado pelo autor de estudo relacional, pode ser aplicado a “un ‘grupo’ entendido como ‘conjunto estructurado de individuos’ vinculados por una serie de relaciones personales, efectivas y más o menos duraderas, de parentesco, de amistad, de patronazgo”. Essa metodologia suscita, via de regra, trabalhos de cunho qualitativo, que possuem como objetivo a análise dos vínculos entre os atores sociais, “observando los intercambios, colaboracion y conflictos entre ellos, para explicar como se configuran las facciones, grupos o redes que actúan en el campo social y político, y con qué significado”. O segundo tipo, estaria voltado para a reconstrução e análise das redes, aplicando conceitos da sociologia de redes ao trabalho historiográfico (BEUNZA, 2009, p.77). Dessa forma, esta pesquisa se encaixa no primeiro grupo, pois visa, observar os vínculos e trocas estabelecidos pelos membros da elite política jaguareense, bem como sua articulação com o poder estadual.

Assim, para o autor, a análise relacional tem como característica a observação das relações entre os atores sociais, tendo em vista a reconstrução de sua agrupação e configuração, percebendo as dinâmicas culturais, políticas, sociais e econômicas que são produzidas por meio das ações dos sujeitos. Partimos, então, de um método indutivo de análise, construindo uma observação que parte dos dados empíricos, acreditando que “las fuentes proveen el material bruto para individualizar y analizar mecanismos y dinámicas sociales”. Nessa lógica, uma abordagem indutiva microssocial evita a generalização que se constrói em torno das categorias ou um modelo, pois nesse tipo de análise, estas são moldadas “a partir de la variabilidad misma de los datos empíricos”, sendo assim, “este procedimiento se aleja de manera crítica de las categorías que dan forma al objeto, pero da cuenta de los valores y de los contenidos que estas recubren em momentos y contextos diferentes” (BEUNZA, 2009, p. 80-81). Posto isto, empregamos o método de análise relacional não com uma rigidez metodológica, mas sim como um instrumento de observação que será moldado pelo conjunto de fontes e objetivos propostos neste

estudo.

O trabalho com as cartas pessoais possui suas especificidades, que requerem diferentes cuidados por parte do historiador. José María Imízcoz Beunza e Lara Arroyo Ruiz apontam a exclusividade desse tipo de fonte para evidenciar as ligações pessoais diretas, pois não possuem o intermédio de qualquer tipo de instituição. Considera-se, então, que as missivas de um indivíduo podem demonstrar uma parte da teia de relações sociais na qual ele está envolvido, além de conter informações relativas aos conteúdos dessas relações, o que era trocado, as ideias e valores, bem como a funcionalidade de cada vínculo (BEUNZA; ARROYO, 2011, p. 98-99).

Entretanto, é necessário ressaltar que a correspondência pessoal apresenta duas principais limitações para as quais devemos chamar a atenção. A primeira delas, referente a preservação documental, é que seu uso privilegia o estudo das elites, uma vez que documentos de líderes políticos, empregados públicos, comerciantes, intelectuais e eclesiásticos são mais comumente preservados. A segunda, está ligada a proximidade geográfica entre os remetentes e o destinatário, visto que não existe a necessidade de troca de correspondência entre os indivíduos do entorno imediato. Para acessar esse tipo de relação, é necessário que outras fontes sejam utilizadas, como jornais, fontes cartoriais e outras, no entanto, existe a possibilidade de que essas relações apareçam refletidas, de forma indireta, no conteúdo das epístolas (BEUNZA; RUIZ, 2011, p. 101-103).

Vargas pontua a correspondência pessoal como uma das fontes mais usadas pelos pesquisadores que utilizam a metodologia de análise de redes. Ainda assim, alguma cautela com esse tipo de fonte é necessária, visto que estas podem passar por algum tipo de triagem, feita pelo recebedor das cartas ou familiares próximos, após seu falecimento. Além do mais, Vargas retorna a mesma problemática levantada por Beunza e Arroyo, apontando a proximidade geográfica dos atores da rede, sendo desnecessário o uso da correspondência epistolar. Dessa forma, é necessário ter em mente que “se uma biblioteca não reflete todos os livros que uma pessoa leu em vida, uma coleção de cartas não releva o conjunto total de suas relações”. Nessa lógica, o pesquisador argumenta que, de forma geral, “a leitura de correspondência privada permite verificar que tipos de recursos são mais requisitados pelos agentes de uma rede social”, todavia, este acaba sendo um método de resultado parcial, sendo perigoso buscar delimitações rígidas em torno

das relações sociais que permeiam uma rede. Entretanto, Vargas afirma que este tipo de documentação, via de regra, permite bons resultados para estudos voltados à análise de relações clientelísticas em determinadas sociedades (VARGAS, 2017, p. 153).

Unindo-se às considerações construídas acima, mais um adendo se faz necessário em relação aos resultados alcançados durante esta pesquisa: como demonstrado anteriormente, mais de 72% dos correspondentes de Jaguarão foram responsáveis pelo envio de apenas 1 carta. É presumível que diversos indivíduos buscavam alcançar Borges de Medeiros por tal meio de comunicação, e devido a este alto número, é possível que a maior parte destes remetentes não fosse conhecido ou não estivesse inserido em uma rede de relações com o chefe republicano.

Alguns pesquisadores apontam que as alianças políticas e clientelísticas tomam destaque em determinados momentos, considerados decisórios, como durante o processo eleitoral. Vargas aponta as eleições como importantes episódios para aqueles pesquisadores que pretendem demonstrar o funcionamento da rede, pois

As eleições em sociedades agrárias e pré-industriais são outro belo exemplo de como as redes sociais operavam em tal contextos. Candidatos acionavam eleitores e fazendeiros em busca de apoio e uma cadeia de negociações, isso é nitidamente perceptível na leitura das cartas. Quando eleitos, os candidatos deviam retribuir o apoio, fazendo movimentar a engrenagem clientelista que se propagava, muitas veze, até a cúpula do poder nacional. Nesse sentido, as redes ajudam a explicar como os políticos relacionavam-se com outros grupos sociais, jogando com a circulação de informações e recursos, como convertiam os ganhos oriundos de suas posições ocupadas em favores para outros grupos de pessoas e como elas se ajudavam a reproduzir a desigualdade social que caracterizava a própria sociedade em que estavam inseridas. Nesse aspecto, as famílias são fundamentais para a multiplicação das redes e, geralmente, ocupam o núcleo de grandes facções (VARGAS, 2017, p. 154).

Loiva Otero Félix caracteriza o processo eleitoral como “o momento mais importante da exteriorização do poder local, sobretudo enquanto possibilidade de serem obtidas graças do poder estadual”, garantindo, assim, a corrente palaciana, “a continuidade do reconhecimento social e prestígio político” (FÉLIX, 1996, p. 105). Ainda, em relação as eleições, Hebe Maria Mattos nos aponta que tendo em vista o cenário político instável e conflituoso da Primeira República, este processo exercia a “possibilidade de regulação das disputas entre os coronéis”. Assim, a figura do

coronel, enfraquecida no novo sistema de governo, precisava contar com o apoio do poder estadual, administrando sanções e benesses, não apenas como forma de conseguir eleitores, mas como uma maneira de garantir trabalhadores e fidelidade dos cidadãos locais (MATTOS, 2011, p. 5).

Assim, consideramos a eleição voltada a disputa para o cargo de intendente municipal, realizada em Jaguarão no ano de 1917, como um ponto de partida para a compreensão das relações sociais tecidas entre os correligionários de Borges de Medeiros, com o próprio chefe partidário, bem como com o poder executivo estadual. Por meio da observação do desenrolar do processo eleitoral, das ações e tomadas de decisão dos atores envolvidos naquela determinada disputa, de forma direta e indireta, será possível pontuar aspectos relativos à divisão política fomentada por Borges de Medeiros naquele município, o papel desempenhado pelos indivíduos selecionados, as práticas da política estadual, bem como a influência das disputas tecidas em nível nacional afetaram o município de Jaguarão durante o período da Primeira República.

#### 4.2 O RITO DA LEGALIDADE: AS ELEIÇÕES REPUBLICANAS

É necessário relembrar que as eleições no Brasil não surgiram com o modelo de governo republicano. No período imperial, estas ocorriam anualmente, com a finalidade de preencher cargos de juízes de paz, oficiais da Guarda Nacional, vereadores, deputados e senadores, além de candidatos ao senado, quando um ocupante do cargo, então vitalício, vinha a falecer. Ainda, em nível municipal, elegia-se os juízes de paz e, como o pleito eleitoral ocorria de forma indireta, havia também a votação para a escolha dos eleitores. A instauração da República causou um aumento no número cargos políticos a serem preenchidos via eleitoral, fazendo com que este processo supostamente adquirisse uma maior relevância, visto que, a partir daquele momento, os Intendentes Municipais, Presidentes do Estado e Presidente da República passaram a depender do número de votos (MARTINY, 2018A, p. 95-96).

Todavia, é interessante notar algumas questões em torno do número de eleitores. Em 1881, ainda no período imperial, com a implementação da Lei Saraiva, responsável por inserir o critério de alfabetização como pré-requisito para a qualificação eleitoral, houve uma diminuição do eleitorado para cerca de 1% da

população. Logo após a Proclamação da República, teria existido um pequeno aumento neste número, todavia, não passando a totalidade de 5% da população (MATTOS, 2011, p. 2). Assim, conforme o *Decreto nº 6 de 19 de novembro de 1889*, expedido apenas 4 dias após a proclamação da República, também viria a delimitar o eleitorado e denotar ao Ministério do Interior a função de regulamentar o processo eleitoral. Dessa maneira, definia-se quem era eleitor, bem como delimitava o eleitorado a uma média de indivíduos mais ou menos iguais.

Art. 1º Consideram-se eleitores, para as camaras geraes, provinciaes e municipaes, todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e politicos, que souberem ler e escrever.

Art. 2º O Ministerio do Interior, em tempo, expedirá as instrucções e organizará os regulamentos para a qualificação e o processo eleitoral.<sup>100</sup>

Nessa lógica, Carina Martiny considerou que mesmo com a exclusão de significativa parcela populacional do processo eleitoral, “a República mantinha o caráter legitimador com a manutenção de tal rito” (MARTINY, 2018A, p. 101). Assim, é indispensável que alguns aspectos relativos a eleições sejam assinalados. Em primeiro lugar, é importante enfatizar a preocupação existente em torno do aspecto legal do rito eleitoral. No Rio Grande do Sul, com a instalação da *Assembleia Constituinte* em 1891, composta unicamente por republicanos filiados ao PRR (43 deputados), foi elaborado o primeiro conjunto de *leis estaduais*. O anteprojeto, criado quase unicamente por Júlio de Castilhos, sofreu poucas alterações, sendo promulgado em *14 de julho* daquele ano. Entre algumas polêmicas da *Carta*, Gunter Axt destaca alguns pontos, como “os mecanismos de intervenção do poder estadual nos municípios, a elisão do conceito liberal da separação de poderes e a possibilidade de reeleição indefinida do governante”. O Poder Judiciário passou a ser subordinado à Secretaria do Interior e Justiça e a Assembleia Legislativa teve suas prerrogativas esvaziadas, exercendo a função de homologar peças orçamentárias oriundas do Executivo (AXT, 2007, p. 93).

O poder do partido advinha da constância de seu governo no estado e, além disso, era conferida pela *Constituição de 14 de julho* ao Governador um “poder ditatorial”, tornando-o quase um comandante supremo de toda a justiça. Como forma de manter a união e disciplina, Love pontua quatro elementos que o chefe partidário

<sup>100</sup> BRASIL. Decreto nº6, de 19 de Novembro de 1889. Artigos 1º e 2º. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 agosto de 2019.

utilizava: a) o poder de intervenção por decretos e outros meios no processo eleitoral municipal e na política local, que era conferido ao Governador; b) o uso dos coronéis para o controle das questões políticas e partidárias nos municípios; c) a mobilização dos coronéis nas eleições, angariando votos e utilizando recursos como fraude e violência quando preciso; e d) uso com fins políticos da força da Brigada Militar. Ainda, no caso de medidas inconvenientes oriundas de forças locais, o governador contava com o poder de anular resoluções ou leis quando estas iam contra as leis federais ou do Estado (LOVE, 1975, p. 83).

Para assegurar o cumprimento das medidas municipais estabelecidas pelo Presidente do Estado por meio de decretos, estava à disposição do chefe do estado toda a estrutura policial da Brigada Militar, que apresentava figuras como os subchefes de polícia, possuidores da confiança total dos líderes do partido, exerciam a função de “super-coronéis”, representando a autoridade do governador, atuavam como reguladores de conflitos, garantindo o cumprimento da lei (LOVE, 1975, p. 83; 85). Dessa forma, o sistema político excluía as classes populares, assegurando que apenas os mais privilegiados economicamente continuassem sendo representados. Por isso era tão necessário que o rito eleitoral, que dentro da “ficção” da representatividade, legalizava a intermediação e poder do coronel. Por conseguinte, o município foi forjado como uma peça-chave pela *Constituição*, pois além de suas leis e decretos serem suscetíveis a anulações e intervenções, o governador tinha amparo legal para “montar” os chamados “Conselhos Municipais”, os quais, via de regra, eram compostos por prestigiados coronéis locais que tinham a função de manter a “fachada legal” angariando votos para o partido que, apesar de não conterem significado político-doutrinário, eram imprescindíveis pela sua representatividade numérica. Assim, a prática coronelista de favores recíprocos continuava, pois Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros “permitiam a continuidade do papel funcional dos coronéis e, em contrapartida, ofereciam a eles um papel de intermediação e de barganha para as “benfeitorias” do município” (FÉLIX, 1996, p. 88).

Para além de as disputas na *Assembleia do Estado* serem resolvidas por maioria relativa, não dando oportunidades para a representação de opositores ou dissidentes, o processo eleitoral também era delegado “a juntas municipais nomeadas pela situação política dominante, o que abria ensejo a toda sorte de fraudes e manipulações”. Dessa maneira, o Partido Republicano Rio-grandense

tinha caminho livre para legislar, o qual aproveitou para fundar “os pilares de sua obra institucional num vácuo inexorável de legitimidade” (AXT, 2007, p. 92-93).

Em vista disso, Júlio de Castilhos angariou o poder legal, construído por ele mesmo via *Carta Constituinte*, que proporcionou amparo às ações do PRR e ao mesmo tempo, modificando as relações entre estado e municípios. Fez uso deste poder, ainda, para reforçar “sua estratégia de montar as próprias bases de apoio local, em substituição às antigas”, tendo observado durante a *Revolução de 93* o poder e influência dos caudilhos locais. Enquanto Borges de Medeiros buscava a integração dos poderosos locais, convertendo o prestígio daqueles, em forma de voto, em seu poder. Em troca deste, os políticos cooptados ganhavam do governo do estado “respaldo para suas ações no município, onde continuavam como “donos”, consolidando essa força nas lutas com os coronéis da oposição [...] ou, então, o que era mais comum, nas “trincas” com as dissidências locais” (FÉLIX, 1996, p. 80- 81). Dessa forma, ao dividir os cargos públicos com seus dissidentes, trocava-os pela lealdade e o sentimento de reciprocidade, garantindo a influência de seu poder independentemente dos resultados eleitorais.

Após a Proclamação da República, o PRR buscou manter o status de partido único no estado, pois “firmar essa posição era uma maneira de legitimar o lugar que assumiu após o golpe que instaurou a República e, ao mesmo tempo, afastar outros grupos que pudessem pretender o governo”. Assim, a escolha dos políticos liberais ao reconhecerem-se como um grupo separado e colocarem-se como concorrentes na disputa pelo poder, fez com que estes se tornassem a oposição daquele momento. Sobre os seus adversários, o Partido Republicano Rio-grandense manteve o estigma sobre “aqueles que foram contrários à República e que, portanto, eram a reencarnação póstuma do antigo regime imperial”. A “etiqueta” de monarquista também recaiu, posteriormente, sobre os Federalistas, que reuniam dissidentes republicanos, antigos liberais e escassos conservadores (MARTINY, 2018, p. 227; 228).

O Partido Federalista, recomposto desde 1896, manteve abstenção política e atuou apenas pela imprensa até sua participação da disputa à Câmara Federal no ano de 1906, quando, por votação, consagraram-se “três candidatos da oposição: Wenceslau Escobar, Antunes Maciel e Pedro Moacyr, um por cada distrito eleitoral nos quais se dividia o estado”. Esse movimento decorreu devido à aprovação da *Lei Rosa e Silva*, elaborada no ano de 1904, que permitiu a representação das minorias

no plano federal. No Rio Grande do Sul, isso foi possível apenas devido à alteração da legislação eleitoral feita por Medeiros, no ano de 1913, quando os federalistas conseguiram a eleição de seu primeiro representante. E “em 1917, graças ao cálculo do quociente previsto na lei para garantir a representação das minorias, elevaram sua participação para três cadeiras”. Após o pacto de Pedras Altas e as reformas constitucionais nele envolvidas, esse panorama foi alterado e com as eleições de 1924, “modificou-se o equilíbrio de forças entre os partidos no Congresso, com o aumento do número de deputados federalistas” (AXT, 2007, p. 93; 94). Esse quadro sofreu novas alterações com o desfecho da Revolução de 1923. Assim,

As eleições, apesar das fraudes, eram importantes para medir o alcance da influência de uma facção. Mobilizando eleitores, uma facção demonstrava seu poder de fogo. As fraudes, a compra de votos, as intimidações e violências eram também indicativos dessa capacidade de mobilização. Pelos prélios o governo podia garantir que o estado seguia na normalidade republicana, obedecendo ao ordenamento jurídico nacional e afastando as acusações de oligarquia ou ditadura fomentadas pela oposição (AXT, 2007, p. 112).

Contudo, apesar de todas as forças em seu comando, o PRR não podia manter seu monopólio de poder, sem a intimidação, a violência e a fraude. Mesmo com certa acomodação da oposição, após a morte de Castilhos, o partido foi forçado a preservar-se no poder usando desses expedientes “reguladores”, se bem que em proporção consideravelmente reduzida. O tipo de fraude perpetrada limitava-se apenas à imaginação do chefe local do partido. As formas mais comuns eram o registro ilegal de estrangeiros, menores e residentes de outros municípios; o aumento ou a diminuição dos totais eleitorais na contagem oficial do município; alteração das listas eleitorais; a recusa em organizar votações; a recusa, através do juiz local, em registrar votos para a oposição; e o desvio de fundos municipais para campanhas políticas. A coerção, igualmente, assumia diversas modalidades, desde a mobilização de unidades da Brigada Militar até o uso de táticas violentas com capangas; ameaças de demissão frequentemente bastavam para manter submissos funcionários públicos civis. Não existindo o voto secreto, a intimidação significava uma forma especialmente eficaz de controle político (LOVE, 1975, p. 84).

Um segundo e importante aspecto das eleições neste período, é o uso da violência e coerção. Sobre estas, Vitor Nunes Leal afirma que “em certas circunstâncias, as ameaças e violências desempenham função primordial, porque semelhantes processos podem, por vezes, garantir o governo municipal à corrente

local menos prestigiada”, no entanto, salienta que o objetivo era “consolidar-se com o mínimo de violência”, garantindo o “recurso simultâneo ao favor e ao porrete” (LEAL, 2012, p. 35). Assim, o autor destaca que

Nos períodos que precedem às eleições é que o ambiente de opressão atinge o ponto agudo. Nos intervalos das campanhas eleitorais, melhoram muito as relações entre as parciais do município, chegando eventualmente a ser amenas e respeitadas. É nessa fase que se processam os entendimentos que permitem à facção que está no poder, ou é apoiada pelo governo estadual, engrossar suas fileiras, pela adesão de cabos eleitorais urbanos ou de “coronéis”. Esse clima propício ao acordo também atinge seu ponto ótimo por ocasião das eleições, mas na fase que precede à tomada de compromissos. Uma vez definidas as posições, entra-se então na etapa da compreensão, que antecede imediatamente ao pleito. Alguns prováveis aderentes podem ser poupados até mais tarde, enquanto subsiste a possibilidade de os chamar ao seio confortável da situação. Outros serão convencidos pelos primeiros indícios de violência. Muitos se absterão de votar para evitar dissabores maiores, e uns poucos faltarão à palavra empenhada. A regra é ser honrado o compromisso que no município se firma de homem para homem, e a quebra de sua palavra repugna tanto ao chefe local quanto o exaspera a traição de companheiros (LEAL, 2012, p. 32).

O voto aberto, regulamentado pela legislação republicana, inclui-se como um fator determinante da situação política eleitoral do período. O eleitor, ao participar da votação, “deveria ter coragem e condições de sustentar suas convicções políticas, configurando-se em um modelo “heroico” de cidadania, defendido abertamente por diversos parlamentares e vitorioso no plenário” (HOLLANDA, 2009, apud MATTOS, 2011, p. 3).

Assim, a mobilização de eleitores passa a ser outro aspecto de interesse para esta pesquisa. Segundo Carina Martiny, a tarefa de levar os eleitores até as urnas poderia ser um pouco árdua, mas extremamente relevante para os líderes partidários. Em uma eleição realizada em Passo Fundo, no ano de 1897, “a votação insignificante” foi justificada por uma “bomba d’água que caiu aqui no dia da eleição, precedida de um mês de chuvas torrenciais”, que haveria privado os votantes de sua participação, pela cheia dos arroios e a inexistência de pontes no município, argumento utilizado como barganha na carta enviada a Júlio de Castilhos por Gervásio Lucas Annes. Ainda, no município de Nova Petrópolis, no ano de 1899, uma eleição não foi realizada, cabendo na explicação o insignificante número de eleitores que compareceram (apenas seis eleitores e dois mesários). Assim, Francisco Hilebrand, que informava por carta Júlio de Castilhos sobre o episódio, aponta diversos motivos para a abstenção dos eleitores, entre eles, uma

comunicação tardia da realização do processo eleitoral; a indiferença dos votantes, tendo em vista que naquela localidade não havia uma oposição ativa, levando o eleitorado a acreditar que seria eleito o único candidato daquela região, mesmo sem votos. Nesse sentido, é necessário reiterar a importância de uma oposição ativa, mesmo que a ela não fosse fornecida a possibilidade de vitória; a dificuldade de deslocamento até os locais de votação, que poderia significar horas de viagem; além da incitação dos antigos chefes locais para o movimento de abstenção, nutridos pela simpatia dos eleitores com estes. No entanto, não há como saber a exatidão das motivações apresentadas por Hilebrand, todavia, é possível afirmar que essa ação desagradou os líderes partidários (MARTINY, 2018A, p. 102-103).

Segundo Gunter Axt, a legitimidade era um fator necessário para o governo. A abstenção eleitoral, vista como um possível “embaçamento da presença republicana”, poderia insinuar uma “ameaça de crescimento das dissidências e do federalismo”, nesse sentido, “havia um limite além do qual Borges não podia investir no esfacelamento e submissão do partido, sob pena de enfraquecer sua posição logo em seguida” (AXT, 2007, p. 112). Em Jaguarão, nas eleições estaduais de 1915, segundo relatado em epístola, houve um movimento de abstenção guiado pelos líderes oposicionistas locais. Informando a Borges de Medeiros sobre a decorrência da eleição e resultado eleitoral no município, Gabriel Gonçalves da Silva afirma que a mesma ocorreu com entusiasmo, tendo os adversários trabalhado “à última hora e nomearam fiscais em todas as mesas, quer da cidade, quer dos municípios rurais”. Todavia, os opositores contabilizaram o número de apenas 62 votos no município, “que convergiram para o respectivo candidato ([Rafael] Cabeda)”. O resultado, que teria deixado satisfeito os líderes locais do partido, veio “acentuar de modo frisante a força e coesão partidária neste município”. Contudo, segundo Gabriel, “poderia ele ter sido ainda acrescido de mais alguns votos, se velhos companheiros, aliás alguns deles com bons serviços, não tivessem absterido de ir às urnas”, enfatizando que “os citados, porém, não só não exerceram os seus deveres cívicos, como até, não podendo, ou não ousando fazer outra coisa, aconselharam a abstenção”<sup>101</sup>.

Assim, Gabriel Gonçalves continua sua narrativa nomeando os correligionários que fomentaram a prática, bem como pontuando os motivos pelos

---

<sup>101</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 5 de fevereiro de 1915. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2703.

quais a faziam. Para Gabriel, a oposição de Zeferino Lopes de Moura advinha do fato de não ter conseguido ser chefe político em Herval; João Baptista Machado, ex-intendente municipal, estaria fazendo oposição por ter gostado do cargo que exerceu e pretender eleger-se outra vez, o que não conseguiu; Paulo Rache, colocado com um valor inferior ao dos outros dois citados, expressava seu descontentamento por “não ter sido reconduzido no cargo de juiz distrital, que exercia sempre subordinado a interesses de ordem pessoal”. Além destes, figura também Paulo Broquá, que segundo o remetente “sempre [está] descontente com todos e com tudo”. Este último, teria se aliado a Zeferino, exercendo um papel de “neuróticos”, assim como “a mania da influência unida”. Finalizando a carta, Gabriel Gonçalves aponta o surgimento de um novo jornal local, denominado *A Razão*, “órgão de combate e sem filiação partidária, conforme diz seu cabeçalho, e que é um opositor sistemático, não só à política republicana local, como a estadual e federal”. O referido órgão da imprensa ainda seria o ponto de união dos adversários, sendo “propriedade de Zeferino Moura”, que o vendeu “a prazos largos” para dois jovens rapazes, sendo um deles filho de João Baptista Machado e sobrinho de Paulo Rache. O papel e alguns itens da tipografia seriam fornecidos por Machado e Rache, sendo Paulo Broquá “redator extranumerário”<sup>102</sup>.

---

<sup>102</sup> Idem.



*Figura 4 - Retrato de Paulo Rache, localizado em seu jazigo no Cemitério das Irmandades de Jaguarão. Reprodução: Nycole Andrade.*

Apesar de causar “dores de cabeça” e preocupação nos líderes republicanos, algumas vezes, eram estes mesmos que incentivavam a abstenção eleitoral. Como foi o caso de Júlio de Castilhos, em 1898, na disputa pelo cargo de Presidente da República, que encontrou na abstenção uma forma de protesto/demonstração de descontentamento. No ano anterior, a candidatura de Castilhos ao cargo foi cogitada pelo Partido Republicano Federal (PRF), em oposição à candidatura de Campos Sales. No entanto, o opositor de Sales acabou sendo Lauro Sodré. Assim, o PRR, por meio do jornal *A Federação*, recomendou “abstenção eleitoral aos seus correligionários” (MARTINY, 2018A, p. 104).

Outro ponto que merece destaque em relação às eleições na Primeira República, é a fraude eleitoral. Paolo Ricci e Jaqueline Zullini enfatizam que a Justiça Eleitoral foi fundada apenas no ano de 1932, e que até então, o resultado

dos pleitos eleitorais ficava a cargos das casas legislativas, “que deveriam verificar e reconhecer os poderes de seus próprios membros, seguindo a tendência de outros parlamentos no século XIX”. Assim, o processo eleitoral estava aberto “para toda a sorte de fraude que estivesse ao alcance da imaginação dos políticos”. Para os cientistas políticos, os métodos de “enviesar” o processo eleitoral perpassavam por todas as suas etapas, iniciando com o processo de alistamento de eleitores, passando para a votação em si, a apuração dos votos e o reconhecimento dos poderes. Nessa lógica, o uso da violência e intimidação de votantes são tidos como aspectos utilizados, para além da fraude, nas eleições. Havia o uso de falsos eleitores, denominados “fósforos”, rendendo até registros de mortos, menores e estrangeiros nas listas eleitorais. Casos do comparecimento nas eleições de um número superior ao de eleitores existentes, segundo as fontes oficiais ocorriam com certa frequência. Denominadas “a bico-de-pena”, a adulteração dos resultados era feita pela própria mesa eleitoral (RICCI; ZULINI, 2012, p. 4). Nessa lógica, tendo em vista os mecanismos de fraude eleitoral e arbitrariedades, não é errado concordar com a afirmação de Gunter Axt de que, “em geral, falava mais alto quem tinha a força pública ou uma cáfila de capangas ao seu dispor”, além do mais, “em alguns casos, as eleições quase se resumiam a demonstrações de força de ambos os lados, degenerando em conflitos localizados” (AXT, 2007, p. 117).

Acreditamos que determinadas ações para “entortar” a eleição (como mobilizar eleitores, nomear funcionários públicos, que participaram e interferiam nas etapas do processo eleitoral, recorrer ao chefe partidário e buscar por resoluções) acionaram a rede de relações sociais que envolvia os agentes políticos de Jaguarão, no período da Primeira República, por diversas vezes. Posto isto, nosso próximo objetivo é demonstrar ao leitor como funcionava esta rede de relações sociais nos períodos eleitorais.

#### 4.3 A ELEIÇÃO DE 1917

Como demonstramos anteriormente, a figura de Carlos Barbosa, certamente, exerce um peso diferente em comparação aos outros membros do PRR, tanto local quanto estadual. Dessa forma, o líder da corrente *carlista*, a facção palaciana do município, ao partir para exercer cargos mais altos, longe da cidade natal, veio a deixar em seu lugar Gabriel Gonçalves da Silva. Nascido em 25 de junho de 1868,

Gabriel foi um importante integrante da família Barbosa-Gonçalves. Primo de Carlos Barbosa Gonçalves, teve uma relação muito próxima de seu parente, sendo referido em uma correspondência como “primo-irmão”<sup>103</sup> daquele. Além disso, assim como Carlos, Gabriel também era sobrinho-neto de Bento Gonçalves – chefe farroupilha de 1835. Teve destacado papel na política municipal, atuando como líder da maioria do Partido Republicano Jaguarense, na ausência de Carlos Barbosa e desempenhou a função de Intendente Municipal por dois quadriênios, tendo atuado também como intendente provisório logo após o final do seu mandato, estendendo-se entre o período de 1912 a 1917<sup>104</sup>. Dessa forma, consideramos Gabriel como leal e lugar-tenente de Barbosa (ANDRADE, 2019, p. 32-33) (FRANCO, 2001, p. 144) (TIMM; GONZALEZ, 1934, p. 250).



Figura 5 - Retrato de Gabriel Gonçalves da Silva, localizado em seu jazigo no Cemitério das Irmandades de Jaguarão. Reprodução: Nycole Andrade.

Por lugar-tenente, utilizamos a definição de Leal (2012) e compreendemos este como um indivíduo detentor de grande confiança de seu chefe, ocupando seu lugar no interior e acatando suas ordens quando este está em afastamento na capital, desempenhando outras funções políticas mais elevadas. Dessa maneira, o chefe maior retornaria ao município apenas para resolver questões políticas e visitar

---

<sup>103</sup> Carta de José Julião Rodrigues a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de janeiro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2722.

<sup>104</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 19 de setembro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2742.

familiares (LEAL, 2012, p. 24).

No entanto, Gabriel Gonçalves não compartilhava algumas das características mais importantes de Carlos: este não havia cursado nenhum ensino superior, nem partilhava do mesmo histórico com o clube republicano, o que era um diferencial dentro da política local e regional. Gabriel Gonçalves seguiu uma vertente da tradição familiar mais ligada ao mundo das armas, chegando ao posto de tenente-coronel da Guarda Nacional. Para alguns, Gabriel teria ainda participado “desde a juventude dos movimentos político-partidários que agitaram o Rio Grande do Sul, inclusive, na propaganda e na consolidação do regime republicano”<sup>105</sup>. Todavia, conforme pudemos verificar, esse não se encontrava presente nas primeiras reuniões do Clube Republicano Jaguareense<sup>106</sup>. Em nota de pesar pelo seu falecimento, aprovada pelos deputados da Assembleia Legislativa e publicada no *periódico Jornal do Dia*, toma destaque sua origem familiar, pertencente “à melhor estirpe riograndense, sobrinho-neto que era, de Bento Gonçalves, cujas tradições reverenciava e enaltecia, pelo seu espírito público, a serviço da terra natal”<sup>107</sup>. É importante reforçar o simbolismo existente por trás dessas afirmações: a menção ao laço sanguíneo com Bento Gonçalves era, muito possivelmente, utilizado pela família cotidianamente, sendo um relevante aspecto de seu status político e social naquela comunidade.

Assim, entendemos que o prestígio político de Gabriel Gonçalves, também era em partes, composto pela investidura de Carlos Barbosa. Pierre Bourdieu caracteriza o capital político como uma forma de capital simbólico, onde os agentes conferem crença/reconhecimento a um indivíduo ou objeto, revestindo-o de poderes, que os mesmos reconhecem. O capital político pessoal, de notoriedade e de popularidade é firmado no fato de se possuir certo número de qualificações específicas, de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um nome, uma reputação, etc.), na aquisição e conservação de uma boa reputação. Essa reputação diversas vezes é fruto de um capital de notoriedade acumulado em outros campos, reconvertido, que possui uma acumulação lenta e contínua, que geralmente o indivíduo vai acumulando durante toda sua vida (BOURDIEU, 2001, p. 187-188; 190-

---

<sup>105</sup> BNDigital: Jornal do dia, 4 de junho de 1959, p.1.

<sup>106</sup> AHRs - Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. Utilizamos como parâmetro as três primeiras reuniões.

<sup>107</sup> BNDigital: Jornal do dia, 4 de junho de 1959, p.1.

192). Um dos objetos em jogo, no campo político, seria então o capital simbólico<sup>108</sup>. Bourdieu compreende todo o capital como uma forma de poder ou recurso que se manifesta em uma atividade social.

Assim, como oposição local ao domínio da facção liderada pelos Barbosa-Gonçalves na cidade de Jaguarão, figurava o senhor Zeferino Lopes de Moura. Zeferino, como demonstrado anteriormente, exerceu grande influência política no município de Herval. Liderou algumas atividades sociais e econômicas no município, sendo organizador de exposições rurais e presidente da Sociedade Pastoril, Agrícola e Industrial. Nesse sentido, também cabe ressaltar a atuação social do mesmo na fundação do *Prado Jaguareense*, bem como sua ligação com o *Clube Jaguareense*, no qual exerceu a presidência. No âmbito político, teria participado da propaganda republicana e da campanha abolicionista, além de ter participado, no último ano da monarquia, da disputa de duas vagas na Câmara Municipal, candidato pelo “Partido Republicano, recebendo 20% dos votos apurados, vencidos pelos dois candidatos liberais”. Assim, como caracteriza Sérgio da Costa Franco, “já então era pessoa de relevo social incontestável”, tendo construído seu palacete em uma das principais ruas de Jaguarão, a General Osório, em frente à principal praça da cidade, “símbolo perfeito de prosperidade e ‘status’”, que este teria angariado ao longo de sua jornada (FRANCO, 2001, p. 138).

---

<sup>108</sup> O poder simbólico é concebido como um poder invisível, “o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. O poder simbólico não teria origem, nem estaria atrelado aos sistemas simbólicos, como uma “illocutory force”. Ele é condicionado, define-se, por meio de relações determinadas, entre aqueles que exercem o poder e os que lhes são subordinados. O poder simbólico é fruto da produção e reprodução da crença, dentro da estrutura própria do campo em que é produzido. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 2001, p.7-8; 14; 15).

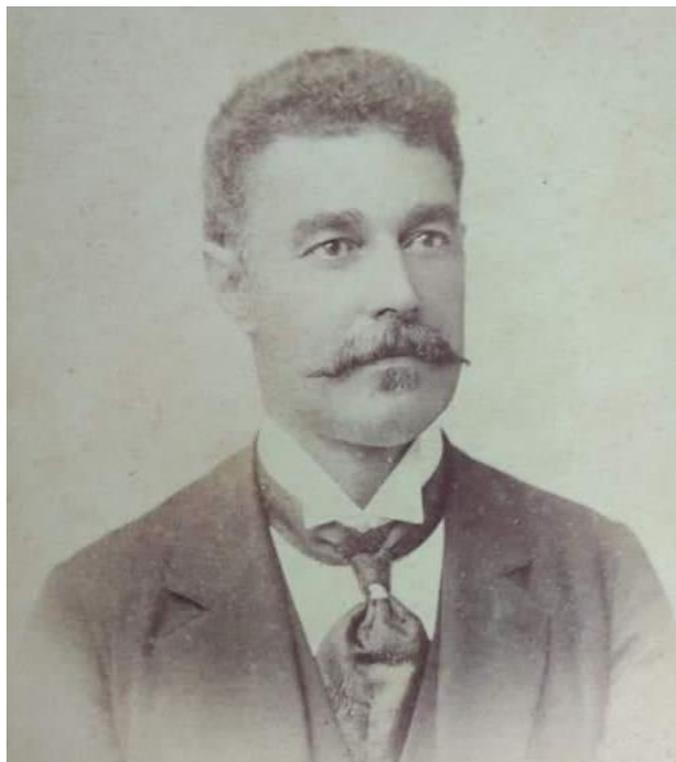


Figura 6 - Retrato de Zeferino Lopes de Moura. Acervo particular de Roberto Moura Bonini.

Franco pontua que, aparentemente, os conflitos entre Zeferino Lopes de Moura e Carlos Barbosa Gonçalves teriam iniciado ainda no ano de 1900, em decorrência do apoio a candidaturas opostas em um pleito eleitoral, do município de Herval. Assim, o pesquisador pontua alguns episódios e o desenrolar dos conflitos entre os dois chefes partidários ao longo dos anos. No ano de 1903, como forma de “harmonizar o partido local”, Carlos Barbosa indicou Quintiliano de Mello e Silva, genro de Zeferino, para a vaga de juiz de comarca em Jaguarão, não sendo atendido prontamente pelo Presidente do Estado, sendo este nomeado 5 meses depois. No ano de 1906, novos incidentes afetaram Quintiliano e Aquiles Brandão. O pesquisador não localizou maiores detalhes do conflito, todavia, Zeferino Lopes de Moura acusava “o juiz Aquiles de pretender manchar a reputação dele e de seu genro, o dr. Quintiliano”, além de queixar-se da “chefia política do dr. Carlos”, que aparentemente, não havia buscado evitar os atritos. Assim, Aquiles Brandão, apontado como “amigo muito próximo de Carlos Barbosa”, desempenhava, da mesma forma que Quintiliano, o cargo de juiz distrital, de maneira temporária, em nomeação válida por 4 anos, sem prestação de curso (FRANCO, 2001, p 139-140).

No ano seguinte, em missiva enviada a Borges, Quintiliano afastou-se do cargo, alegando ser impossível exercê-lo. O afastamento do juiz foi efetivado e como

consequência, Aquiles Brandão foi reconduzido ao cargo por Borges de Medeiros. Esta ação foi vista por Zeferino como “acintosa” e provocou o chefe opositor a pensar em “romper com o partido”. Em espanto com a reação do dissidente, Borges teria telegrafado buscando resolver o que julgava como um “mal-entendido”, pois não havia recebido mais reclamações e não considerava que a ação fosse uma provocação. Carlos Barbosa estaria de acordo que a recondução de Aquiles Brandão não fosse um acinte e acusava que “Zeferino anda há muito veladamente divorciado do partido”. Segundo Franco, em abril de 1907, Zeferino havia renunciado a direção política de Herval e rompido com o partido. De forma concomitante, no mesmo mês, “Borges de Medeiros convocava Carlos Barbosa para sucedê-lo na Presidência do Estado”, sendo possível cogitar que Zeferino “ficasse ciente das tratativas e reagisse antecipadamente à escolha do rival político” (FRANCO, 2001, p. 139-142). Acreditamos que a tensão nesta relação foi aumentando, conforme também crescia a influência de Carlos junto à Borges de Medeiros e sua ascensão política.

Gunter Axt observa que uma significativa parcela da historiografia produzida sobre a Primeira República no Rio Grande do Sul aponta o “domínio férreo de Borges de Medeiros sobre os municípios, desconsiderando não apenas a força de alguns coronéis e a necessidade do regime de compor com eles, como demonstrou Félix”, e entre outros aspectos importantes, a margem de insubordinação dos municípios (AXT, 2001, p. 118-119), bem como o espaço de manobra daqueles que eram “agraciados” pelo chefe. Como uma demonstração bem clara dessa historiografia, podemos apresentar a seguinte passagem expressa por Joseph Love (1975):

[...] no Rio Grande, existia uma qualificação indispensável para alguém exercer o poder local: a disposição de acatar decisões partidas de cima [...]; Os intendentess (prefeitos), fossem coronéis ou subordinados, não podiam tomar decisões importantes. Um intendente que tentou obter empréstimo para um projeto de obras públicas, sem a consulta de Borges, então dono do partido, sabe-se que recebeu um telegrama dizendo: “Renuncie pt Segue intendente provisório”. Não poderia haver exemplo mais claro de relações partido-governo, com o PRR impondo a disciplina, de um lado, a um membro mal comportado, enquanto, de outro, o Governador (o mesmo Borges) usava sua autoridade constitucional, preenchendo a vaga até realizar-se nova eleição. Tão frequentemente eram substituídas as autoridades locais que, em dado momento, considerável número de municípios possuía apenas intendentess provisórios. A ausência de autonomia local significava uma fonte de atritos no seio do PRR e, provavelmente, a principal reclamação daqueles que vieram para a oposição, depois da guerra civil (LOVE, 1975, p. 84-85).

Era “permitido” que o partido se dividisse em âmbito federal, mas era necessário que a união estivesse assegurada no que diz respeito às ordens municipais e estaduais. Apenas em 1913, Borges fez alterações na legislação eleitoral estadual que garantiram a representação proporcional das minorias. Nesse sentido, era necessário vencer o adversário com a maior margem possível, para que esse não tirasse o “terço” dos votos. De qualquer maneira, muitas vezes o adversário era do mesmo partido. Essa técnica, utilizada para evitar o renascimento do Partido Federalista, garantia a legalidade e legitimidade da prática política (FRANCO, 2001, p. 133).

Hebe Maria Mattos ressalta que era no município onde ocorria o conflito de interesses, a disputa pelos cargos públicos e recursos de poder local, podendo essas contendas “tomar proporções de pequenas guerras civis” quando não intermediadas pelo poder estadual. Para a autora, “o pacto coronelista organizava um amplo processo de negociação entre as facções políticas locais e a oligarquia estadual permanentemente atualizado” (MATTOS, 2011, p. 4). Assim, segundo Franco, sobretudo a partir do ano de 1915, as facções municipais, *carlistas* e *zeferinistas*, muniram-se da imprensa para digladiar-se. Além do jornal *A Razão*, anteriormente citado, os opositores lançaram um jornal de combate, *A Tribuna do Povo*, em 1916. Os *carlistas*, no entanto, contavam com o jornal *A Situação*, que se dizia órgão oficial do partido republicano, além de algumas reportagens publicadas no jornal porto-alegrense *A Última Hora*, por um jornalista aliado de Carlos Barbosa (FRANCO, 2001, p. 151-154).

Nessa lógica, tendo em vista a doença que assolou Borges de Medeiros e a agitação causada pela candidatura dissidente de Ramiro Barcellos, apoiada por Carlos Barbosa, ambas no ano de 1915, não era de se questionar que a oposição municipal tinha grandes esperanças de ganhar o cargo de chefia da Intendência Municipal, no pleito eleitoral que estava previsto para acontecer logo em seguida, no ano de 1916. Segundo Franco, é possível cogitar que, durante um determinado período, “a balança das preferências da cúpula tenha pendido desfavoravelmente ao ex-presidente do estado e ao Intendente de Jaguarão, Gabriel Gonçalves da Silva, sobretudo enquanto o comando partidário esteve nas mãos de Protásio Alves” (FRANCO, 2001, p. 151).

Retornando a eleição, cabe ressaltar que, o que estava em jogo, não era

apenas um cargo administrativo, supostamente submetido à escolha popular. Angariar o cargo de Intendente Municipal era importante para Zeferino, não apenas pelo que ele representava em um primeiro momento, a administração do município, mas também todos os benefícios que poderiam advir dela, como o acesso à cargos públicos que poderiam ser utilizados para aumentar sua própria clientela, bem como delegá-los para seus companheiros mais leais ou utilizá-los com fins políticos. Além disso, algumas autoridades municipais ficavam à cargo da nomeação do intendente, como os subintendentes e a guarda municipal. A promulgação e alterações da lei orgânica municipal, o decreto de leis, entre outras ações, também ficavam sob a égide do intendente municipal. Segundo o artigo 66º da *Carta de 14 julho*,

Ao intendente, como chefe da administração municipal, compete dirigir, fiscalizar e defender os interesses do município, organizar, reformar ou suprimir os serviços sem exceder as verbas orçamentárias, adotar, em suma, todas as medidas administrativas de utilidade municipal, de acordo com o orçamento respectivo, excetuados os serviços que incumbem aos juizes distritais<sup>109</sup>.

Dessa forma, o cargo trazia uma maior influência política para a facção que o dominava, tanto na região, quanto no estado. Além de ser dotado do poder de gerenciar a administração política municipal, o intendente e sua respectiva facção eram elevados a um maior status, acabavam desenvolvendo uma relação mais próxima com o presidente do estado, aumentando as possibilidades de que suas demandas fossem atendidas.

Assim, a disputa teve início no começo do processo eleitoral, com o alistamento de eleitores. Em 10 de maio de 1915, Gabriel Gonçalves da Silva já expressava sua preocupação com esta etapa do processo legal, informando a Borges de Medeiros que “estou providenciando com o máximo zelo e cuidado a execução da Lei nº 153 de 14 de julho de 1913. Quer a expedição de novos títulos eleitorais, quer a inscrição de novos eleitores [...] tem de preferência me preocupado”, afirmando ao chefe que “nas próximas eleições estará tudo na melhor

---

<sup>109</sup> RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1891)]. Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Biblioteca da Assembleia Legislativa. Disponível em: <[http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=oknlkK\\_3Etc%3d&tabid=3107](http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=oknlkK_3Etc%3d&tabid=3107)>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.

ordem”<sup>110</sup>.

Ainda antes de estarem definidos oficialmente os candidatos, o jaguareense Érico Passos Feijó noticiava a “onda popular desse município, [que] se agita prestigiando a candidatura para intendente do nosso prezado amigo senhor coronel Zeferino Lopes de Moura, a qual é genuinamente popular, nos três distritos deste município”. O remetente acredita que “de acordo com nossa lei estadual eleitoral, teremos, vós e os contrários, a eleição puramente popular do coronel Zeferino”. Todavia, Feijó acusa o juiz de comarca, Domingo Lorenzoni, de dificultar o alistamento, exigindo “que essa justificação seja precedida de uma outra, ou suprida, com novas justificações, que nada mais são que ônus às nossas classes trabalhadoras”<sup>111</sup>.

Em março de 1915, Zeferino Lopes de Moura avisava a Protásio Alves sobre a “ida do provável candidato *carlista* ao lugar de intendente, coronel Frederico Rache, que como vos disse em telegrama, consta foi aí conseguir apoio oficial”<sup>112</sup>. Assim, segundo aponta Franco, a campanha iniciou-se formalmente no ano de 1916, tendo Zeferino lançado sua candidatura primeiro, no dia 14 de maio, em uma assembleia no Prado Jaguareense, “com grande churrascada, sob a presidência do médico dr. Faustino Corrêa”, posteriormente, os informes que chegaram a Porto Alegre alegavam a presença de 800 eleitores. Já os *carlistas* lançaram a candidatura de Pedro Frederico Rache em 21 de maio, “numa ‘eleição prévia’ a que teriam comparecido 1124 eleitores”. Esses números foram informados com provável exagero propagandístico, visto que, na referida eleição, compareceram às urnas 898 eleitores. (FRANCO, 2001, p. 155-156; 166).

---

<sup>110</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 10 de maio de 1915. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2712.

<sup>111</sup> Carta de Érico Passos Feijó a Borges de Medeiros. Jaguarão, 27 de outubro de 1915. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2717.

<sup>112</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Protásio Alves. Jaguarão, 05 de março de 1915. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2742.

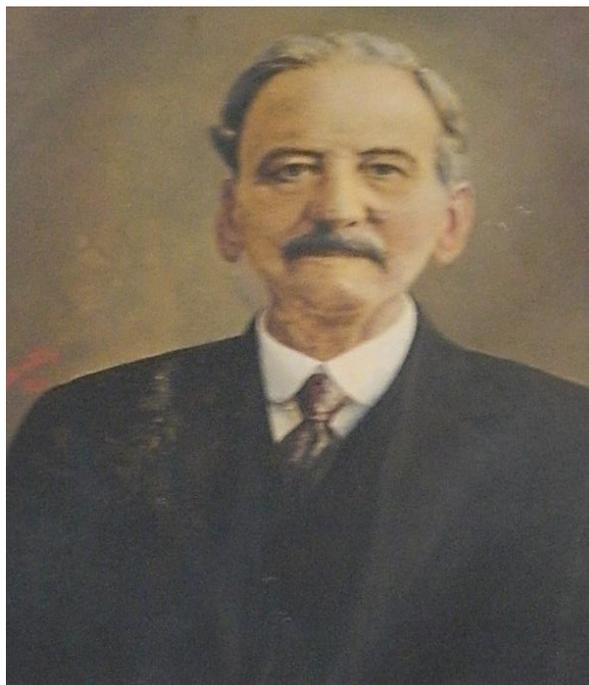


Figura 7 - Pintura de Pedro Frederico Rache, disponível no IHGJ. Reprodução: Nycole Andrade.

Em nossa pesquisa, não foi possível constatar a existência de cartas intercambiando favores entre Pedro Frederico Rache e Borges de Medeiros, existindo apenas uma correspondência remetida por este para Petronilho Silveira D'Ávila no conjunto analisado. Nessa lógica, não é possível inseri-lo, por meio de nossas fontes, na rede de relações e troca de favores aqui exposta, nem apontar a existência de uma relação direta entre Rache e Borges. Entretanto, é muito provável que Rache não fugisse da regra, apenas, podemos encontrá-lo em outros meios. É muito provável que este tenha atuado e influenciado tanto o Conselho Municipal quanto a *Comissão Executiva do Partido*, ou pelo menos, os representantes que atuavam nesta. Não é possível constatar a existência de uma forte base clientelista atrelada a este sujeito, porém, tendo em vista sua eleição para o cargo de Conselheiro e a sua posição de Venerável na *Loja Luz Transatlântica*<sup>113</sup>, é possível pensar neste sujeito como um potencial mobilizador de indivíduos, sendo estes um dos fatores aos quais o clã Barbosa-Gonçalves delegou suas bases clientelistas e capital político.

Não localizamos medidas legais que impedissem Gabriel Gonçalves da Silva de uma nova candidatura. Todavia, acreditamos que a escolha por Pedro Rache foi

---

<sup>113</sup> Segundo Eliana Colussi (1998, p. 126), o cargo de venerável era votado entre os membros da Loja, ficando o eleito como responsável pela sua representação

uma estratégia por parte dos líderes locais e uma intervenção de Borges de Medeiros, derivada da política da “gangorra das facções”, visto que Gabriel encerrava seu quadriênio na chefatura da administração municipal e ainda usufruía do posto de Intendente Provisório. Como poderemos observar, qualquer fagulha de descontentamento era passível de causar grandes incêndios.

Assim, concomitantemente ao início do processo eleitoral e a sua primeira etapa, o alistamento intensivo de votantes, também ocorria a consolidação das denúncias de fraude. Em 29 de maio de 1916, Zeferino Lopes de Moura escreveu a Borges de Medeiros com a finalidade de contar-lhe sobre a insuportável “pressão que o governo municipal, de pleno acordo com o delegado de polícia e promotor público exercem contra nossos correligionários”. Assim, segundo Zeferino, os *carlistas* “lançam mão de todos os meios”, e “grande parte do eleitorado ignorante amedronta-se, cedendo as imposições da polícia por meio das perseguições”. De maneira conjunta às medidas “ilegais”, alegadas por Zeferino, também se soma a eliminação de eleitores, combinadas pelo “intendente, promotor público e delegado da polícia”, excluindo um número de 230 eleitores, dentre os quais havia realmente votantes inaptos, ausentes e falecidos, mas também residentes do município que supostamente estariam aptos a votar. Segundo Zeferino, o processo ocorria “com atestado do referido delegado, que assina tudo quanto lhe ordena o doutor Carlos”<sup>114</sup>.

Segundo Franco, a denúncia dos opositores teve efeito, sendo substituído o delegado. Chegou, então, à chefia da delegacia local, o senhor José Ignácio Silveira de Campos, bacharel em direito que posteriormente se tornou dono de uma grande influência na cúpula borgista. No entanto, conforme Franco, quando cogitada a possibilidade de nomeação do mesmo para intendente provisório de Jaguarão, no ano de 1920, “os *carlistas* não aceitaram seu nome, alegando que, no auge da contenda política de 1916, ele sempre estivera ‘incondicionalmente ao lado dos dissidentes’”. Além disso, também estava em pauta a remoção de Barbosa Netto, ferrenho cabo eleitoral *carlista* e colunista no jornal *A Situação*, do cargo de promotor público (FRANCO, 2001, p. 157).

Feita a substituição, de contragosto a facção *carlista*, foi a vez de Gabriel Gonçalves efetuar uma denúncia. Desta vez, a denúncia, feita diretamente à Borges

---

<sup>114</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 29 de maio de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2733.

de Medeiros, envolvia Protásio Alves, alegando que “enquanto este último estava dirigindo o PRR, surgira em Jaguarão a dissidência de Zeferino Moura”, e que este havia ainda lhe confessado em conferência que “de fato estimulara Zeferino na campanha por este iniciada, mas que estava arrependido”. Insistia, ainda, na permanência de Barbosa Netto em seu cargo, visto que “o alistamento eleitoral estava nas mãos de *zeferinistas*, como o eram o oficial do registro Arnaldo Franco, e o juiz distrital Alípio Teles” (FRANCO, 2001, p. 157-158).

É possível perceber que Zeferino e Protásio tiveram uma relação muito próxima, chegando até a amizade. No ano de 1923, quando Zeferino informou a Borges de Medeiros sua intenção de abandonar o partido<sup>115</sup>, Borges utilizou do intermédio de Protásio para tentar mudar a opinião do chefe local opositor. Zeferino afirma que “tendo dirigido a referida carta por intermédio de meu amigo doutor Protásio Alves, e não me sendo possível atender as ponderações que me fez, no sentido de desistir desta minha resolução, a envio de novo a Vossa Excelência”<sup>116</sup>. Alguns meses depois, Zeferino Lopes de Moura escreveu a Protásio, alegando ao “prezado amigo” que “parecia-me desnecessário voltar a falar em política”, porém, relatou algumas informações relativas a Carlos Barbosa e seus “amigos”. Assim, Zeferino apontou algumas ocorrências locais em relação à organização orçamentária e à ação das tropas revolucionárias da região<sup>117</sup>. No ABM, na série correspondência, subsérie passiva, referente às cartas enviadas de Jaguarão, foi possível localizar 9 missivas remetidas por Zeferino Lopes de Moura a Protásio Alves, distribuídas nos anos de 1915, 1916 e 1923.

Demonstrado, assim, o descontentamento da facção palaciana e tendo em vista a política do “equilíbrio” na “gangorra das facções”, como forma de apaziguar os ânimos, Borges de Medeiros garantiu a Gabriel o cargo de intendente provisório, a partir do dia 20 de setembro de 1916, ao final do quadriênio que este esteve no comando municipal. Isso só foi possível devido ao adiantamento do processo eleitoral, que estava marcado para 20 de julho de 1916, devido a denúncias de irregularidades na expedição de títulos e com relação à insubsistência da lei eleitoral municipal, ocorrendo que enquanto não fosse promulgada uma nova lei eleitoral,

---

<sup>115</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 14 de maio de 1923. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2793.

<sup>116</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de maio de 1923. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2794.

<sup>117</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Protásio Alves. Jaguarão, 7 de julho de 1923. Localização: IHGRHS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2795.

nenhuma eleição realizada na localidade teria validade (FRANCO, 2001, p. 157-158).

Zeferino seguiu, durante os meses de setembro e outubro de 1916, denunciando fraudes, perseguições e ilícitudes que estavam prejudicando sua caminhada política. Segundo Franco, constam pelo menos 13 telegramas com esse tipo de conteúdo (FRANCO, 2001, p. 161). Em nossa consulta a correspondência pessoal do ABM, neste determinado período, localizamos 4 cartas do gênero, onde vingam a acusação de “fabricação de eleitores”, por parte dos promotores<sup>118</sup>, o suposto impedimento relativo aos simpatizantes da corrente *zeferinista* e a inclusão de eleitores *carlistas*, estas preparadas para as proximidades da eleição, impedindo o requerimento de sua exclusão<sup>119</sup>, empecilhos que causaram a demora no alistamento de eleitores simpáticos a corrente opositora, com o juiz de comarca, Domingos Lorenzoni, exigindo e recusando documentações<sup>120</sup>, bem como as artimanhas, “maquiavélicas” e “de combinação com o doutor Carlos”, usadas pela mesma autoridade a fim de prejudicá-lo. Assim, Zeferino Lopes de Moura reitera seu pedido pela “fiscalização de um homem competente na próxima eleição, máxime na organização das mesas, que como sabe Vossa Excelência, ficando a apuração para a escolha de mesários ao alvitre do provisório, não haverá maioria que prevaleça”<sup>121</sup>.

Dessa forma, atendendo ao pedido do chefe opositor, chegou a Jaguarão, em 8 de dezembro de 1916, o subchefe de polícia, Genes Gentil Bento. Genes Bento atuou na direção política local de Canguçu. Vindo de uma família com tradição política, era filho de Antônio Joaquim Bento, que desempenhou o cargo de deputado provincial em duas legislaturas, pelo Partido Liberal ainda no período do governo imperial. Bento atuou como intendente municipal em Canguçu, sendo reeleito novamente para o cargo em 1912. Entre suas funções, também estava a subchefatura de polícia da 4ª e da 1ª região (ANDRADE, 2019, p. 42).

---

<sup>118</sup> Carta de Zeferino, Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 6 de setembro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2741.

<sup>119</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 5 de outubro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2744.

<sup>120</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 11 de outubro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2745.

<sup>121</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de outubro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2746.



Figura 8 - Retrato de Genes Gentil Bento. Fonte: Álbum Ilustrado do Partido Castilhistista (TIMM; GONZALEZ, 1934, p. 97).

Loiva Félix defende que a confiança e a lealdade partidária eram essenciais para a nomeação, por parte do governador, para os cargos de chefia e subchefia policial, tendo estas atuado como intermediadoras da força do poder político estadual, sendo um órgão policial com função e poder político (FÉLIX, 1996, p. 134-135). Segundo Sérgio da Costa Franco, os subchefes de polícia atuavam como “harmonizadores” de conflitos intrapartidários, incumbidos de apaziguar os ânimos no âmbito municipal e informar a Medeiros os acontecimentos locais. Via de regra, não possuíam função policial, salvo alguns casos. O mesmo Genes Bento ainda teria apaziguado conflitos em pelo menos outros três municípios: Santa Cruz, Lagoa Vermelha (1917) e Triunfo (1924) (FRANCO, 2001, p. 161) (ANDRADE, 2019, p. 43). Muito mais que funcionários da segurança pública, os subchefes de polícia eram também agentes políticos, atuando na construção de acordos que beneficiassem o governo. Assim, agiam “como um braço do poder palaciano que auto pretendia-se moderador dos conflitos entre as facções” (AXT, 2007, p. 108)

Dando ordem ao trabalho “correcional”, a ação de Genes Bento “teve o caráter de uma intervenção político-administrativa, em que se somaram fiscalização, correição nos serviços judiciários, persuasão suasória dos líderes locais e

autoridade e exercida em nome da chefia suprema”. Assim, a função de Bento contou com a análise dos processos de alistamento e exclusão dos votantes, na qual se verificou que “as fraudes aconteciam de ambos os lados, com a inscrição de muitos cidadãos residentes em outros municípios e até estrangeiros, efetivados “com atestados falsos e graciosos fornecidos por autoridades judiciárias e administrativas”, opinando que “a eleição que por ele se efetuar, será anulável em virtude dos vícios e irregularidades existentes”. Com a finalidade de evitar adiamentos, Gabriel Gonçalves e Zeferino Moura entraram em acordo em utilizar o alistamento antigo, feito até 31 de janeiro de 1916, desconsiderando aquelas feitas a partir de fevereiro do mesmo ano (FRANCO, 2001, p. 161-162).

Os cargos públicos, dispostos a nomeação pelos chefes das facções e sob o aval de Borges de Medeiros, tornavam-se os cabos de guerra da disputa, como é perceptível nas denúncias acima citadas. A colocação é de fácil constatação quando se observa a eleição municipal de Jaguarão, na qual Zeferino Lopes de Moura conseguiu a nomeação de seu protegido, Manoel Amaro Júnior, como delegado de polícia, no período de afastamento da autoridade anterior, José Ignácio Silveira de Campos. Segundo Franco, a entrega dos cargos policiais aos dissidentes teria sido ocasionada por mútuo acordo, em permuta do cargo de Intendente Provisório aos *carlistas* (FRANCO, 2001, p. 164). Ao dispor de um leal em tal cargo, não se indispôs a usufruir de tal e fazer exatamente o que antes denunciava como malévola manobra da oposição. Assim, segundo Gabriel Gonçalves da Silva, em correspondência enviada a Carlos Barbosa, a nomeação de Manoel Amaro, “que a princípio desnor-teara os nossos companheiros, está atualmente encarada como de nenhuma importância”, no entanto, este estaria “valendo-se da profissão que exerce para coagir as pessoas que o procuram e do cargo que desempenha para perseguir aqueles que não cedem à sua cabala”, enfatizando que “seria muito preciosa” a presença de Barbosa no município, naquele momento<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Carlos Barbosa. Jaguarão, 23 de janeiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.



Figura 9 - Retrato de Manoel Amaro Júnior, localizado em seu jazigo, na lateral da capela do Cemitério das Irmandades de Jaguarão. Reprodução: Nycole Andrade.

Aparentemente, os primeiros receios em relação à nomeação de Manoel Amaro Júnior estavam corretos. Algumas ações do delegado zeferinista passaram a incomodar os eleitores e líderes da corrente *carlista*. Assim, em carta enviada por Gabriel Gonçalves para Borges de Medeiros, este aponta algumas ocorrências mais brandas, como interferir e acabar “com bailes previamente licenciados pela intendência, o que não é sua atribuição, provocando assim conflitos com autoridades administrativas”, bem como outras mais violentas, como ameaças aos “eleitores com prisão se não votarem Zeferino”<sup>123</sup>. A violência parece ser um recurso muito utilizado pelo referido delegado de polícia, visto que as denúncias feitas por Gabriel contra sua pessoa não pararam. Assim, foi acusado de chamar eleitores *carlistas* a delegacia, exigindo “sob compromisso que votem Zeferino ou se abstenham de votar contra”<sup>124</sup>.

Em fevereiro de 1917, mês da eleição, as denúncias contra os funcionários

<sup>123</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 25 de janeiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

<sup>124</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de janeiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

públicos, supostamente nomeados pela oposição, se intensificaram. Assim, o queixoso Gabriel Gonçalves afirma que o “Juiz Distrital e Oficial de Registro negam-se expedir títulos eleitores pretextando ser hoje feriado, amanhã domingo e depois dia da eleição”, tendo “tais funcionários [chegado] ao ponto de se ocultarem aos que os procuraram para aquele fim”, sendo feita a apelação por estas ações ao coronel Genes Gentil Bento e informadas por correspondência de Gabriel Gonçalves para Borges de Medeiros<sup>125</sup>.

Apesar de a nomeação ser necessariamente aprovada por Borges de Medeiros, na posição de Presidente do Estado, este não possuía controle *total* sobre as ações efetuadas pelos indivíduos que desempenhavam tais cargos, ficando estes à mercê dos coronéis, como visível nas ações realizadas por Amaro Júnior sob a aprovação de Zeferino. Neste caso, Borges possuía o poder legal de destituir/substituir aqueles que não lhe eram convenientes, porém antes que isso ocorresse, pairavam as denúncias e a investigação e a intervenção deu-se por meio do subchefe de polícia. Pensamos que os desligamentos e substituições sempre pesavam na balança de descontentamento das dissidências locais e seu uso era estratégico. Outra hipótese que levantamos para este caso em específico é que, apesar de suas controversas ações, Manoel Amaro Júnior, que também exercia a função de médico homeopata, era um republicano de confiança de Medeiros, pois passados alguns anos da emblemática eleição, comandou um corpo provisório da Brigada Militar em Jaguarão, que possuía um contingente superior a 300 homens (ANDRADE, 2019, p. 41).

Neste sentido, não é possível negar que existiu uma relação de influência e interferência da fronteira na referida eleição municipal. Para além das denúncias em torno dos muitos estrangeiros incluídos no alistamento de eleitores – fator que podemos pensar como uma das singularidades do coronelismo na fronteira – em 21 de fevereiro de 1917, Gabriel Gonçalves da Silva enviou uma carta ao comandante José Urrutia, da cidade de Melo, departamento de Cerro Largo, no Uruguai. Nesta, informava que o eleitor jaguarense Luiz Corrêa encontrava-se servindo na polícia daquela localidade e solicitava “desde que esse eleitor quisesse vir votar conosco, pedia ao amigo que lhe conseguisse licença para vir até o 3º distrito deste município, onde vota”, e caso este “queira vir votar com os adversários, era obséquio que o

---

<sup>125</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 24 de fevereiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

amigo obstasse a sua vinda”. Seguindo a comunicação, Gabriel pede que “se fosse possível, seria também grande serviço ordenar a fiscalização nos *passos da fronteira*, nos dias 25 e 26, pois consta que desse país passarão para aqui grupos com a intenção de perturbar a ordem por ocasião da eleição”<sup>126</sup>. Cabe lembrar, neste sentido, que a fronteira sempre foi um espaço de forte presença de forças militares e policiais, como demonstramos no primeiro capítulo.

Entretanto, os receios de Gabriel Gonçalves parecem não ter se concretizado, pois segundo informação passada posteriormente a Borges de Medeiros, a “eleição correu em calma e foi procedida como Vossa Excelência sabe, de acordo com o convênio proposto por Zeferino Moura, o que deu lugar a que a vitória republicana não fosse mais brilhante”. Assim, a eleição contou o resultado de 543 votos para Pedro Frederico Rache, candidato pela facção palaciana e 357 votos para Zeferino Lopes de Moura, o chefe opositor, contando dentro destes 80 votos de federalistas<sup>127</sup>.

Sérgio da Costa Franco destaca que, de maneira curiosa, a eleição municipal acabou coincidindo com a eleição de representantes para a Assembleia Estadual, sendo adotadas as mesmas regras do alistamento. Assim, “as facções que se digladiavam pela Intendência e pelo Conselho Municipal, coincidiam no apoio à chapa republicana de deputados, que alcançou mais de setecentos votos, contra cento e poucos dos federalistas”. Realizada a eleição, foi solicitado a Genes Bento que instaurasse uma *Comissão Executiva do Partido* em Jaguarão e na reunião de 19 de março, o órgão teria aprovado de forma unânime em “gesto de reconhecimento ao cel. Genes Bento” um “voto de louvor à sua pessoa, pela forma como conduziu o processo eleitoral. Foi esta uma das raras decisões harmoniosas da *comissão executiva*”<sup>128</sup> (FRANCO, 2001, p. 166-168).

Os anos que seguiram logo após a eleição foram marcados pela implementação de uma *Comissão Executiva* no município, o que significava que as facções utilizariam o intermédio daquele órgão para aprovação de suas ações, como nomeações a cargos públicos, o que poderia gerar empecilhos aos Barbosa-Gonçalves. Assim, ainda antes da instauração desta, Gabriel Gonçalves escrevia a

<sup>126</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a José Urrutia. Jaguarão, 21 de fevereiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

<sup>127</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 27 de fevereiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

<sup>128</sup> Carta da Comissão Executiva do Partido Republicano a Borges de Medeiros. Jaguarão, 19 de março de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2750.

Borges de Medeiros com a intenção de ponderar sobre o seu entendimento em relação a Regulamentação das Comissões Executivas, pelo qual acredita que “deviam ser depurados eleitores estranhos e adversos ao Partido, para do líquido do eleitorado republicano verificar-se se a dissidência, de fato, obtivera o terço que lhe dá direito e ingressar [na] executiva”. Segundo este, Zeferino não teria alcançado o terço da votação republicana<sup>129</sup>. Dessa maneira, é possível acreditar que as medidas tomadas para arrefecer os ânimos das facções não foram muito efetivas, culminando em outras contendas e na somatória dos fatores que levaram ao rompimento de Zeferino com o PRR, no ano de 1923<sup>130</sup>.

#### 4.4 DOUTOR CARLOS BARBOSA GONÇALVES: MEDIADOR E CHEFE POLÍTICO

O Clube Republicano Jaguareense foi fundado no ano de 1882, no dia 30 de julho, em uma reunião na residência do coronel Manoel de Deus Dias. Assim, naquela reunião, ficou definida uma diretoria provisória, que acabou sendo eleita posteriormente de forma definitiva, sendo composta por Carlos Barbosa como presidente e De Deus Dias como vice<sup>131</sup>. Assim, Barbosa Gonçalves foi o primeiro candidato eleito pelo partido, no ano de 1885, ao cargo de vereador em Jaguarão (FRANCO, 1998, p. 66-67) (CUNHA, 2018, p. 133).

É notável que a trajetória de Carlos Barbosa se sobressaiu dos padrões se comparado aos demais. Afinal, o sobrinho-neto de Bento Gonçalves, convicto republicano, desempenhou diversos cargos políticos posteriormente, entre eles, Deputado ao Congresso Constituinte de 1891, Deputado da Assembleia dos Representantes, Vice-Presidente e Presidente do Estado (1908-1913), além de ocupar uma cadeira no senado (1920), em âmbito federal. O médico jaguareense, oriundo de uma família de grande poder econômico e status social, mantinha uma relação diferenciada com os chefes estaduais do PRR. Segundo Sérgio da Costa Franco, “de sua correspondência com Júlio de Castilhos, transpira um clima de amizade íntima e confiança sem limites”. Dessa forma, o pesquisador aponta que

---

<sup>129</sup> Carta de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 11 de março de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

<sup>130</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 14 de maio de 1923. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2793.

<sup>131</sup> AHRS - Ata da primeira reunião do Club Republicano de Jaguarão (30 de julho de 1882). Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f.01.

Por várias razões, o comando político do PRR em Jaguarão fugiu aos padrões dos demais municípios. Sobre tudo pela circunstância de possuir um chefe altamente prestigiado, que chegou sem esforço a ser presidente do Estado no quinquênio de 1908 a 1913, e a Senador da República em 1920. A relação de Carlos Barbosa com os chefes estaduais sempre se manteve num nível de parceria e companheirismo, o que lhe era assegurado por diversos fatores: pela formação acadêmica, pela tradição republicana de sua família [...], pela independência financeira e boa condição econômica, pelas ligações que possuía no Uruguai. E isso explica que ele não fosse apenas um “coronel” partidário a mais, com influência limitada a Jaguarão (FRANCO, 2001, p. 135-136)

Mas qual fator diferenciava Barbosa dos outros republicanos? A esta questão, dedicou-se Carlos Otoniel Pacheco da Cunha. Cunha analisou a trajetória de Carlos Barbosa, buscando compreender a ascensão política deste, observando os recursos que foram herdados e adquiridos. Assim, o autor analisa várias esferas da vida pessoal de Barbosa, investigando a relação da família com a Guerra dos Farrapos, os aspectos econômicos, a formação acadêmica e a atuação médica, além do papel desenvolvido por este na propaganda republicana. Assim, ao final da pesquisa, concluiu que Carlos Barbosa utilizou os recursos herdados da família, tanto os materiais, como econômicos e financeiros, quanto os imateriais, como o prestígio. A situação econômica da família, com raízes na criação de gado e na posse de terras, teria favorecido a criação de algumas relações pessoais para os integrantes do clã. Mesmo não fazendo parte da elite política local, mantinham laços com a mesma, como é o caso de Francisco D’Ávila e Rafael de Souza Netto. Ainda, os recursos econômicos possibilitaram que Carlos frequentasse o curso superior no Rio de Janeiro, formando-se médico (CUNHA, 2018, p. 168)

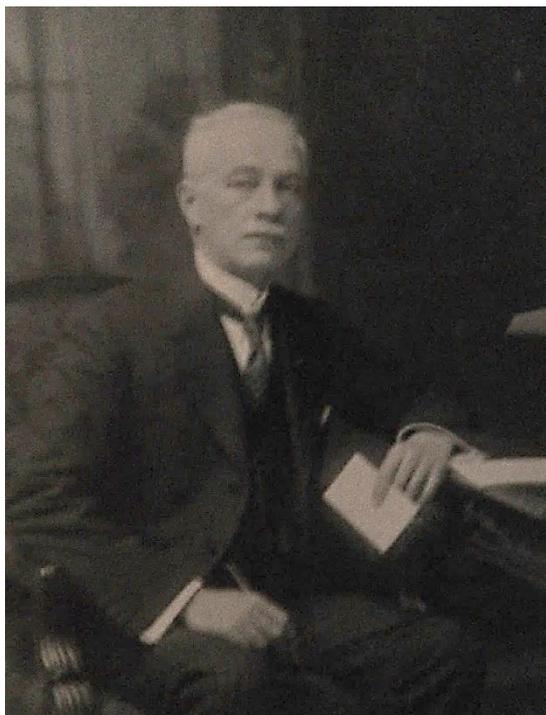


Figura 10 - Retrato de Carlos Barbosa Gonçalves, disponível no IHGJ. Reprodução: Nycole Andrade

Assim, além dos recursos apontados acima, legados pela sua família, Carlos Barbosa também conquistou os seus próprios, tanto por meio das relações criadas durante o curso de ensino superior, quanto por aqueles obtidos por meio do exercício da medicina. Os laços e a convivência com outros estudantes foram, sem dúvida, importantes, pois antes de tudo as Faculdades do Império também eram um espaço de convivência dos filhos das famílias de elite. Neste período, o mesmo envolveu-se na propaganda republicana. Além disso, a profissão de médico favoreceu o ganho de apoio, praticando consultas gratuitas e caridades atreladas a profissão, certamente fez com que conquistasse pagamentos imateriais, com potencial de uso a longo prazo. Nessa lógica, Cunha conclui que o sucesso político de Carlos Barbosa adveio da combinação de elementos, o “lastro social, político e econômico proporcionado pela família”, o angariamento de recursos próprios, assim como o bom uso da articulação dos mesmos para aumentar suas possibilidades de sucesso (CUNHA, 2018, p. 169-170).

Tendo em vista a circulação de Carlos Barbosa Gonçalves pelas esferas políticas em âmbito local, regional e federal e o destaque e influência que este ganhou dentro do grupo republicano sul-rio-grandense, nos deparamos com a hipótese de que ele teria exercido o papel de mediador durante sua trajetória política

fora do município de Jaguarão. Vargas, ao estabelecer uma revisão bibliográfica em torno do conceito, estabelece que “os mediadores eram pessoas que possuíam características diferenciadas dentro da sua “aldeia” e que eram responsáveis em ligar a sua comunidade com o mundo exterior, defendendo interesses diversos”. Todavia, o pesquisador enfatiza que, dentro de seu recorte de pesquisa que abrange o período monárquico entre os anos de 1868 e 1889, trabalha com “mediadores políticos”, “uma vez que os mesmos eram também deputados, senadores e ministros e usavam a política como principal canal de intermediação entre os dois mundos”, mas que o conceito não se aplica exclusivamente ao mundo político, podendo indivíduos que desempenham diferentes atividades, como negociantes e estancieiros, também exercer o papel de mediador. Assim, compreendemos que o mediador possui características e habilidades únicas e intransferíveis, que o diferenciam dos demais indivíduos do grupo onde esteve inicialmente inserido e utiliza estas como forma de interagir com o sistema local e o nacional, tendo seu poder assegurado na capacidade de arregimentar recursos e informações do mundo exterior, trazendo-os para benefício do sistema local (VARGAS, 2007, p. 33-34).

Ao estudar as elites do país Vasco e Navarra no Antigo Regime, Beunza utiliza o método de redução de escala e estuda algumas famílias e indivíduos das aldeias da região baztanesa. Através de registros de contabilidade, testamentos e missivas, o autor concluiu que alguns indivíduos da aldeia do Valle foram elevados a carreiras no âmbito monárquico e que estes mesmos indivíduos proporcionaram ajuda habitual e contínua para a aldeia, garantindo uma chegada regular de dinheiro para pagamento de pensões, educação, reconstrução de casas, entre outras coisas. Após este impulso inicial, as famílias pertencentes à elite econômica do Valle expressaram-se através da construção de imóveis, aquisição de terras, melhorias de suas fazendas, entre outros feitos, utilizando-se também de meios imateriais para alimentar seu prestígio, por meio de seus familiares ligados a funções na realeza, sendo nomeados para cargos a serviço do monarca, como ministros, conselheiros e oficiais, além da aquisição de cargos militares por parte de alguns. Segundo Beunza, “las mismas relaciones de estas familias con sus parientes situados em las más elevadas instancias políticas y eclesiástica fueron um elemento principal de prestigio e influencia em la comunidad” (BEUNZA, 2001, p. 232-234).

Alguns aspectos nos suscitaram dúvidas, em um primeiro momento, ao considerar se Carlos Barbosa realmente escutou e atendeu as demandas que

emanavam do município de Jaguarão, enquanto exercia cargos em outros âmbitos. O senhor Gedeão de Farias Santos, que se apresenta como professor público rural, afirma em correspondência a Borges de Medeiros, que desde 1903 tem “anualmente apresentado às autoridades competentes o orçamento dos móveis e demais utensílios indispensáveis à boa marcha, adiantamento e disciplina desta escola”, recebendo, por meio destes apelos, “apenas um mapa do estado, alguns livros e carteiras que, imprestáveis foram retiradas das aulas urbanas”. Enfatizando a deplorável situação em que se encontrava, o remetente afirma que “até então os bancos da minha aula (seja lícito dizer-vos) eram caixões de querosene!”, e que “em grande extensão do estado há [...] homens que não conhecem o símbolo sagrado da Pátria; a minha escola, por onde já tem passado talvez uma centena de meninos, entra infelizmente neste número!”<sup>132</sup>.

A carta, datada do dia 18 de maio de 1913, logo após o final do período o qual Carlos Barbosa esteve à frente do governo gaúcho, mostra ainda que o remetente buscava alguma proximidade de seu conterrâneo jaguareense, tendo pedido “diretamente providências ao ilustríssimo senhor doutor Carlos Barbosa, então presidente do estado”, e que talvez pelas “múltiplas preocupações”, advindas com o cargo, as “justas solicitações não foram tomadas em consideração”<sup>133</sup>.

Esse documento, no entanto, apresenta uma irregularidade em relação às outras 211 cartas que foram selecionadas para esta pesquisa: a epístola apresenta uma “resposta”. Ao final do documento, há uma anotação anexada, com uma assinatura ilegível, na qual confere estar “respondida nos termos desta informação penal”, não constar no órgão responsável nenhuma reclamação do remetente. Ainda, ressalta que “na presidência do dr. Carlos Barbosa veio uma reclamação de um colega desse professor, também de aula rural, Adolpho Rodrigues da Silva, quanto à fornecimento de móveis, tendo sido atendido”. Assim, segundo a explicação contida no anexo, “carteiras americanas” foram doadas as escolas das cidades, enquanto o conselho recomendava o recolhimento das carteiras antigas, a fim de que fossem consertadas, pintadas e redistribuídas nas escolas de zona rural. Ainda, justifica que há uma grande demanda de móveis escolares nas escolas rurais, e que esta está sendo atendida conforme o possível, no entanto, têm-se

---

<sup>132</sup> Carta de Gedeão de Farias Santos a Borges de Medeiros. Jaguarão, 18 de maio de 1913. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2647.

<sup>133</sup> Idem.

“distribuído bandeiras pelas aulas, onde os inspetores [...] verificam que se dá desenvolvimento à educação cívica”<sup>134</sup>.

Por meio desta denúncia é possível pensar, num primeiro momento, que o município de Jaguarão não recebeu atenção especial de Barbosa durante seu período de chefatura do governo estadual. Porém, como viemos ressaltando ao longo desta pesquisa, o trabalho com as epístolas é, por vezes, tendencioso, nos proporcionando uma visão de leitura de mundo restrita à interpretação do remetente e/ou do destinatário, ou neste caso, daquele que responde. Por tanto, essas informações precisam ser postas em verificação com outros tipos de fontes ou com a historiografia. Sérgio da Costa Franco pontua este e outros descontentamentos expressos, logo após Borges de Medeiros reassumir o poder, como uma forma de intriga da oposição. Pois, segundo o pesquisador,

Carlos Barbosa favorecera inúmeros jaguarenses com posições e empregos, mas certamente gerara frustrações entre os que não foram aquinhoados. Também é possível que o descontentamento expresso em cartas ao sucessor já fosse orquestrado pela facção de Zeferino Moura, que se encaminhava para a aberta dissidência (FRANCO, 2001, p. 145).

Assim, indo em contrariedade com o que temos em um primeiro momento, o pesquisador Eduardo de Souza Soares caracteriza o governo Carlos Barbosa como “o mais profícuo quinquênio em obras públicas de relevância que o Rio Grande do Sul, em todos os tempos, experimentou”. Não é a intenção desta pesquisa discutir sobre as diretrizes orçamentárias e a distribuição de verbas públicas estabelecidas durante o governo Barbosa, no entanto, neste ponto, Soares nos traz uma importante informação: durante sua legislatura, foi efetivada a construção da ponte sobre o Arroio Grande, denominada de “ponte Carlos Barbosa”. A construção desta obra significou a remoção do “maior obstáculo que existia na ligação terrestre Jaguarão – Estação de Piratini”. Tal obra causou um grande benefício para a localidade, visto que “entre outros benefícios subsequentes, ampliou a margem de segurança dos usuários das diligências, possibilitando maior atenção aos horários de tomada do trem em Piratini, ponto intermediário na linha férrea Rio Grande – Bagé” (SOARES, 2005, p. 16). Nessa lógica, a construção da ponte teria facilitado o deslocamento e o transporte de mercadorias até a cidade de Jaguarão e de forma consequente, até a fronteira com o Uruguai. A circulação de indivíduos também é

---

<sup>134</sup> Idem.

um fator que não pode ser deixado de lado, pois como foi apontado no primeiro capítulo, o deslocamento por meio de diligências e cavalo poderiam ser dificultados pela cheia dos arroios. Tal ponte teria beneficiado aos cidadãos jaguarenses, bem como seu comércio e economia.

Não podemos pontuar tal como uma demanda que partiu da comunidade jaguarenses, no entanto, segundo consta nos *Annaes da Assembleia Legislativa Provincial*, da Província de São Pedro, na sessão de 4 de abril de 1881 foi apresentada uma petição pela Câmara Municipal da Villa do Arroio Grande, solicitando a construção de “uma ponte mixta no passo real sobre o Arroio Grande, na proximidade da Villa; Considerando que a obra reclamada é não só de utilidade, mas de urgente necessidade pública”, a mesma teve o orçamento e a planta elaborada pela repartição das obras públicas, não sendo possível ocorrer “a construção da referida ponte por deficiência dos cofres provinciais”<sup>135</sup>. Todavia, cabe lembrar aqui que, até pouco anos antes desta demanda ser expressa por meios oficiais, Arroio Grande era distrito do município de Jaguarão, sendo constituído pela *freguesia de Arroio Grande*. Apenas no ano de 1873, pela *Lei nº 843, de 24 de março* do corrente, o mesmo foi elevado a Vila, ocorrendo a instalação do município em 22 de dezembro de 1873. Assim, é possível pensar que estas comunidades, apesar de reunidas posteriormente em distintos municípios, fizeram parte de um mesmo território político-administrativo por muitos anos.

Isso demonstra que a construção da obra pública era uma preocupação dos habitantes daquela região. No entanto, as fontes disponíveis não nos permitem afirmar a existência de uma possível intervenção de Barbosa em prol de seus conterrâneos, mas sem sombra de dúvidas, a obra teve repercussões positivas no município de Jaguarão, sendo um ponto de ligação com a cidade vizinha, facilitando o deslocamento entres as comunidades e até a República do Uruguai. A construção de escolas, pontes e obras públicas diversas constituía-se em uma das principais demandas das populações rurais e sua inauguração era importante momento de projeção pública dos líderes políticos envolvidos.

Também cabe enfatizar que, após 1913, pouca correspondência foi remetida por Carlos Barbosa a Borges de Medeiros. Das 24 missivas remetidas por Barbosa,

---

<sup>135</sup> Memorial da Assembleia Legislativa. Anais da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Sul. Sessão em 4 de abril de 1873. p. 41. Esta fonte foi gentilmente cedida pelo meu amigo Vitor Luiz Soares Figueiredo, durante uma conversa sobre nossas pesquisas.

encontradas no ABM, 19 foram enviadas entre os anos de 1899 e 1908, início de sua legislatura; 3 após a conclusão de seu mandato, distribuídas entre os anos de 1913, janeiro de 1915 (as duas configuram-se em pedidos de empenho para nomeações a cargo público) e 1916, afirmando sua lealdade a Medeiros<sup>136</sup> e apenas 2 foram remetidas após 1916, uma no ano de 1920 e outra em 1925. Assim, é possível notar que a frequência da correspondência remetida de Jaguarão diminuiu conforme o passar dos anos, indo de forma contrária a lógica, pois o que poderíamos observar seria uma maior proximidade entre o governo e Carlos Barbosa após o fim de seu mandato, ou pelo menos, uma relação pessoal mais próxima com Borges de Medeiros, visto o período que atuaram “conjuntamente” nas questões relativas ao estado.

Para explicar isso, possuímos algumas hipóteses prováveis. A primeira delas, e mais simples, pauta-se na localização geográfica de Barbosa. Sabe-se que durante o período da Primeira República, Carlos Barbosa exerceu cargos fora do município de Jaguarão, como quando atuou como deputado e senador. Assim, é possível que existam cartas remetidas por Carlos Barbosa arquivadas em outros municípios ou estados da classificação utilizada pelo ABM. A segunda, a qual acreditamos existir grande coerência, remete-se ao apoio dado por Carlos Barbosa a Ramiro Barcellos, nos anos de 1915 e 1916, o que teria dado indícios da dissidência do médico republicano e estremecido sua relação com o chefe supremo do estado.

Conforme relatado no primeiro capítulo desta pesquisa, diversos rumores sobre a dissidência de Barbosa em relação à direção central do partido começaram a se espalhar. Foi natural, então, que Borges de Medeiros buscasse averiguar a situação, buscando notícias de Jaguarão. Assim, provavelmente, um dos escolhidos para a obtenção de informações mais seguras foi José Barbosa Gonçalves, irmão de Carlos. Em epístola enviada a Borges de Medeiros, José Gonçalves relata sobre sua viagem a Jaguarão, bem como ter encontrado Carlos “fortalecido de saúde e animado”, afirmando ter transmitido a ele “as suas palavras de consideração e apreço, bem como o abraço significativo de sua amizade pessoal”, tendo este recebido os recados com “satisfação, não escondendo a viva alegria que lhe causaram as palavras do vosso chefe”. No decorrer da comunicação, José noticia que “dentro de alguns dias, o Carlos fará seguir até essa capital uma prova de sua

---

<sup>136</sup> Carta de Carlos Barbosa Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 10 de julho de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc 2735.

alegria e uma retribuição cordial dos seus recados, que tão apreciados foram”<sup>137</sup>.

No mês seguinte, Carlos escreveu a Borges de Medeiros sobre a visita do irmão, alegando que o mesmo “transmitiu-me vosso honroso abraço, que reconhecidamente agradeço e retribuo”. Pelas informações dispostas nesta correspondência e na anterior, Carlos Barbosa encontrava-se assolado por uma doença não-especificada<sup>138</sup>, afirmando este estar “retirado da atividade profissional e política, procurando dedicar à família as pequenas energias restantes”, todavia, colocava-se a disposição do chefe partidário “se surgirem para nosso amado Rio Grande dificuldades imprevistas”, assegurando que “farei das fraquezas força e procurarei mais uma vez servi-lo com o mesmo ardor e desinteresse com que, diz-me a consciência, tenho feito até hoje”<sup>139</sup>. Assim, percebemos que estas fontes entram em contrariedade com os documentos e a historiografia revisadas no capítulo. Percebendo que o interregno de comunicação por carta, de quase 4 anos, foi quebrado em 1920, com um pedido de empenho para o aumento do valor da aposentadoria de Augusto Câmara<sup>140</sup>, podemos pressupor que talvez Borges de Medeiros não tenha sido convencido totalmente sobre a lealdade de Carlos Barbosa com as informações recolhidas. Também é possível especular sobre a existência de um distanciamento entre os dois líderes republicanos.

Sabemos que a vida política de Carlos Barbosa não foi encerrada em 1916. Em 1919, Barbosa foi eleito para um mandato de seis anos no Senado Federal, sendo reeleito em 1927 e renunciando, por motivos de saúde, no ano de 1929. Segundo Carlos Otoniel Pacheco Cunha, a vaga teria sido ofertada pelo partido (CUNHA, 2018, p. 23). Acreditamos que a vaga senatorial tenha sido ao mesmo tempo uma forma de “recompensa” aos serviços prestados por Barbosa, buscando valorizar as ações do indivíduo, bem como uma forma de “exílio”, levando para fora do Rio Grande do Sul aquele que poderia causar algum tipo de problema político no

<sup>137</sup> Carta de José Barbosa Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 03 de junho de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2734.

<sup>138</sup> Foi possível identificar que, pelo menos, desde o ano de 1907, Carlos Barbosa vinha sofrendo com uma doença que nem ele, nem os colegas médicos conseguiam classificar corretamente. Dessa forma, o médico jaguareense, como relatado por ele mesmo, sofria com tonteiras, torpor, enlouquecimento, desânimo e abatimento, afetando, aparentemente, as funções cerebrais (ABM, doc. 2637). No entanto, as fontes não nos possibilitam afirmar se a mesma moléstia voltara a afetá-lo em 1916, ou mesmo, que tenha se extinguido em algum período. Em seu necrológico, a doença é tratada como esclerose (CUNHA, 2018, p. 24)

<sup>139</sup> Carta de Carlos Barbosa Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 10 de julho de 1916. Carta Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2735.

<sup>140</sup> Carta de Carlos Barbosa Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 24 de julho de 1920. Carta Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2790.

sul do estado. Durante este período, teria ainda sido investido do comando da política municipal por Borges, quando voltara do Rio de Janeiro, com a finalidade de organizar a eleição municipal para o quadriênio que estava quase extinto, configurando-se este em um dos fatores que motivaram a desistência das responsabilidades políticas por parte do chefe opositor local, Zeferino Moura<sup>141</sup>.



Figura 11 - Homenagem póstuma de Gabriel Gonçalves da Silva ao seu amigo Adalberto de Azevedo e Souza, localizado em seu jazigo, no Cemitério das Irmandades de Jaguarão. Reprodução: Nycole Andrade.

<sup>141</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 14 de maio de 1923. Carta Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2793.

É possível notar que os Barbosa-Gonçalves não deixaram de ser alvo de suspeitas rebeldes por seus conterrâneos. A primeira denúncia da aliança da família com os federalistas ocorreu ainda na agitação ramirista, em 1915/16. Em carta, Arnaldo Passos Franco informou a Borges de Medeiros que Carlos teria “empareirado com o chefe maragato daqui doutor Dermeval Pinto” um protesto da liga médica<sup>142</sup>. Segundo Zeferino Lopes de Moura, na eleição estadual do ano de 1922, na qual disputaram o cargo de governador do estado Antônio Augusto Borges de Medeiros, pelo Partido Republicano Riograndense e Joaquim Francisco de Assis Brasil, Gabriel Gonçalves da Silva teria apoiado o candidato da oposição<sup>143</sup>. Ainda, segundo Zeferino, Carlos Barbosa teria cometido inverdades ao informar Borges de Medeiros sobre seus companheiros que apoiaram a candidatura de Assis Brasil, assegurando que estes retornariam ao Partido Republicano. Aparentemente, alguns de seus correligionários, como o doutor Alcides Marques, estariam financiando a compra de armamento pelo comitê assistista, por meio de uma subscrição intitulada “cruz vermelha”. Para o remetente, “tanta perfídia e traição jamais se pronunciou em parte alguma”<sup>144</sup>.

Apesar das desconfianças que possamos ter com as informações apresentadas por Zeferino, podemos acreditar que este estava bem informado sobre a movimentação dos adversários. Durante a 30ª reunião da *Comissão Executiva* local, estava em pauta a candidatura ao cargo de intendente municipal. Não chegando a um consenso entre maioria e minoria, Zeferino Moura propôs, como medida conciliatória, que o candidato ficasse a cargo da escolha de Borges de Medeiros. Adalberto de Azevedo e Souza, membro da maioria, expressou sua opinião de que o Partido Federalista era uma força reduzida, sendo constituído pelos mesmos nomes conhecidos. Ainda, acreditava que

[...] esses adversários agora como nunca nos inspiram o menor temor. Ainda na última eleição municipal pleiteada com tanto afincio pela minoria chefiada pelo coronel Zeferino, entre os que mais trabalharam em favor da causa destes se distinguiram estes mesmos federalistas que ele hoje receia e cujo auxílio concorreu para a minoria triar o terço. Basta lembrar que os chefes federalistas Hermenegildo Corrêa, Quirino Ferreira Borges, Osório Porto, João Francisco Nunes, Arnaldo Dutra e outros fizeram todo o esforço

---

<sup>142</sup> Carta de Arnaldo Passos Franco a Borges de Medeiros. Jaguarão, 29 de maio de 1916. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2732.

<sup>143</sup> Idem.

<sup>144</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Protásio Alves. Jaguarão, 7 de julho de 1923. Localização: IHGRHS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2795.

nessa campanha, e apesar disso a maioria nada receu desses adversários mesmo aliados a minoria. Achamos, portanto, que o motivo justificativo invocado pelo coronel Zeferino, não procede<sup>145</sup>.

Porém, aparentemente, fugia ao conhecimento dos membros da maioria que Zeferino Moura estava desempenhando, já há algum tempo, o papel de informante, a mando de Borges de Medeiros nas reuniões do Partido Federalista. Em correspondência enviada em 30 de maio de 1917, o remetente comunicou sobre as decisões tomadas na reunião do “partido maragato”, ocorrida em 13 daquele mês, na qual ficou por definido “concorrer a todas as eleições”, não havendo atividade aparente desses adversários logo após, dando a impressão de que “muito pouco ou nenhum resultado prático dará, a não ser algum conchavo com pretenciosos que possam aparecer à última hora na eleição para Presidente do Estado, o que não me parece também provável”<sup>146</sup>. Após a acirrada eleição municipal de 1917, Zeferino manteve uma relação próxima de Borges. É possível observar que o chefe da oposição local havia angariado a confiança de Borges de Medeiros, ou pelo menos, se beneficiado por medidas conciliatórias praticadas pelo presidente do estado, recebendo “alta prova de apreço e consideração [...] aprovando a minha direção naquele município [Herval]”<sup>147</sup>. Dessa forma, ele criava para si um amplo espaço de manobra e barganha, tanto com o PRR quanto com os federalistas.

Além destes, outras pessoas denunciaram a proximidade de Gabriel Gonçalves da Silva e seus amigos com os simpatizantes de Assis Brasil. No ano de 1923, Silvano Corrêa da Silva informava ao chefe partidário republicano sobre a eleição intencional transcorrida em Jaguarão naquele ano. Assim, afirmava que a mesma foi feita a “bico de pena” e que apesar da ausência do eleitorado, o intendente teria recebido um total de 808 votos, número maior do que o obtido pelo próprio Borges de Medeiros na última eleição (805). Logo após a posse do intendente, um piquete de militares sob o comando do Tenente Coronel Lucas Martins, entregou ao novo chefe eleito e ao senador Carlos Barbosa cartas, “pedindo-lhes [para] conseguirem cavalos para a remontas das forças legais”.

---

<sup>145</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 6 de março de 1920. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2788.

<sup>146</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 30 de maio de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2755.

<sup>147</sup> Carta de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 23 de dezembro de 1918. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2775.

Segundo relata Silvano,

o senador reuniu na intendência alguns dos seus amigos, e apenas obteve, destes, reduzido número de cavalos (vinte e tantos) concorrendo ele, senador, com três, que mais tarde lhe foram devolvidos.

Percebeu o senador, que não tinha prestígio nem influência junto aos seus amigos, para conseguir o que lhe era pedido [...]

Pudera!... se eles são, quase todos, assisistas! Talvez todos. Assim sendo, não tinha o doutor Carlos para quem apelar, pois tendo escorraçado com o elemento *zeferinista*, não podia a estes recorrer.

Em virtude do insucesso desta tentativa, mandou o doutor Carlos que arrebanhassem a cavalhada que pudessem [...] Isto produziu gritos terríveis contra Vossa Excelência, e contra as forças legais. Parece até que era justamente isso o que esta gente desejava [...] Entretanto, a responsabilidade era toda do senador;

[...] E, cousa caracteristicamente notável, as fazendas do senador Carlos Barbosa, coronel Gabriel Gonçalves, Maurício Dutra e outros àqueles chegados, nada sofreram.

E lá se foi [...] para o Rio, tendo prestado esse grande serviço ao Partido Republicano e ao governo de Vossa Excelência.

Há pouco, andou aqui um enviado do “comitê assisista” ou da “suprema junta” arranjando dinheiro para a “cruz-vermelha-libertadora” [...] a essa reunião compareceu o doutor Alcides Marques, conselheiro municipal mandado eleger pelo doutor Carlos Barbosa, em nome do Partido Republicano, o qual assinou com quinhentos mil réis para a “humanitária instituição”. O Coronel Gabriel Gonçalves, consta que concorreu com igual quantia, e as esposas de ambos com cem mil réis cada uma!

E são tais homens a quem o doutor Carlos Barbosa ofereceu a cadeira de Intendente do Município, a qual nenhum deles aceitou, para não terem de entrar em relações, ainda que apenas oficiais, com Vossa Excelência.

Organizaram os assisistas um festival aqui, levado a efeito, a 13 do corrente, no Teatro Esperança, em prol da tal “cruz-vermelha” [...]

Os *zeferinistas* foram alijados pelo doutor Carlos, em nome de Vossa Excelência, e, verdade seja dita, se têm mantido numa atitude discreta e digna, sofrendo estritamente as agruras do ostracismo, dentro do Partido, sem articularem, sequer, uma queixa contra tão injusta quão ingrata medida<sup>148</sup>.

No primeiro trecho da mensagem, é possível perceber que o remetente questiona a influência de Carlos Barbosa no município, enfatizando que republicanos próximos a este estavam aderindo às ideias assisistas e com a desistência da oposição local representada na figura do líder Zeferino Moura, este não tinha a quem recorrer em relação a tais recursos. Entretanto, no decorrer da carta, nota-se que Silvano Corrêa Silva condena e desconfia da ação de Carlos Barbosa de permitir aos militares o arrebanhamento da cavalhada, pensando que esta pode ter sido planejada de forma proposital a levantar o descontentamento do povo jaguarense contra o governo borgista. Ainda, pontua doações de conhecidos

<sup>148</sup> Carta de Silvano Corrêa da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 20 de julho de 1923. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2797.

*carlistas* à causa rebelde, e explana seu descontentamento com tais medidas vindas da facção palaciana, visto que os dissidentes republicanos locais, que pela lógica, deveriam apresentar seu descontentamento e aliar-se às tropas de Assis Brasil, mantinham-se discretos e com dignas atitudes<sup>149</sup>.

Por tanto, as redes de relações, que de certa forma também fortaleciam parcialmente as facções políticas locais, não eram apenas acionadas na ocasião das eleições, na qual as cartas buscavam oferecer favores a eleitores e cabos eleitorais. Por meio delas, se distribuía empregos, cargos e patentes, assim como decisões que buscavam enfraquecer o poder político dos rivais. Nesse sentido, para que essas decisões pudessem ter o melhor resultado possível, as redes também eram um meio por onde circulavam informações pelas quais os chefes políticos buscavam diminuir as inseguranças e imprevisibilidades caras aos bastidores das negociações políticas. Em contextos de crise política e desconfiança do posicionamento dos aliados, esse recurso era ainda mais necessário.

Outro alerta sobre as atividades rebeldes do clã Barbosa-Gonçalves partiu do juiz distrital Francisco Fabres da Rocha, do qual Borges recebeu queixas sobre sua conduta. Ao longo da epístola, Francisco discorre sobre as dificuldades encontradas para intermediar e manter a cordialidade entre as facções *carlista* e *zeferinista*. Segundo o remetente, a “má vontade” contra sua pessoa “foi se acentuando, ao verem que eu me não calava quando censuravam os atos de Vossa Excelência e antes fazia praça de ser republicano borgista, ao contrário da gente de Gabriel que se jata de ser republicano, mas contrário de Vossa Excelência”. Assim, o remetente finaliza apontando que seu único crime foi “ser borgista numa terra em que o grupo que domina é contrário a Vossa Excelência”<sup>150</sup>.

Nessa lógica, acreditamos que Carlos Barbosa Gonçalves desempenhou o papel de mediador em muitas ocasiões, atendendo as demandas municipais que emergiram do município de Jaguarão e região durante seu período como governador do estado e defendeu os interesses do PRR no âmbito local. Trabalhamos com a hipótese de que este reuniu os recursos imateriais e materiais, herdados de sua família e angariados por ele, para construir seu espaço de manobra, manejando de forma competente os recursos que estavam à sua disposição. Assim, o cargo de

---

<sup>149</sup> Idem.

<sup>150</sup> Carta de Francisco Fabres da Rocha a Borges de Medeiros. Jaguarão, 29 de junho de 1924. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2798.

governador provavelmente teria deixado Carlos com maiores expectativas e influência política, fortalecendo-o a ponto de colocá-lo em uma posição de “ameaça” e barganha ao seu velho e ferrenho chefe, Borges de Medeiros. As alianças de seus correligionários com as forças rebeldes, bem como a dúvida de sua lealdade em relação ao governo borgista, certamente integravam o jogo político da barganha.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o desenvolvimento desta pesquisa, cabe aqui pontuar alguns aspectos importantes com os quais nos deparamos. Em primeiro lugar, podemos caracterizar o município de Jaguarão como um espaço afetado social, política e economicamente ativos, afetado pela fronteira. A difusão dos ideais republicanos, ainda no período imperial, foi um aspecto singular do município localizado durante esta pesquisa. Assim, tanto a fundação do jornal *A ordem*, como a instalação de um Clube Republicano em 1882 - apenas 4 anos após a instalação do Clube Republicano de Porto Alegre - e a eleição de Carlos Barbosa Gonçalves ao cargo de vereador, em 1885, demonstram aspectos do crescimento gradual do movimento na localidade.

Foi possível notar alguns vislumbres da influência que as relações com o Uruguai tinham sobre os habitantes daquela região, adornando aquela comunidade com características únicas. Diferentes tipos de interação brotaram das fontes e da bibliografia, as quais agrupamos em três distintos arranjos: a posse de terras no exterior, as relações sociais estabelecidas com políticos e autoridades estrangeiras e a implantação e circulação de informantes. De forma notável, muitos indivíduos residentes no município de Jaguarão e região de fronteira eram donos de propriedades em cidades do Uruguai, fator fortemente ligado à população gaúcha residente no país vizinho e a economia pautada na criação de gado, típica da região do pampa. Ainda que mais evidente em um período anterior ao recorte desta pesquisa, esta característica manteve-se, com algumas ressalvas e mais fortemente na posse de terras, durante o período da República. De certa forma, não podemos deixar de pontuar que estas posses e a proximidade geográfica entre os dois países poderiam ser utilizadas de forma estratégica pelos indivíduos, tanto para o comércio legal como para o contrabando das mais diversas mercadorias. Outro ponto fortemente notável, nesse sentido, foi a demanda por cargos públicos, expressas na correspondência endereçada a Borges de Medeiros, nos órgãos responsáveis pela fiscalização da fronteira, como a Mesa de Rendas e a Guarda Fiscal Aduaneira, sendo possível levantar a possibilidade do uso destes para facilitar a passagem de mercadorias pela fronteira.

A circulação de indivíduos naquele espaço também teve relevante destaque nos documentos analisados. Apesar de geograficamente distante de outras cidades,

vários meios de transporte possibilitavam acesso a Jaguarão e a Rio Branco, levando pessoas, produtos e contrabando. De maneira recorrente, foi possível localizar menções a viagens realizadas pelos remetentes e/ou pessoas citadas nas missivas, principalmente com destino a Porto Alegre, Herval, Pelotas e Santa Vitória do Palmar. Ainda, foi possível localizar indivíduos que fixavam residência no Uruguai, com a finalidade de fornecer informações e estabelecer vínculos. Assim, algumas interações bem pontuais foram observadas, como tentativas de publicação do PRR na imprensa estrangeira, solicitação de favores a autoridades uruguaias e a disputa para nomeação de cargos públicos que forneceriam influência no Uruguai, como o vice-consulado. Desta forma, é possível afirmar que o aspecto “fronteira” foi utilizado, moldado e manejado, de forma consciente e/ou inconsciente, pelos indivíduos que ali habitavam. Os aspectos violentos dessa fronteira não deixaram de ser considerados, visto que este espaço sempre fora alvo de disputa e de uma forte presença militar.

Apesar da pequena representatividade da população do município no estado, muitos líderes políticos emergiam de Jaguarão. No período do Segundo Reinado, Henrique D'Ávila e José Francisco Diana tiveram proeminentes carreiras políticas, ocupando diversos cargos, tanto em âmbito municipal, como vereadores, quanto estadual e federal, como deputados e ministros. Além disso, D'Ávila ainda atuou como Senador e Presidente da Província do Rio Grande do Sul e do Ceará. Durante o período da Primeira República, Carlos Barbosa também desempenhou um destacado papel político, atuando como Vereador, Deputado Provincial, Senador, Vice-Governador, Secretário e Presidente do Estado.

As barganhas políticas e os novos arranjos políticos, criados devido a Proclamação da República, influenciaram a política nacional e o estado do Rio Grande do Sul. Vitimado pela instabilidade política e pelos conflitos da Revolução Federalista, o estado passou por diversos governadores em seus primeiros anos. Júlio de Castilhos participou diretamente das barganhas com os presidentes, sendo estas relações um dos motivos para o crescimento do descontentamento com a política estadual. Assim, assumindo o governo do estado até o ano de 1898, Castilhos implementou diversas medidas para a cooptação das elites políticas locais e para impossibilitar a chance de crescimento aos opositoristas, estabelecendo por meio destas a base de seu governo. Antônio Augusto Borges de Medeiros, sucessor e pupilo de Castilhos, assumiu o governo do estado no mesmo ano, dando

continuidade às diretrizes estabelecidas por Castilhos. Todavia, com o passar dos anos, alguns obstáculos passaram a interpor-se a Medeiros, bem como mudanças na lei federal, dando espaço para a representação das minorias. Apesar de uma diminuta possibilidade de ameaça causada pela oposição do Partido Federalista, Medeiros buscou cooptar os “descontentes”, representados basicamente como opositores locais, abarcando-os sob a égide do PRR. Dessa forma, o partido dividia-se em duas correntes no âmbito municipal, a corrente palaciana e a corrente opositora, que disputaram, de maneira ferrenha, as eleições e benefícios cedidos pelo governo. A barganha, nesse sentido, dava-se sobretudo por meio da concessão de cargos públicos e reconhecimento aos líderes das duas frações do partido, tomando forma de uma “gangorra das facções”. Foi possível observar e questionar, então, a ideia de um domínio político hegemônico de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, bem como o tratamento dispensado por este nas diferentes regiões do estado, bem como suas políticas intervencionistas.

A disputa entre *carlistas* e *zeferinistas* estendeu-se por um longo período, durante o qual observamos algumas medidas tomadas pelo chefe do governo para apaziguar o ânimo das facções. Assim, é possível pensar que a investidura de reconhecimento a Zeferino Lopes de Moura e Carlos Barbosa Gonçalves e posteriormente a Gabriel Gonçalves da Silva, foram utilizadas uma como forma de “compensação”. A prática do “equilíbrio” foi muito notável durante o processo eleitoral de 1917, ápice desta disputa, no qual tornaram-se evidentes os benefícios cedidos. Também, durante a realização da referida eleição, foi possível notar as denúncias sobre fraudes, inclusão de votantes estrangeiros, uso da violência e coerção. Após a realização desta, outras práticas de manutenção do poder, utilizadas por Borges de Medeiros, foram identificadas, como a implementação de uma *Comissão Executiva do Partido*, no mesmo ano e a nomeação de um intendente provisório, em 1920, visto a desarmonia que regia a relação entre as duas correntes.

Podemos concluir que estes indivíduos comunicavam-se de forma direta com Borges de Medeiros e por meio da correspondência, ter alguns vislumbres do que ocorria no município nos primeiros anos da República. O trabalho com as *Atas do Conselho Municipal* e as observações em relação à elite política local amenizaram a falta desses outros tipos de fontes e foram imprescindíveis para tecer algumas considerações em torno do grupo de remetentes de Borges de Medeiros.

De forma significativa, foi possível ver as diferenças entre ser coronel nas diferentes regiões do estado e como os Barbosa-Gonçalves sobressaíram-se neste sentido. Também foi possível notar algumas estratégias utilizadas por Carlos Barbosa durante sua trajetória política, tanto desempenhando um papel de mediador entre a comunidade e mundo exterior, como seu flerte com a dissidência ramirista e federalista, podendo ter representado uma “ameaça” a Borges de Medeiros. Para mais, adentrando no jogo coronelista, ver o funcionamento do processo eleitoral, bem como os aspectos legais, o uso da violência e coerção, a fraude eleitoral e as facções políticas, nos fazem refletir sobre a democracia e o poder do voto.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, diversos assuntos colaterais foram surgindo, fazendo-nos pensar em possibilidades para pesquisas futuras. O que podemos inferir da relação dos Barbosa-Gonçalves com a dissidência? Teria Assis Brasil cooptado outros coronéis de fronteira para sua causa? Quais as intenções e estratégias utilizadas por Carlos Barbosa, durante a dissidência ramirista, em 1915, e a Revolução de 1923? Durante a observação do ABM, algumas questões também chamaram a atenção, como a diminuição ou inexistência do fluxo de correspondência durante os anos do governo de Carlos Barbosa, cartas remetidas por instituições e por mulheres, bem como a visualização do quadro geral de envios dentro do estado, podendo suscitar diferentes problemas de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela Maria. **Ideias em movimento: a geração de 70 na crise do Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Nycole S. **Coronelismo, dissidências e facções: o cenário político e a disputa pelo cargo de intendente municipal na eleição de 1917 (Jaguarão, 1889-1930)**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2019.

AXT, Gunter. **Coronelismo indomável: sistema de relações de poder**. In: BOEIRA, N; GOLIN, T. (Org.). República Velha (1889-1930). Tomo I, volume 3. Passo Fundo, RS: Editora Méritos, 2007. Capítulo III, p. 89-128.

\_\_\_\_\_ **Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)**. Tese (doutorado em história). São Paulo: USP, 2001.

BEUNZA, José María Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo. **Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones a la reconstrucción de redes egocentradas**. Redes: Revista hispana para el análisis de redes sociales. 2011.

BEUNZA, José María Imízcoz. **Las redes sociales de las élites: conceptos, fuentes y aplicaciones**. In: Las élites en la época moderna: la monarquía española. Servicio de Publicaciones, 2009. p. 77-112.

\_\_\_\_\_ **Patronos y mediadores: redes familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII**. In: Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Servicio de Publicaciones, 2001. p. 225-262.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. **Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)**.

Tese (doutorado em história). POA, PUCRS, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 1. Brasília: UnB, 1998.

BOTH, Amanda Chiamenti. **A trama que sustentava o império: mediação entre as elites locais e o Estado imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)**. Dissertação (mestrado em história). PUCRS, POA, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Editora Companhia das Letras, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados, v.40, n.2, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Rui Barbosa e a Razão Clientelista**. Revista dados, Rio de Janeiro. Vol. 43, nº1, 2000.

COLUSSI, Eliane Lucia. **Plantando Ramas de Acácia: A Maçonaria Gaúcha no Século XIX**. Tese (doutorado em história). PUCRS, POA, 1998.

CODATO, Adriano Nervo. **Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos**. PERISSINOTTO, Renato Monseff; CODATO, Adriano Nervo (Ed.). Como estudar elites. Editora UFPR., 2015, p. 15-32.

CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. **“Moço, inteligente e médico de competência notável”**: antecedentes da trajetória política republicana de **Carlos Barbosa Gonçalves (segunda metade do século XIX)**. Dissertação (mestrado em história). UNISINOS, São Leopoldo, 2018.

CUNHA, James Bolfoni da. **Jaguarão e os militares: Dois séculos na Fronteira**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

DAL FORNO, Rodrigo. **“Como se em política fosse possível agir sem manha, sem o senso de oportunidade”**: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933). Tese (doutorado em história). POA, PUCRS, 2020.

FARINATTI, Luís Augusto. **Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento das fontes para a história social**. Anos 90, Porto Alegre, v.15 n.28, jul. 2008.

FARINATTI, Luís Augusto E.; FLORES, Mariana F. da C. Thompson. **A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)**. In: HEINZ, Flávio M. (org). Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, p. 145-177, 2009.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1996.

FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

\_\_\_\_\_. **Origens de Jaguarão (1790-1883)**. IEL/UCS, 1980.

\_\_\_\_\_. **Getúlio Vargas e outros ensaios**. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1998. 2ª ed. Síntese rio-grandense, vol. 11.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**. A micro-história e outros ensaios, p. 169-178, 1989.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Editora FGV, 2004.

GULARTE, Gustavo da Silva. **Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (mestrado em história), Porto Alegre, 2015, 132f.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

LANDÉ, Carl H. **A base diádica do clientelismo**. In SCHIMIDT, Stefden et. al. (Eds). *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of California Press, 1997, xiii-xxxvii (versão datilografada e traduzida para fins didáticos).

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012, 7ª edição.

LIMA, Henrique E. **Micro-história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mário O. **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: UFPel, 2017.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MARTINY, Carina. **Entre chefes e correligionários: negociação, hierarquia e mobilidade social na primeira república (Rio Grande do Sul, 1899-1900)**. Revista Latino Americana de História. Unisinos. Vol 3, nº 11. Setembro de 2014.

\_\_\_\_\_ **“O chefe político dos mais avançados republicanos”:  
Júlio de Castilhos e o processo de construção da república (1882-1903)**. Tese  
(doutorado em história) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
Porto Alegre, 2018, 384 f.

\_\_\_\_\_ **As eleições na Primeira República: abstenções,**

**legislação e controle eleitoral.** Revista AEDOS. Porto Alegre. Vol 10, nº 23. Dezembro de 2018 A.

MATTOS, Hebe Maria. **Trabalho, Voto e Guerra Civil: algumas considerações interpretativas sobre o pós-abolição e o coronelismo.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, Julho de 2011.

\_\_\_\_\_ **A Vida Política.** In: SCHWARCZ, Lilia. (Org.). **História do Brasil Nação: a abertura para o mundo (1889-1930).** São Paulo: Objetiva, v. 3, 2012, p. 85-131.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império.** FGV Editora, 2007.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **Tipos, causas e a geografia da fraude eleitoral na Primeira República (1889-1930).** VIII encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Gramado, agosto de 2012.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** Topoi (Rio de Janeiro), v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

SACCOL, Tassiana M. Parcianello. **De líderes históricos à opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do sul, 1890-1907).** Tese (doutorado). PUCRS, Porto Alegre, 2018. 190 f.

SELBACH, Jeferson Francisco; BRUM, Rosemary Fritsch. **Ruralização e viver em fronteira: Jaguarão/RS.** Porto Alegre: Animal, 2017.

SOARES, Eduardo Álvares de Souza. **n’A FOLHA.** Pelotas: EDUCAT, 2007.

\_\_\_\_\_ ; FRANCO, Sergio da Costa. (Orgs.). **Olhares sobre Jaguarão.** Porto Alegre: Evangraf, 2010.

---

**Ponte Mauá: uma história.** Porto Alegre, Evangraf, 2005.

TIMM, Octacilio B; GONZALEZ, Eugenio. **Album Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas.** Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889).** 2007. Dissertação (mestrado em história).

---

**“Entre Jaguarão e Tacuarembó”: Os charqueadores de Pelotas (RS) e os seus interesses políticos e econômicos na região da campanha rio-grandense e no norte do Uruguai (c. 1840-c. 1870).** Revista Digital Estudos Históricos, n. 11, p. 4, 2013. UFRGS, POA 2007.

---

**Rastreando Indivíduos e Redes de Relações: algumas contribuições teóricas e metodológicas para o estudo das elites e grupos dirigentes no Brasil.** In: SOARES, Fabrício A.; SILVA, Ricardo O. Diálogos: estudos sobre teoria da história e historiografia. Ediunesc, 2017, v. 2, p. 133-165.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. E-book. 2ª ed.

#### **FONTES:**

**Carta** de Alfredo Carlos de Souza e Britto a Borges de Medeiros. Jaguarão, 12 de fevereiro de 1913. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2644.

**Carta** de Arnaldo Passos Franco a Borges de Medeiros. Jaguarão, 12 de novembro de 1913. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2722.

**Carta** de Arnaldo Passos Franco a Borges de Medeiros. Jaguarão, 29 de maio de 1916. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2732.

**Carta** de Carlos Barbosa Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 10 de julho de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc 2735.

**Carta** de Carlos Barbosa a Borges de Medeiros. Jaguarão, 14 de abril de 1907. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2637.

**Carta** de Carlos Barbosa Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 28 de junho de 1907. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2638.

**Carta** de Carlos Barbosa Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 13 de outubro de 1907. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2641.

**Carta** de Carlos Barbosa Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 24 de julho de 1920. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2790

**Carta** de Claudino Nunes Pereira a Borges de Medeiros. Jaguarão, 03 de março de 1921. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2792.

**Carta** da Comissão Executiva do Partido Republicano a Borges de Medeiros. Jaguarão, 19 de março de 1917. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2750.

**Carta** da Comissão Executiva do Partido Republicano a Borges de Medeiros. Jaguarão, 8 de abril de 1920. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2789.

**Carta** de Érico Passos Feijó a Borges de Medeiros. Jaguarão, 27 de outubro de 1915. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2717.

**Carta** de Escola Prática Agrícola São Luiz das Missões. São Luiz Gonzaga, sem data. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 9375.

**Carta** de Faustino José Corrêa a Borges de Medeiros. Jaguarão, 6 de Maio de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2753.

**Carta** de Faustino José Corrêa a Borges de Medeiros. Jaguarão, 9 de agosto de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2761.

**Carta** de Francisco Fabres da Rocha a Borges de Medeiros. Jaguarão, 29 de junho de 1924. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2798.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 27 de setembro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2743.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 20 de maio 1913. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2650.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 20 de maio de 1913. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2652.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 31 de janeiro de 1914. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2665.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 5 de fevereiro de 1915. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2703.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 10 de maio de 1915. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2712.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Carlos Barbosa. Jaguarão, 23 de janeiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 25 de janeiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de janeiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a José Urrutia. Jaguarão, 21 de fevereiro de 1917. Localização IHGJ, arquivo Léo Santos Brum.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 24 de fevereiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

**Carta** de Gabriel Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 27 de fevereiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 27 de fevereiro de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

**Carta** de Gabriel Gonçalves da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 11 de março de 1917. Localização: IHGJ, correspondência, Arquivo Léo Santos Brum.

**Carta** de Gedeão de Farias Santos a Borges de Medeiros. Jaguarão, 18 de maio de 1913. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2647.

**Carta** de Heráclito de Melo a Borges de Medeiros. Jaguarão, 7 de fevereiro de 1914. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2638.

**Carta** de João Mâncio Ribeiro a Borges de Medeiros. Jaguarão, 8 de novembro de 1919. Localização: IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2783.

**Carta** de João Simplício Carduz a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de março de 1914. Localização: Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2674.

**Carta** de José Barbosa Gonçalves a Borges de Medeiros. Jaguarão, 03 de junho de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2734.

**Carta** de José Julião Rodrigues a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de janeiro de 1916. Localização: IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2722.

**Carta** de José Ricardo de Abreu Salgado a Borges de Medeiros. Jaguarão, 02 de julho de 1914. Localização IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2686

**Carta** de Lourenço Ennes Bandeira a Aurélio Viríssimo de Bitencourt. Jaguarão, 17 de novembro de 1903. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2597.

**Carta** de Manoel de Deus Dias a Borges de Medeiros. Jaguarão, 7 de janeiro de 1914. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2661

**Carta** de Petronilho Silveira D'Ávila a Borges de Medeiros. Jaguarão, 7 de julho de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2758.

**Carta** de Petronilho Silveira D'Ávila a Borges de Medeiros. Jaguarão, 9 de julho de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2759.

**Carta** de Representação do Comércio de São Luiz Gonzaga a Luiz Sabino de Mello. São Luiz Gonzaga, 27 de julho de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 9449.

**Carta** de Silvano Corrêa da Silva a Borges de Medeiros. Jaguarão, 20 de julho de 1923. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2797.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 28 de agosto de 1903. Localização IHGRS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2594.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura e Adolpho Broquá a Borges de Medeiros. Jaguarão, 31 de agosto de 1905. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2612.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 29 de maio de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2733.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 6 de setembro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2741.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 19 de setembro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2742.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 5 de outubro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2744.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 11 de outubro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2745.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de outubro de 1916. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2746.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 30 de maio de 1917. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2755.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 23 de dezembro de 1918. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência,

subsérie passiva, Doc. 2775.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 6 de março de 1920. Localização: IHGRGS. ABM. Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2788.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 22 de setembro de 1920. Localização: IHGRGS. ABM. Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2791.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 14 de maio de 1923. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2793.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Borges de Medeiros. Jaguarão, 26 de maio de 1923. Localização: IHGRGS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2794.

**Carta** de Zeferino Lopes de Moura a Protásio Alves. Jaguarão, 7 de julho de 1923. Localização: IHGRHS, ABM, Série correspondência, subsérie passiva, Doc. 2795.

**BNDigital:** A Federação, 6 de dezembro de 1889, p. 1

**BNDigital:** A Federação, 31 de julho de 1918, p. 4.

**BNDigital:** A Federação, 4 de janeiro de 1919, p. 5

**BNDigital:** A Federação, 7 de agosto de 1920, p. 4.

**BNDigital:** Almanak Laemmert, 1905, edição A00062, p. 1944.

**BNDigital:** Almanak Laemmert, 1906, edição A00063, p. 786.

**BNDigital:** Almanak Laemmert, 1909, edição B00066, p. Q-56.

**BNDigital:** Almanak Laemmert, 1914, edição B00070, p. 4136.

**BNDigital:** Almanak Laemmert, 1915, edição B 00071, p. 3825.

**BNDigital:** Almanak Laemmert, 1925, edição D00081, p. 635.

**BNDigital:** Jornal do dia, 4 de junho de 1959, p.1.

**AHRS** - Ata da primeira reunião do Clube Republicano de Jaguarão (30 de julho de 1882). Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 01.

**IHGJ** – Livro de Actas das sessões do Conselho Municipal de Jaguarão (Livros 1897-1905 e 1905-1919).



---

### TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Nycole Schmitt Andrade, matrícula nº 20103318 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou ( ) Tese de Doutorado, intitulado “Ordenai, então, e sereis obedecido – do companheiro grato e soldado”: A política na fronteira sul e os coronéis correspondentes de Borges de Medeiros (Jaguarão, 1898-1923), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 23 de agosto de 2022.

ASSINATURA